

Roberta Stumpf | Mafalda Soares da Cunha | Rodrigo Bentes Monteiro
Organizadores

**Resistência(s) e [in]sucessos
nos impérios ibéricos.
Séculos XVI-XIX**
Volume de estudos

CÁTEDRA



Ficha técnica

Título

Resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos. Séculos XVI-XIX

Organizadores

Roberta Stumpf
Mafalda Soares da Cunha
Rodrigo Bentes Monteiro

Autores

Ana Cristina Campos Rodrigues, Alex Teixeira de Araújo, Elena Barattini, Elizabeth Vieira Menezes, Fernando Jorge Nunes, Jefferson Aldemir Nunes, João Espadeiro Ramos, Lívia Brenda da Silva Barbosa, Lígia Kaori Kondo, Marcella de Sá Brandão, Mariana Dourado da Silva, Matheus Fernandes Albuquerque, Nelson de Campos Ramos Júnior, Pedro Henrique Domingues de Lima, Rodrigo Noronha, Sergio Moreta Pedraz, Thomaz Santos Leite

Edição

Autónoma Edições, Universidade Autónoma de Lisboa

Coordenação editorial

Raquel Medina Cabeças

Paginação

Autónoma Edições

Capa

Vista do Rio Vaupés, o qual desagua no Rio Negro, Joaquim José Codina, aguarela, 46,5 x 34,5 cm, séc. XVII., Biblioteca Nacional (Brasil), mss1309084, disponível em: <https://www.brasilianai-conografica.art.br/obras/17490/vista-do-rio-vaupes-o-qual-desagoa-no-rio-negro>

ISBN 978-989-9002-47-0

CIP

II ENCONTRO INTERNACIONAL DE JOVENS INVESTIGADORES DE HISTÓRIA E CULTURA LUSO-BRASILEIRA, Lisboa, 2024

Resistência(s) e [in]sucessos nos impérios ibéricos / II Encontro internacional de jovens investigadores de história e cultura Luso-Brasileira: volume de estudos; org. Roberta Stumpf, Mafalda Soares da Cunha, Rodrigo Bentes Monteiro. - Lisboa: Autónoma Edições. Universidade Autónoma de Lisboa, 2024. - 297 p.

I - STUMPF, Roberta
II - CUNHA, Mafalda Soares da
III - MONTEIRO, Rodrigo Bentes

ISBN 978-989-9002-46-3

CDU 930.85
946.9
981

Esta publicação obedece aos critérios de acesso aberto, sem prejuízo do copyright pertencer ao autor e a publicação à Universidade Autónoma de Lisboa. Todas as ligações electrónicas foram revistas à data de 8 de outubro de 2024 e estão devidamente apresentadas nas referências de cada capítulo.

A Cooperativa de Ensino Universitário, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, promove a produção científica em vários segmentos culturais, valorizando a relação entre a comunidade académica e a sociedade. Desta forma, apoia a edição desta publicação, contribuindo para a divulgação do conhecimento.

Introdução.....9

1º Parte | Resistência(s)

Relações de poder e gênero: reflexões a partir da escrita de Madre Teresa de Jesus.....15

Marcella de Sá Brandão

Gobernadores generales del Estado de Brasil y poblaciones indígenas (1583-1621): Jaguaripes y Aimorés. Un estudio a través de los *regimientos*.....29

Sergio Moreta Pedraz

Reduções jesuítas, resistência e martírio: a agência ameríndia em documentos da Companhia de Jesus do século XVII.....43

Jefferson Aldemir Nunes

Resistir para defender a pátria - a resistência de uma aldeia alentejana nas Guerras da Restauração e da Sucessão espanhola.....61

João Espadeiro Ramos

Os léxicos da conquista: guerra, alteridades e resistências nas Capitânicas do Norte (séculos XVII e XVIII).....73

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Resistências institucionais: a comunicação política entre as instituições em casos de doenças, Salvador e Lisboa (1680-1750).....93

Mariana Dourado da Silva

“Apaixonados do Marquês do Pombal”: a Viradeira e uma compilação de sátiras políticas.....107

Nelson de Campos Ramos Júnior

“La ora del examen”: minors, compulsory education, and emancipation in the Cuban patronato.....123

Elena Barattini

2º Parte | [in]Sucessos

- A Casa do Infantado: um caso de fracasso ou de sucesso?.....143
Fernando Jorge Nunes
- Os insucessos da missão católica no Japão (séculos XVI - XVII).....165
Lígia Kaori Kondo
- Catequização, colonização e conflitos na sesmaria de João Peixoto Viegas:
Bahia 1653 - 1700.....181
Alex Teixeira de Araújo
- “Calamidades na florescente colônia”: o impacto do corso e da pirataria no
Rio de Janeiro entre 1680-1730.....197
Elizabeth Vieira Menezes
- A pena frustrada de um gazeteiro português.....215
Pedro Henrique Domingues de Lima
- D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o declínio do Império Português: os suces-
sos e fracassos dos modelos sardos para as reformas na América.....231
Matheus Fernandes Albuquerque
- A reconstrução da Biblioteca Real portuguesa após 1755.....247
Ana Cristina Campos Rodrigues
- A liberdade do ventre em projetos de reforma da escravidão em duas socie-
dades escravistas (Império do Brasil e Império espanhol, século XIX).....263
Thomaz Santos Leite
- Dos vitupérios ao reconhecimento: Pedro de Angelis e sua trajetória através
de uma coleção.....281
Rodrigo Noronha

Este volume reúne a contribuição de estudantes de mestrado e doutoramento que participaram no seminário internacional de pós-graduandos *Resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos. Séculos XVI-XIX*. Tal evento realizou-se em dois dias do mês de setembro de 2023 e foi o segundo encontro internacional organizado pelo Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa (DHAH / UAL) inteiramente dedicado a pesquisas que estão sendo desenvolvidas por estudantes dos 2º e 3º ciclos de diferentes universidades. Desta vez, contamos com a parceria de dois importantes centros de investigação: o Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS.UÉ), e Companhia das Índias | Núcleo de História dos Tempos Modernos, da Universidade Federal Fluminense (Cia. das Índias-UFF). Estas parcerias não eram inéditas. Também elas têm a sua própria história.

Em 2023, após a assinatura de um protocolo entre a Universidade Autónoma de Lisboa e a Universidade de Évora, foi criado na UAL um polo do CIDEHUS (CIDEHUS.UAL), abrindo oportunidades para que os investigadores dos dois centros trabalhassem em conjunto, concretizando iniciativas, como esta que agora apresentamos, dirigidas a um público mais amplo.

Além disso, a Universidade de Évora era a instituição proponente do importante projeto *Resistance. Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th centuries*¹, coordenado por Mafalda Soares da Cunha, investigadora integrada do CIDEHUS.UÉ, e que contava entre seus membros com duas docentes do DHAH/UAL.

A parceria da DHAH/UAL com o grupo Cia. das Índias-UFF é mais recente, mas igualmente promissora, tendo se articulado, até então, com a Cátedra de História e Cultura Luso-brasileira do DHAH/UAL. Rodrigo

¹ Este projeto foi financiado pelo Programa Europeu Horizon 2020 Research and innovation programme com referência *Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement* nº 778076. <https://www.resistance.uevora.pt/> Acesso em: 12/09/2024.

Bentes Monteiro, professor da UFF e atualmente coordenador do núcleo Cia. das Índias-UFF junto com Daniela Buono Calainho, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ), depois de proferir uma comunicação em 2022 no âmbito dos Seminários da Cátedra HCLB, aceitou o convite para integrar a sua comissão executiva. Bentes Monteiro integra também a equipa da UFF no projeto internacional *Failure. Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th centuries*².

Trata-se, como se vê, da parceria entre centros de investigação de várias universidades, portuguesas e brasileiras, representados por três professores, dois dos quais já referidos, restando mencionar a terceira coordenadora deste volume, Roberta Stumpf, integrante do polo CIDEHUS. UAL, da comissão executiva da Cátedra HCLB e investigadora do projeto *Resistance*.

O título do seminário evidencia como este evento foi concebido. Estando Portugal e o Brasil, através de diferentes instituições, ligados a dois projetos internacionais de grande envergadura, financiados pelo programa europeu RISE (Marie Skłodowska Curie Actions, de 2018 e 2019 respectivamente), considerou-se que seria enriquecedor convocar, por meio de um edital, estudantes de mestrado e de doutoramento em História com investigação relacionada com esses dois projetos. A convocatória foi feita à escala internacional a fim de disseminar de forma alargada as novidades trazidas por estes dois projetos à população estudantil pós-graduada.

Em Portugal, eventos como este que reúnem jovens investigadores são relativamente comuns, e a intensa participação dos pós-graduandos reflete a sua importância. Encontros desta natureza constituem uma oportunidade de diálogo e reflexão coletiva entre estudantes que partilham interesses comuns, mas que acabam por viver cotidianamente o mesmo isolamento académico. Reuni-los em formato híbrido – presencialmente e

² Este projeto foi financiado pelo Programa Europeu Horizon 2020 Research and innovation programme com referência *Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement* nº 823998. <http://failure.es/>. Acesso em: 12/09/2024.

on-line – em torno de temáticas e problemas historiográficos centrais aos dois projetos de investigação, promovendo um debate frutífero entre mestrandos e doutorandos, foi o objetivo deste evento. Com a publicação deste volume atingimos outro que é a divulgação a uma comunidade mais ampla dos trabalhos em curso de alguns dos participantes do seminário. É sabido que a estes jovens é exigido cada vez mais que publiquem os resultados parciais de suas pesquisas antes de finalizarem suas teses e dissertações. Se com este livro concedemos um espaço para que as divulguem, entendemos que era ainda mais importante que os avaliadores contribuíssem, com suas críticas e comentários, através de uma comunicação por vezes cansativa para os autores, com seus trabalhos e em particular com os capítulos que agora se publicam.

Tal como foi já mencionado, o projeto *Resistance* foi dirigido por Mafalda Soares da Cunha, na Universidade de Évora. A equipa de investigação agregou mais de cem investigadores pertencentes a treze instituições de investigação europeias e não europeias. Teve início em 2018 e terminou em finais de maio de 2024. A proposta de investigação centrava-se na análise dos processos de resistência protagonizados pelos grupos subalternos e discriminados que tiveram lugar no espaço multicontinental dos impérios ibéricos entre 1500 e 1850. A escolha de um ponto de observação a partir das categorias sociais de baixo pretendia romper com as visões historiográficas mais comuns que tendem a perspetivar a contestação à ordem estabelecida segundo os pontos de vista que os grupos de poder deixaram nas fontes. Esta proposta permitiu refletir sobre o lugar dos grupos subalternos nos processos de mudança social, mas foi enriquecida com a problematização do próprio conceito de resistência. Deste modo, o estudo mais habitual dos protestos violentos e coletivos no espaço público foi complementado com análises centradas nas formas quotidianas e dissimuladas da resistência. A participação nas instituições das monarquias e a negociação com os poderes foram estudadas enquanto expressão da capacidade de atuação política dos grupos desfavorecidos. E a compilação do léxico usado pelos resistentes

pretendeu contribuir para a análise comparada e a evolução do vocabulário nas diversas geografias de ambos os impérios. Como se vê, o tema da resistência tem muito potencial e uma grande atualidade. Suscitou interesse e alcançou impacto muito positivo entre um público mais alargado, mas também no meio universitário, como os vários textos agora apresentados testemunham.

O projeto *Failure*, dirigido por Antonio Álvarez-Ossorio Alvariño, da Universidad Autónoma de Madrid (UAM), reúne treze instituições participantes de dez países europeus e americanos. Começou em maio de 2019 e termina em outubro de 2024. Sua equipa no Brasil é formada pelos pesquisadores do grupo Cia. das Índias, coordenados por Maria Fernanda Bicalho (UFF). O projeto apresenta uma nova perspectiva historiográfica com perfil interdisciplinar e transnacional, sobre a revisão de julgamentos apressados de sucesso ou fracasso para indivíduos e grupos, evitando visões moralistas redutoras de significados. Organiza-se em torno de cinco níveis analíticos: conceitos filosóficos e práticas discursivas; narrativas de fracasso individual; atribuições de fracasso a grupos estigmatizados; ou a entidades políticas ou econômicas; e estratégias de comunicação e divulgação. Seu tema relaciona-se a projetos do grupo de pesquisa Cia. das Índias-UFF em torno das ideias de coerção, persuasão, tolerância e desigualdade de indivíduos e grupos, bem como de suas repercussões bibliográficas, conotadas de modo pejorativo e/ou preconceituoso. Conforme essa perspectiva crítica, a relação entre êxito e fracasso possui raízes profundas, é um problema atual. Há discursos sobre fracassos de indivíduos e grupos, programas para diminuir o declínio de regiões, ou sobre a liderança internacional. Mas ao rotularmos personagens, etnias e coletivos assim, não compreendemos bem o disfarce dessas discriminações. É preciso saber questionar, reverter a visão do fracasso, que pode legitimar domínios e desigualdades. O projeto debate ideias, examina narrativas, biografias, textos. Discute estigmas de grupos, poderes, planos que camuflam os preconceitos. Assim, entende-se melhor

a importância do tema nas sociedades, desde a Época Moderna até o nosso presente.

Portanto, os grupos de investigação CIDEHUS (UÉ/UAL) e Cia. das Índias (UFF/FFP-UERJ) organizaram o seminário para mestrandos e doutorandos com comunicações sobre os temas dos dois projetos internacionais. As desigualdades de várias ordens geraram no passado movimentos de resistência e conflito, com expectativas de mudança em Portugal, Espanha e suas colônias na América, África e Ásia. Essas ações de indivíduos e grupos produziram discursos de fracasso ou êxito, cujas leituras hoje podem ser revistas de modo a superar preconceitos eurocêntricos ou racistas. O seminário e o livro ora publicado também incentivaram nos pós-graduandos o trabalho criterioso com as fontes históricas, escritas ou visuais, em arquivos ou bibliotecas.

Queremos agradecer aos que contribuíram para a realização do seminário e para a publicação deste volume de estudos: aos membros da Comissão organizadora e da Comissão executiva³, em especial a Antonio Álvarez-Ossorio – que com Mafalda Soares da Cunha apresentou a conferência de abertura. A Andréa Slemian (UNIFESP) e Maria Fernanda Bicalho, que aceitaram moderar duas mesas do seminário, contribuindo para o debate entre os presentes. Aos 30 participantes deste evento que se realizou na modalidade híbrida – uma vantagem quando se quer reunir estudantes e professores de diferentes países e hemisférios. Por fim, às instituições de ensino e pesquisa envolvidas na realização do encontro e na publicação deste volume, em particular, à Universidade Autónoma de Lisboa. À Raquel Cabeças, responsável pelas Edições da UAL, e Laura Santos pelo profissionalismo na produção deste segundo volume da Coleção.

Lisboa – Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2024

Os organizadores

³ Para mais informação veja-se, <https://autonoma.pt/seminario-internacional-de-pos-graduandos-resistencias-e-insucessos-nos-imperios-ibericos-secs-xvi-xix/>.

Relações de poder e gênero: reflexões a partir da escrita de Madre Teresa de Jesus

Marcella de Sá Brandão*

Resumo

A pesquisa gira em torno do ambiente católico da Espanha moderna e analisa os escritos de Madre Teresa de Jesus. As fontes principais são os livros da madre, *Vida* e o *Castillo Interior* publicados em formato obras completas (1588); e três biografias escritas por seus confessores (publicações datadas dentre 1590 e 1608). Elege-se a perspectiva de gênero no trato com as fontes impressas, buscando identificar tensões, resistências, cooperação entre os indivíduos.

Palavras-chave: biografia, hagiografia, Teresa de Jesus, escrita feminina, gênero.

Abstract

The research discussing the Catholic environment of modern Spain and analyzes the texts of Mother Teresa of Jesus. The main sources are Mother Teresa's books, *Vida* and *Castillo Interior* published in complete works format (1588); and three biographies written by her confessors (publications dated between 1590 and 1608). The gender perspective is chosen for the analysis of the printed sources, seeking to identify tensions, resistance and cooperation between the subjects.

Keywords: biography, hagiography, Teresa of Jesus, feminine writing, gender.

* Doutoranda em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Professora Doutora Margareth de Almeida Gonçalves, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

No curso da história é possível a mudança de atores e significados em contextos diferentes. Esse movimento de deslocamento pode não ser perceptível no exato momento em que as ações acontecem, pois ainda estão em atuação. Mas Joan Scott adverte que o processo de mudança (ou alteração de qualquer ordem) não necessariamente prescinde de grandes eventos, insurgências ou processos revolucionários (Scott, 1995, p. 92-93). Por esse motivo, afirmamos a possibilidade de fazer uma história das relações de gênero e poder que perceba as resistências nas atitudes mais cotidianas ou consideradas de menor escala. Hoje, podemos observar através dos vestígios e até mesmo a contrapelo das fontes interpretações que resultaram em agenciamento de indivíduos marginalizados/silenciados (como as mulheres, no plural) ou em alguma mudança na ordem estabelecida.

Ao olhar para a vida das mulheres nos idos da Primeira Modernidade europeia, a sua existência (e mesmo sobrevivência) foi marcada por um discurso de inferioridade natural que provinda de humores frios e húmidos, crença que colocou em dúvida o controle sobre as emoções e a racionalidade da mulher. A ideia de inferioridade, passividade e fraqueza atribuídas ao feminino bebeu da fonte dos tratados de medicina galênico-hipocrático, não se restringindo apenas a força ou capacidade físicas, mas se estendeu no âmbito das relações sociais, econômicas e culturais¹. Eruditos em teologia, ética, direito e medicina buscaram justificar a crença na condição de inferioridade feminina presumindo uma deficiência física e mental natural.

Para Joan Cammarata, no campo religioso a dita “deficiência natural feminina”, enquanto argumento central da época, revelava a exclusão que as mulheres foram submetidas na hierarquia eclesiástica e na educação teológi-

¹Sobre o tema, ver os trabalhos de: Laqueur, Thomas Walter (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. ISBN 85-7316-244-9; Bellini, Lígia (2011). Notas sobre representação do corpo e cultura médica no Portugal Moderno. *Caderno CRH*, 24:61, pp. 97-108. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000100007>; Corbin, Alain, Courtini, Jean-Jacques & Georges, Vigarello (Dir.) (2012). *História do corpo: da Renascença às Luzes*. Vozes. ISBN 978-85-326-3625-6.

ca, tendo sido, para a autora citada, marginalizadas, inferiorizadas e silenciadas (Cammarata, 1992, p. 58). Assim sendo, ao longo da história eclesiástica as mulheres viveram contextos em que a figura do homem – enquanto clérigo e/ou teólogo – encarnava o ideal de sabedoria, portanto, a possibilidade de autonomia espiritual, de organização e de direitos fundamentais tanto na realidade religiosa quanto na esfera social como um todo foi muito limitado para elas.

Em meio ao contexto brevemente comentado, a figura de Teresa de Cepeda y Ahumada – mais tarde conhecida como Madre Teresa de Jesús ou Santa Teresa de Ávila – assume, conforme salientado por Michel de Certeau, um lugar no discurso feminino de seu tempo (Certeau, 2015). A madre carmelita foi uma mulher consciente, mas ousou ser leitora, reformadora e escritora. Ainda que assessorada por clérigos e por seus mentores espirituais (muitos deles colaboradores em seus projetos), a importância de Teresa para a história das mulheres e da escrita conventual reside “en su capacidad de adaptar la espiritualidad femenina medieval al mundo postridentino, negociando así un espacio para influencia y creatividad” (Weber, 2012, p. 107).

Partindo de uma sondagem das fontes impressas e na discussão com a bibliografia especializada, este ensaio² se constitui em parte da pesquisa doutoral em desenvolvimento, cujo tema versa sobre as relações de poder, gênero e a escrita feminina, em meados do século XVI e anos iniciais do século XVII. As fontes que compõe a investigação são os escritos espirituais de Madre Teresa de Jesús, publicados em edição príncipe³ de 1588; e as biogra-

² Este artigo apresenta discussão e dados iniciais que compõe o projeto de doutoramento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPHR - UFRRJ), Brasil. A pesquisa conta com o financiamento da CAPES e a participação no evento “Seminário Internacional de Pós-graduandos Resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos, sécs. XVI-XIX” na Universidade Autónoma de Lisboa contou com o auxílio da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFRRJ e beca movilidad AUIP (Asociación Universitaria Iberoamericana de Postgrado).

³ O termo “edição príncipe” indica a primeira edição que reuniu parte dos escritos Madre Teresa de Jesus. Foi publicada em Salamanca, pelo impressor Guillelmo Foquel, em 1588, intitulada *Los libros de la Madre Teresa de Jesús fundadora de los monesterios de monjas y frayles Carmelitas descalços de la primera regla*. Conta nesse volume único: “un tratado de su Vida [...], tratado del Camino de la perfección juntamente con unas reglas y avisos, otro que se intitula Castillo espiritual o las Moradas, con unas exclamaciones o meditaciones espirituales”. A obra de Teresa teve autorização para publicação somente depois de sua morte.

fias publicadas após a sua morte, escritas por Gerónimo Gracián de la Madre de Díos, Francisco de Ribera e Diego de Yepes. Contudo, para este momento será abordada de modo resumido apenas fragmentos do livro da *Vida*⁴.

História, religião e gênero

Já faz alguns anos que Joan Scott tece reflexões críticas sobre a utilização e a importância da categoria gênero no trato com o passado. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, um de seus textos de expressiva circulação, contribui até hoje para o fazer historiográfico. A historiadora questiona o uso do termo gênero quando utilizado como uma categoria apenas descritiva ou associada a uma história das mulheres, assim, para Scott, o uso do gênero abarca todo “um sistema de relações que pode incluir sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1995, p. 75).

Joan Scott demonstra certa insatisfação com a exclusiva tendência de análises focadas no sujeito individual como dimensão central do gênero ou no antagonismo subjetivo que é produzido entre homens e mulheres na história (*Idem*, pp. 82-83). Para a autora, essa tendência ou modelo de análise gera consequências aos historiadores/as a uma leitura redutiva do passado. Ela ainda destaca a relevância de uma história e de uma crítica à teoria social que tende a congelar o binário, ou seja, ela chama a atenção para a importância em se desconstruir o enrijecimento ou a fixidez do modelo binário nos estudos históricos. Ou seja, para Scott, as categorias “homem” e “mulher” além de não conterem um significado último, transcendente ou essencial, também podem ser transbordantes, “porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas” (*Ibidem*, p. 93).

Por outro lado, a pesquisa histórica que tende a discutir as relações de poder e gênero no passado utilizam o aporte conceitual de Michel Foucault.

⁴ As citações apresentadas neste texto estão de acordo com a fonte de 1588, não tendo sido atualizadas para o espanhol contemporâneo.

Ainda que o filósofo não trabalhe com o conceito/categoria gênero, a partir de seus estudos é possível demonstrar como as relações de poder operam por meio de discursos, instituições e práticas. A reflexão inicial para pensar as relações de poder e gênero no ceio do catolicismo surge com a leitura do livro *Microfísica do Poder* (1979), onde o filósofo busca se distanciar de uma análise essencialista sobre o poder (ou a dominação) mostrando que o poder não é uma instituição ou indivíduo que encarna em si a força. Pelo contrário, Foucault demonstra como o exercício de poder e as relações de força podem ser produtivas (Foucault, 1979). Em linhas bem gerais, pois não cabe nos limites deste ensaio aprofundar em tal debate, é possível interpretar a dinâmica existente entre Madre Teresa e seus confessores a partir das premissas de Foucault, percebendo, desta maneira, como a escrita autobiográfica da monja – que foi realizada por mandado de seus orientadores espirituais – abriu o caminho para que ela expusesse de alguma maneira as concepções de mundo e sua compreensão sobre o Sagrado. Em outras palavras, se antes a motivação inicial foi a ordem e a obrigação para que relatasse sua vida espiritual, a possibilidade da escrita do livro de sua *Vida* fez com que Teresa de Jesus tomasse a pluma, exercendo uma prerrogativa normalmente possível aos homens de seu tempo.

Escrita e resistência

Compreende-se como resistência neste ensaio as ações do cotidiano, aquelas que acontecem na fresta ou na flexibilização das relações de poder. Se assim podemos denominar, busca-se formas cotidianas (invisíveis ou discretas, num primeiro momento) de resistir. De tal modo, vê-se nas atitudes mais discretas de Madre Teresa maneiras de sobreviver negociando com as regras mantenedoras do poder. Índícios de tomada de atitude e decisão estão em diversos momentos de sua escrita. O texto teresiano demonstra estar imbuído da tradição da espiritualidade do Século de Ouro espanhol, no entanto, a sua escrita vai além e demonstra particular capacidade de articulação, influência e negociação.

O vultuoso epistolário atesta essa afirmação, bem como a narrativa do livro da *Vida*, em que Teresa conta sobre o antagonismo e as perseguições diante do projeto de reforma e fundação do Carmelo Descalço. Mas esse livro também registra, entre uma multiplicidade de assuntos abordados, o amplo apoio e cooperação conseguidos junto à autoridades da igreja, padres influentes (como por exemplo, padre Pedro Ibáñez, Pedro de Alcântara e padre Gaspar Daza), e indivíduos da nobreza Castellana (como a Dona Guiomar Ulloa – muito próxima a monja e figura importante nesse momento – e Francisco de Salcedo, fidalgo).

Um fragmento do livro da *Vida* demonstra a tomada de consciência de Teresa, uma vez que ela disserta sobre suas necessidades espirituais de modo a relatar o descontentamento com determinados confessores e, contrariando a norma da igreja, ela toma certa liberdade em escolher aquele que melhor lhe atenderia. A monja se queixa, critica e até mesmo expõe características preferenciais para um “bom confessor”:

“Estava una persona de la Yglesia que residia en aquel lugar adonde me fuy acurar, de harto buena calidad, y entendimiento, tenia letras aunque no muchas. Yo comenceme a cõfessar cõ el, que siempre fui amiga de letras, aunque gran daño hizieron a mi alma cõfessores medio letrados, porque no los tenia de tan buena letras como quisiera. *He visto por experiencia que es mejor siendo virtuoso y de sanctas costumbres no tener ningunas [letras] que tener pocas [...]*” (Jesus, 1588, p. 56) [grifo da autora].

Teresa demonstra não confiar nas capacidades de um confessor letrado pela metade. Como “amiga das letras” a sua confiança era depositada em padres instruídos, mas encontra uma solução de meio termo, pois não podendo ser de outra maneira (com instrução, inteligência e vida santa), que seja totalmente ignorante do que instruído pela metade. E mais adiante, ao falar do início da vida espiritual, ela diz:

“Ansi que importa mucho ser el maestro avisado, digo de buen *entendimiento*, y que tenga *esperiencia*, si con esto tiene *letras es de grandíssimo negocio*, mas sino se pueden hallar estas tres cosas juntas, las dos primeras importan más (sic), porque letrados pueden procurar para comunicarse con ellos quando tuvieren *necessidad*” (Jesus, 1588, p. 154) [grifo da autora].

Na citação, ela reafirma a preferência por padres inteligentes e acrescenta que se tiver letras e experiência (de oração espiritual) é melhor ainda. No contexto da vida conventual feminina as monjas estão submetidas a estrutura hierárquica, em que o confessor representa a superioridade. No entanto, a compreensão de poder foucaultiana nos indica que dentro das dinâmicas de poder nem tudo é tão rígido, negativo ou proibido como à primeira vista parece ser. Nas frestas da rigidez mulheres desenvolveram a habilidade de tangenciar a norma. Via de regra, os padres responsáveis pela direção espiritual das mulheres eram ordenados sem que as religiosas pudessem fazer uma livre escolha (Alabrús & Cárcel, 2015, p. 70). Como demonstrado por Rosa Maria Alabrús e Ricardo Cárcel, Teresa foi um “caso excepcional de eclecticismo confessional. Buscó insaciablemente directores espirituales en todas las órdenes. Diversificó al máximo la exposición de su conciencia. Teresa nunca fue partidaria de una excesiva dependencia de un determinado confesor. [...] Defendió siempre una cierta movilidad y libertad de las monjas para elegir confesores” (*Idem*, p. 70).

Essa tomada de atitude de Madre Teresa demonstra a forma como ela buscava elaborar a sua existência no mundo. Ao escolher e elencar as características que mais lhe agradavam, Teresa está interagindo com a normativa de maneira muito criativa. Em suma, são nos movimentos que poderiam à primeira vista ser considerados de menor importância, que aqui denominamos resistência e que esta investigação se debruça.

Teresa de Jesús e os biógrafos

O vínculo existente entre as freiras e os seus confesores tem uma longa tradição dentro do Ocidente Católico europeu. Desde a medievalidade e principalmente nos idos da época moderna (tendo em vista a reforma tridentina que regulamentou ainda mais vida religiosa), tal relação ganhou conotação mais acentuada tendo na confissão e na orientação espiritual o ponto maior de ligação entre homens e mulheres de vida religiosa. No que concerne a escrita espiritual feminina, “la vinculación de estas religiosas con sus asesores espirituales contribuyó, decisivamente, a los contenidos de sus obras. De la total subordinación de algunas [...] a la hábil estrategia de auto-legitimación” (Iglesias, 2019, p. 13).

Tal vinculação não implica numa imediata subordinação e/ou relação de opressão. A cooperação e admiração mútua entre freira e confessor não foi incomum na história do catolicismo, sobretudo se olharmos para as fontes biográficas e/ou hagiográficas. No caso espanhol, certamente não podemos desconsiderar o contexto altamente hierarquizado e patriarcal em que as mulheres estiveram inseridas ao longo de séculos, no entanto, olhar para esse passado a partir das lentes da perspectiva de gênero também nos permite vislumbrar a habilidade de negociação e a possibilidade de cooperação existentes entre mulheres e homens. O historiador Bernard McGinn aponta para uma análise que busque a multiplicidade no discurso místico, ou seja, olhar para o passado e compreender na linguagem mística as trocas, de modo a distanciar uma análise que tenda a separar uma escrita feminina e uma masculina. Para o autor, olhar a história da mística por esse prisma contribuirá de modo mais eficaz para o entendimento desta tradição (McGinn, 2017, pp. 34-35). As biografias escritas sobre Teresa de Jesus que compõe as fontes de investigação da tese em andamento foram escritas por homens que de algum modo estiveram próximos a madre.

Aqui faremos um breve comentário sobre as fontes. A primeira biografia foi publicada em 1590 por Francisco de Ribera (Companhia de Jesus). Neste livro, Ribera coloca ênfase numa narrativa mais linear sobre a vida da

Teresa, mas justifica que abordará muito superficialmente sobre as coisas que a Madre escreveu. Ele afirma em seu prólogo que se deve ler o que ela deixou escrito, ou seja, incentiva a leitura do livro da *Vida*. As fontes que o padre teve contato foram os escritos da Monja e demais “papéis soltos” – conforme ele mesmo registra. Em sua biografia, Ribera já está tratando Madre Teresa como santa e justifica a escrita deste livro: “la Madre Teresa de Jesús tiene harta parte la Compañía, de quien ella, en sus principios y después, fué siempre muy ayudada” (Ribera *apud* Fita, 1915, p. 4).

Outro biógrafo foi Diego de Yepes, frei da Ordem de São Jerônimo, que inicia a redação deste livro em 1587 e publica em 1606. O frei objetivava dar a conhecer a santidade de Teresa e por isso mesmo construiu uma narrativa heróica. Yepes, anos depois, foi testemunha no processo de beatificação de Madre Teresa tendo confirmado tudo o que deixou escrito sobre a monja. Não consta na edição publicada, mas conjuntamente com Diego de Yepes, o carmelita Tomás de Jesus (1563-1627) dividiu a escrita da biografia *Vida, virtudes y milagros de la bienaventurada Virgen Teresa de Jesús* (Iglesias, 2019, pp. 94-95).

Por fim, Gerônimo Gracián de la Madre de Díos (Carmelita Descalço) publicou em 1604 uma biografia sobre a Madre, intitulada: *Dilucidário del verdadero espíritu em ue se declara que se declara, que sea espíritu verdadero: de donda mana y sus grados [...]*. Pessoalmente ele conheceu a monja e foi seu conselheiro, confessor e muito próximo à ela. Gracián recebeu de Ana de Jesús os manuscritos da Madre e, recorrendo também as memórias do tempo de confessor, redige essa biografia que usamos como fonte.

Em resumo, as três biografias que servem de fontes para este estudo foram escritas e publicadas em períodos muito próximos e anteriormente à canonização de Teresa, em que cada uma delas contém uma escolha narrativa e sobressalta algum aspecto da sua vida.

A fabricação de santidade: biografias e hagiografias como fontes históricas

Para pensar o texto hagiográfico em relação ao texto biográfico, vamos discutir e demonstrar algumas diferenças entre ambos tendo como base a bibliografia especializada sobre o tema.

De acordo com André Vouchez (1995), é preciso descer a história da espiritualidade dos altos cumes da religiosidade monástica e perceber o impacto que a mensagem cristã pode exercer para a maioria (Vouchez, 1995). Em outras palavras, pensar numa perspectiva de longa duração as marcas culturais que o cristianismo deixou no Ocidente Europeu⁵.

Michel de Certeau ressalta as diferentes características entre a hagiografia em relação ao texto biográfico. A hagiografia se configura como um gênero literário, que não está limitada à Antiguidade ou à Idade Média no Ocidente cristão. Ela privilegia os atores do Sagrado (no caso os santos) e tem como objetivo a edificação (exemplaridade de trajetória) dos personagens. Nesse sentido, esse gênero literário carrega consigo uma autenticidade e valor histórico que exige ao pesquisador das ciências sociais “retraçar as etapas, analisar o funcionamento e particularizar a situação cultural” (Certeau, 2017, p. 290). Ainda em Certeau, a hagiografia é um texto que não se refere essencialmente “àquilo que passou”, como se faz na história, porém propõe tratar sobre o “que é exemplar”. Já as biografias de santos (ou vidas devotas), buscam o enfoque naquelas personalidades mais antigas, tratando das fontes e vestígios de vida de modo mais crítico, ou seja, propõe uma pesquisa sistemática em manuscritos, a classificação de fontes, a transformação de texto em documento, por exemplo (*Idem*, p. 292).

Outro ponto de diferenciação entre esses dois gêneros textuais se dá nas narrativas da trajetória do personagem em questão. Enquanto a biogra-

⁵ Com maior profundidade, o tema foi discutido no artigo publicado em 2019: Brandão, Marcella de Sá (2019). A percepção e o protagonismo do corpo no texto de Santa Teresa de Ávila. *Annales FAJE*, 4:3, pp. 5-15. <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/anales/issue/view/570>. ISSN 2526-0782.

fia visa colocar uma evolução da vida, ressaltando as diferenças, a hagiografia supõe que “tudo é dado na origem como uma vocação” ou com um *ethos* inicial (*Ibidem*, p. 297). De modo semelhante as biografias, as hagiografias apresentam como temática a vida de algum indivíduo. No entanto, de acordo com Norma Discini, o que vai diferenciar ambos os gêneros é a ressaltada tônica sobre a ética sobre as atividades religiosas que circunda a biografia dos santos, de modo que a vida da pessoa hagiografada é uma vida significativa em Deus (Discini, 2012, pp. 76-77).

Sobre o conceito de santidade, Jean-Pierre Albert (1997) esclarecer que existe uma desproporção entre homens e mulheres canonizados e que a noção de pureza, santidade e castidade é diferenciada dentro da perspectiva binária. O autor chega a uma hipótese de que o universal de santidade é o masculino e que as mulheres participam da esfera do Sagrado a partir das margens. Esse autor nos ajuda a pensar a inscrição feminina nesse complexo de santidade cristã, assim, a sua investigação aponta para as relações de força, tensão, descontinuidades e contradições narrativas, procurando tirar a invisibilidade de sujeitos para pensar o processo de santidade feminina.

Jean-Pierre Albert caracteriza a santidade cristã a partir de dispositivos simbólicos: dualismo; pensamento de sacrifício; modelo profético de relação com a vida e, por último, não menos importante, a noção de pureza (Albert, 1997, p. 402). De acordo com o autor, a questão da pureza dificilmente foi colocada para a santidade dos homens sendo esta, portanto, um domínio do feminino. Aprofundando essa questão, Jean-Pierre Albert demonstra que a noção de pureza não pode simplesmente ser reduzida à uma exclusão da sexualidade ou da vida sexual, por se tratar de um ponto muito mais amplo e difuso dentro do cristianismo. Pureza pode ser entendida também no campo da moralidade, em que pureza e impureza são entendidas enquanto o estado da pessoa. Assim, a pureza e o sacrifício do martírio se apresentam como algumas qualidades do santo, mas essas noções são afetadas pelas condições históricas, conforme aponta o autor.

A partir da discussão acima, é possível inferir que a noção de santidade e, por consequência, a elevação do indivíduo à santificação é muito ampla dentro do catolicismo. São muitas as variantes que compõem as características do santo e, como nos ensina Michel de Certeau e os autores citados, os contextos históricos socioculturais contribuem para a difusa e ampla caracterização de santidade. Com o decorrer dos anos e com a institucionalização do catolicismo, o culto aos santos e a confirmação de santidade começaram a sofrer um processo jurídico por exigência dos papas (Brandão, 2015, p. 131).

Em suma, a vida de um indivíduo biografada ou hagiografada (homem ou mulher) se inscreve na vida de um grupo, de uma Igreja ou comunidade. Além de oferecer um imenso repertório de temas que, frequentemente, historiadores, teólogos, sociólogos e demais pesquisadores das ciências humanas exploram.

Como fontes históricas, esses textos podem nos revelar as tensões, resistências, cooperações e disputas discursivas. Em outras palavras, tanto as autobiografias quanto as biografias ou hagiografias carregam consigo traços culturais, sociais, econômicos de seu tempo, deixando pistas das relações de poder e gênero que estão por ser investigadas.

Referências bibliográficas

Albert, J.-P. (1997). *Le sang et le Ciel: les saintes mystiques dans le monde Chrétien*. Paris: Aubir. ISBN 978-27-007-2283-3.

Alabrús, R. & Cárcel, R. (2015). *Teresa de Jesús: la construcción de la santidad femenina*. Cátedra. ISBN 978-84-376-3419-7.

Brandão, M. (2015). “Em defesa dos catholicos”: imprensa católica no episcopado de D. Antônio Ferreira Viçoso. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais.

Brandão, M. (2019). A percepção e o protagonismo do corpo no texto de Santa Teresa de Ávila. *Annales FAJE*, 4:3, pp. 5-15. <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/anales/issue/view/570>. ISSN 2526-0782.

Cammarata, J. (1994). El discurso femenino de Santa Teresa de Ávila, defensora de la mujer renascentista. *Actas Irvine-92*, vol. 2, pp. 58-65. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1734484>.

Certeau, M. (Nov 1966). Culturas e espiritualidades. *Concilium: revista internacional de teologia*, n.º 9, pp. 5-26.

Certeau, M. (2015). *A fábula mística: séculos XVI e XVII*, vol. 2. : GEN/Forense. ISBN 978-85-309-6590-7.

Certeau, M. (2017). Uma variante: a Edificação Hagio-gráfica. In *A Escrita da História*. Forense. ISBN 978-85-309-3573-3.

Discini, N. (2012). Para o estilo de um gênero. Bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso*, 7:2, pp. 75-94. <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/9934>. ISSN 2176-4573.

Fita, R. (1995). Cuatro biógrafos de santa Teresa de Jesús: el P. Francisco de Ribera, Fr. Diego de Yepes, Fr. Luis de León y Julián de Ávila ; Relaciones biográficas de Santa Teresa por Julián de Ávila, en 1581, 1596 y 1604. *Madrid: Boletín de la Real Academia de la Historia*, pp. 3-22. <https://biblioteca-digital.jcyl.es/en/consulta/registro.cmd?id=4283>.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. Graal. ISBN 978-65-5548-007-8.

Jesus, M. (1588). *Los libros de la madre Teresa de Jesus fundadora de los monesterios de monjas y frayles Carmelitas descalços de la primera regla*. en *Salamanca por Guillelmo Foquel*. BNE/BDH. <http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000051713>.

Iglesias, R. (2019). *Razones y emociones femeninas: Hipólita de Rocabertí y las monjas catalanas del Barroso*. Cátedra. ISBN978-84-376-4060-0.

McGinn, B. (2017). *O florescimento da mística: homens e mulheres da nova mística: 1200-1350*. Paulus. ISBN 978-85-349-4456-4.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, 2: 20, pp. 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. ISSN 2175-6236.

Weber, A. (2012). Teresa de Ávila. La mística femenina. In Morant, Isabel (Dir.), *Historia de las mujeres em España y América Latina: el mundo moderno*. Vol II. Cátedra. ISBN 978-8437622590.

Vauchez, A. (1995). *A espiritualidade na Idade Média Ocidental (séc. VII-I-XIII)*. Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-1133-X.

**Gobernadores generales del Estado de Brasil
y poblaciones indígenas (1583-1621): Jaguaripes
y Aimorés. Un estudio a través de los *regimientos***

Sergio Moreta Pedraz*

Resumen

Este artículo investigará el trato que la Corona intentó establecer, en el Estado de Brasil, con algunos de los pueblos indígenas de los que tuvo conocimiento entre 1583 y 1621. Los *regimientos* otorgados a tres gobernadores generales del Estado de Brasil trataron de regular la relación con estas poblaciones, como los jaguaripes o japuyas y los aimorés, que fueron capaces de organizar movimientos de resistencia organizados, lo que suponía, de esta manera, una amenaza para las autoridades del territorio.

Palabras clave: gobernadores generales, indígenas, regimientos, jaguaripes, aimorés.

Abstract

This article will investigate how the Crown attempted to deal, in the Estado de Brasil, with some of the indigenous peoples of whom it had knowledge between 1583 and 1621. The *regimentos* granted to three governors-general of the Estado de Brasil tried to regulate the relationship with these populations, such as the Jaguaripes or Japuyas and the Aimorés, who were able to organise organised resistance movements, thus posing a threat to the authorities of the territory.

Keywords: governors general, indigenous, regimentos, jaguaripes, aimorés.

* Doutorando em História na Universidad de Salamanca (Espanha), sob a orientação da Professor Doutor José Manuel Santos Pérez, com contrato de pré-doutorado da Junta de Castilla y León cofinanciado pelo Fondo Social Europeo.

Introducción

La relación entre los gobernadores generales del Estado de Brasil y las poblaciones indígenas durante los siglos XVI y XVII es un tema que no ha sido estudiado en profundidad hasta el momento. Sí es cierto que en los últimos años han ido surgiendo investigaciones que están llevando a conocer mejor estas poblaciones, su resistencia y su resiliencia con respecto a los colonos portugueses que llegaron al que, en este momento, se comenzó a conocer como *Estado do Brasil* (Marques, 2013, p. 231) y que está dando lugar a una historiografía extensa sobre este asunto, clave, por otra parte, en la Historia de la América portuguesa. A través de este artículo, el objetivo es conocer en profundidad la visión de la “otra parte”, la de la administración territorial, con el gobernador general a la cabeza, con respecto a estas poblaciones indígenas. Aunque tradicionalmente ha sido la “parte” que ha tenido todos los focos, no es menos cierto que para este momento (1583-1621) y en este lugar (Estado de Brasil) no ha sido suficientemente investigado. Fue durante este periodo, que se inserta en los 60 años en los que la América portuguesa perteneció a la Monarquía Hispánica (1580-1640), cuando sucedieron varios hechos fundamentales en lo que respecta a las poblaciones indígenas del territorio. Esta cuestión ha sido tratada por varios autores como Luiz Felipe de Alencastro (2000), Ronaldo Vainfas (1995) o Pablo Magalhães (2010; 2020). Rafael Ruiz (2002), por su parte, investigó las leyes indigenistas que se promulgaron en estos 60 años, mientras que para conocer a los gobernadores generales y los *regimentos* que les fueron otorgados no podemos olvidar los trabajos de Francisco Carlos Cosentino (2009) o de Hugo Flores Araújo (2018).

Este vínculo entre poblaciones indígenas y gobierno general hay que entenderlo dentro del contexto que se enmarca dentro de las investigaciones que se están desarrollando hoy en día, y que intentan comprender en profundidad conceptos como “fracaso”, “resistencia” o “resiliencia”. Por tanto, es necesario abordar la cuestión de estos procesos de resistencia que se vivieron a lo largo de estos años para, posteriormente, intentar comprender cómo es-

tos actores influyeron, o no, en los procesos de cambio social que se produjeron a lo largo del periodo colonial.

La América portuguesa formó parte de la Monarquía Hispánica desde 1580, momento en el que, tras la muerte del rey D. Sebastián, comenzó una crisis sucesoria en Portugal que terminó con la incorporación del reino luso y sus colonias a los dominios de la Monarquía Hispánica bajo el gobierno de Felipe II. Así, en el año 1580, tanto el Reino de Portugal como sus territorios ultramarinos se agregaron a los dominios de los Habsburgo, concibiéndose una unión en la que se aseguraba su particularidad (Elliott, 2010, p. 39). La primera consecuencia que tuvo esta unión fue la incorporación de Portugal a un amplio conjunto de territorios que formaban una “Monarquía Católica”, unidos por una identidad y homogeneidad cristiana donde se sobreponían medidas políticas y religiosas (Cardim, 2017, p. 50). Por tanto, a partir de 1580 hubo una integración de Portugal y sus territorios ultramarinos, incluido lo que hoy en día conocemos como Brasil, a la Monarquía Hispánica, territorios que heredaron las cualidades, debilidades y disputas de la Corona castellana. Fue en este periodo en que el Estado de Brasil perteneció a la Monarquía Hispánica cuando se produjo una consolidación institucional del territorio, consecuencia de la preocupación e interés que la Corona de los Habsburgo demostró en relación a la colonia portuguesa (Moreta Pedraz, 2019, pp. 9-11).

Este interés también se observa en todo lo relacionado con las poblaciones indígenas que en este momento vivían en la América portuguesa, hecho que se ve reflejado en la numerosa legislación que se comenzó a promulgar a este respecto, como las leyes de los años 1587, 1609 y 1611. La primera ley indigenista decretada por los Habsburgo, datada en 1587, a pesar de tener en su texto una referencia a la “guerra justa” y a la ley anterior, de 1570, tenía otros intereses, ya que el objetivo era intentar organizar un sistema en aldeas (una especie de repartición de indios), aunque teniendo en cuenta que esta organización nunca debía de llevarse a cabo en contra de la “voluntad” de los propios indígenas. Por tanto, el objetivo era realizar una organización

similar a la que se estaba llevando a cabo en la América española, un sistema de repartimiento de indios para que trabajasen la tierra aunque, para mantener el principio legal de libertad indígena, se determinaba que se les debía pagar por sus servicios (Ruiz, 2002, pp. 21-22). Sin embargo, las leyes más importantes a este respecto se promulgaron años después, en 1609 y 1611.

La ley de 1609 continuaba preocupándose por el trabajo indígena, pero determinaba que debían ser los jesuitas quienes fuesen los intermediarios entre colonos e indígenas, administrando el pago de sus salarios y encargándose de suministrar la mano de obra de los indios de sus aldeas a aquellos que los necesitasen (Ruiz, 2002, p. 24). Este sistema de control por parte de los jesuitas duró poco tiempo, ya que esta ley fue modificada solo 2 años después, en 1611, momento en el que se despojó el poder concedido a los Padres de la Compañía de Jesús y se determinó que los indios estuviesen siempre a los mandos espirituales de un cura, que debía ser siempre un clérigo portugués, y no de un religioso, y menos si este era miembro de la Compañía. Esto se debió, entre otras causas, a que los jesuitas habían entendido la ley de 1609 como un régimen de aldeamientos, de “reducciones” cerradas donde tenían el poder espiritual y temporal. Al mismo tiempo, la ley de 1611 también introducía una serie de modificaciones, como la inclusión de la figura del “capitán de aldea”, jefes civiles e incluso jueces que debían preocuparse de que junto a los indios siempre hubieran curas y religiosos, y no solo jesuitas (Ruiz, 2002, pp. 29-30).

Además de esta legislación indígena, también tenemos información sobre estas poblaciones en los tres *regimientos* conocidos que se concedieron a algunos de los gobernadores generales del Estado de Brasil enviados para gobernar el territorio durante este periodo, concretamente a Francisco Giraldes (1588), a Gaspar de Sousa (1612) y a Diogo de Mendonça Furtado (1621). A través de estos agentes de la administración se intentó actuar con respecto a algunas de estas poblaciones que son mencionadas en los *regimientos*, principalmente con los pueblos indígenas llamados jaguaripe y aimoré. Como el gobernador general era el principal agente político del rey en el territorio,

encarnaba en su figura el poder real que se le delegaba a través de las distintas órdenes y *regimentos*. Por tanto los *regimentos* deben entenderse como fuente de jurisdicción, ya que era la forma de expresar el carácter jurisdiccional de la Monarquía en el territorio, donde el monarca delegaba parte de sus poderes al gobernador general como su representante en el Estado de Brasil (Araújo, 2018, pp. 69-70).

Por tanto, este trabajo trata de desarrollar, además de la visión que la Corona tenía sobre estas poblaciones, cual fue la forma de actuar de estos grupos indígenas y cómo se fueron generando diferentes movimientos de resistencia y rebeldía que llevaron a comenzar conflictos con los diferentes agentes de la administración del Estado de Brasil, en este caso, nombrados por los Habsburgo. Los Imperios portugués y español, que en este momento se unieron bajo el paraguas de la Monarquía Hispánica, fueron entidades políticas a gran escala que se basaron en la diversidad y la desigualdad en prácticamente todas las esferas. Investigar esta relación entre dominantes y dominados nos llevará a enriquecer su conocimiento y sobre todo su capacidad para participar en los procesos de cambio de la sociedad colonial.

En los tres *regimentos* anteriormente mencionados se nombran dos grupos indígenas: jaguaripes/japuyas y aimorés. Sin embargo, no podemos obviar que durante estos 60 años fueron muchos otros grupos los que también lucharon y tuvieron disputas con la administración, como los indios potiguares o los indios carijós, además de, por supuesto, todo el conflicto con los pueblos indígenas del territorio correspondiente al Maranhão. De esta manera, se analizará lo que la Corona Habsburgo se propuso hacer con estas poblaciones indígenas (jaguaripes y aimorés), ver qué diferentes movimientos de rebeldía y resistencia se generaron y entender qué acciones llevaron a cabo los gobernadores generales contra ellos durante este periodo. Estas revueltas indígenas fueron manifestaciones de resistencia que se llevaron a cabo a través de la confrontación violenta, donde intentaron alterar el orden establecido, suponiendo, de esta manera, una amenaza potencial para las autoridades de los Habsburgo. Por tanto, no fueron brotes de resistencia de-

sorganizadas o aisladas, sino que demostraron tener capacidad de liderazgo y movilización dentro de estas comunidades.

Los gobernadores generales y la población jaguaripe

Los indígenas que, a finales del s. XVII, eran conocidos como jaguaripes o japujas se situaban en Jaguaripe, un territorio localizado en la capitanía de Bahía, y, por tanto, próximo a Salvador de Bahia, ciudad donde estaba instalado tanto el gobierno general como las principales instituciones del Estado de Brasil en este momento. Anteriormente a la información proporcionada en el *regimiento* de 1588, otorgado a Francisco Giraldes, su predecesor en el cargo, Manuel Teles Barreto, que gobernó entre 1583 y 1587, tuvo que lidiar con el primer movimiento religioso sincrético que se creó en el Estado de Brasil, conocido como "Santidade de Jaguaripe", instaurado en el Recôncavo Baiano por Antônio de Tinharé, indio tupí y antiguo alumno de los sacerdotes jesuitas en el Colegio Tinharé de Ilhéus (Vainfas, 1995, p. 78). Antônio de Tinharé organizó una verdadera corte a su alrededor, en la cual él mismo estaba en un primer plano junto con una india que todos los "creyentes" denominaban la "Mãe de Deus". Santos y santas, vicario y sacristán, ministros y una orden de obispos completaban el estado mayor de este movimiento (Calasans, 2011, p. 25). El núcleo de esta "secta" reunía, al menos, a algunos centenares de indios: hombres, mujeres y niños que no pertenecían a tribus o grupos locales específicos, muchos de los cuales habían huido de los molinos y haciendas del Recôncavo o de las misiones, donde predominaban los tupinambá. El gobernador general Manuel Teles Barreto afirmaba que esa era la causa de tantos disturbios en el territorio, pues indios y cautivos huían incendiando continuamente las haciendas y todo lo que encontraban a su paso (Vainfas, 1995, p. 78).

El prestigio de este movimiento fue en aumento. Era el propio "Papa", quien tenía el papel más preeminente. La conversión de cada persona también importaba un cambio de nombre: uno de los esclavos, Gaspar Fran-

cisco, de Itaparica, llamado Luiz, pasó a ser Unduari; Domingos adoptó el nombre de Bujurí; *cão grande*, esclavo, terminó siendo Pai Jesus Pocu. Los recién bautizados pasaban a disfrutar de la misma vida ociosa que los viejos creyentes, confiando en todos los milagros prometidos, por lo que se volvían temiblemente peligrosos y comenzaron a constituir un verdadero problema. Las noticias llegaron a Salvador de Bahía, momento en el que el gobernador general Manuel Teles Barreto decidió intervenir con fuerza. En principio, envió verificar *in situ*, a través de una expedición, las verdaderas proporciones del movimiento. Una vez informado de la situación, el gobernador general ordenó cortar el problema de raíz, destruyendo la iglesia y apresando a los principales miembros del movimiento. Esta tarea fue asignada a Bernardim Ribeiro da Gram, quien, con una provisión de Manuel Teles Barreto, se presentó en el territorio de Jaguaripe junto con varias personas de su confianza. Conocedor de la lengua tupí, consiguió hablar y convencer a los indígenas, por lo que rápidamente se hizo con la “figura de mármore e os livros e mais coussas de suas cerimônias, que tudo entregou ao Governador” (Calasans, 2011, pp. 40-43).

Este movimiento sincrético, para Manuel Teles Barreto, fue "la raíz de todos los males" (Vainfas, 1995, p. 175). El problema llegaría a la Corona, que el 12 de julio de 1586 afirmó tener noticias de que Manuel Teles Barreto había tenido que trabajar mucho para acabar con un indio que llegó a ser “Papa” en aquellas tierras, quien fue hecho prisionero, aunque posteriormente volvió a escapar y desapareció. De esta manera, en el *regimento* concedido a su sucesor, Francisco Giraldes, encontramos la forma con la que se debía tratar a este grupo jaguaripe o japuja, concretamente en los puntos 16 y 17:

16. *E porque sou informado que em Jaguaripe, que esta entre a Capitania de Bahía e a de Pernambuco, ao longo da costa, haverá mais de três mil índios que se tem feito fortes, e fazem muitos insultos e danos nas fazendas de meus vassallos daquelas partes, recolhendo para si todos os negros de Guiné que andam alevantados e impedem poderse caminhar por terra de umas Capitánias a outras; vos encomendo que, podendo desarraigá-lo daquele lugar este gentio e dar-lhe o castigo que merece, pelos portugueses*

e mais gente que mataram, o façais, praticando-o primeiro com o Bispo e pessoas que vos parecer que se deve ter para, com menos risco da gente portuguesa, e mais a vosso salvo, poderdes castigar e lançar da terra este gentio [...].

E sucedendo haver algum alevantamento dos gentíos, ou qualquer outro caso, ou casos tais, para cujo remédio, por não haver outro, seja forçado fazerdes guerra ao dito gentio, castiga-lo e lança-lo fora da terra, procedereis nisso pela maneira acima declarada, com toda a consideração.

17. Dom Antônio Barreiros, bispo daquelas partes, e Cristóvão de Barros, Provedor de minha Fazenda em elas, que por falecimento do Governador Manuel Teles Barreto ficarem governando aquele Estado, me escreveram que alguns principais dos gentíos, que se chaman Japujas, foram à Bahia e lhes requereram que os mandassem buscar, porque se queriam vir para aquela Cidade, e viverem junto dela; e porque lhes pareceu que seria serviço de Deus e meu agasalhar-se aquele gentio, assim para receberem a agua do santo batismo, como para por esta via poderem haver o muito salitre que naquelas partes há, lhes fizeram muito agasalho e os vestiram, e pediram aos Padres da Companhia de Jesu, os trouxessem do sertão, com todos os mais que com êles se quisesses vir, o que êles aceitaram, e eran idos a êste efeito [...] (Mendonça, 1972, pp. 263-264).

La población aimoré

Ni en los posteriores *regimentos* de Gaspar de Sousa de 1612 ni de Diogo de Mendonça Furtado en 1621 se menciona a esta población jaguaripe, por lo que el "problema" parecía haber desaparecido. Sin embargo, sí se mencionaban otras poblaciones indígenas como los aimorés o botocudos, poblaciones que también vivían en Bahía, en este caso al sur de la capitania, y se extendían hasta el norte de la capitania de Espírito Santo. Uno de los predecesores de Gaspar de Sousa, a quien se le concedió el *regimento* en 1612, fue Diogo Botelho, gobernador general del Estado de Brasil de 1602 a 1608, quien, tras llegar a Salvador de Bahía tras su paso por la capitania de Pernambuco, a finales de 1603, comenzó un nuevo conflicto contra la población

indígena aimoré que vivía en el territorio. Según frei Vicente do Salvador, el mejor servicio que Botelho prestó en Bahía fue la rendición de los aimorés, población que había causado estragos, según él, desde que el gobernador Mem de Sá inició el conflicto contra ellos (Salvador, 1918, p. 156). El propio Felipe III, el 19 de marzo de 1605, daba las gracias a Diogo Botelho señalando el éxito obtenido con la “ayuda” que había enviado contra los aimorés y la “paz” que había firmado con esta población.

Para solucionar este problema con los aimoré, Diogo Botelho se valió de otra población indígena, los potiguares, enviándolos principalmente a Porto Seguro e Ilhéus para intentar “pacificar” a las poblaciones de estas capitanías. Era en esta región donde Fernando de Noronha, Conde de Linhares, tenía multitud de posesiones, principalmente en la capitanía de Ilhéus. Por esta razón, Diogo Botelho envió a un contingente potiguar a este territorio, convirtiéndose así en una especie de “agente” de Fernando de Noronha actuando en la defensa de los intereses del Conde de Linhares:

“[...] Os Petigoares que mandey ha Bahya e ylheoss tem mortos e cativos muitos Aimorees e spero com a ajuda de ds q’ a limpem de todo os ylheos dos immigos e se torne a Restaurar aquela capt^a e fazendas que nella ha perdidas e q’ Renda a VS (Fernando de Noronha) muito o seu engenho de St^a Anna que dizem que he muy bom, e com minha chegada lá (la de Diogo Botelho) Spero que a fazenda de VS lhe monte muito mais day por diente [...]” (Magalhães y Xavier, 2020, pp. 129-130).

En estas y otras revueltas tuvo un papel fundamental Zorobabel, jefe de los potiguares de Rio Grande, cuyas relaciones con los portugueses se fueron deteriorando con el paso del tiempo hasta el punto que a su vuelta a territorio potiguar, después de ayudarles en diferentes campañas, comenzó a ser hostilizado por misioneros franciscanos, ya que las autoridades temían su liderazgo en las diferentes aldeas. Finalmente acabó siendo deportado a la ciudad de Évora en el año 1609, donde acabó muriendo (Alencastro, 2000, p. 124).

Desde la Corona, la información que se dio a los siguientes gobernadores generales con respecto a esta población aimoré se desarrolla en los *regimentos* concedidos a Gaspar de Sousa en 1612 (punto 25) y a Diogo de Mendonça Furtado en 1621 (punto 24):

Procurareis com muito cuidado guardar e conservar a paz com o gentio vizinho daquê-le Estado, e principalmente com os Aimorés, procurando que tenham com o português muita comunicação, castigando com muito rigor qualquer mau tratamento que se lhes fizer. E porque um dos meios mais convenientes que se pode usar para conservação da paz com êsse gentio, e os domesticar com os portugueses, é o entender-se a sua língua, procurareis que se faça dela vocabulário, e a imprima [...] para com mais facilidade se poder aprender (Mendonça, 1972, p. 422).

Consideraciones finales

En las páginas anteriores, por tanto, se ha intentado esclarecer el interés que la Corona, en este caso de los Habsburgo, tuvo en solucionar los diferentes movimientos de resistencia que comenzaron a desarrollarse con las poblaciones indígenas de la América portuguesa. Aunque solo se han tratado dos ejemplos, los pueblos jaguaripe y aimoré, durante los s. XVI-XVII fueron muchos otros pueblos los que iniciaron otros movimientos como los potiguares, carijós, etc. Lo llamativo, en este caso, es que la actuación contra los dos grupos indígenas que se tratan a lo largo del trabajo se dieron en momentos clave, justo en el momento en el que se promulgaron las tres leyes indigenistas en el territorio (1587, 1609, 1611).

La actuación contra estas revueltas indígenas no fue, a pesar de ello, ni mucho menos pacífica, ya que fueron capaces de crear verdaderos movimientos de resistencia organizados. Las fuentes hablan que el movimiento religioso sincrético, el conocido como “Santidade de Jaguaripe” tenía desde centenares a miles de miembros y que recogían todas las personas desencantadas que hubieran huido y quisieran pertenecer a la misma. Por otra parte, la comunidad aimoré consiguió organizarse en un territorio importante,

perteneciente a un noble portugués. La actuación de la Corona, a través de los gobernadores generales que ocuparon el cargo en cada momento, fue la misma: represión y confrontaciones violentas. El *modus operandi* fue idéntico, declaración de “guerra justa” contra estas poblaciones que, una vez eran sometidas con la inestimable intervención de las diferentes autoridades, pasaban a formar parte del “sistema”, no sin antes haber ofrecido resistencia a través de diferentes movimientos, que resultan clave para conocer uno de los periodos más importantes de la América portuguesa.

En definitiva, se observa cómo, ya desde finales del s. XVI, las poblaciones indígenas del Estado de Brasil conformaron diferentes movimientos de resistencia contra las autoridades, en este caso de los Habsburgo, con el objetivo de mejorar su situación. Finalmente, en estos primeros momentos, no conseguirían sus objetivos ya que la supremacía y la autoridad de la Corona con respecto a estas poblaciones llevaron a contenerlas a través de la fuerza y la violencia. Sin embargo, estos primeros movimientos se pueden considerar como precursores, ya que comenzaron, aunque fuera con un alcance limitado, un proceso de cambio de la sociedad colonial.

Referências bibliográficas

Alencastro, L. F. (2000). *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras.

Araújo, H. F. (2018). *A construção da governabilidade no Estado do Brasil: perfil social, dinâmicas políticas e redes governativas do governo geral (1642-1682)*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Calasans, J. (2011). *Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe*. EDUNEB.

Cardim, P. (2017). *Portugal y la Monarquía Hispánica (ca. 1550- ca. 1715)*. Marcial Pons.

Cosentino, F. C. (2009). *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII). Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. Annablume.

Elliot, J. (2010). *España, Europa y el mundo de ultramar (1500- 1800)*. Taurus.

Magalhães, P. A. (2010). *Equus Ruus. A Igreja católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade Federal da Bahia.

Magalhães, P. A. y Xavier, L. F. (2020). “Um labirinto de Creta”: as redes políticas nos primeiros anos do governo de D. Diogo Botelho (1602-1603). In J. M. Santos Pérez (Ed.). *Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640)*. Sílex, pp. 121-148.

Marques, G. (2013). De um governo ultramarino. A institucionalização da América Portuguesa no tempo da união ibérica (1580- 1640). In P. Cardim (ed.). *Portugal na Monarquía Hispánica. Dinâmicas de integração e conflito*. Centro de História de Além- Mar.

Mendonça, M. C. (1972). *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*. Tomo I. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Conselho Federal de Cultura.

Moreta Pedraz, S. (2019). *Instituciones y agentes de la administración durante el reformismo habsbúrguico en Brasil (1588-1640): prácticas políticas y redes personales*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidad de Salamanca.

Ruiz, R. (2002). La política legislativa con relación a los indígenas en la región sur del Brasil durante la unión de Coronas (1580- 1630). *Revista de Indias*, 224, pp. 17-40.

Salvador, F. V. (1918). *História do Brasil, 1500-1627*. Weiszflog irmãos.

Vainfas, R. (1995). *A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. Companhia das Letras.

**Reduções jesuítas, resistência e martírio: a agência
ameríndia em documentos da Companhia de Jesus do
século XVII**

Jefferson Aldemir Nunes*

Resumo

Procura de elementos de resistência de povos originários ao projeto colonizador ibérico por meio da morte dos jesuítas Aranda Valdívía e companheiros em 1612 no Elicura (Chile atual), e de Roque González e companheiros em 1628 no Caaró e Pirapó (sul do Brasil atual). A metodologia empregada é a releitura de textos jesuítas sobre esses dois eventos a partir de uma visão mais próxima do ponto de vista dos povos originários, extraindo elementos de resistência possíveis e buscando revisar criticamente as representações tradicionais sobre essas mortes consideradas santas.

Palavras-chave: Jesuítas, Martírio, Resistência ameríndia, Missões, América Colonial.

Abstract

Search for elements of resistance by indigenous peoples against the Iberian colonization project through the deaths of the Jesuits Aranda Valdivia and companions in 1612 in Elicura (current Chile), and of Roque González and companions in 1628 in Caaró and Pirapó (southern current Brazil). The methodology employed is a re-reading of Jesuit texts on these two events from a viewpoint closer to that of the indigenous peoples, extracting possible elements of resistance and seeking to critically revise traditional representations of these deaths considered holy.

Keywords: Jesuits, Martyrdom, Indigenous resistance, Missions, Colonial America.

* Doutorando em História na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), sob orientação da Professora Doutora Graça Almeida Borges e do Professor Doutor Federico Palomo, com bolsa da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL).

Introdução

O presente *paper* intenta pensar as mortes de religiosos da Companhia de Jesus (consideradas como mártírios para a Igreja Católica e seus fiéis) dentro da perspectiva das resistências dos povos originários ao avanço evangelizador dos religiosos. Esses “elementos de resistência” serão percebidos a partir de três pontos: a defesa da poligamia, o ataque físico aos religiosos e a destruição e absorção dos símbolos religiosos europeus pelos nativos¹ nos contextos da morte dos jesuítas Martín de Aranda Valdívia, Horácio Vecchi e Diego de Montalbán em 1612 na região de Elicura (atual Chile), e de Roque González de Santa Cruz, Juan del Castillo e Alonso Rodríguez em 1628 no Caaró e Pirapó (atual sul do Brasil).

Primeiramente, é interessante clarificar o que está sendo considerado, aqui, como “resistência”. A definição tradicional de resistência enquanto “toda a oposição dos indivíduos aos actos do poder, quer passiva quer activamente” (Silva, 1963, p. 402) e de “embaraço, dificuldade, oposição; recusa feita aos desígnios e vontades de outrem [...] defesa própria o que luta contra elementos externos” (Correia *et al.*, 1989, p. 265) tem sido expandida e compreendida, na historiografia das últimas três décadas, a partir da releitura das fontes coloniais (como as cartas de religiosos) por meio de novas perspectivas. Isto está ligado ao advento de ideias de decolonialidade (associada aos *subaltern studies*), a realocação da percepção das lutas das populações locais contra o avanço europeu em seus territórios para sua ação direta que ultrapassava a simples reação aos assentamentos de colonos (e não simplesmente uma resposta a partir do ponto de vista europeu), o estudo de insucessos de ações colonizadoras, a busca dos significados dos silêncios e omissões da documentação, a maior consideração da *agency* dos “invisibilizados” pela

¹ No Brasil é disseminado o uso do termo “indígena” para se referir às populações ameríndias que já estavam no continente quando os europeus chegaram em 1492, e que foram denominadas pelos colonizadores como “índios”. Consciente das reivindicações pelo abandono deste último termo por seu peso eurocêntrico, e de que o primeiro termo abrange, especialmente em outros países, todas as populações nativas de uma região (não só da América), me utilizarei de “nativo”, “ameríndio” e “povos originários” aqui, para mais fácil inteligibilidade.

historiografia tradicional, uma melhor compreensão da alteridade, direitos humanos etc.

Embora minha pesquisa não esteja associada prioritariamente à esta interpretação que visa “dar voz” aos grupos subalternizados na análise (tanto no período colonial quanto na escrita sobre ele, pelas dificuldades inerentes a recuperar uma “voz nativa” direta em fontes com subjetividades tão latentes), estas perspectivas que propõem ir adiante do mero discurso cristianizador e civilizatório europeu me são bastante caras. Penso que essa revisão da ideia de resistência para além da perspectiva única de violência e insubordinação à ordem imperial é perceptível nos casos aqui enfocados, visto as muitas camadas de sentido que as mortes de religiosos possuíam, e que iam além do que um jesuíta imerso em parâmetros civilizatórios e morais específicos do século XVII podia perceber quando narrava os acontecimentos. Resistência seria, assim, uma forma de oposição que ultrapassa a mera resistência violenta, mas envolve uma série de dimensões simbólicas e culturais.

Embora raramente abordada a partir desta perspectiva, a morte de religiosos pode ser pensada como uma espécie de *fracasso*, visto a incapacidade de compreender parâmetros culturais do “outro nativo”, que atenta contra a vida do religioso como forma de sanar o desrespeito e confronto com seu modo de vida tradicional e recuperar uma sacralidade comunitária perdida. Isso está de acordo com ideias do projeto *Failure*, que aborda casos (seja individuais ou coletivos) de fracassos históricos e ou práticas discursivas associadas a ele. Meu trabalho se associaria, assim, ao *Work Package* (WP) 4, que pensa “entidades políticas complexas” (os jesuítas, as monarquias ibéricas e os grupos ameríndios) e as “noções abstratas de fracasso” do projeto cristianizador colonial por meio da morte dos religiosos.

Além disso, pode ser pensada, também, dentro do WP 3, que foca em “atribuciones comunitarias del fracaso y grupos estigmatizados que están particularmente predispuestos a ser identificados con el fracasso”. Acredito que esse conceito pode ser associado a grupos nativos americanos, que, não

raro, eram considerados na documentação (como nos escritos do jesuíta José de Acosta), como “bárbaros” cheios de falhas morais e civilizatórias, como se esta fosse uma condição natural de sua existência e que estaria diametralmente separada de uma pretensa superioridade europeia².

Igualmente, a consideração de *resistência* em sua multiplicidade (simbólica, física, cultural), que é trazida nos casos de martírio aqui enfocados, tem conexões diretas com o projeto *Resistance*. Por meio da análise de processos de resistência vários que envolvem atores e instituições sociais, especialmente centradas nos impérios ibéricos (enquadrados em uma temporalidade extensa), ele visa ressaltar as incoerências, inadequações e conflitos derivados da tentativa de imposição política, econômica, religiosa e cultural homogeneizadora das metrópoles nas colônias.

Assim, há a inserção, do presente trabalho, dentro do WP 1 desse projeto, que enfoca os “surtos de resistência” movidos por grupos subalternizados e dominados que ficavam à margem de um poder decisório direto sobre suas escolhas culturais e, em momentos específicos, tomavam ações consideradas violentas pelas autoridades. É particularmente importante, nesse ponto, perceber as conexões de conflitos locais com estruturas globais de dominação que, por meio desses sucessivos embates, iam sendo refinadas por meio tanto de melhores métodos de catequização (para os religiosos) quanto legislações que garantissem a continuidade da ação da máquina burocrática metropolitana. Por fim, a hipótese do *Resistance* de ver “the persistence of traditional pre-colonial practices of resistance, peasantry, ritual violence and also corporate or community motivations” permite pensar como os grupos nativos moviam suas ações com base em estruturas de pensamento e políticas específicas que muitas vezes não respeitavam às normativas ibéricas³.

Tanto o evento da morte de jesuítas no Chile, em 1612, quanto no Paraguai, em 1628, foram permeados por discursos que nos permitem desprender esses elementos de resistência ameríndia ao avanço ibérico e fracassos

² O projeto *Failure*. <http://failure.es/>.

³ O projeto *Resistance*. <https://www.resistance.uevora.pt/>.

citados nos projetos, que possibilitam analisar contextos mais alargados da relação entre missões religiosas e povos originários. Dentre esses, é possível pensar desde sucessos (ou insucessos) missionários até o papel que as rebeliões nativas tiveram para a construção de imagens sobre os grupos ameríndios (como o já citado José de Acosta) e a autorização do uso de força para dominá-los e torná-los mais “dóceis” aos projetos colonizadores ibéricos.

É necessário frisar aqui, porém, que todos estes termos acima citados (resistência, *agency*, insucessos, invisibilização etc.) devem ser considerados em sua historicidade e contextualizados, sem a impressão de concepções contemporâneas (especialmente dos séculos XX e XXI), que foram fruto de muitas décadas de debates da arena diplomática e acadêmica internacional (como na ONU, em ONGs, em congressos em universidades, nos movimentos sociais etc.), sob risco de anacronismos e distorção das suas reais percepções para as populações do passado.

A metodologia utilizada neste trabalho foi a releitura de textos jesuítas sobre esses dois eventos a partir de uma visão mais próxima do ponto de vista dos povos originários, extraindo elementos de resistência possíveis e buscando, por meio de estudo dos dois casos de martírio nos atuais Chile e sul do Brasil, revisar criticamente as representações tradicionais sobre essas mortes consideradas santas. Se pretende, assim, ressaltar os múltiplos contextos nos quais religiosos, ameríndios e colonos estavam inseridos, em uma conjuntura de conexões mundiais no período moderno.

Os “martírios” do Elicura e do Caaró e Pirapó: elementos de resistência(s) nativa(s)

Os contatos multifacetados entre povos originários e europeus no período colonial no continente americano foram permeados pela ação dos religiosos da Igreja Católica como franciscanos e jesuítas. Partindo dos centros de colonização que estavam começando a ser edificados, como Lima, Assunção, São Vicente etc., os missionários avançavam para territórios de

nativos estabelecendo reduções para cristianização. Esse relacionamento, porém, nem sempre acontecia de forma pacífica, e, em diversas áreas, grupos e caciques ofereceram resistência ao avanço dos religiosos, fazendo ameaças, impedindo a entrada em suas áreas de domínio ou atacando-os de forma violenta.

Discordando de uma perspectiva que foi predominante na historiografia até os anos 1980, que apontava que a aliança dos povos Guaraní (vistos usualmente como “pacíficos” e “dóceis” à cristianização e dominação) com os espanhóis recém chegados foi fundamental para que estes pudessem se estabelecer na região do atual Paraguai, o pesquisador jesuíta Bartolomeu Melià destacou que, entre os anos de 1537 e 1616, houve pelo menos 25 rebeliões de grupos originários documentadas na região da Província Jesuítica do Paraguai. Encerrando estruturas “tipicamente proféticas”, estes movimentos teriam, segundo o pesquisador, instrumentalizado elementos simbólicos e religiosos das populações nativas para fazer frente a esses novos “*carais*” [os sacerdotes cristãos] (Melià, 1988, p. 30).

Essas rebeliões ameríndias eram, muitas vezes, o traço mais visível das resistências de povos locais ao avanço colonizador ibérico, mas não eram os únicos: o “silêncio, desobediência, mentiras, preguiça e embriaguez... comporiam a parte ‘invisível’ para os espanhóis do período, incapazes, em sua maioria, de compreender o outro” (Bruit, 1992, pp. 77-101). Dessa forma, há uma série de atitudes resistivas de populações das colônias que passavam por cima da percepção que os europeus tinham, e que muitas vezes não eram interpretadas como resistência por eles, mas como defeitos culturais e vadiagem.

Dentre os casos em que esses ataques geraram a morte de missionários da Companhia de Jesus, considero que dois merecem atenção no contexto americano: o do Elicura (atual Chile), de 1612, no qual os jesuítas Martín de Aranda Valdívia, Horácio Vecchi e Diego de Montalbán, além de cinco ameríndios mapuches cristianizados foram executados; e o do Caaró e Pirapó (atual sul do Brasil), de 1628, onde os padres Roque González de Santa Cruz, Juan del Castillo e Alonso Rodríguez foram mortos.

Ambos os eventos foram definidos como martírios pelos jesuítas e cristãos da América, e apropriados na retórica da Companhia de Jesus desde o princípio ao serem narrados em suas cartas e outros escritos, vários dos quais com intenção propagandística para fundamentar os processos de beatificação deles. Considero que o objetivo dos textos era não apenas o de narrar as mortes dos religiosos, mas, também, legitimar a presença dos jesuítas nas áreas de fronteiras dos impérios ibéricos com as populações ameríndias, com as mortes de missionários servindo como prova da “entrega total” da Companhia à salvação das almas e, de forma mais ampla, ao projeto colonizador imperial (Martins & Nunes, 2022).

Os ataques aos jesuítas, mormente os que resultaram em “mortes santas”, foram sempre interpretados pelos religiosos como perpetrados por “caciques sensuais” e “feiticeiros”, que eram movidos e dominados pelo demônio. Com isso, muito da perspectiva nativa sobre os eventos é prejudicada, visto que toda a narrativa é enquadrada pela retórica da Companhia de Jesus, e todas as ações dos povos originários são interpretadas a partir de um filtro hagiográfico católico. Mesmo assim, os ameríndios encarnaram papel retórico importante nesses textos. Em eventos violentos como os do Chile e do Paraguai, foi a ação dos nativos que permitiu a produção de mártires: sem os “inimigos da verdadeira fé” que se levantaram contra os “nobres e bondosos” religiosos, não haveria a necessidade deles se entregarem em nome de Cristo e dar o testemunho dele perante os “algozes” (Oliveira, 2010).

Apesar das fontes sobre eventos coloniais como as mortes do Elicura e do Caaró e Pirapó serem inseridas nessa perspectiva de uma escrita hagiográfica, laudatória e perpassada por uma série de visões depreciativas com relação aos ameríndios (bem entendida, aqui, como uma percepção da época, sedimentada em trabalhos como o supracitado Acosta), é possível perceber a presença de janelas opacas pelas quais as formas próprias desses grupos de interpretar os ataques aos religiosos e suas ações ficam aparentes. Como apontado por Rafael Gaune Corradi, reconstituir historicamente figuras de caciques como Anganamón, chefe mapuche que causou as mortes no Elicura

(ou de Ñezú, cacique guarani apontado como responsável por comandar as mortes no Caaró e Pirapó) a partir de fontes hispânicas, objetivando a extração de uma “voz nativa” de forma direta é, metodologicamente, uma tarefa quase impossível, visto os muitos filtros e fórmulas presentes na escrita colonial, muitos dos quais não temos mais acesso. É possível, porém, nos aproximarmos das “complejidades, circularidades y diversas dimensiones de la cristianización del pueblo mapuche” (Gaune Corradi, 2010, p. 86), percebendo dualidades e brechas no discurso jesuíta e das autoridades (metropolitanas e locais) que permitem reconstituir as contradições do sistema missional frente ao modo de vida dos povos originários e as possíveis motivações deles para os ataques aos religiosos.

Penso que isso pode ser enquadrado dentro da ideia de “escrita afetada” de Felipe e Paz (2019), ou seja, uma escrita colonial permeada por uma série de traços próprios de cosmovisões nativas que, ao serem registradas pelos jesuítas (seja pelo interesse em registrar culturas tão distintas das europeias e que não compreendiam, seja pela busca da condenação de traços considerados pecaminosos) a partir de fórmulas típicas da escrita cristã europeia, deixavam entrever marcas dessa presença ameríndia. Se percebem, assim, o encontro de subjetividades várias dos missionários e dos nativos em contraposição a “demandas formais que a hierarquia da Ordem impunha aos missionários”, com as perturbações que os saberes e ações dos povos originários que interagem com os religiosos em missão deixaram nos registros (Paz & Felipe, 2019). Acredito que isso tem especial impacto na narração de eventos tão traumáticos para uma redução quanto o ataque violento e a morte de religiosos, o que deixaria marcas nos registros sobre esses eventos.

Dentre os elementos de resistência nativa que podem ser desprendidos dos casos específicos do Elicura e do Caaró e Pirapó cito, primeiramente, a defesa da poligamia pelos nativos, tema recorrente em documentos do período colonial, que era sempre acompanhada de discursos de condenação moral, e considerada junto a outros “vícios pecaminosos” próprios de civilizações consideradas “bárbaras”. No contexto reducional americano, o

controle do casamento monogâmico e o ataque à manutenção de muitas mulheres pelos caciques era considerada, pelos religiosos, como a conformação de um núcleo familiar cristão ideal, que deveria ser a base de reprodução social para todos os cristianizados. Para os ameríndios, porém, esta não era somente

“uma questão de interesses carnis, também existia a questão do trabalho e o status dentro da comunidade. Um cacique que tinha várias mulheres era bem visto dentro da sua tribo e eram as índias que trabalhavam e produziam; os homens estavam voltados apenas para a guerra e as festas” (Siqueira Filho, 2009, p. 10).

Assim, a poligamia não era unicamente perpassada pelo aspecto carnal, mas um traço distintivo da posição de mando que o cacique ocupava dentro da comunidade, enquanto articulador do poder e construtor de alianças com outras aldeias e líderes da região (e também com europeus, em certa medida). Além disso, determinava diversos papéis sociais e de produção, como as plantações, a caça, a guerra etc. Logo, quanto maior o número de esposas, maior a influência do cacique. As investidas dos missionários contra a esse sistema geraram uma série de tensões, e tanto no caso do Elicura quanto no do Caaró e Pirapó há referências aos ataques dos jesuítas contra a poligamia como um dos principais motivadores dos ataques aos religiosos, e de que Ñezú (cacique mandante das mortes de Gonzáles e companheiros) esconderia as filhas e esposas para evitar que fossem batizadas pelos religiosos, o que o faria perder poder sobre elas e sobre a comunidade.

O segundo ponto de resistência dos povos originários aos avanços missionários que destaco é a própria morte dos jesuítas. Ameaças e ataques a religiosos que tentavam entrar em territórios de algumas populações ameríndias eram uma constante dentro do processo de colonização da América. São diversos os relatos de relações tensas entre religiosos e caciques, que precisavam empreender muita negociação para permitir a entrada da mensagem cristã nas terras de determinados grupos, processo esse que aponta

uma certa agência nativa, refletida na necessidade dos europeus de dosar a violência e condenações, e entregar presentes que poderiam ser úteis para os caciques, para abrandar a desconfiança deles.

O crescimento das tensões não raro levou aos ataques e mortes de religiosos, e a maneira como estas foram efetuadas indica traços distintos de uma mera defesa contra um inimigo invasor. Houve a sistemática destruição dos corpos dos missionários: eles foram atacados, despidos, seus corpos foram arrastados e queimados. A morte ritualizada aponta que, para os nativos, não era preciso somente matar os religiosos, mas destruir seus corpos e retirar deles qualquer símbolo sacro representativo de seu poder religioso. Era um exercício de destituição de “poder xamânico” deles e uma tentativa de negação à vida eterna que pregavam (Oliveira, 2010, p. 326).

No caso da Província Jesuítica do Paraguai, Roque González e Alonso Rodríguez foram despidos, seus corpos foram esquartejados e queimados dentro da igreja que estava sendo construída, com o coração de González sendo arrancado de seu peito de trespassado por uma flecha antes de também ser jogado às chamas. Dois dias depois, Juan de Castillo foi arrastado por um largo espaço, enquanto era submetido a uma série de torturas (como seus olhos flechados), e o corpo sofreu com o ataque de paus e pedras. Ele acabou amarrado a um tronco em forma de cruz e seu corpo foi queimado, numa clara imitação (ou escárnio) da morte de Cristo (Blanco, 1929). No caso do Chile, os religiosos foram mortos por golpes de facão e machado, com os corpos perfurados por lanças e despidos. O coração de alguns deles também teria sido arrancado do peito, como no evento da Província do Paraguai. Apesar de não terem sido queimados, os corpos dos jesuítas e nativos cristãos mortos foram deixados a céu aberto para apodrecer ou que abutres os comessem (Blanco, 1937).

Por fim, o último elemento de resistência ameríndia que destaco nos eventos do Elicura e do Caaró e Pirapó é a destruição e absorção dos símbolos religiosos dos jesuítas pelos nativos. Desde a chegada dos primeiros religiosos nessas regiões, eles foram encarados pelos nativos igualmente

com receio e respeito. Sendo chamados de “*hechicero*”, “*hechicero de burla*”, “*fantasma*” (ou seja, feiticeiros e seres esquivos ao modo de vida que os ameríndios conheciam), os jesuítas despertavam fascínio e admiração dos povos originários pelos seus ritos tão estranhos aos seus olhos e seu desafio à influência e poder simbólico dos pajés. Nesse contexto, caciques, pajés e religiosos se enfrentaram em disputas pelo controle da prerrogativa de comunicação com o sacro e o domínio do poder simbólico das aldeias, com as tradições religiosas locais sendo questionadas e deslegitimadas pelos jesuítas (Oliveira, 2010, p. 4).

Por isso, em momentos de conflito como os ocorridos no Chile e no Paraguai, a morte dos religiosos não foi marcada somente pela violência física, mas também simbólica. Os corpos dos missionários, como visto, foram despidos de suas batinas e descaracterizados, depois as missões foram queimadas, o que permite perceber uma retomada simbólica do espaço tradicional, em um aparente “ritual de purificação” da aldeia. Isso foi marcado não só pela destruição dos corpos religiosos, mas também de seus ornamentos sacros, como cruzes, cálices, bíblias e missais etc., que eram representativos de um poder místico que os indígenas não compreendiam (ou não podiam controlar)⁴.

O cacique Ñezú (mandante dos ataques na Província do Paraguai em 1628), porém, foi além. Ele realizou um processo de “desbatismo” de crianças e adultos de sua tribo. Vestindo-se com roupas litúrgicas dos padres por cima de suas plumagens de guerra (o que o fazia unir o poder simbólico cristão com o ameríndio), e carregando no peito pedaços dos ornamentos destruídos, como cálices (algo que outros nativos também fizeram), Ñezú fez a troca ritual do nome das crianças e as “desbatizou”. Para isso colocou

⁴ Guarepú, índio reduzido na missão de Candelária, que teria sido testemunha ocular do martírio do Caaró, deu o seguinte depoimento: “Mas que juntamente vió que entrando los indios en la casa e iglesia del dicho Padre, y sacando sus cosas hicieron padazos las que en el alt-ar estaban; y las demás cosas y ornamentos sagrados las llevaron al capitán Ñezú; y que despúes vió vestido al dicho Ñezú de los ornamentos que el dicho Padre solía usar quando decía Misa” (Blanco, 1929, pp. 444-446).

água nelas como os religiosos faziam⁵, raspando suas línguas com um pouco de barro áspero (segundo ele para tirar o gosto de sal sagrado dos padres), tentando extirpar a influência colocada no corpo delas pelos jesuítas. Dessa maneira, “apoderando-se da ritualística católica, Ñezú invertia suas práticas, subvertia-as a partir de dentro, usando-as para outros fins” (Oliveira, 2010, p. 328).

A troca do nome merece, aqui, um destaque. Espaço de disputas entre religiosos e indígenas, nomear era uma maneira de enquadrar o indivíduo em uma configuração social específica. Para o religioso europeu, dar nomes cristãos para os povos originários era fazê-los renascer para a sociedade cristã e a civilização, associando-os a santos que poderiam os proteger e interceder por eles. O nativo se tornava, a partir do batismo, uma página em branco, pronta a ser reescrita pela pena “civilizadora cristã” do religioso e dos colonos. Para os ameríndios, por outro lado, o nome também tinha um sentido idênticamente (se não mais) profundo. O próprio significado deste determinava o lugar social que a criança ocupava na cosmovisão da tribo e a sua vitória sobre espíritos malignos que eles acreditavam que atacavam os bebês. A criança não “se chama”, ela “é” o seu nome, ele que determina sua identidade. Assim, nos primeiros dias de vida, nomear era considerada uma “atribuição divina” que trazia a necessidade de um pajé intérprete capaz de ler os sinais e “descobrir” qual era o nome que os deuses haviam determinado para aquele novo ser. Por isso, o batismo e a atribuição de nome ocupavam um papel central na disputa entre pajés e religiosos não só pela alma do ameríndio, mas de sua identidade de forma mais alargada.

Essa busca de destruição da influência cristã sobre as tribos, mas, ao mesmo tempo, de sua incorporação simbólica parcial, demonstra a complexa percepção dos nativos de sua relação com os missionários e europeus de forma mais ampla. Assim, atacar os religiosos não era um mero ato de

⁵ Segundo os relatos dos religiosos, ele esconderia a cabeça no corpo, entre as nádegas, mentindo que era ele quem fazia a água escorrer pelos seus membros. Foi com essa água que ele batizou as crianças nos pés (em vez da cabeça, como os padres fazem), afirmando que seu batismo era o verdadeiro, enquanto o batismo dos “feiticeiros” cristãos era o falso (Blanco, 1929, p. 479).

violência guerreira e de defesa física da aldeia, já que era necessário “primeiro destruí-lo, mostrar sua vulnerabilidade, depois, incorporá-lo, vesti-lo. Os ornamentos e objetos litúrgicos, como já havia indicado Métraux, eram considerados pelos índios como atributos do poder do qual os missionários estavam investidos” (Oliveira, 2010, p. 327).

Vestir-se como o missionário fazia, carregar no peito pedaços de aparatos sacros cristãos como se fossem pingentes ou amuletos, desbatizar e renomear crianças com nomes tradicionais da tribo, eram formas de o cacique/pajé redimensionar os elementos simbólicos cristãos a partir de sua própria perspectiva, e demonstrar aos demais membros da tribo que ele possuía o mesmo “poder místico” para determinar os rumos do indivíduo dentro da comunidade que o jesuíta, se apropriando de parte daquele poder.

Considerações finais

Considero que esses três elementos apontados permitem uma releitura das fontes jesuítas, que registraram os eventos do Elicura e do Caaró e Pirapó a partir de uma visão própria da Companhia de Jesus, mas que, lidas dentro de uma perspectiva historiográfica atual, percebe nuances e interpretações próprias dos povos originários para seus ataques aos religiosos. É necessário, porém, aprofundar os estudos e buscar uma avaliação mais equilibrada, não caindo nem na análise laudatória dos registros dos missionários (como se os traços nativos apontados correspondessem a um registro antropológico “imparcial” no sentido contemporâneo) ou exclusivamente crítica a ela (como se a parcialidade do relato jesuíta, marcado por fórmulas de escrita cristã do período medieval e moderno, impossibilitassem completamente o acesso a uma percepção nativa dos acontecimentos), tentando interpretar as ações ameríndias no seu tempo, sem buscar traços de uma “consciência resiliente” que, muitas vezes, não estava presentes nas intenções dos nativos.

No caso do martírio na Província Jesuítica do Paraguai, por exemplo, é importante não

“transformar Ñezú num defensor da cultura guarani, ou da identidade cultural guarani, e descartando a hipótese do messianismo, as razões que, segundo os próprios indígenas, teriam levado a morte de Roque dizem respeito à preservação de alguns aspectos centrais da cultura guarani: a poligamia, os cantos, o culto aos antepassados e todo um conjunto de práticas e valores condenados pelos missionários. Dizer que a rebelião de Ñezú foi em defesa do *ser antigo* não é idealizá-lo nem torná-lo um mártir da cultura guarani, mas situá-lo historicamente no interior de um conflito de poder provocado pelas profundas transformações em curso no “modo de ser” guarani” (Oliveira, 2010, pp. 317-318) [Grifo no original].

Pensar a morte de religiosos por povos originários de forma mais ponderada, portanto, percebendo as perspectivas de conflitos, fracassos, resistências, agência, simbolismos, fracassos etc., não imprimindo nem a interpretação de violência injustificada do ameríndio ao projeto missionário, nem dele enquanto figura meramente oprimida pelo avanço colonial ibérico como se não tivesse instrumentos para se defender do invasor europeu, ou ainda dele como um “símbolo de resistência decolonial” que lutava contra a dominação e destruição de seu modo de vida tradicional de forma heroica, garante uma complexificação da compreensão desse momento de contatos culturais multifacetados e complexos, que ajudou na construção das sociedades americanas atuais. Isso é importante porque, como apontaram Maria Cristina dos Santos e Guilherme Galhegos Felipe (2016), a vida dos povos ameríndios, a história de suas tribos e suas definições enquanto grupos cultural e simbolicamente distintos vai muito além de uma mera defesa contra os avanços dos europeus, como se toda a sua história fosse definida unicamente pelas relações com portugueses, espanhóis etc. pós 1492 (Santos & Felipe, 2016). Recuperar os sentidos simbólicos que vão única e exclusivamente das áreas e períodos de contato são fundamentais para pensar esses momentos de embates com os jesuítas levantados nesse texto.

Concluindo, penso que considerar a morte dos jesuítas enquanto atos radicais em um universo tensionado pelos conflitos simbólicos é importante para analisar contradições do projeto reducional ibérico, visto que ele afetava, como visto, diversas instâncias de poder e do sistema de reprodução social, econômico e representativo tradicional dos povos originários. Isso permite ir além da leitura moral e hagiográfica cristã impressa no discurso jesuíta das crônicas martiriais, e construir um quadro mais amplo dos contatos e de como os nativos pensavam seu lugar nas novas configurações sociais que estava nascendo no continente americano.

Referências bibliográficas

Blanco, J. (1929). *Historia Documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodríguez y Juan del Castillo de la Compañía de Jesús, Mártires del Caaró e Yjuhi*. Sebastián de Amorrortu.

Blanco, J. (1937). *Historia Documentada de la vida y gloriosa muerte de los padres Martín de Aranda Valdivia y Horacio Vecchi y del hermano Diego de Montalbán de la Compañía de Jesús, Mártires de Elicura en Arauco*. Sebastián de Amorrortu.

Bruit, H. (1992). O visível e o invisível na Conquista hispânica da América. In Ronaldo Vainfas (Org.). *América em tempo de conquista*. Jorge Zahar, pp. 77-101.

Correia, A. et al. (1989). Resistência. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, v. XXV. Editorial Enciclopédia.

Felippe, G. & Paz, C. (2019). Interseção de subjetividades a presença indígena na escrita afetada dos jesuítas. In *História da Historiografia*, 12:30, pp. 198-232.

Gaune Corradi, R. (2010). Anganamón entre los jesuitas. Voz indígena y cristianización en Chile colonial. Siglo XVII. In *XXXII Convegno Internazionale di Americanistica*, pp. 85-94.

Martins, M. & Nunes, J. (2022). Histórias Documentadas: José María Blanco, a beatificação de jesuítas e o martírio colonial na América. *Canoa do Tempo*, v. 14, 2022, pp. 1-28.

Melià, B. (1988). *El guarani conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*, vol. 5. Biblioteca Paraguaya de Antropología.

Oliveira, P. (2010). *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú*. Tese de Doutoramento apresentada á Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, G. (1963). Resistência. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, v. 16. Editorial Verbo.

Santos, M. & Fellippe, G. (Orgs.) (2016). *Protagonismo Ameríndio de ontem e hoje*. Paco Editorial.

Siqueira Filho, S. (2009). Os primeiros jesuítas na Araucanía chilena: Luis de Valdivia e sua Guerra Defensiva. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 1:3, pp. 1-15.

**Resistir para defender a pátria - a resistência de uma
aldeia alentejana nas Guerras da Restauração
e da Sucessão espanhola**

João Espadeiro Ramos*

Resumo

Estudamos a resistência dos moradores de uma aldeia na fronteira sul de Portugal durante as guerras dos séculos XVII e XVIII, para compreender as motivações para essa resistência. Para tal, revisitámos as publicações coevas e bibliografia sobre comunidades de fronteira, a partir das quais fizemos uma análise à vida da comunidade, prévia às guerras. Concluimos que esta resistência pontual, aos ataques, tem alicerces numa resistência latente fruto das características fronteiriças do território.

Palavras-chave: Relações de fronteira, Resistência, Territórios, Guerra da Restauração, Guerra da Sucessão.

Abstract

We studied the resistance of residents of a village on the southern border of Portugal during the wars of the 17th and 18th centuries, to understand the motivations for this resistance. To this end, we revisited contemporary publications and bibliography on border communities, from which we analyzed the life of the community, prior to the wars. We conclude that this specific resistance to attacks is based on latent resistance resulting from the border characteristics of the territory.

Keywords: Border relations, Resistance, Territories, Restoration War, War of Succession.

* Doutorando em História na Universidade de Évora, sob orientação dos Professores Doutores Mafalda Soares da Cunha e Nuno Camarinhas, com bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), nº UI/BD/154908/2023.

Durante as Guerras da Restauração e da Sucessão Espanhola uma aldeia na fronteira sul de Portugal foi atacada três vezes. Os seus moradores recusaram abandoná-la mesmo sabendo que dificilmente a conseguiriam defender, arriscando sofrer fortes perdas pessoais, familiares e patrimoniais. O que levou estas pessoas a resistirem ao inimigo ao invés de se protegerem?

Através de uma releitura das fontes coevas, nomeadamente as publicações propagandísticas do período da restauração¹, como sejam a *História de Portugal Restaurado* (Meneses, 1679), do Conde da Ericeira, os *Comentários dos valerosos feitos, que os protuguezes obraram...* (Azevedo, 1644), de Luís Marinho d’Azevedo e dois folhetos anónimos (*Relaçam de duas vitórias que os moradores da aldeia de S.to Aleixo...*, 1641; *Relaçam dos Sucessos, que nas fronteiras deste reyno tiveram as armas Del Rey Dom Joam o quarto N.S...*1645), cruzada com fontes e bibliografia sobre comunidades de fronteira e relações de vizinhança, apresentamos a hipótese de que as motivações para ficar e resistir estavam relacionadas com o tipo de território onde se inseria aquela comunidade.

A aldeia de Santo Aleixo, termo de Moura, comarca de Beja, província do Alentejo, foi atacada a primeira vez a 7 de outubro de 1641. Esse ataque era de certo modo previsível uma vez que já desde o fim de junho diversas localidades de ambos os reinos tinham sido atacadas, tinha-se saqueado gados e feito entradas em território inimigo (Cosme, 1996) e homens de Santo Aleixo tinham participado em alguns destes acontecimentos.

Dois meses antes do ataque, quando a vila de Mourão foi cercada, D. Francisco de Sousa, alcaide-mor da cidade de Beja,

“mandou que os lugares de Safara e Sancto alexo que são termo de Moura se recolhesse toda a gente à villa o que não teve efeito porque os moradores de Safara e Sancto Alexo mandaram dizer a Dom Francisco que aquelles dous lugares eram muito grandes e que não se podiam despejar nem passar para a villa sem [h]aver muito grande perda que lhe mandasse gente que eles a quieriam sustentar” (*Idem*, p. 338).

¹ Citadas neste texto a partir de autores que deles publicaram trechos.

No segundo ataque, em 1644, tendo o comando militar do Alentejo tomado conhecimento por espias que um grande efectivo militar se deslocava para atacar as aldeias de Safara e Santo Aleixo, mandou que o capitão-mor da vila de Moura “logo mandasse aos moradores destas aldeias despejassem todas com tudo o que pudessem e não ficassem morador nenhum nelas” (Caldeira, 2016, p. 142). De Safara responderam que “queriam defender o lugar até morrer” (*Idem*). De Santo Aleixo “responderam que não: os soldados e homens daquele lugar queriam morrer em defesa dele como pátria sua” (*Ibidem*, p. 143). Esta aldeia seria atacada e destruída a 12 de agosto de 1644.

O ataque que a aldeia foi alvo em 1704, no decurso da Guerra da Sucessão, também terá sido previsível, uma vez que diversas aldeias e freguesias do termo de Moura foram abandonadas no mês de maio (Cosme, 1996, p. 340), sendo a aldeia de Santo Aleixo atacada no último dia desse mês.

Sempre que receberam orientações para se recolher à vila ou que era evidente que um ataque poderia acontecer, os moradores de Santo Aleixo quiseram ficar para defender a sua aldeia, ao contrário do que se passou na maioria das aldeias do termo de Moura e de termos vizinhos, que se despovoaram durante as guerras. No primeiro ataque, os santo-aleixenses conseguiram resistir no reduto militar e nas trincheiras (Cosme, 1996, p. 340). No segundo, depois do combate nas trincheiras e “vendo os nossos o inimigo já na terra, se retiraram a um reduto que tinham ao redor da igreja” (Caldeira, 2016, p. 144). No terceiro, a situação voltou a repetir-se e “o capitão mor desprezando as trincheiras, e o lugar, por não ter com que os guarnecer, mandou retirar tudo à fortificação” (Caldeira, 1997, p. 41). Aqueles habitantes decidiram ficar, mas acabaram, em dois dos três ataques, por se concentrar no reduto por não terem condições para defender a aldeia. Então, porque decidiram ficar?

As fontes coevas atribuem a resistência à grande sintonia desta comunidade com a política da Coroa. São vários os trechos que o afirmam: “ficar, se necessário por serviço de seu Rei, sepultados entre as ruínas de suas casas” (Caldeira, 1997, p. 29); “morrer em defesa dele como pátria sua, senão

que pelo mui católico Rei D. João(...)" (Caldeira, 2016, p. 143); "pelejando [...] com grandes vivas do feliz nome d'el-Rei D. João quarto nosso senhor" (*Idem*, p. 145). Também a memória paroquial descreve a história do paisano que, no ataque de 1704, perante os golpes do inimigo, se agarrou às ervas dizendo "estas sejam testemunhas de como morro pelo meu Rey" (Caldeira, 1997, p. 42).

Desde logo, é preciso ter presentes duas coisas: (i) os textos produzidos inseriam-se na estratégia propagandística da Coroa, nomeadamente procurando valorizar os parcos feitos bélicos, uma vez que estes eram fundamentais para avanços no campo diplomático (Costa, 2004, p. 55); (ii) o sentimento nacional atribuído aos conflitos da guerra da restauração, não existiu (*Idem*, p. 109).

Ainda que os de Santo Aleixo tivessem estado com D. João IV, em Évora em 1643, onde lhe prometeram defender a pátria (Caldeira, 2016, p. 143)² (a sua pátria, claro está), o mais provável é que tivessem ido procurar garantir direitos ou pagamentos³. Até porque nada indica uma vinculação especial daqueles moradores ao monarca. Francisco Consentino diz que "[o] poder régio em Portugal, durante o Antigo Regime, optou por uma personificação da sua autoridade como forma de criar fidelidade e garantir certa eficácia às decisões régias" (Barbosa, 2014, p. 117)⁴. No mesmo sentido, Margarete de Souza afirma que a fidelidade ao rei é uma obrigação da nobreza para obter a honra (Souza, 1998, p. 321). E Fernando Dores Costa é ainda mais peremptório ao afirmar que os vínculos de "fidelidade pessoal" eram uma característica da fidalguia (Costa, 2004, p. 50). É pois, muito pouco provável que as motivações dos moradores de uma aldeia nos confins do reino se prendessem com vínculos de fidelidade à figura real.

² Transcrição da Relação do que sucedeu na vila de Moura e nas Aldeias de Santo Aleixo e safara do Princípio do mês de Agosto passado até ao fim de Outubro deste presente ano de 1644, BNP, Reservados, Cód 6687, fl 258-272v.

³ A única mercê atribuída pelo ataque de 1641 foi-a ao capitão-mor da aldeia, precisamente em 1643 (ANTT, Registo Geral de Mercês, Portarias do Reino, Lv I, fl 120).

⁴ Referência original publicada em Cosentino, Francisco Carlos (2009). *Governadores gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias*. Fapemig.

Devemos ainda lembrar que a nova situação política, criada pela coroação dos Bragança, não melhorou a situação destas comunidades. Se por um lado a União Ibérica facilitava a mobilidade de pessoas e bens; por outro, a guerra não gerava simpatia nas populações, quer pela mobilização de homens, quer pela carga fiscal a que ficaram sujeitas para a financiar (*Idem*, p. 36).

Mais do que o afeto ao monarca, a resistência parece estar relacionada com as características daqueles territórios, de cuja defesa se poderia tirar proveitos. Os territórios de Santo Aleixo, nos quais os habitantes desenvolviam a sua atividade económica, estavam situados nas imediações da Contenda de Moura, extenso território indiviso e partilhado por populações vizinhas de ambos os lados da fronteira (Carmona Ruiz, 1998, p. 247). Essa extensão fazia com que integrasse no seu interior, ou nos seus limites, algumas aldeias. Numa inquirição de testemunhas de 1332, alguns castelhanos referem que a linha de demarcação da Contenda passava precisamente pela aldeia de Santo Aleixo (Caldeira, 2016, p. 23). À medida que era possível fazer valer os direitos dos moradores de um dos termos face às restantes pretensões em jogo, foram-se reduzindo as áreas em disputa (Sancha Soria, 1996, p. 55)⁵. Num espaço daquela natureza a utilização efetiva do território estava intimamente ligada ao direito de usufruir e até de reivindicar. A Contenda de Moura era um espaço de tal modo importante para a aldeia que em 1510, na sequência de uma escalada de conflitos, que envolviam o roubo de gados, se afirmava que a manter-se a situação, “a consequência inevitável era despovoar-se a aldeia de Santo Aleixo” (Caldeira, 2016, p. 26).

Também nesta zona da fronteira, em 1493, foi feita inquirição para saber a que reino pertencia a vizinha aldeia de Barrancos, cuja localização e arrecadação de impostos vieram a ser decisivas para que Portugal visse reconhecida a sua posse (Ramos, 2012, p. 70). Naquela zona de fronteiras as aldeias não eram apenas aglomerados urbanos, eram também delimitadores de territórios.

⁵ Exemplo disso são as terras de Rabo de Coelho, junto a Santo Aleixo, que passam definitivamente para o termo de Moura com o acordo de 1544 (conhecido por Concordata), quando as áreas de Rosal e Alpedras passam, da mesma forma, a integrar o termo de Aroche, em Espanha.

Mas sobre as características do território vale, também, a pena espreitar os privilégios concedidos a Santo Aleixo, que confirmam a importância para a coroa da presença daquelas pessoas, naquela localização. Entre os reinados de D. Afonso V e de D. Manuel I são atribuídos em número significativo (Páscoa, 2005, pp. 31, 70, 93 e 94). A sua proximidade à fronteira e à Contenda de Moura justifica privilégios especiais para manter aqueles moradores satisfeitos (*Idem*, p. 70). São privilégios que os isentam de sair da aldeia, quer para ir em alardo, quer para ir às procissões, ou para fazerem transportes e cederem bestas. A importância de estarem naquele local atribui-lhe direitos de natureza económica, como poderem ir fazer feira à vila, ou não terem limites à circulação dos seus animais de carga. É bastante evidente que os privilégios lhes advêm da importância da localização da sua aldeia.

Do lado castelhano a situação parece ter sido diversa. A única aldeia do termo de Aroche, situada junto à fronteira, foi abandonada durante a Guerra da Restauração (Caldeira, 2016, p. 46, nota 96). Também muita população de diversas vilas se retirou para o interior (Sancha Soria, 2008, p. 90). Parece haver, do lado castelhano, uma propensão menor para a permanência nos territórios. Problemas como o abastecimento e a pressão do alojamento das tropas (*Idem*, pp. 74-76) ou a fiscalidade (*Ibidem*, p. 59) colocam aparentemente maiores dificuldades no país vizinho. Isto não estará desligado do número de conflitos simultâneos em que aquele reino estava envolvido.

Torna-se evidente que são as características do território que aqueles moradores ocupam, que influenciam a sua ação. Quanto à sua resistência ser fruto de uma suposta afeição desmedida às causas da Coroa, a Guerra da Sucessão, em que a jurisdição da aldeia passa para Espanha desfaz esse mito. Desde o ataque à aldeia em 1704 até à assinatura do tratado de Utreque, em 1715, não há notícias de focos de resistência a essa sujeição ao país vizinho. Aliás, o comando militar espanhol que controlava a vizinha vila de Noudar, nomeia, entre os moradores da aldeia, tabelião para servir na mesma (AMM, *Juízo da Vigararia e Resíduos da Vila de Moura*, Tomada de contas da execução

de testamentos, nº 12, (não numerado)). A vida daqueles moradores segue: os que precisam fazer avaliação do seu património para se ordenar (ADE, *Corpo Eclesiástico de Évora, Habilitações, Habilitações para ordens menores*, mç 69, nº 1244, fl. 201) ou os que querem fazer os seus testamentos (AMM, *Juízo da Vigararia e Resíduos da Vila de Moura, Tomada de contas da execução de testamentos, nº 12, (não numerado))* adaptam-se à nova realidade jurisdiccional e seguem com as suas vidas.

Ainda que no quadro das guerras as forças em presença e o âmbito da disputa possam ser de natureza diversa de um quotidiano de partilha de territórios, séculos de permanência daquela comunidade, naquele local e naquelas condições, criaram um quadro mental que impeliu os moradores a ficar para defender os seus privilégios e o seu modo de vida. Os santo-aleixenses sabiam que não era fácil defender a sua aldeia, mas decidiam ficar, como que se estivessem a afirmar o seu direito de ali estar, do qual não pretendiam abdicar. Serão, quiçá, os resquícios desse quadro mental que fizeram com que ainda no século XX e nos princípios do XXI, enquanto as restantes aldeias perdiam moradores, os santo-aleixenses se mantivessem renitentes em abandonar, de forma definitiva, a sua aldeia.

Como já vimos a aldeia é um marco do território, mas as suas populações representam a memória daqueles territórios. Sabemos que a memória era fundamental para afirmar direitos. Não é por acaso que nas demarcações, na feitura de tombos, nas verificações de malhões de fronteira, se procurava sempre o testemunho das pessoas mais antigas de cada local (Ramos, 2008, p. 55). Precisamente por isso a prática de queima de arquivos é uma constante ao longo da guerra. Procurava-se causar impacto psicológico, desorganizar a gestão administrativa, mas também, atacar a memória colectiva (Sancha Soria, 2008, p. 119). Isso mesmo aconteceu em Santo Aleixo. Já no século XVIII se afirmava ser “constante tradição, que neste Lugar havia vários privilégios, que na guerra da Aclamação com o incêndio, e destruição, se perderão as Provisoens” (Cardoso, 1747, p. 264). A derradeira memória coletiva dos santo-aleixenses seriam eles próprios.

Mas as razões da sua resistência não deixam de estar expressas nos textos coevos que indicam que aquelas pessoas ficaram em “defensão da pátria”. E ainda que no século XIX e no Estado Novo, se tenha procurado trazer a expressão para o campo do nacionalismo, se a olharmos à luz da época em que foi produzida, sabemos que resistiram para defender a memória dos seus antepassados, a terra, a casa e o futuro dos seus descendentes⁶.

Este caso foge à tipologia de resistência que tem vindo a ganhar centralidade na discussão historiográfica e de que é excelente exemplo o projeto *Resistance*⁷. Os moradores desta aldeia não resistem a uma opressão contínua alicerçada em aspectos étnicos, religiosos ou geográficos, nem procuram a mudança social. As suas decisões e ações não são motivadas por desigualdades económicas, por exclusão social, ou por discriminação de minorias. Preocupações de resistência cultural e com a perturbação da coesão social, podem ter uma relação estreita com os acontecimentos.

Desde logo e em primeiro lugar encontramos-nos perante uma situação de desobediência. Os moradores da aldeia, mas também o comando local das ordenanças, nomeado pela estrutura política ou militar da vila, desobedecem claramente à orientação de recolher à protecção de um centro urbano de maior dimensão e permanecem na sua aldeia apesar da ameaça do ataque inimigo. Depois da desobediência vem a resistência ao ataque, implacável e destrutivo. E esta é uma resistência ativa e pontual. Mas por detrás da desobediência, poderá estar a resistência estrutural daquela comunidade, que é secular. Como vimos, o território, pela importância económica da utilização comunitária, é bastante apetecível. Os conflitos são recorrentes entre diferentes utilizadores do mesmo. A pressão para garantir posse é constante. A fixação de comunidades, que consolida direitos à permanência e utilização do mesmo, é um engulho para as restantes pretensões em jogo. E, por isso, a continuidade de uma aldeia naquela localização é um ato de resistência

⁶ Fernando Dores Costa define a pátria “como os antepassados, a terra e a casa, os vindouros e o que se lhe lega” (Costa, 2004, p. 90).

⁷ *Rebellion and Resistance in the Iberian Empires, 16th-19th centuries.*(778076-H2020-MSCA-RI-SE-2017)

constante. Do lado português a Coroa vai atribuindo privilégios para a fixação. Ao nível concelhio pode haver um comportamento ambíguo, entre a importância daquela comunidade para assinalar as pretensões de Moura ao território, mas ao mesmo tempo aqueles moradores, relativamente a outros dentro do termo municipal, têm o privilégio de estar em melhores condições de usufruir dos proveitos económicos que ele representa.

Com as decisões de permanecer e enfrentar o ataque militar vizinho, os moradores e as autoridades locais de Santo Aleixo, procuram a coesão social da sua comunidade, face a um potencial desmembramento da saída e da sua recolha a outras localidades. Sofrendo perdas, mantém a sua aldeia e o que ela representa de marco territorial face às pretensões castelhanas na Contenda de Moura. Como mantêm o seu direito a, entre os portugueses, ter um acesso privilegiado à dita Contenda de Moura. E, por isso, não é descabido dizer-se que podemos estar perante um ato de resistência cultural, pelo que ela representa de “preservação das memórias e das identidades das categorias sociais subalternizadas” (Cunha, 2021, p. 12).

Assim, os ataques dos séculos XVII e XVIII, realizados no contexto de guerra e a resistência aos mesmos, são apenas o lado mais visível de uma resistência latente e contínua à permanência num território de fronteira em que o risco e as oportunidades são duas faces de uma mesma moeda.

Referências bibliográficas

Fontes

Manuscritas

Arquivo Distrital de Évora (ADE)

ADE, Corpo Eclesiástico de Évora, Habilitações, Habilitações para ordens menores, mç 69, nº 1244.

Arquivo Municipal de Moura (AMM)

AMM, Juízo da Vigararia e Resíduos da Vila de Moura, Tomada de contas da execução de testamentos, nº 12.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT, Registo Geral de Mercês, Portarias do Reino, Lv I.

Impressas

Azevedo, L. (1644). *Comentários dos valerosos feitos, que os protuguezes obraram em defesa de seu Rey, & pátria na guerra de Alentejo*. Oficina de Lourenço de Anveres.

Cardoso, Pe. L. (1747). *Dicionário Geografico*, Tomo I. Regia Officina Sylviana.

Meneses, D. L. (Conde da Ericeira) (1679). *História de Portugal Restaurado*. Tomo I. Officina de João Galvão.

Relaçam de duas vitórias que os moradores da aldeia de S.to Aleixo, e das Villas de Mourão e de Monsarás alcansarão dos Castelhanos a 6 e 16 de Outubro ... (1641). Impresso por Jorge Rodrigues.

Relação dos Sucessos, que nas fronteiras deste reyno tiveram as armas Del Rey Dom Joam o quarto N.S. com as de Castella, depois da jornada de Montijo ate fim do anno de 1644, com a victoria de Elvas (1645). Impresso por António Alvares.

Estudos

Barbosa, L. (2014). Entre a distância e a fidelidade: Relações entre os capitães-mores do Rio Grande e os governadores de Pernambuco (segunda metade do século XVII). *Revista Acadêmica Historien, Petrolina*, Ano 5, nº 10, pp. 111-132. ISSN 2177-0786.

Cosme, J. (1996). *Elementos para a história do Além-guadiana Português (1640-1715)*. Câmara Municipal de Mourão. ISBN: 972-95257-0-6.

Caldeira, A. (2016). *A aldeia de Santo Aleixo - viagem ao passado de um povo da raia*. Câmara Municipal de Moura. ISBN: 978-972-8192-59-4.

Caldeira, B. (1997). *Aldeia heróica - Santo Aleixo da Restauração*. Edições Colibri. ISBN: 972-8288-69-7.

Carmona Ruiz, M. (1998). La explotación ganadera de la frontera luso-española: la «contenda» de Moura, Nódar, Aroche y Encinasola. *Revista da Faculdade de Letras – história*, II série, vol. 15, nº 1, pp. 241-257. ISSN: 0871-164X.

Costa, F. (2004). *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Livros Horizonte. ISBN - 972-24-1311-2.

Costa, F. (2004). *Milícia e sociedade: Recrutamento. Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores. ISBN: 972-42-3111-9, vol. 2, pp. 68-105.

Cunha, M. (Coord.) (2021). *Resistências. Insubmissão e Revolta no Império Português*. Casa das Letras. ISBN: 978-989-661-207-8.

Páscoa, M. (2005). *Fontes para a história de Moura, Vol. I - Catálogo de documentos relativos a Moura existentes na Torre do Tombo*. Câmara Municipal de Moura. ISBN: 972-8192-33-9.

Ramos, J. (2012). *Fronteira e Relações de Poder. Noudar e Barrancos no Antigo Regime*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Évora.

Sancha Soria, F. (2008). *La Guerra de Restauración Portuguesa en la Sierra de Aroche (1640-1645)*. Diputación de Huelva. ISBN: 978-84-8163-448-8

Sancha Soria, F. (1996). Los archivos municipales de Aroche y Encinasola como fuentes para el estudio de la Contienda. *Actas de las I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda hispano-Portuguesa (Tomo I)*. Escuela Taller Contienda - Aroche (Huelva). ISBN: 84-605-4992-5.

Souza, M. (1998). Uma política matrimonial prudente. *Revista Sínteses*, [S.l], Volume 3, pp. 313-323. ISSN 1981-1314.

Os léxicos da conquista: guerra, alteridades e resistências nas Capitâneas do Norte (Estado do Brasil, séculos XVII e XVIII)

Lívia Brenda da Silva Barbosa*

Resumo

Entre as décadas de 1680 e 1720, ocorreu um conflito que ficou conhecido na historiografia brasileira como “Guerra dos bárbaros”. A guerra ascendeu debates em diversos âmbitos da administração do Império, principalmente a respeito de sua necessidade. Este trabalho utiliza cartas, ordens régias e consultas do Conselho Ultramarino, com o objetivo de compreender as relações de alteridade vivenciadas nesta guerra; bem como, por meio de uma história dos conceitos, problematizar os sentidos e usos de termos como conquista, guerra ofensiva e guerra defensiva nesta documentação. A presença de um léxico específico da conquista e sua compreensão contribuem para a ênfase nas relações de resistência que permearam a guerra. Além disso, para interpretar como os seus envolvidos se mobilizavam em um processo conflituoso que não foi contínuo e perene, mas que teve avanços e recuos marcados por insucessos; algumas vezes nos exércitos da Coroa e outras pelo uso de estratégias de negociações da resistência à expansão, principalmente por parte dos ameríndios.

Palavras-chave: guerra justa, Razão de estado, teologia moral, Capitânicas do Norte.

*Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do Professor Doutor Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, com bolsa pelo Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

**Este trabalho faz parte das reflexões e notas de pesquisa em desenvolvimento na escrita da tese de doutorado a ser defendida no PPGH-UFF.

Abstract

Between the decades of 1680 and 1720, occurred a conflict traditionally known as “War of the Barbarians” by Brazilian historiography. This war arose discussions about different themes in Empire’s administration, particularly about its necessity itself. Therefore, this work utilizes letters, royal orders, and communications from the Overseas Council with the objective of understanding experiences of alterity in unfolding of the war. Additionally, through a conceptual history approach, this paper seeks to analyze the meanings and uses of conquest, offensive war, and defensive war in that period. The presence of a specific conquest lexicon and its understanding contribute to the emphasis on the resistance relations that permeated the war. Furthermore, to interpret how those involved mobilized in a conflictual process that was not continuous and enduring, but rather marked by advances and setbacks punctuated by failures; sometimes within the Crown’s armies and at other times through the use of negotiation strategies of resistance to expansion, mainly by indigenous peoples.

Keywords: just war, Reason of state, moral theology, Northern Captaincies.

Introdução

As guerras decorrentes do processo de conquista das Capitânicas do Norte, também nomeadas na historiografia como a “Guerra dos Bárbaros” (Puntoni, 2002; Pires, 1990) devastaram os sertões do Estado do Brasil entre os séculos XVII e XVIII, mobilizando principalmente os contingentes militares das capitânicas do Rio Grande, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Os embates travados envolveram soldados de diversas origens, configurando, para todos os efeitos, um conflito de natureza multiétnica quanto à composição das tropas. A experiência da vida em combate foi, inquestionavelmente, vivenciada e interpretada por esses indivíduos de acordo com suas próprias perspectivas. Compreender os aspectos cotidianos e as emoções associadas a vida em campo de batalha é, certamente, um desafio. Contudo, é inegável que esta guerra foi concebida e configurada de forma militar e política.

Como se deveria fazer e administrar a guerra, qual a sua moral e ética, o que a justificava e, afinal, o que era essa tal conquista? Estas questões são hoje essenciais para uma compreensão mais profunda desses eventos na corrente pesquisa, pois delineiam a natureza intrínseca do significado da guerra para os homens que atuavam nos postos administrativos e, em certa medida, para os indivíduos que comandavam as tropas no dia a dia. São indagações, que não serão completamente respondidas, mas aqui refletidas, pois movem tópicos da pesquisa em andamento.

A documentação menciona um vocabulário muito específico para dizer sobre os inimigos. Comumente é possível encontrar “redução dos índios”, “sertões infestados”, “gentios”, “bárbaros”, “índios de corso” e tantos outros termos, para qualificar (ou melhor, desqualificar) o inimigo, o “gentio brabo”. Esta vasta documentação permite reconstituir o avanço das tropas nas Capitânicas do Norte e coloca os pesquisadores do tema de frente com categorias que são mobilizadas nas fontes com aparente naturalidade pelos seus contemporâneos. Entretanto, seus sentidos podem se perder para o historiador hoje, o que impulsiona nesse texto a reflexão sobre sua semântica e apropriações a época do conflito.

Tais usos, justificaram e racionalizaram o embate. Estava posto que a guerra contra os “bárbaros” era uma necessidade. Quando governadores, capitães, camarários, membros das Juntas das Missões e uma série de autoridades coloniais assumem um léxico carregado de violência quais são os sentidos que estão ali intrínsecos? Por isso, há um esforço de resgatar os argumentos que justificaram a guerra contra as populações ameríndias; e, além disso, de relacionar os sertões do Norte do Estado do Brasil a como o Ocidente moderno pensou e fez a guerra, e ainda como a guerra foi aqui adaptada.

Buscar uma “arqueologia” desses sentidos escapa às próprias fontes. Por mais que não seja fácil identificar isso nas cartas, provisões, consultas e tantos outros documentos que resolvem sobre a guerra, existia sim uma espécie de teoria política e, ainda, um aparato jurídico sendo constantemente utilizado, e até construído, especialmente para as questões da manutenção das conquistas. Dentro disso, a guerra é inevitavelmente um objeto inerente a conquista e a expansão. Especialmente os debates da Razão de Estado (ou Razões de Estado) ajudam a entender os sentidos da guerra para os reinos europeus. Por isso, este debate aponta para estas aproximações a partir de um vínculo entre a História social e a História dos conceitos.

Por esse caminho, faz-se menção as reflexões de Reinhart Koselleck (2020) sobre a impossibilidade de ser fazer História social sem uma História dos conceitos, e a sua inevitável apreensão sem a reflexão sobre o sentido e a história das categorias de análise. Nesse caminho, a questão posta pelo autor é muito relevante “Qual estado de coisas poderia ser estudado, sobretudo, quando as fontes são escassas, sem levar em conta a maneira como os conceitos na época e presente são elaborados?” (Koselleck, 2020, p. 17). Mesmo que a pergunta servisse para alguns estudos medievais e da antiguidade, ainda é útil para o objeto de estudo da chamada “Guerra dos bárbaros”.

A interpretação das fontes exige, portanto, “meios epistemológicos alternativos de análise”, como apontou António Manuel Hespanha (2010, p. 146) para os estudos da cultura jurídica não letrada do Antigo Regime.

É interessante repensar ainda “Razões de Estado” que governadores, capitães-mores e camarários acessam para deliberar sobre a guerra. Estes homens falam de guerra justa, domínio e conquista no cotidiano administrativo, e por vezes utilizam mecanismos jurídicos e morais. Este mundo “a margem da cultura erudita” convive, conseqüentemente, com os modelos tradicionais e adaptações práticas da chamada teoria política erudita (Hespanha, 2010, p. 14).

Guerra ofensiva, guerra defensiva

A década de 1680 marca o início dos conflitos que configuraram a chamada “Guerra dos Bárbaros”. As queixas de grupos locais e as apreensões manifestadas pelos camarários, a respeito dos ataques indígenas no sertão tornavam-se recorrentes. Inclusive foi com vinda do sertanista Domingos Jorge Velho em junho de 1688, e a primeira leva de Paulistas uniu forças contra o “gentio bárbaro”, que vemos o desenrolar da “guerra justa e ofensiva” – nas palavras de Matias da Cunha – nos sertões do Rio Grande ocorria com o auxílio de tropas vizinhas (Alencar, 2017, pp. 65-68). O objetivo é refletir especialmente nesses primeiros anos da guerra, pois são nessas resoluções que se localizam a montagem da argumentação em torno na necessidade de se fazer guerra aos chamados tapuias¹:

Espero que não só terão todas as glórias de degollarem os bárbaros, mas a utilidade dos que prisionarem, porque por a guerra ser justa resolvi em Conselho de Estado, que para isso se fez, que fossem captivos todos os Bárbaros que nella se prisionassem na forma do Regimento de Sua Magestade de 611².

¹ O binômio “tupi-tapuia” é uma concepção que associa o tronco linguístico Tupi ao litoral e o termo genérico “tapuias” para se referir às diferentes nações que habitavam o interior do continente. Essa concepção, utilizada pelos próprios Tupi, foi incorporada ao vocabulário colonial. Com o tempo, o termo tapuia, que não era um etnônimo, começou a ser associado não só aos sertões, como também à ideia de “barbárie”.

² Carta que se escreveu ao Governador de Pernambuco João da Cunha de Soutomaior sobre a guerra do Gentio bárbaro do Rio Grande. *Coleção Documentos Históricos da Biblioteca nacional*. Vol. X, pp. 262-263, [grifos da autora].

Essa não é a única vez que a *guerra justa* foi colocada nas comunicações entre as autoridades que decidem sobre o conflito, porém, a menção a legislação indigenista, ou seja, uma aplicação do direito e ainda a qualificação da decisão por um “Conselho de Estado” é explícita, caso já analisado por Victor Silva (2020) em sua dissertação. Além disso, uma junta de teólogos foi mencionada por Matias da Cunha. O termo “guerra ofensiva”, “degolar”, “reduzir” eram cada vez mais comuns. Ou seja, aos poucos é construída uma retórica de guerra capaz de justificá-la e conferir um sentido legítimo ao processo de conquista dos sertões. Para isso, era comum que as autoridades recorressem a estes temas que inferiam violência. Isso ocorre não apenas no início da guerra, anos depois a necessidade de o extermínio e da guerra ofensiva ainda era usada pelos governadores, como com D. João de Lencastre, em 1695:

“Isto é o que de presente me parece que só convém para o reparo desses moradores, e vós deveis mandar executar, enquanto dou conta a Sua Majestade do que sobre este particular vos ordeno, e resolve, o que lhe proponho sobre a guerra ofensiva, que se pode fazer aos Bárbaros, para que ela tenha fim”.

A guerra justa é mencionada como ponto de legitimação do conflito, juntamente com a legislação de 1611, emerge logo no começo, com Matias da Cunha, como alternativa para implementar o extermínio com referenciais jurídicos. Citamos estritamente a lei de 10 de setembro de 1611, por ter sido aplicada por Matias da Cunha quando da deliberação de se fazer guerra justa nos sertões das Capitanias do Norte:

“Porém, succedendo caso, que os ditos Gentios movam guerra, rebellião e levantamento, fará o Governador do dito Estado, Junta, com o Bispo, sendo presente, e com chanceller e Desembargadores da Relação, e todos os Prelados das Ordens, que forem presentes no logar, aonde se fizer a tal Junta, e nella se averiguará, se convem, e é necessario ao bem do Estado, fazer-se guerra ao dito Gentío, e se ella é justa; e do assento, que se tomar, se me dará conta, com relação das causas, que para isso há, para eu as man

dar ver; e aprovando, que se deve fazer a guerra, se fará; e serão captivos todos os Gentios, que nella se captivarem” (Naud, p. 206).

Observamos, na letra da lei, a exigência de uma junta que pudesse decidir sobre a necessidade de guerra justa, muito embora o dispositivo tenha sofrido provavelmente adaptações do período filipino até a “Guerra dos bárbaros”, Matias da Cunha resolvia sobre a guerra justa se apoiando em um “Conselho de Estado” e uma Junta de “Theologos Ministros Officiaes maiores”. A guerra justa poderia ser ofensiva ou defensiva, e aparece explicitamente nos textos por terem um valor jurídico. O debate remete a constituições dos princípios da guerra justa ainda na Escola de Salamanca, com um de seus expoentes, Francisco de Vitória (1483-1546). Como aponta Victor Silva (2020), o teólogo considerava:

“os índios incapazes de se governarem, defendendo que se deveria ter uma relação do tipo paternalista em que os índios poderiam ser favorecidos de alguma maneira, fosse com a educação ou com a evolução do seu estágio de barbárie – e não apenas dando benefícios ao senhor. Quanto à guerra, ele acreditava que deveria ser feita e aceita desde que ela assumisse o caráter de guerra defensiva, assim como dizia que durante uma guerra justa poderia fazer-se tudo que fosse necessário a fim de defender o bem público” (Silva, 2020, p. 44).

Em suma, Francisco de Vitória acreditava que a guerra ofensiva era uma alternativa quando a guerra defensiva não fosse mais possível.³ Logo, a licitude da guerra ofensiva, do ataque, estava apoiada em uma reação ao inimigo. Não é por acaso que as primeiras reclamações sobre os *tapuyas* e a urgência da guerra foram justificadas frente aos ataques realizados nas fazendas de gado. O combate ao indígena também dizia respeito as ameaças aos estabelecidos, estes parte da Igreja e do corpo do Império, e à própria Fazenda Real.

³ Y se prueba, además, en quinto lugar, respecto a la guerra ofensiva, considerando que no se podría hacer cumplidamente la guerra defensiva si no se pudiera realizar la viodicta en los enemigos que hicieron la injuria o intentaron hacerla; pues, de lo contrario, tales enemigos se harían más audaces para repetir sus invasiones, ya que el miedo del castigo no les retraería de repetir la injuria (Vitória, 1946, p. 108)

Francisco de Vitória e os membros da Escola de Salamanca, como Domingo de Soto (1494-1560), assim como Melchior Cano (1509-1560), tiveram que lidar com as divergências entre direito natural e expansão. Novos problemas jurídicos e teológicos se apresentavam em torno do poder da Coroa sobre sua própria comunidade e o Ultramar. Assim, Francisco de Vitória resgata os preceitos da teoria do direito natural de São Tomás de Aquino para responder a essas questões (Fernandez-Santamaría, 2005).

Como alternativa à controvérsia, Francisco de Vitória usou tanto o direito natural, quanto o *ius gentium*, direito das gentes, para conferir legitimidade à conquista espanhola. Como aponta Annabel Brett (2011, p. 13), Vitória concebia o *ius gentium* não como pertencente aos estados soberanos, ou aos indivíduos, mas aos seres humanos como uma comunidade⁴. Para isso, encarava-se que se o *dominiun* era uma faceta do direito natural, (tudo na terra é naturalmente do homem), logo, a experiência de conquista pode ser interpretada como um exercício do direito natural dos homens. Entretanto, questiona-se como isso pode ter sido utilizado (teologicamente, politicamente) até mesmo por uma Razão de Estado para justificar a guerra pode ser uma questão. Então é necessário entender como estes aparatos que justificavam a expansão não entravam em conflito com o direito natural dos próprios povos originários. Uma das respostas certamente foi a guerra justa.

A interpretação escolástica, principalmente, jesuítica, trazia de Tomás de Aquino a essência do homem como um ser político e social, que estava na sua capacidade racional de se envolver com a comunidade política. O homem poderia exercer suas virtudes e a boa moral enquanto participante da comunidade. A formação desta vida política em comunidade partia das inclinações humanas como animal racional. A coisa justa, o direito (*ius*, *ius-tum*) permeiava cidadãos livres e iguais, o que faz parte do exercício moral do que é certo. Annabel Brett (2016, p. 156) afirma que essas faculdades es-

⁴ Como cita Brett *apud* Vitória, 2011, p. 13: "The whole world, which is in a sense a commonwealth, has the power to enact laws which are just and conveniente to all men; and these make up the law of nations". Francisco de Vitoria, *Relectio de potestate civili* ("On civil power"), 3. 4, § 21, p. 40.

pirituais, do exercício da moral e da razão, asseguravam o dominium de si mesmo, o que é a própria liberdade e marcava a distinção entre seres racionais e o resto da criação. Assim, a maestria, o domínio (dominium), extrapola o próprio indivíduo. O dominium de si mesmo está, por sua vez, nas bases para o dominium enquanto senhorio e propriedade, a liberdade externa ao próprio indivíduo, sobre qualquer um ou qualquer outra coisa.

Vitória definiu que todo ser humano tinha autodomínio sobre seus atos, e que carregam a virtude do domínio sobre outros animais. Assim, os humanos agem livremente, outros animais ou criaturas inanimadas agem por necessidade. Ainda que retome Aristóteles, o jurista definiu que os Índios, ainda que os fossem tolos ou desprovidos de completa racionalidade, não eram impedidos de gozar do verdadeiro domínio, tampouco estava justificado que fossem tratados como escravos civis. Francisco de Vitória não foi o único a se colocar sobre o direito de conquista e o direito dos Índios. Ao interpretar a obra de Vitória, Brian Tierney (2001, p. 271) resgata a afirmação do teólogo: caso os Índios negassem aos espanhóis quaisquer dos seus direitos era justo que a guerra fosse reivindicada. Portando, as ameaças o direito de viajar livremente, de comércio e de aquisição de cidadania, inerente a todos, foram manobradas por Vitória em defesa das gentes da Espanha. Por esse mesmo caminho, o jurista reforçou o direito de intervir em defesa dos outros que sofressem injustamente. Logo, se este direito a autodefesa fosse destituído poderia ser restituído pela própria Coroa para agir em defesa dos seus vassallos, ainda que nem fosse solicitada a ajuda. A noção de autodefesa foi mimetizada nos exemplos de canibalismo e rituais de sacrifício, comumente utilizados como sinônimo de barbárie na documentação coeva colonial.

A legitimidade da guerra justa era ainda ancorada na qualidade do inimigo. Desse modo, era legítimo instaurar guerra justa quando havia a recusa à fé, ou impedimento da sua propagação, a hostilidade contra os vassallos del' rey, a violência contra missionários e a quebra de acordos celebrados, a necessidade de conversão e antropofagia (Pérrone-Moisés, 1992, p. 123).

Entretanto, a antropofagia acabava por ser considerada um agravante para se deflagrar a guerra justa. É por isso que não era incomum ver militares mencionando a antropofagia ao referir-se aos indígenas dos sertões. Domingos Jorge Velho e outros mestres de campo falavam sobre a “guerra contra o gentio brabo e comedor de carne humana”⁵. Isso, somado a ao histórico de hostilidades e resistência a conversão, tornava as populações indígenas passíveis de guerra justa. Assim, a construção do inimigo e sua incapacidade de civilizar-se também contribuíram para a instauração de uma guerra ofensiva (AHU, Pernambuco, Papéis Avulsos, Cx. 20, D. 1931). Esta solução, a guerra total (Pérrone-Moisés, 1992), remete a um extermínio, destruição completa, comuns entre os séculos XVII e XVIII. A autora ressalta que “os documentos falam de guerra ‘rigorosa, ‘total’, ‘veemente’, a ser movida ‘cruamente’, fazendo aos inimigos ‘todo o dano possível’, de preferência até a sua ‘extinção total’” (*Idem*, p. 126). E é esse o sentido último da “guerra ofensiva”, transplantada da legislação para o uso cotidiano das resoluções sobre os *tapuyas*, ou seja, uma semântica da guerra que carrega em si a violência e em sua finalidade a eliminação do outro.

A resistência a conversão e a gentilidade era um dos pontos de encontro entre os argumentos de governadores-gerais para a guerra justa. De fato, a “pobreza de fé” é uma questão adaptada às conquistas, mas que tem origem no “Velho Mundo”. O modelo do *paupére* remonta aos séculos XI e XII, na doutrina de Santo Agostinho. A Igreja, entusiasta desse modelo, definiu aqueles que eram pobres e, logo, dignos de misericórdia. A condição da pobreza possui vínculos muito próximos com a pobreza de fé, o que torna o outro indigno da caridade, os *substantia pauperes*, os *pauperiores fide* (Todeschini, 2016). Entretanto, o processo de conquista introduz populações nestas categorias, processo semelhante ocorreu no aparato jurídico de Antigo Regime. Como aponta Hespanha (2010), com a figura dos rústicos, o direito e o

⁵ AHU, Portugal, Lisboa, *Carta autografada de Domingos Jorge Velho, escrita do Outeiro do Barriga, campanha dos Palmares em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorriel Camiglio procurador dos Paulistas* [1694]. Transcrito e publicado por Ernesto Ennes, pp. 204-207, [documento número 28]. Gomes, pp. 342-344.

pensamento de Antigo Regime, precisou enfrentar uma alteridade totalmente diferente das conhecidas na Europa: as populações indígenas e africanas. Estas estratégias de adaptação das mentalidades, passa pela ética e pela teologia moral. Logo, os *pauperes* da América são criados em condições muito específicas. Estes indivíduos, à margem da cultura erudita, e para a América, a margem da fé, foram incorporados aos *rústicos*, ao *selvagem*, *ignorante* por comparação com os *grossus*, o grosseiro, o rude, conhecidos da Europa. Essa conotação, afirma Hespanha (2010, p. 161), “enraizava-se em representações mais profundas sobre a natureza dos homens, que como veremos, tanto se aplicava aos rústicos da Europa como aos nativos descobertos nas terras do ultramar”.

O arquétipo do *tapuya* era justamente o do inimigo irreconciliável, desprovido da fé, da lei e do governo, tal qual os sertões, selvagem em oposição ao litoral, civilizado, dos indígenas aliados (Alencar, 2017; Silva, 2018). A resistência à fé colocava estes rústicos fora da dignidade, da misericórdia. Existia mais que um alinhamento jurídico, mas uma disposição ética e moral que permitia à guerra aos “tapuyas de corso”. Por isso, a decisões tomadas nos primeiros anos da guerra precisavam estar bem alicerçadas, e a validade das ordens do governador-geral eram incutidas de uma legislação que embasada em longo debate jurídico em torno da própria guerra justa, mas também do direito natural, *dominium e imperium*.

Muito embora a resistência à fé seja o argumento central para justificar a guerra justa, este não é o único elemento que traz à tona a capacidade de ação das populações ameríndias diante dos seus interesses. Fossem eles lidos como incivilizados, desorganizados (por não terem supostamente casa fixa ou religião) as estratégias utilizadas por essas populações na guerra não podem ser interpretadas como uma mera “reação” à conquista. Esse processo de resistência indica a capacidade de agência dos sujeitos, individualmente e coletivamente, ao processo de colonização. Essa agência, ora manifestada em negociação, ora em resistência, é central na interpretação destes eventos.

Para Maria Regina Celestino de Almeida, não se trata de “negar a violência do contato e o desrespeito à lei, tão frequente no cotidiano da colônia, cabe reconhecer a complexidade das relações entre os índios e os demais agentes sociais, que interagem todos com atitudes ambíguas e incoerentes em busca da realização de seus objetivos, constantemente reformulados por suas experiências cotidianas” (Almeida, 2013, p. 136). A autora trata da experiência nos aldeamentos e Vilas de Índios, mas sua interpretação não passa tão longe do exemplo nas situações de guerra do século XVII nas Capitâneas do Norte. Diante de um projeto de adentramento para os sertões as populações nativas não se colocavam inertes, pelo contrário jogavam com a violência, nos momentos de batalha, ou com a pausa estratégica, na negociação com acordos de paz. Em sua dissertação Júlio César de Alencar (2017) enfatiza que os conflitos travados neste período avançaram os sertões e ao mesmo tempo voltaram ao litoral por algumas vezes, demonstrando que nem mesmo o sucesso tão desejado pela Coroa e camarários locais no combate ao inimigo tapuia foi contínuo e constante. O “sucesso” da conquista dos sertões foi pelo contrário seguido de diferentes recuos pelas mais de três décadas do conflito e não passou ileso pelas agências das populações envolvidas com a guerra.

Conquista, *imperium* e *dominium*

A construção do indígena como inimigo comum pressupõe, para estes homens, as dificuldades em relação a conquista, ou seja, à manutenção do *dominium*, categoria central na teoria política de Razão de Estado. A difusão das concepções de governo e da manutenção dos domínios régios, sua conservação e ampliação foram sintetizadas pelo que se denominou de “Razão de Estado”, em diversas partes da Europa entre os séculos XV e XVI. Segundo Salvador Rus Rufino e Javier Zamora Bonilla (2000, p. 8), o conceito de “Razão de Estado” nasceu de uma concepção negativa da natureza humana, ou seja, sem uma ordem de governo o homem/a sociedade estava fadada à

tirania. Como apontam Bonilla Javier *et al* (2000, p. 13), essa concepção difundida no mundo ibérico definia a Razão de Estado como o conhecimento e os meios que eram adequados para fundar, manter e aumentar um Estado, conservar e ampliar o seu domínio (Botero, 1992, p. 5).

O *dominium* e o *imperium* estão relacionados, portanto, com a conservação e a expansão. No contexto das guerras de conquista para o sertão a conservação e expansão estavam sendo mobilizadas o tempo todo para se fazer a guerra justa, visto que as populações indígenas eram justamente passíveis do *dominium*. A presença colonial e a tópica da conquista é utilizada para subjugar dos indígenas e a expansão na África. Rodrigo Faustini Bonciani (2010) aproxima a propagação da fé católica da política de expansão territorial. Por sua vez, a tutela e conquista (o *dominium*) dos indígenas “os afastaria dos pecados contra a natureza da barbárie” (Bonciani, 2010, p. 261). O autor ressalta ainda, para as experiências do início do século XVII em África e Brasil, que havia diferentes níveis de domínio, dos quais agentes coloniais e moradores se beneficiavam. Para ele, “as hierarquias de poder passam a ser definidas pelos níveis de apropriação do domínio sobre as populações não-cristãs, reforçando a organização hierárquica daquela sociedade” (Bonciani, 2010, p. 269).

A recepção de Botero nas monarquias católicas tem relação com a difusão de uma visão de mundo própria da Igreja: o contra reformismo. Isso é mais perceptível na sua obra *Relazioni universali* (1598), na qual o novo universalismo de uma Igreja tridentina e conquistadora se apresentam. No mesmo período em que sociedades coloniais se foram na América a política, e em que a Europa se recuperava das guerras religiosas, religião e a política se mostram entes inseparáveis, e em que o domínio dos indígenas é uma questão da *propaganda fide* (propagação da fé (Descendre, 2003, p. 313; 2015, p. 119).

Para o caso dos sertões do Rio Grande, naquela altura do conflito, entre 1687 e 1689, o domínio passou da conversão à conquista. Além do ar

gumento da barbárie, a *conservação da conquista*⁶ entra como matéria de construção dos argumentos para a guerra justa. Em 1694, o governador-geral, Antônio Luis da Câmara Coitinho, alertava que o governo do capitão-mor do Rio Grande, Agostinho César de Andrade deveria tratar de socorrer nas guerras dos sertões e defender uma Capitania tão importante à conservação das mais do Norte (*Carta para Agostinho Cesar de Andrade*, pp. 305-310).

A manutenção da guerra nos sertões era, portando, interesse da do *imperium* das capitanias do Norte. A “conquista” enquanto ação e categoria territorial podem ser interpretadas a luz de uma Razão de Estado nos seus princípios mais básicos, enumerados por Bottero em *Della Ragione di Stato*, ou seja, podemos fazer uma aproximação teórico-metodológica dos conceitos de *dominium* e *imperium*, nos esforços de expansão e conservação territorial da “Guerra dos Bárbaros”. Enxergamos nesta hipótese uma relação mais direta entre a teoria política da Razão de Estado e o que se fazia e deliberava a respeito da guerra nas Capitanias do Norte. Ainda no final do conflito, em 1724, a relação entre território e domínio era reivindicada, com a finalidade de se conquistar os sertões e manter a justiça:

Isto o que me pareceu dever representar a Vossa Majestade, pelos motivos apontados, podendo se querer sem dúvida que se o Altíssimo levantar o golpe de sua divina justiça com que há amor e ainda de presente **se vêm feridas estas conquistas em chegarem os tapuias resolvia dar-se Vossa Majestade a garantir de justiça estes sertões**, levantando vilas expulsando-se desta maneira vadios que tem destruído o melhor desta América com insultos, latrocínios e mortes quase sem conto, **se poderão chamar estes sertões só um Mundo Novo e Vossa Majestade denominou-se na extensão do domínio**, Monarca da Monarquia mais dilatadas que muitos se emana (AHU-Paraíba, cx. 19, doc. AHU_CU_014, Cx. 5, D. 428, [grifos da autora]).

⁶ Como mencionava Matias da Cunha em 1688 da importância da guerra para a manutenção das Capitanias do Norte: “Só lhe digo que espero agradecer-lhe muito a brevidade com que me desejo ver livre deste cuidado pela comiserção com que estou daqueles pobres homens sobre as razões maiores da conservação de uma Capitania que perdida é tão evidente consequência o prejuízo das mais do Norte”. *Carta que se escreveu ao Provedor da Fazenda João do Rego Barros sobre a guerra do Gentio do Rio Grande*, Coleção Documentos Históricas. Vol. 10, pp. 272-273.

Para Manuel da Fonseca e Silva, ouvidor-geral da Paraíba, a justiça precisava alcançar os espaços dos sertões, ainda ocupado por *tapuyas* e *vadios*, colocados lado a lado enquanto desprovidos da justiça real, ou seja, rústicos. Apenas a justiça e a chegada efetiva da sociedade colonial aos sertões fariam daqueles territórios “Novo Mundo”, “extensão do domínio” real. A *conquista*, por exemplo, é usada para referir-se ao território do Estado do Brasil e o conecta às demais partes nas quais o domínio português é constituído. Ao buscar o significado deste conceito em um dicionário do século XVIII elaborado pelo padre Rafael Bluteau, aparecem os seguintes termos: “*subegit*” (No verbete “conquistar”), “*expugnatio*” (da ação de conquistar algo), ou “*regiones imperio adjecta*”, algo como “terra conquistada”; ou “*adjecta*” e “*comparatio*”. Desse modo, o imbricamento dessa série de políticas e adaptações que tornavam possível a conservação do Império. Portanto, a “Guerra dos bárbaros” é também uma faceta desse “emaranhado”, que dizia respeito ao domínio, governo, conquista e vários aspectos ligados à concepção de Razão de Estado vigente, junto com a inserção de políticas de extermínio e violência como retórica de guerra.

Conclusão

Uma interpretação teleológica dos conflitos que atravessaram o século XVII e XVIII nos confins do Estado Brasil parece resultar na conclusão simplista do sucesso da conquista. Autores do século XIX enfatizavam o papel da colonização e praticamente entronizavam o fim das populações indígenas como a cartada final do processo de civilização da nação. Luís da Câmara Cascudo (1955, p. 38), importante memorialista potiguar disse na metade do século passado que em três séculos de colonização “toda essa gente [os índios] desapareceu. Nenhum centro resistiu, na paz, às tentativas d’aguardente, às moléstias contagiosas, às brutalidades rapinantes do conquistador. Reduzidos, foram sumindo, misteriosamente, como sentindo que a hora passara e eles eram estrangeiros na terra própria. (...) a ‘liberdade’ do

Marquês de Pombal matou-os como um veneno. Dispersou-os, esmagou-os, anulou-os”.

Parece fácil aceitar esse trágico fim ao pularmos alguns episódios de um processo de conquista que não logrou sucesso imediato nas Capitanias do Norte, foi, na verdade, tão cercado de resistências que o apaziguamento foi considerado um fim pelas autoridades administrativas somente na primeira metade do século XVIII (ainda que aldeamentos e Vilas fossem constantemente alvos de reclamações de seus administradores pelas resistências à conversão, fugas e outras manifestações de insatisfações dos índios). Nem desaparecidos, nem simplesmente vencidos, os nativos foram parte ativa durante estes séculos, e sua atuação é fundamental para balancear a compreensão dos passos seguidos pela Coroa na chamada Guerra dos Bárbaros. Por este motivo, a transição de uma guerra defensiva para uma guerra ofensiva, o manejo de dispositivos jurídicos e manutenção dos domínios da Coroa não fazem sentido se vistos isolados da resistência indígena. Foi na correlação de forças e nas disputas que o processo assentamento da colonização foi administrado.

Referências bibliográficas

Alencar, J. (2017). *Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)*. Dissertação de Mestrado apresentada á Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Almeida, M. (2013). *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. FGV.

Bonciani, R. (2010). *O dominium sobre os indígenas e africanos e a especificidade da soberania régia no Atlântico: da colonização das ilhas à política ultramarina de Felipe III (1493-1615)*. Tese de Doutorado apresentada á Universidade de São Paulo.

Bonilla, J. et al. (2000). *La Razón de Estado en la España Moderna*. Real Sociedad Económica de amigos del país.

Botero, J. (1992). *Da Razão de Estado*. Instituto Nacional de Investigação Científica.

Brett, A. (2011). Travelling the borderline. In *Changes of State – nature and the limits of the city in early modern natural law*. Princeton University Press, pp. 11-36.

Brett, A. (2016). Individual and community in the ‘second scholastic’: subjective rights in Domingo de Soto and Francisco Suárez. In Blackwell, C. e Kusukawa, S. (ed.), *Philosophy in the Sixteenth and Seventeenth Centuries: Conversations with Aristotle*. Routledge, pp. 146-168.

Cascudo, L. (1955). *História do Rio Grande do Norte*. Ministério da Educação e Cultura, Serv. de Documentação.

Descendre, R. (2015). *A politização do mundo*. Editora da Unicamp, pp. 117-128.

Descendre, R. (2003). Raison d’État, puissance et économie. Le mercantilisme de Giovanni Botero. *Revue de métaphysique et de morale*, 3 (n° 39), pp. 311-321.

Fernandez-Santamaría (2005). *Natural Law, Constitutionalism, Reason of State, and War: conter-reformation Spanish political thought*, Peter Lang.

Hespanha, A. (2010). *Imbecilias – as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Annablume.

Koselleck, R. (2020). *Histórias de conceitos – estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Contraponto.

Pires, M. (1990). *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflito no Nordeste colonial*. Fundap/CEP.

Puntoni, P. (2002). *A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. Hucitec EDUSP Fapesp.

Silva, K. (2018). A guerra dos povos sem Estado. In Silva, Francisco Carlos Teixeira da; Leão, Karl Schurster Sousa (Orgs), *Por que a guerra? das batalhas gregas à ciberguerra*. Civilização Brasileira, pp. 155-175.

Silva, V. (2020). *Guerra Justa e desterritorialização: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720)*. 153f. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

tação de Mestrado apresentada á Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Tierney, B. (2001). *The idea of natural rights: Studies on Natural Rights, Natural Law, and Church Law, 1150-1625*. Cambridge.

Todeschini, G. (2016). *Les pauvres et l'indignitas dans la canonistique avant le XIIe siècle*. https://www.academia.edu/42287710/Les_pauvres_et_lindignitas_dans_la_canonistique_avant_le_XIIe_si%C3%A8cle.

Vitória, F. (1946). *Relecciones sobre los índios y el derecho de guerra*. ESPASA-CAPLE, S. A., 3 ed.

Resistências institucionais: a comunicação política entre as instituições em casos de doenças, Salvador e Lisboa (1680-1750)

Mariana Dourado da Silva*

Resumo

Este estudo procura analisar a comunicação política entre as Câmaras Municipais de Lisboa e Salvador da Bahia como forma de resistência institucional, em tempos de epidemias. Para isso, serão observadas as correspondências enviadas ao Reino durante a terrível epidemia de febre amarela em 1686 e aquelas que mencionam doenças relacionadas ao tráfico de africanos escravizados na primeira metade do século XVIII, quando esse comércio passou por um incremento considerável após as descobertas auríferas no Brasil, ao mesmo tempo que as mais variadas doenças desembarcavam junto com a tripulação, os marinheiros e os africanos escravizados nos portos das duas cidades.

Palavras-chave: Câmara Municipal, Tráfico, Bahia, Lisboa.

Abstract

This study seeks to analyze political communication between the City Councils of Lisbon and Salvador da Bahia as a form of institutional resistance in times of epidemics. To do this, we will look at the correspondence sent to the Kingdom during the terrible yellow fever epidemic in 1686 and those that mention diseases related to the slave African trade in the first half of the 18th century, when this trade underwent a considerable increase after the discoveries of gold in Brazil, at the same time as the most varied diseases landed with the crew, sailors and enslaved Africans in the ports of the two cities.

Keywords: City Council, Traffic, Bahia, Lisbon.

* Doutoranda em História na Universidade Autónoma de Lisboa, sob orientação de Professora Doutora Roberta Stumpf, com bolsa de financiamento da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL).

Introdução

O desafio proposto por este estudo é analisar como se estabeleceu a comunicação política entre as Câmaras municipais de Lisboa e Salvador da Bahia diante das doenças que se desenvolviam nos espaços urbanos, entre 1686-1750. Para isso, usaremos como fio condutor a epidemia de febre amarela das últimas décadas do século XVII, e outras enfermidades no período subsequente, e como foram abordadas nas correspondências enviadas pela Câmara municipal de Salvador para o Reino.

Pretende-se estabelecer conexões entre a comunicação política e a resistência. Embora pouco abordada por essa perspectiva, a comunicação política pode ser pensada como uma forma de resistência institucional, uma das possíveis acepções apresentada pelo *Projeto Resistance*. Através da investigação sobre as formas de resistência manifestadas no cotidiano e no interior das instituições ibéricas – municípios, tribunais, corporações profissionais, irmandades e instituições eclesiásticas – as Câmaras municipais se caracterizam como espaços de poder onde os acordos eram comumente discutidos e negociados pelas partes opostas¹.

Nessa linha de análise, há uma conexão desse estudo com o *Work Package 02* do referido projeto, o qual examina as “formas cotidianas de resistência” com base no sentido atribuído por James Scott à resistência cotidiana. Segundo o autor, a oposição à dominação não pode se limitar aos eventos dramáticos pois a resistência pode estar também nos pormenores do cotidiano e nas ações individuais e coletivas dos grupos subalternos.

Assim, podemos considerar o envio de missivas pela Câmara e pelo povo da Bahia, alertando o monarca sobre o perigo das doenças e solicitando cirurgiões para o seu tratamento, como uma categoria de resistência, ou seja, como uma forma de resistir às mazelas lembrando o poder central da necessidade de acudir os seus súditos com determinações para a saúde: visitas e exames às embarcações, aos açougues, às boticas e aos currais para evitar

¹ *Projecto Resistance* (uevora.pt).

que as doenças se tornassem uma ameaça à ordem social. Por outro lado, a discussão também se aproxima do *Projeto Failure*, visto as dificuldades do poder local em fiscalizar o cumprimento do Regimento da saúde e das leis que determinavam a limpeza das ruas². O fracasso institucional pode ser pensado a partir do disposto no *Work Package 4*, que trata do tema partindo das entidades políticas complexas – câmaras municipais, poder central e Regimento da saúde – e das noções abstratas.

Considerando os aspectos que foram brevemente comentados faz-se necessário compreender o sentido atribuído às doenças no período estudado, ou seja, o que se entendia como doença em um universo colonial? O padre jesuíta Raphael Bluteau em 1728 associou o termo à indisposição natural ou à alteração do temperamento que ofendiam o corpo deixando-o enfermo (Bluteau, 1712-1728). Antônio de Moraes Silva em 1789 definiu essa expressão como estado enfermo pretenatural corpo, enfermidade, má saúde. Descrição parecida é usada para caracterizar a palavra moléstia relacionada a um incômodo, um estado enfado, um trabalho do corpo e do ânimo, uma doença (Silva, 1789).

Seja como for, não é de se estranhar que as moléstias fossem associadas às causas naturais, entretanto, havia um imaginário que a conectava as causas sobrenaturais. O historiador brasileiro Jean Luiz Neves Abreu (2006), analisou o espaço “luso-brasileiro” do século XVIII, e percebeu uma associação das moléstias à magia, à feitiçaria e ao tráfico negreiro para a América portuguesa. Influenciada por uma perspectiva sobrenatural do mundo e interpretada como manifestação da ira divina, tal concepção favoreceu a devoção aos santos católicos e a crença de que o reestabelecimento da saúde do corpo dependia do cumprimento das obrigações da vida cristã (Abreu, 2006).

Sobrenatural foi a palavra usada por Mary Karasch (2000), em estudo sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro entre 1808-1850. Segundo a autora, a compreensão de moléstias vinculadas às forças divinas ultrapassou os

² *Failure – Reversing the Genealogies of Unsuccess, 16th-19th Centuries.*

limites da senzala e se entranhou nos espaços senhoriais, tornando comum que senhores e escravos buscassem a cura dos seus achaques nas artes mágicas (Karasch, 2000).

Seja como for, as moléstias representavam uma ameaça à ordem social, capaz de desorganizar e reorganizar as sociedades³. E, como risco para a manutenção da ordem social, a doença tinha que ser controlada, daí a necessidade de criar, como veremos mais adiante, o Regimento da Saúde. Mas, a qual instituição e oficiais recaia o dever de zelar pela saúde do povo do Reino e da América portuguesa?

As câmaras municipais, segundo Maria Fernanda Bicalho, eram instituições que representavam os interesses e as demandas dos colonos, mas também se constituíam como elementos de unidade e continuidade entre o Reino e os seus domínios (Bicalho, 1998). Além disso, funcionavam como interlocutoras locais da Coroa e dos seus representantes nas capitânias mediante as relações entre a metrópole e as colônias na construção e manutenção do Império Ultramarino (Bicalho & Monteiro, 2018). Do mesmo modo que a responsabilidade sobre os cuidados com a higiene e limpeza da cidade foi desde o princípio atribuída às câmaras municipais e aos almotacés (após as Ordenações Filipinas que entraram em vigor no século XVII) (Sousa, 2013).

Foi justamente a preocupação com as doenças, ainda no século XV, que fez com que o infante D. Duarte se dirigisse aos juízes, vereadores, homens bons e procurador de Lisboa para condenar a passagem de um navio inglês com tripulantes doentes pelo porto da cidade. De acordo com as pesquisas das historiadoras Edite Alberto e Joana Balsa de Pinho (2022), no dia 28 de novembro de 1487, D. João II escreve medidas direcionadas ao município para se evitar a peste (Alberto, 2002, p. 64).

Alguns anos mais tarde, em 1492, o monarca solicita a fixação de duas bandeiras com as imagens de São Sebastião e São Vicente em Alcântara com o objetivo de demarcar o espaço onde as naus impedidas (doentes) poderiam navegar. Determinou ainda que a punição para as embarcações que

³ Cf. Walker, 2013.

ultrapassassem os limites estabelecidos pelas bandeiras, seria a destituição da sua carga dividindo-a entre a Coroa e as obras da cidade, já os mestres e a tripulação sofreriam penas corporais e seriam degredados. As quarentenas para os navios suspeitosos deveriam ser cumpridas no estuário do Tejo (*Idem*, p. 64).

Entretanto, mesmo com tais determinações foi somente no reinado de D. João III que se tem registrado o mais antigo Regimento da Saúde para Lisboa, escrito pelo desembargador Pedro Vaz em 1526 (*Ibidem*). Mais tarde, o Regimento da Saúde do Porto de Belém em 1693, redigido pelo Senado da Câmara Municipal de Lisboa, evidenciaria que a vigilância sobre a saúde, e sobre as doenças que «desembarcavam» dos navios mercantis ficava sob a responsabilidade dos oficiais camarários.

O Regimento da Saúde determinava as funções dos oficiais e estabelecia como deveriam acontecer as visitas às embarcações, as entradas e as saídas dos portos. Mas como funcionava a comunicação entre as duas cidades em casos de suspeita de epidemias? Quais as estratégias usadas para evitar ou controlar as enfermidades que adentravam as cidades pelos seus portos? Pretende-se responder a tais perguntas ao longo do texto, por isso, convido o leitor a mergulhar nas páginas que se seguem para conhecer um pouco mais sobre a história das doenças e como ela influenciou as Câmaras Municipais a adotarem estratégias específicas para reorganizar as cidades e seus portos.

As Câmaras Municipais e as doenças

Pouco antes de 1686, diversas enfermidades como a lepra, as disenterias, as sarnas e o escorbuto se espalhavam pelas ruas da Cidade da Bahia.⁴ Mas, é em 1686, quando um navio procedente da capitania de Pernambuco chega ao porto de Salvador trazendo o mal da bicha – expressão usada na época para se referir à doença – que a epidemia de febre amarela alcança aquela capitania matando padres, bispos, médicos, cirurgiões, escravos, pessoas pobres e do mais alto escalão da sociedade baiana seiscentista.

⁴ Expressão usada na época para se referir a Salvador.

Segundo Sebastião da Rocha Pita (1730) antes da epidemia de febre amarela a América portuguesa experimentava a escassez de médicos, cirurgiões e remédios para tratar das bexigas em todo o território (Pita, 1730). Para Rocha Pita, os pecados e vícios dos moradores dariam origem a este “pestilento mal”. De acordo com o autor,

“Os primeiros feridos do achaque foram dois homens, que jantando em casa de uma mulher meretriz, morreram em vinte e quatro horas; caso, que a fez ausentar, por se lhe arguir, que em um prato de mel lhes disfarçara o azibar do veneno; mas pelos sintomas, e sinais, com que foi ferindo o contágio, se conheceu que dele faleceram” (Pita, 1730, pp. 428-429).

O mesmo argumento foi usado por Luís dos Santos Vilhena professor de língua grega na cidade de Salvador entre 1787 e 1799, que, buscando identificar os fatores que colaboraram para o desenvolvimento das várias doenças e epidemias na cidade, destacou a sexualidade como sendo o problema para a preservação da saúde. Segundo Vilhena

“Uma outra causa essencial de muitas moléstias nesta cidade, é a desordenada paixão sensual, que nela domina, de forma que para a sua correção parece não bastar todo o rigor da justiça, pois apesar de tudo, ela relaxa, atropela, e socalca as leis divinas, eclesiásticas, civis, ou criminais, e isso porque falta quem vigorize com toda a sua força as da polícia, porque não há a precisa vigilância econômica; meios únicos de reprimir a multiplicidade sem conto de libidinosos, vadios, e ociosos de um, e de outro sexo, que logo que anoitece entulham as ruas, e por elas vagam, e sem pejo, nem respeito a ninguém fazem gala da sua torpeza, com escândalo de todos, os que seguem diferente sistema” (Vilhena, 1969, pp. 163-164).

Essa percepção mostra a visão do mundo letrado sobre a origem das doenças sempre vinculada ao sobrenatural, às causas naturais, à ira divina e aos desvios espirituais – pecados e vícios. A medicina da época desconhecia a existência dos vírus e das bactérias, por isso, esse tipo de associação era co-

mum. Mas, como se estabeleceu a comunicação entre a Metrópole e a cidade de Salvador durante os surtos de doenças contagiosas?

Uma missiva enviada por Antônio Luís da Câmara Coutinho, governador-geral do Estado do Brasil (1690-1694), em 9 de julho de 1692, revela que desde o dia 21 de fevereiro do mesmo ano, Sua Majestade D. Pedro II havia solicitado que todos os navios da Bahia destinados ao Reino levassem cartas com informações a respeito do estado de saúde do povo (Carta a mando de Foyos Pereira...). Mas, as cartas do Senado da Câmara (1684-1692) mostram que esse tipo de correspondência já era enviada antes da epidemia de febre amarela chegar a Salvador.

No dia 12 de julho de 1685, o Senado informava sobre os estragos causados à cidade pela seca e pelas bexigas que acometiam principalmente a escravaria (AHMS, Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do Senado 1684-1692, 3º vol. pp. 7-8). Um ano depois, em 20 de julho de 1686, o Senado volta a se lamentar pelo estado em que a cidade se encontrava com o desenvolvimento da “peste”, isso porque, a seca do ano anterior havia feito com que muitos senhores vendessem seus escravos para conseguir sustentar suas famílias, enquanto os senhores de engenho do Recôncavo tentavam acudir a cidade enviando alimentos. Diante deste cenário o Senado solicitava, além de ajuda, que o monarca avaliasse o que poderia ser gasto dos bens do Conselho em momentos de necessidade (AHMS, Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do Senado 1684-1692, 3º vol. pp. 22-23).

É também do dia 20 de julho de 1686, o registro de uma correspondência informando sobre as medidas tomadas pelo Senado para resistir ao mal da bicha. Conforme o registro, os oficiais camarários tornaram-se responsáveis pelo tratamento dos “remédios naturais” que seriam manipulados na cura da doença (AHMS, Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do Senado 1684-1692, 3º vol. pp. 25-26). A partir destes dados, podemos considerar que havia uma circulação de informações entre o Reino e a Bahia mediada pela Câmara Municipal que, como nos lembra Maria Fernanda Bicalho (1998), se caracterizou como elemento de unidade e continuidade entre

o Reino e as suas colônias, assim, essa instituição representava os interesses e as demandas dos colonos (Bicalho, 1998).

A saúde era entendida como bem comum e de interesse camarário, por isso, a necessidade de preservá-la seja por meio de cartas informando sobre o estado de saúde ou suplicando por auxílio e medidas mais eficientes para o controle das epidemias. A Câmara buscava, em outras palavras, evitar que o desenvolvimento de uma moléstia contagiosa prejudicasse o bem comum.

Após a criação do Regimento da Saúde para o Porto de Belém, em 1693, buscou-se fiscalizar e controlar as moléstias que invadiam as cidades através dos portos marítimos. O documento que atribuía funções ao Provedor-mor e aos demais membros do Provimento da Saúde também criou estratégias de vigilância como as perguntas que seriam feitas aos capitães das embarcações, que chegassem ao porto de Belém, e as punições para aqueles que desrespeitassem o Regimento (Lopes, 2023).

Salvador apesar de não possuir um Provimento da Saúde tinha a Câmara como porta-voz das necessidades e dos cuidados com as doenças que estavam a bordo dos navios. Mesmo após o fim da epidemia de febre amarela a preocupação com a conservação da saúde não passa despercebida pelos oficiais camarários. Continuam a resistir por meio da comunicação política, registrando doenças, solicitando cirurgias e remédios, realizando visitas aos navios e indicando o cumprimento de quarentenas nas cartas enviadas ao Reino na primeira metade do século XVIII.

Assim, no ano de 1724, a Provedoria da Alfândega registrava uma portaria destinada a um navio procedente do Calabar que estava em quarentena e que depois de uma segunda visita do médico e cirurgião da Câmara teve sua amarração restituída, pois as doenças que trazia não eram contagiosas (APEB, Seção Colonial Provincial, Maço 461 (Portarias, 1722-24). Doravante: APEB, SCP, Maço). No livro de ofícios do governo encontramos o registro de um pedido de quarentena para um navio negreiro que havia chegado da Ilha de São Tomé no dia 8 de fevereiro de 1724:

“Senhor. Chegou a este porto um navio, vindo da Ilha de São Tomé, a quem foi logo visitar o Provedor da Saúde com o médico do partido deste Senado, e [o] acharam tão infeccionado como consta da cópia do termo que mandou fazer o mesmo Provedor da Saúde, e sendo necessário que em observância dele fosse logo o dito navio fazer quarentena se mandou notificar pelo Alcaide para que partisse logo para o lugar determinado” (APEB, SCP, Maço 111.1, fl. 100f. Offícios do Governo, 1712-1736).

A quarentena era a primeira medida tomada quando uma enfermidade contagiosa era identificada. Mandava-se o navio para um local afastado da cidade e lá os doentes ficavam resguardados até uma segunda visita que avaliaria se eles poderiam desembarcar na cidade sem causar prejuízo ao bem comum.

O tema do comércio marítimo e das doenças a bordo dos navios eram frequentemente debatido pelo Senado. Nas cartas enviadas ao monarca, em 1750, encontramos um registro solicitando um cirurgião partidista – aquele que trabalha para a Câmara –, para desempenhar junto com o médico da Câmara as visitas aos navios no porto de Salvador. O cirurgião ficaria responsável pela fiscalização de açougues e currais próximos à cidade, a documentação ainda apresenta as várias doenças que eram associadas ao comércio marítimo e principalmente ao tráfico de africanos escravizados para a Bahia (APEB, SCP, Maço 198. Correspondência recebida pelo governo da Bahia, Senado da Câmara da Bahia, 1733-1750).

“A vossa excelência representamos, como atuais oficiais da Câmara desta cidade que sendo ela de antes muito salutífera pela benignidade dos ares, e clima [...] já a experiência o contrário nas várias, epidemias que grassam geralmente por todos os bairros, como sarampo, malignas, diarreias, disenterias, tumores malignos, atuais defluxos, sarnas, escorbuto, elefantíases; e o [...] contagiosas doenças originadas todas dos navios, que vêm das conquistas, com o negócio de escravos, que chegam infeccionados dos referentes achaques” (APEB, SCP, Maço 198. Correspondência recebida pelo governo da Bahia, Senado da Câmara da Bahia, 1733-1750).

Segundo Avanete Pereira Sousa (2013, pp. 92-93), nos primeiros séculos de colonização os cronistas e até mesmo os representantes eclesiásticos, como o arcebispo da Bahia Dom Sebastião Monteiro da Vide, agiam como se as epidemias não chegassem a Salvador e se referiam à cidade como “de ares sempre saudáveis e puros, própria, inclusive, para a recuperação de enfermos e manutenção da saúde do corpo e do espírito” (AHMS, Cartas do Senado ao Eclesiástico, 1685-1804, p. 26).

Entretanto, há uma viragem nesse imaginário a partir da crença de que as doenças eram introduzidas e propagadas pelo tráfico de africanos escravizados, por isso, não é de se estranhar esse posicionamento nas correspondências da Câmara que foram enviadas ao monarca. Santos Filho (1977), discorre sobre a política de povoamento e a vulgarização do sistema escravista como fatores determinantes para a disseminação das doenças.

Mas, como o nosso objetivo é analisar como se estabeleceu a comunicação política entre as Câmaras de Salvador e Lisboa, em momentos de surtos de doenças contagiosas, não nos aprofundaremos nesse assunto. Assim, ao comparar a documentação percebe-se que era comum o trânsito de informações a respeito das doenças que invadiam as cidades, especialmente aquelas a bordo dos navios negreiros. Além disso, torna-se evidente que pouco antes da edição do Regimento da Saúde para o Porto de Belém, em 1693, já havia uma preocupação com o tratamento das moléstias, seja solicitando cirurgiões, remédios, pedidos de quarentenas para as embarcações seja alertando sobre o perigo de contágio.

Nesse sentido, essas estratégias podem ser pensadas como pequenas formas de resistência institucional que foram importantes para a manutenção da saúde e do controle das epidemias. Todavia, não devemos considerar a forma como as enfermidades são retratadas na documentação como se tratassem de um retrato fiel; funcionam como argumento para o bem comum. Ao levarmos em consideração o discurso utilizado por João Adolfo Hansan (2004) sobre essas fontes, podemos entendê-las não somente como ponto de partida para a análise, mas pensá-las como petições que expõem motivos,

propostas, advertências, respostas e contrarrespostas ao rei (seu principal destinatário) ou aos procuradores da Bahia em Lisboa que têm como foco os interesses da coletividade ou de grupos específicos da sociedade (Hansen, 2004). Mas, apesar disso, a preocupação e a resistência às doenças continuam presentes nestas cartas.

Conclusão

O objetivo deste estudo foi analisar como se estabeleceu a comunicação política entre as Câmaras Municipais de Salvador da Bahia e Lisboa durante a epidemia de febre amarela de 1686 e de outras doenças no decorrer da primeira metade do século XVIII. Para isso, foram analisadas correspondências enviadas de Salvador para o Reino buscando identificar como a comunicação política poderia ser compreendida enquanto forma de resistência.

As cartas enviadas pela Câmara Municipal de Salvador permitem pensar a comunicação política como forma de resistência institucional, as doenças sempre foram uma preocupação principalmente em um universo colonial cercado de crenças a respeito da sua origem e carente de médicos, cirurgiões e remédios para o seu tratamento. Através das correspondências podemos identificar quais doenças eram associadas ao comércio de africanos escravizados e entender um pouco mais sobre a opinião dos letrados sobre este tema. Além disso, pode-se reconhecer as estratégias usadas pela Câmara para evitar o desenvolvimento de epidemias pela cidade.

Portanto, o ato de escrever sobre uma enfermidade, as solicitações de cirurgiões, médicos e remédios, os pedidos de quarentena e as visitas aos navios negreiros representam uma resistência camarária à ameaça de doença e à desordem social, por meio da comunicação política.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS)

AHMS, Cartas do Senado ao Eclesiástico, 1685-1804, p. 26.

AHMS, Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do Senado 1684-1692, 3º vol. pp. 7-8; 22-23; 25-26.

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

AML, Chancelaria Régia, Livro 2º de Consultas e Decretos de D. João V do Senado Oriental, ff. 1 a 14v.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

APEB, Seção Colonial Provincial, Maço 461 (Portarias, 1722-24). Doravante: APEB, SCP, Maço.

APEB, SCP, Maço 198. Correspondência recebida pelo governo da Bahia, Senado da Câmara da Bahia, 1733-1750.

Bluteau, R. (1712-1728). *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 v.

Carta a mando de Foyos Pereira, secretário de Estado, sobre dar notícia em que estado fica a terra com o mal contagioso. 1692. Apud FAZENDA, José Vieira (1909). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1909, p. 70.

Silva, A. (1789). Bluteau, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro*. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira.

Estudos

Abreu, J. (2006). *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de doutoramento apresentada á Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Alberto, E. & Pinho, J. (2022). Evitar que o mal não padeça mais avante – o regimento da saúde de D. João III e a experiência italiana de saúde pública. In Pinheiro, Joaquim, Samuel Matheus, Mario Franco (coord.), *Pestes e Epidemias: estudos interdisciplinares em humanidades*. Edições Húmus, Lda. e Autores, pp.61-76.

Bicalho, M. (1998). As câmaras municipais no Império português: o exemplo do Rio de Janeiro. *Rev. Bras. Hist.* 18 (36).

Bicalho, M. & Monteiro, N. (2018). As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do Império. In Xavier, Ângela Barreto; Palomo, Federico e Stumpf, Roberta (orgs.), *Monarquias Ibéricas em Perspectiva Comparada (Sécs. XVI-XVIII) – Dinâmicas Imperiais e Circulação de Modelos Administrativos*. Editora ICS.

Hansen, J. (2004). *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. Ateliê Editorial; Editora da UNICAMP.

Lopes, M. (2023). *Prevenção epidemiológica no porto de Belém: fontes de informação, recursos e procedimentos da câmara de Lisboa (1693-1760)*. Dissertação de Mestrado apresentada á Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.

Karasch, M. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. Companhia das Letras.

Pita, S. (1976). *História da América portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. Itatiaia. [1ª edição 1730].

Sousa, A. (2013). *Poder político local e vida cotidiana: a Câmara Municipal da cidade de Salvador no século XVIII*. Edições UESB.

Walker, T. (2013). *D. Médicos, medicina popular e inquisição: a representação das curas mágicas em Portugal durante o Iluminismo*. Editora FIOCRUZ.

“Apaixonados do Marquês do Pombal”: a Viradeira e uma compilação de sátiras políticas

Nelson de Campos Ramos Junior*

Resumo

Neste artigo, buscaremos apresentar o códice intitulado *Raccolta Mixelanea de varios Auctores apaxonados do Marquez do Pombal*, uma compilação de sátiras antipombalinas compostas quando da morte de D. José I (1777). A análise desse grupo discursivo permite-nos perceber as modalidades de circulação textual no período em questão, assim como a veiculação de tropos de violência, opressão, libertação e resistência através de fontes literárias até agora pouco abordadas pela historiografia.

Palavras-chave: Sátira, Marquês de Pombal, manuscrito, Viradeira, século XVIII.

Abstract

This article examines the codex titled *Raccolta Mixelanea de varios Auctores apaxonados do Marquez do Pombal*, a collection of satires directed against the Marquis of Pombal, composed at the end of D. José's reign. The analysis of these texts allows us to understand the modalities of textual circulation in this period, as well as the dissemination of tropes of violence, oppression, liberation and resistance through these literary sources.

Keywords: Satire, Marquis of Pombal, manuscript, Viradeira, 18th century.

* Doutorando em História na Universidade Autónoma de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Roberta Stumpf e do Professor Doutor Nuno Gonçalo Monteiro, com bolsa da Universidade Autónoma de Lisboa.

Quando, em 24 de fevereiro de 1777, morreu o rei D. José I, um número considerável de textos satíricos circulou em Portugal contra Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Seja através da oralidade, seja em folhas manuscritas – vias privilegiadas do “libelo famoso” –, esses discursos comemoravam o fim do despotismo, do silêncio imposto pela censura e da miséria à qual foi reduzido o povo português. Ao mesmo tempo, pediam justiça e atacavam a pessoa de Sebastião José, acusando-o de tirano, irreligioso, ladrão, cruel. Como contraponto, apresentam Dona Maria I como pastora a trazer paz, novamente, ao rebanho, ou Dom Pedro III enquanto exemplo de religiosidade. Variando do vitupério mais escatológico ao idílio pastoril, e passando por glosas de sonetos, peças de teatro, relações, paródias de textos oficiais e outras fórmulas textuais, esse grupo discursivo de oposição à figura do Marquês de Pombal rendeu numerosas compilações, em sua maioria códices miscelâneos manuscritos, ainda pouco estudadas pela historiografia luso-brasileira.

Anônimos em sua maior parte, esses textos foram produzidos por uma comunidade letrada em meio à reestruturação dos ofícios administrativos e no momento de celebrar o coroamento de D. Maria I. A nomeação de novos secretários do Reino e o afastamento de figuras próximas a Sebastião José de Carvalho e Melo levam a uma reorganização tanto desses lugares de letras como dos mecanismos de proteção e sobrevivência desses escritores. Se, por um lado, trata-se de um conjunto de discursos produzidos pelos grupos perseguidos durante o governo de D. José I, ou seja, por setores conservadores associados aos privilégios nobiliárquicos e clericais (Santos, 2001, p. 77), por outro lado, essas sátiras veiculam lugares-comuns e imagens de resistência popular, de opressão e de libertação após a queda do “tirano”. Assim, agiam junto ao espaço da cidade como peças de persuasão que engrossavam a murmuração contra o Marquês de Pombal e seus sequazes.

Neste artigo, pretendemos apresentar um desses códices que, até então, não foi referido pela bibliografia sobre as sátiras antipombalinas. Em seguida, trataremos das abordagens sobre essas sátiras na historiografia com

intenção de, por fim, traçar algumas possibilidades de análise para esse tipo de fonte histórico-literária. Neste caso, procuraremos mostrar como o estudo desse conjunto discursivo auxilia na compreensão da veiculação de tropos de violência, opressão, resistência e libertação que, provenientes de setores sociais perseguidos durante o reinado de D. José I.

Começemos, portanto, pelo códice em questão. Trata-se do códice 6329 da Biblioteca Nacional de Lisboa, em cujo frontispício lê-se, como título: *Raccolta Mixelanea de varios Auctores apaxonados do Marquez do Pombal Sebastiam Jozê de Carvalho, e Mello, não menos, que de todos da sua Geração, dos seus Seguaces, e apaniguados; Em que dezeção mostrar | ainda que lonje | com qual Machavelistico Systema governou dispotico, e cruelmente, pello decurso de 27. annos a Monarquia Luzitana em todo o Reynado de El Rey O Senhor D: Jozê Primeiro¹ (Raccolta Mixelanea [...], s.d., f. 1r). Com 21cm de altura e 160 fólhos, nos é apresentada uma compilação de textos, majoritariamente em verso, que satirizam a figura do Marquês de Pombal. Em sua maioria anônimos, os escritos que encontramos foram copiados por diversas mãos, apresentando, em alguns poucos casos, rasuras e correções². A mancha de texto também não é a mesma em toda a compilação, indicando a possibilidade desses textos terem sido produzidos em ocasiões diversas, sendo posteriormente unidos e encadernados³. Reforça essa hipótese o fato de que os fólhos foram aparados para possuírem a mesma dimensão, ocorrendo a perda da mancha de texto pelo corte em alguns pontos do objeto. Quanto à sua datação, o códice apresenta local de produção e data no seu frontispício: “em Lugano⁴, 1777” (Raccolta Mixelanea [...], s.d., f. 1r). No entanto, percebe-se pelo seu conteúdo que há poemas posteriormente produzidos. Neste códice encontra-se, por exemplo,*

¹ Optamos, aqui, por manter as transcrições dos títulos e textos do códice de acordo com a grafia original, modificando, somente, as fronteiras de palavras quando necessário.

² Há uma ocorrência de um soneto que foi totalmente hachurado e deslocado para outra página, com a intenção de ser apresentado juntamente com uma glosa que lhe corresponde.

³ Para além da irregularidade da mancha de texto, pode-se perceber diferenças na disposição dos textos de acordo com sua forma. As composições formadas por décimas, por exemplo, são dispostas em duas colunas sobre a página, diminuindo consideravelmente a largura das margens.

⁴ Achamos pouco provável que esta referência ao local de produção seja verificável ou verdadeira, parecendo-nos constituir artifício que indica a dramatização do tropo da censura pombalina vivida até então, tema este bastante recorrente nos textos que o códice apresenta.

um soneto em cuja didascália lê-se: “Ao Felicissimo Compleannos de Sua Mag^{de}; de F.ma A Rainha D.a Marianna Vittoria, Viuva do grande Monarca D. Jozê Primeiro – no anno 1779 –” (*Raccolta Mixelanea* [...], s.d., f. 159r). Sendo este um dos poucos textos que podemos datar, parece-nos que o conteúdo do códice foi composto entre os anos de 1777 e de 1779.

Passemos, agora, ao dito conteúdo, apresentando a quantidade dos textos e sua tipologia quanto às formas e gêneros representados. Como já mencionamos, a maior parte dos escritos é em verso. Dentre a produção poética, o soneto é consideravelmente a forma mais representada, seguido de décimas e glosas de sonetos. No que diz respeito aos poucos textos em prosa, apresentamos, a seguir, seus títulos:

“Relação das Exequias Celebradas na Praça do Comercio, pelo extinto Governo do Marquêz de Pombal no dia três vezes nove vinte e sete, nove fora nada etc.” (*Raccolta Mixelanea* [...], s.d., f.3r. – 12r.).

“Queixas dos tres estados contra o Marquês de Pomab (sic)”. (*Raccolta Mixelanea* [...], s.d., f. 18r.-29r.).

“Relação dos Sucessos, ‘q acontecerão em caza do Marq^z. de Pombal, por morte de El Rey O Sñr D. Joze 1.^o o dia 24: do mez de Fevr^o. do Anno 1777- deduzido em forma de Dialogo, em que falão as Pessoas seguintes –” (*Raccolta Mixelanea* [...], s.d., f. 67r.-78r.).

“Aviso do “Dez^{or}: Diogo Ignacio de Pina Manique” para os “Enterro e Funeral” do Marquês” (*Raccolta Mixelanea*, s.d., f. 95r.-96v.).

“Conversa familiar entre Estevão Ant^o: de Montes, e hum Baxarel da Provincia de Alentejo, a Respeito do mayor aborto da Nação Portugueza. o Marquez de Pombal amigo muito particular do alheyo; Destruhidor geral de todo o bem, e Machavello na quinta Essencia da presente Epoca etc.” (*Raccolta Mixelanea*, s.d., f. 127r.-136v.).

“Papel, que se entregou a Augustissima – Mag^{de}: de El Rey Nosso Sr: D: Pedro 3^o., a favor, e como Representação do Marquez de Gouvea D. Mart^o: de Mascarenhas, prezo no Forte da Junqueira pelo crime de Inconfi-

dencia de Seu Pai o Duque d' Aveiro; E solto do mesmo Forte nos principios de Abril de 1777" (*Raccolta Mixelanea*, s.d., f.147r.-155v.).

Quanto aos gêneros dos textos acima citados, a "Relação das Exéquias (...)" apresenta uma mistura de prosa e versos ao dramatizar o funeral fictício do Marquês de Pombal. Seu texto é permeado por epigramas e descrições ecrásticas da decoração imaginada para a Praça do Comércio em decorrência da ocasião. Cada uma dessas descrições representa, enquanto alegoria clara, um vício ou uma ação desonrosa imputada a Sebastião José, fazendo do todo uma enumeração do que é digno de ser vituperado através de estátuas, emblemas, arcos, inscrições etc. O mesmo caráter enumerativo dos crimes atribuídos ao Marquês vemos em "Queixas dos tres estados contra o Marquês de Pomab (sic)", no qual as vozes de cada estamento são dramatizadas em uma paródia da queixa enquanto dispositivo jurídico. O "Aviso do "Dez^{or}: Diogo Ignacio de Pina Manique" segue nessa mesma linha de paródia, porém, neste caso, de um dispositivo informativo produzido por instâncias da administração política. O dito aviso funciona como listagem dos sequazes de Sebastião José, nomeando-os e atribuindo-lhes funções a serem desempenhadas no funeral⁵. O texto "Relação dos Sucessos, 'q acontecerão em caza do Marq^z. de Pombal [...]" consiste numa peça teatral cômica, bastante breve, cujo núcleo de personagens é a própria família do Marquês, enquanto o "Conversa familiar entre Estevão Ant^o: de Montes, e hum Baxarel da Provincia de Alentejo [...]" reproduz o gênero do diálogo edificante, no qual Estevão Antônio de Montes⁶ assume o papel do vulgar que, mesmo exercendo funções pública, o faz de modo despreparado e, portanto, corrupto, reforçando o tema bastante comum nessas sátiras da inépcia dos membros da governança próximos a, ou indicados por, Sebastião José.

⁵ A análise daqueles que teriam servido aos interesses do Marquês de Pombal é, como veremos a seguir, uma constante na análise das sátiras antipombalinas. Esse "Aviso do "Dez^{or}: Diogo Ignacio de Pina Manique" parece-nos, portanto, interessante como listagem daqueles que possivelmente compunham a rede clientelar de Sebastião José.

⁶ Estevão Antônio de Montes foi escriturário da Contadoria Geral da Corte e Província de Estremadura no ano de 1763, vindo a ser identificado como Procurador e Administrador Geral da Casa do Conde de Oeiras, Henrique José de Carvalho e Melo, filho do Marquês de Pombal, em 1786.

Por fim, “Papel, que se entregou a Augustissima – Mag^{de}: de El Rey Nosso S^r: D: Pedro 3^o [...]” é uma representação jurídica em favor de Dom Martinho de Mascarenhas, 6^o marquês de Gouveia, na qual a linha argumentativa principal baseia-se no fato de que o representado estaria pagando pelos crimes de seu pai, o 8^o duque de Aveiro, executado em 13 de janeiro de 1759 em decorrência do atentado à vida de Dom José I.

Dessa forma, apresentamos, na tabela abaixo, a quantificação das obras escritas presentes no códice:

Tabela 1 – Quantificação das obras e tipologia dos textos em verso

Verso	Sonetos	97 ⁸
	Décimas	11
	Glosas	5
	Epílogos	4
	Idílio	1
	Romance	1
	Epigrama	1
	Outras composições ⁷	12
Prosa	Composições de gêneros diversos.	6
Total		138

Se o códice em questão nos parece inédito por não ter sido referido em estudos sobre a sátira antipombalina, os escritos que o formam não o são. A *Raccolta mixelanea* é composta de cópias de textos que circularam amplamente no ano de 1777, por via oral ou manuscrita, principalmente em espaço urbano, e cujo conteúdo toma como material referencial os eventos de um tempo próximo, quase presente. Joaquim José Carvalhão dos Santos (1991), em livro resultante de sua dissertação de mestrado, analisou a sátira antipombalina enquanto intento de um grupo social específico – uma elite composta por setores do clero e da nobreza que foram preteridos pelo Marquês de Pombal –, que instrumentalizou a pena dos letrados para influir sobre a

⁷ Neste caso, referimo-nos a composições mais longas, normalmente acompanhadas de títulos e formadas por décimas (o mais comum), quartetos ou tercetos.

⁸ Não contabilizamos, aqui, o soneto duplicado cuja primeira inserção foi hachurada com o intuito de reinseri-lo em outra página, antecedendo sua respectiva glosa.

opinião pública e mobilizar o vulgo em prol de uma política de restauração dos privilégios por eles perdidos. Para esse fim, Carvalhão Santos opera a análise de diversas compilações de manuscritos, principalmente em verso, presentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e na Biblioteca Nacional de Lisboa. A partir dessa documentação, o autor oferece-nos uma lista dos *incipits* dos poemas que encontrou, com suas respectivas ocorrências nas fontes consultadas, e que atesta a multiplicidade de cópias dessas produções textuais⁹.

O trabalho de Carvalhão Santos (1991) possui a especificidade de constituir uma análise transversal das sátiras antipombalinas a partir da análise de diversos registros. Por sua vez, as obras de Ferreira de Brito (1990) e Claude Maffre (2006) apresentam-nos edições de algumas dessas compilações de textos, acompanhadas de estudos introdutórios que lançam luz sobre as principais características desse grupo discursivo. No caso de Ferreira de Brito (1990), trata-se do códice 530 da Biblioteca Municipal do Porto, completamente produzido pela mão de Antônio Luís Fernandes Braga Augusto e que contém [...] na primeira parte as sátiras ao Marquês, quase todas em verso, mas algumas em prosa; na segunda parte, 25 sonetos e 14 oitavas em louvor da rainha D. Maria e de seu marido e tio D. Pedro III; na terceira parte, 11 sonetos, 8 oitavas e uma longa ode¹⁰ (Brito, 1990, p. 83).

No que diz respeito ao códice apresentado por Claude Maffre (2006), surpreende-nos a ausência de sonetos em uma coletânea formada unicamente por poemas (Maffre, 2006, p. 7). Além disso, o trabalho introdutório à obra não afirma a proveniência do manuscrito (adquirido pelo organizador da edição), nem descreve pormenorizadamente seus aspectos físicos e caligráficos¹¹.

⁹ Com exceção das obras em prosa (que provavelmente também aparecem em outras compilações, mas das quais quase não encontramos menções), encontramos correspondências à maior parte dos poemas que compõem o códice aqui apresentado, com cópias presentes, normalmente, em mais de uma compilação consultada por Carvalhão Santos (1991). O mesmo ocorre quando comparamos o conteúdo da *Raccolta mixelanea* com as obras editadas por Ferreira de Brito (1990) e Claude Maffre (2006), sobre as quais discutiremos a seguir.

¹⁰ A dita terceira parte consiste em uma breve compilação de elogios ao Marquês de Pombal. No entanto, a parte referente às sátiras ocupa, segundo Ferreira de Brito (1990, p. 83) a maior parte do códice.

¹¹ Cabe mencionar também a breve compilação produzida por Alberto Pimenta, em 1982, e intitulada *Musa anti-pombalina*.

No entanto, o teor do conjunto de sátiras e paródias antipombalinas acima apresentado é bastante homogêneo. Veículos persuasivos que agem sobre a percepção de uma comunidade urbana que coincide com o espaço da Corte, esses textos são exemplos da utilização de lugares-comuns do vitupério na produção de discursos de fácil circulação, em folhas manuscritas ou em performances orais, que contribuía para aumentar a murmuração contra Sebastião José, sua família e um seus aliados. Percebemos, por exemplo, uma preocupação com a caracterização da figura de Sebastião José, ou seja, com os tropos e *topoi* que vilipendiam a figura do Marquês. Encontramos, portanto, uma profusão de adjetivos e epítetos usados para descrevê-lo (“cruel”, “ladroão”, “ambicioso”, “duro”, “trapaceiro”, “aborto”, “ateu”, “inglês” etc.); de criaturas, fantásticas ou não, às quais o compararam (“fero lobo”, “serpente”, “dragão infernal” etc.); ou de personagens históricos ou mitológicos que ora lhe assemelham, ora não o conseguem igualar em maldade (“Herodes”, “Nero”, “Maomé”, “Barrabás”, “Belzebu”, “Lúcifer” etc.). Os seus crimes também são enumerados em um espectro que vai do mais amplo ao mais específico: a destruição de Portugal, a miséria das famílias, a perseguição ao clero e à nobreza, a censura, a criação das companhias de comércio, a nomeação de gente vil e inapta, a tirana punição de João Batista Pelle, o fogo ateado à Trafaria, a queima de mercadoria apreendida etc. Elencam-se, ainda, seus sequazes e apaniguados: o frei João de Mansilha, o padre Manuel de Mendonça (primo de Sebastião José), Maria Madalena de Mendonça (irmã do Marquês e priora do Convento de Santa Joana), frei Manuel do Cenáculo (Bispo de Beja e membro da Real Mesa Censória), Diogo Inácio de Pina Manique (superintendente-geral do contrabando e descaminhos), entre outros.

Para além da enumeração de epítetos, crimes e cúmplices, essas sátiras também dramatizam imagens de opressão, de justiça e de punição exemplar contra os responsáveis pela “miséria do povo português”. Na maioria desses textos, a persona poética denuncia o vício através da ocultação do enunciador sob um “nós majestático” que se apresenta como detentor da au-

toridade, da prudência, do bem comum, ou seja, enquanto um coletivo que, após sofrer com os abusos da administração do Marquês de Pombal, possui o conhecimento da ordem que deve ser restaurada. O eu da poesia satírica, portanto, atribui ao povo a função de castigar os vícios e defender a virtude, ora considerando-o prudente, ora incitando-o à violência e à sublevação¹². Para isso, esse grupo discursivo apresenta imagens de censura e medo¹³, de perseguição¹⁴, mas também de libertação¹⁵ (seja como fim dos maus-tratos ou como celebração), de justiça¹⁶ e punição¹⁷. Tropos de opressão, resistência, violência, punição e ordem, essas representações compõem um código comum que associa o repertório retórico-poético de uma comunidade letrada com um material referencial coetâneo, código geográfica e socialmente localizado e que organiza as hierarquias de valores difundidas por esse grupo discursivo. Neste caso, as imagens engrossam o coro que ataca a figura do Marquês de Pombal, pedindo sua condenação pela perseguição de fidalgos

¹² Sobre o argumento da sublevação do povo como ameaça à ordem estabelecida em casos de não cumprimento da justiça distributiva no interior do “corpo místico” do Império Português, ver as análises de João Adolfo Hansen sobre a retórica das cartas e atas da Câmara de Salvador. (2004, pp. 105-190)

¹³ Seleciono, como exemplo, alguns versos que dramatizam a censura, como aparecem nos poemas compilados na *Raccolta Mixelanea*: “Explicava-se a Gente por aççoens: / Entendião-se os Homens por Sinaes / Estalavão no peito os Coraçcoens” (f. 29v.); “Pois a quem quiz falar com inteireza / Guerra fez, prendeo, elle o sumio. / A quantos deo a morte com fereza” (f. 33v.)

¹⁴ Como exemplos da *Raccolta*: “Malquistou os Fidalgos de Traydores, / ao Povo de Rebelde, e Insolente, / E os Frades Virtuozos de impostores -” (f. 50v.); “Olha como occultaste em vil masmorra / Tantos Ecclesiasticos sugeitos; / Onde hum morre sem ter quem o soccorra, / E outro vê os Cadaveres desfeitos:” (f. 109v.).

¹⁵ Como na *Raccolta*: “Ainda cheyo de medo, horror, e susto, / Foje das crueldades do Tyrano, / Aos benignos pês do Rey Augusto.” (f. 122v.); “Que será isto? O Povo Levantado / Saltando pellas ruas de contente; / Das toccas, como bixos, sahe a Gente, / Prezo Mancilha, e o Geral malvado” (f. 59r.).

¹⁶ Como na *Raccolta*: “Implorão sim a Vossa Magestade, / que apareça o Marquez rotto e a pê, / mendigando por toda esta Cidade” (f. 41r.); “Justiça, Alto Rei, pois com braveza / A mesma terra pede se consuma / Esse horror da humana natureza. // Justiça, sem processo em cousa alguma, / Nem perciza da culpa mais clareza, / Quando o sangue inocente ainda fuma.” (f. 58v.).

¹⁷ É lugar-comum, neste conjunto discursivo, imagens da punição violenta do Marquês de Pombal a ser perpetrada a pedido do povo. Alguns exemplos da *Raccolta*: “Mas sempre tenho dô d'elle, coitado, / E dezejara velo sem canceyra, / Restituído a Corte neste Estado: // Os quartos pelas portas da Rybeira, / a Cabeça de frente do Senado, / E na feira da ladra a Cabeleyra -” (f. 121v.); “Dize; que fazes tu em praguejar? / que fazes em emjurias proferir? / Isso hê sô huma vôz, que fere o Âr. // Huma Peça ataccada manda vir, / A bocca dessa Peça o faze atar, / Larga-lhe o fogo, e sahia, o que sahir”. (f. 92v.).

e clérigos associada, em chave textual, à “miséria do povo português” e ao “mundo às avessas”.

Conclusão

Por fim, gostaríamos de indicar algumas vias possíveis para a análise desse conjunto documental, ou seja, das compilações manuscritas de sátiras antipombalinas.

A primeira delas diz respeito à própria materialidade do suporte e sua circulação. Apesar da semelhança temática, percebemos diferenças consideráveis ao compararmos a *Raccolta Mixelanea* aos códices apresentados por Ferreira Brito (1990) e por Claude Maffre (2006). O manuscrito presente na Biblioteca Municipal do Porto (Brito, 1990) foi produzido por um único copista, Antônio Luís Fernandes Braga Augusto, com uma letra bastante esmerada e constante, que preenche regularmente a mancha de texto, indicando um manuscrito sobre o qual não incidiriam alterações futuras. Trata-se, portanto, de obra de copista profissional, cultor da caligrafia, cuja trajetória carece de maiores informações¹⁸. Em contrapartida, a *Raccolta Mixelanea* parece ser formada de um conjunto de fólios soltos, que foram unidos e cortados para a encadernação, apresentando grande quantidade de escribas. Já no caso da obra apresentada por Claude Maffre (2006), a distinção está no processo de seleção dos poemas que o compõem, que, como já foi mencionado, exclui os sonetos, forma poética mais utilizada na produção dos textos antipombalinos. Dessa maneira, parece-nos que os três códices, enquanto compilações de poemas, apresentam características diversas e que nos possibilitariam ampliar a compreensão da produção de manuscritos, processo artesanal ainda muito difundido na segunda metade do século XVIII.

Uma segunda questão seria a utilização desses textos antipombalinos enquanto fontes históricas. Vejamos como João Adolfo Hansen (2004) exemplifica a relação entre as sátiras atribuídas a Gregório de Matos e o ma-

¹⁸ Sob seu nome encontramos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, uma obra intitulada *Livro de desenhos, pensamentos e trabalhos caligráficos*.

terial referencial presente na documentação camarária de Salvador: Por isso, ainda, seria ingenuamente esquemático postular a empiria, propondo-se um nexu mimético imediato, sem mediação do artifício poético, entre “farinha” (e “açúcar”, “moeda”, “soldados”, “padres”, “governadores”, “mulatos”, “senhores” etc.) e “sátira”: tal nexu é redutor, pois a sátira não é segunda em relação às farinhas e outros: seu discurso é tão real quanto elas, constituindo de maneira muito ativa, como prática, a mesma realidade de que faz parte e que acusa. A falsificação das farinhas e o atraso dos pagamentos dos soldados, contudo, são condições materiais da produção dos discursos locais que a sátira encena. Não determinam a significação da sátira de modo unívoco, evidentemente, uma vez que ela é mista e genérica, pois opera com tipos. São condições, porém, para especificar outras posições hierárquicas no referencial local, donde a pertinência da análise das cartas e atas. (p. 177)

As sátiras, enquanto produções textuais retórico-poéticas que seguem o modelo da imitação e, portanto, que refratam e dramatizam os eventos sobre os quais tratam, interferindo no seu entorno, não podem ser tomadas como uma análise *a posteriori* do material referencial que instrumentaliza. Assim, a sátira não é condenação da corrupção de um período, mas sim discurso que reforça a ordem política e moral a partir da vituperação dos vícios.

O Marquês de Pombal, nos casos acima descritos, não seria, portanto, “empiricamente” corrupto porque assim os poemas e paródias o representam. Ele seria, sim, personagem dramatizado em tipos, cabendo-lhe, nos escritos, o que cabe comumente no referencial retórico de condenação do furto, da irreligião, da tirania etc. O grupo discursivo aqui analisado parece-nos dizer, portanto, mais sobre as hierarquias de vícios e virtudes operadas por um grupo difuso de homens de letras e que corresponderiam aos paradigmas tradicionais, normalmente tidos por reacionários, dos que buscam a condenação judiciária de Sebastião José.

Contudo, tomemos como exemplo a paródia “Aviso do “Dez^{or}: Diogo Ignacio de Pina Manique” para os “Enterro e Funeral” do Marquês” (*Raccolta Mixelanea*, s.d., f. 95r.-96v.). Neste texto, a enumeração daqueles que, na dra-

matização então concebida, eram convocados para os ofícios de exéquias do Marquês apresenta-nos uma gama considerável de nomes, em sua maioria pouco conhecidos, que são apresentados como sequazes ou apaniguados de Sebastião José. Acreditamos, portanto, ser possível partir das informações presentes nesse texto fictício para, a partir do cruzamento desses dados com outras fontes do período, aumentar o conhecimento sobre a composição da rede clientelar pombalina.

Em terceiro lugar, cabe lembrar que a sátira, como Hansen afirma, é “simetricamente inversa à poesia encomiástica” (2004, p. 204), operando pelos preceitos do gênero epidítico ou demonstrativo da retórica. Dessa maneira, e no contexto aqui analisado, as sátiras antipombalinas concorrem, no ano de 1777, com os discursos laudatórios de aclamação da rainha D. Maria I e do rei-consorte D. Pedro III. Notamos, inclusive, poemas em que a condenação do Marquês acompanha o louvor aos novos governantes. Em alguns casos, a sucessora do trono é representada como libertadora do povo, restauradora da ordem que Sebastião José desvirtuara. Vejamos, como exemplo, estes tercetos retirados de um soneto reproduzido na *Raccolta Mixelanea*:

Louvor aos Ceos, que a Fera dezumana,
que tragava os rebanhos por emteiro;
Já se não sente a roda da choupana.

Que apenas Vio descer daquelle Outeyro
A Pastora do Tejo Souberana,
Foje apreçado o Lobo carniceyro. (f. 108r.)

Assim, apesar da centralidade que a figura do Marquês de Pombal ocupa na historiografia sobre o século XVIII, não nos parece possível compreender as compilações de sátiras antipombalinas em separado de sua contraparte: os discursos de aclamação em louvor a D. Maria I. A análise, em paralelo, desses dois conjuntos de textos respeitaria, portanto, a complemen-

taridade patente da *ars laudendi et vituperandi* que, em 1777, ocupou a produção letrada e o espaço público quando da morte de D. José I.

Em suma, a análise dos gêneros textuais e de seus suportes de circulação e de compilação aqui apresentada possibilita lançar luz sobre a veiculação de imagens de opressão, resistência, violência, sublevação e libertação. Conteúdo, neste caso, de um discurso proveniente dos setores nobiliárquicos e religiosos perseguidos pelo Marquês de Pombal, essas representações difundem-se a partir de uma prática letrada que ora atualiza esses tropos, ora os retoma de uma tradição imagética e textual que faz parte do horizonte de produção poética através da emulação. Em 1777, condenar a figura de Sebastião José através de sátiras, libelos e paródias significava ter em consideração esse repertório comum e instrumentalizá-lo em uma hierarquia de valores que fizesse coincidir suas ações pessoais e governamentais com a miséria do povo português. Dessa forma, a compreensão dessas imagens, a princípio, no espaço discursivo em que são utilizadas possibilita, posteriormente, analisar as relações de determinação entre texto e mobilização social em ambos os sentidos: seja na consideração das sátiras enquanto instrumento de persuasão que leva à ação, à resistência, ao levante; seja no sentido inverso, no qual as práticas sociais oferecem material referencial a ser consolidado em imagens de opressão e resistência.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

ANTT. Cód. PT/TT/CF/188, Braga, A. L. F. (c. 1772). Livro de desenhos, pensamentos e trabalhos caligráficos. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4616423>.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

BNP, Cód. 6329. Raccolta Mixelanea de vários Auctores apaxonados do Marquez de Pombal Sebastiam Jozé de Carvalho, e Mello, não menos, que

de todos da sua Geração, dos seus Seguaces, e apaniguados; Em que desejão mostrar | ainda que de lonje | com qual Machavelistico Systema governou dispotico, e cruelmente, pello decurso de 27. annos a Monarquia Luzitana em todo o Reynado de El Rey O Senhor D: Jozê Primeiro. Séc. XVIII (s.d.) [manuscrito].

Estudos

Brito, A. F. (1990). *Cantigas de escárnio e mal-dizer do Marquês de Pombal ou a crónica rimada da Viradeira*. Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Hansen, J. A. (2004). *A sátira e o engenho*. Editora da Unicamp.

Maffre, C. (2005). Les réseaux poétiques antipombalins de la Viradeira. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, 49, pp. 157-176.

Maffre, C. (2006). *Poèmes antipombalins*. Université Paul-Valéry - Montpellier III.

Monteiro, N. G. (2008). *D. José: na sombra de Pombal*. Círculo de Leitores.

Pimenta, A. (1982). *Musa anti-pombalina*. Regra do Jogo Edições.

Santos, J. J. C. (1991). *Literatura e política: pombalismo e antipombalismo*. Minerva História.

**«La ora del examen»: minors, compulsory education,
and resistance in the Cuban patronato**

Elena Barattini*

Resumo

Este capítulo adentra em uma área pouco estudada das estratégias legais empregadas por afro-descendentes em Cuba para navegar a transição do sistema de *patronato* para a (formal) liberdade, focando na interseção entre educação obrigatória e emancipação.

Situando-se dentro da ampla historiografia das práticas de resistência dos afro-descendentes no mundo ibérico, o capítulo argumenta que petições pela liberdade baseadas na falta de educação surgiram como uma ferramenta fundamental para as mulheres negras formularem estratégias eficazes visando terminar o aprendizado forçado para seus parentes.

Baseando-se em casos do Arquivo Nacional de Cuba, o capítulo demonstra como as mulheres negras utilizaram estrategicamente ações judiciais centradas na privação educacional para resistir e obter a custódia de seus filhos e entes queridos. Através de uma análise detalhada dos processos legais perante as *Juntas de Patronato*, o capítulo destaca o caráter radical dessas ações e sua importância em desafiar crenças racializadas enraizadas sobre trabalho, inteligência e maternidade.

Ao navegar pelo delicado equilíbrio entre obrigações laborais e provisão educacional, as mães negras afirmaram seu direito de fornecer cuidados adequados para sua prole, remodelando assim noções de liberdade e agência dentro do contexto de Cuba pós-escravidão.

Palavras-chave: Escravidão, Cuba, Patronato, Gênero, Educação.

*Doutoranda em História global dos impérios na Universidade de Turim, sob a orientação da Professora Doutora Federica Morelli e Professor Doutor Alessandro Stanziani (EHES), com bolsa da Universidade de Turim.

Abstract

This chapter delves into an understudied realm of the legal strategies employed by Afro-descendants in Cuba to navigate the transition from the patronato system to (formal) freedom, focusing on the intersection of compulsory education and emancipation.

Situating itself within the broader historiography of Afro-descendant's resistance practices in the Iberian world, the chapter argues that petitions for freedom based on the lack of education emerged as a pivotal tool for Black women in formulating effective strategies aimed at terminating the forced apprenticeship for their kin.

Drawing on cases from the National Archive of Cuba, the chapter demonstrates how Black women strategically utilized lawsuits centered on educational deprivation to resist and gain custody of their children and loved ones. Through a detailed examination of legal proceedings before the Juntas de Patronato, the chapter highlights the radical character of these lawsuits and their significance in challenging entrenched racialized beliefs about labor, intelligence, and motherhood.

By navigating the delicate balance between labor obligations and educational provision, Black mothers asserted their right to provide adequate care for their offspring, thereby reshaping notions of freedom and agency within the context of post-slavery Cuba.

Keywords: Slavery, Cuba, Patronato, Gender, Education.

Introduction

The *patronato* system, established in Cuba in 1880, emerged as a strategic tool to engineer the transition from slavery to coexisting forms of dependencies within a highly conflictual context. The forced apprenticeship acted as the cornerstone for the continuation of forced labor under a different name. Nonetheless, *patrocinados* (how formerly enslaved people were renamed) had certain limited rights with the new legislation, and legal bodies, the *Juntas de patronato*, were put in place to solve controversies in the application of the law. Some of the strategies employed by *patrocinados* to struggle through legal means for their freedom involved financial transactions, while others, in theory, did not require monetary exchange.

Among the latter, was the little-explored avenue of petitioning stating an individual, one's children or minor relatives, were not receiving the prescribed education. If the historiography on the use of the law by enslaved people in Cuba is extensive,¹ there is a notable gap in the scholarship regarding petitions related to compulsory education as a pathway to freedom. This chapter delves into these types of *pleitos*, offering an analysis of archival cases drawn from two funds of the National Archive of Cuba – the *Consejo de Administracion* and the *Miscelanea de Expedientes*².

What may appear to be a minor narrative offers an unprecedented perspective on the history of grassroots resistance among Afro-descendants in the colonies of the Spanish Empire. Education lawsuits filed through the *Juntas de patronato*, in the only available systematic source, are estimated at around 3.3% of total cases, where the leading *causa de pleito*, the reason by which people sought release from apprenticeship, remained self-purchase or *coartación* (34%)³. The subsequent pages argue that demands for freedom

¹ I am providing here just a limited selection of references: Chira (2017), Cowling (2013), Fuente & Gross (2020), Perera Diaz & Fuentes (2015); Scott (2007).

² For a guide to *Miscelanea* see Giovannetti & Cowling (2008).

³ The data shown are my elaborations from the *Libros de Actas de la Junta provincial de Santiago de Cuba*, covering the year 1884. The *patronato* would be abolished two years later, in 1886. The transcripts of the ordinary sessions of the *Junta provincial de Santiago* are the only ones that sur-

based on the lack of education emerged as a pivotal tool for Black women in formulating effective strategies aimed at terminating the forced apprenticeship for their kin⁴. Confronting entrenched resistance stemming from the enslavers' socioeconomic status, they navigated tensions between labor demands and the pursuit of education deemed "stolen" time. Moreover, they challenged prevailing racialized beliefs about intellect and the legitimacy of knowledge for specific social strata. Despite the overall scarcity of lawsuits centered on educational deprivation, Black women still strategically utilized this legal avenue to resist and gain custody of children. Their actions underscored powerful ideas regarding their right to provide adequate care for minors, challenging from below the racialized and gendered assumptions surrounding Black motherhood⁵, spanning the periods of slavery and post-slavery.

Abolition, the law, and the *Juntas*

Cuba's gradual abolition of slavery began with the 1870 and 1880 laws, the last one promoted after a decade-long civil war, the Ten Years' War. In 1868, the *Grito de Yara* sparked an uprising in Cuba's *Oriente* region, fueled by planters' frustration with Spanish policies. Initially spontaneous, it gained support from whites and free people of color, while Céspedes liberated enslaved workers to join the fight, challenging colonial rule. Enslaved individuals played a pivotal role in the conflict, rendering abolition a

vived (for the years 1882 to 1884) complete. For other regions we have to rely on pleitos that ended up in miscellaneous collections or search for appeals in the *Consejo de la Administracion*, at the colonial level.

⁴ The reason why, in addition to the term "children," I also employ the notion of "loved ones" is because, in the cases included in a broader research, related to education lawsuits but not limited to them, it distinctly emerges how mothers struggled to free their children from forced apprenticeship (in continuity with the manumission practices of previous centuries). Nonetheless, these types of actions, grandmothers, godmothers, and other relatives also participated, reflecting a conception of a family network that cannot be solely attributed to the nuclear family.

⁵ On Black motherhood in Cuba, its dreadful challenges, and the racialized conceptions around it during slavery see Cowling (2018).

political necessity for Spain. To prevent another uprising for independence and the substantial participation of enslaved laborers in it, the government in Madrid gradually altered the legal status of enslaved individuals without alienating the support provided by plantation owners to Spanish rule (Ferrer, 1999). The free womb law, the Moret law (1870) was passed to this end. The peace treaty, known as Pact of Zanjón, signed in 1878, granted freedom only to war participants, excluding the enslaved people in central and western properties who had kept working. Between 1879 and 1880, following the Ten Years' War in Cuba, enslaved people – some of whom were involved in yet another conflict, the *Guerra Chica*, while others abstained from work – were disrupting the essential synchronization of sugar production. Faced with this scenario, the Spanish empire needed to make nominal changes to the institution of slavery to maintain its core structure. In February 1880 the “definitive” abolition law was enacted, establishing an eight-year transitional period. Slavery was officially abolished, only to be replaced by the *patronato*, a system of forced apprenticeship. The formerly enslaved people were referred to as *patrocinados*, and their owners as *patronos*. The rights of the *patronos* over the *patrocinados/as* were alienable and included the appropriation of their labor (*Ley y Reglamento de La Abolicion de La Esclavitud*, p. 4).

To deal with the controversies emerging from the emanation of the abolition law a specific legal body was put in place, the *Juntas de Patronato*. When a *patrocinado/a* in Cuba submitted a petition, it typically went through a *Junta local*, the initial level of judgment. The *Juntas locales* were situated in the different municipalities. Often, an appeal was filed through the corresponding *Junta Provincial*, located in Santiago de Cuba, Santa Clara, Matanzas, Puerto Principe, Havana, and Pinar del Rio. The third and fourth levels of this justice system involved appealing to established legal institutions on the island and in the metropolis, specifically the *Consejo de Administración* and the *Ministerio de Ultramar*. Despite being relatively new, the operation of the *Juntas de Patronato* had strong connections with *pre-patronato* freedom petitions. One of the shared aspects between the legal systems em-

ployed before and during the *patronato* concerns the percentage in appeals between enslaved women and men. Considering that on average women represented only 30% of the total enslaved population of Cuba (Bergard *et al.*, 1995) it is worth noticing the higher number of female litigants: 50.1% of women, and 49.9% of men between 1762 and 1872 (Perera Díaz & Meriño Fuentes, 2015). Even more interesting is the gradual increase in this percentage over time. In fact, in a sample of 710 lawsuits collected from the *Miscelanea de Expedientes* at the Cuban National Archive, women accounted for 64% of the cases considered between 1870 and 1886 (Cowling, 2013, p. 61)⁶.

The articles of the *patronato* law outlined specific grounds for requesting authorities to terminate specific *patronato* relationships. Firstly, *patronos* could free their *patrocinados/as* by mutual agreement, through formal relinquishment of their prerogatives. Sections four and five of article seven specified the conditions for the *coartación* (of self-purchase)⁷. In addition, *patrocinados/as* were to receive the salary stipulated by law, adequately clothed, fed and cared for. Accommodation for the *patrocinados* was mandatory.⁸ *Patronos* failing to comply with these provisions were to be punished with the immediate release of the *patrocinados/as* who had suffered abuses. The *juntas de patronato* oversaw all these cases. Systematic data, available only for the province of Santiago, stresses the continuity in the period before and after 1880 of resorting to economic means to purchase one's freedom or that of a loved one. However, as seen, there were also other instances in which *patrocinados* could appeal to the *Juntas* for their freedom papers. Among the practices that did not explicitly require the payment of a sum, there was trying to prove that one's minor child was not receiving the compulsory education prescribed by the law.

⁶ The higher percentage of women in trials against their enslavers projects the Cuban case into a global perspective, as the figure of enslaved women in litigation is consistent with what scholars have observed for Brazil, Peru, and Argentina, among others.

⁷ On *coartación* see Varella & Barcia (2020) and De la Fuente (2007).

⁸ Furthermore, article eight stipulated that each year a quarter of all the *patrocinados* held by each *patrono* should be emancipated, starting with the oldest and proceeding in decreasing order of age for each year until 1888.

Compulsory primary education and emancipation

Both the Moret and the *patronato* laws enforced a mandatory responsibility upon slaveowners to ensure that children born into (formal) freedom were provided with “elementary instruction and the necessary knowledge for the pursuit of a trade or craft” (*Ley y Reglamento de La Abolicion de La Esclavitud*, p. 5). Failure to meet this stipulation, as determined by the judgment of a *Junta de patronato*, resulted in rescinding the property rights held over the *patrocinado/a* who had lodged complaints. This *educación reglamentaria* encompassed both primary education and the acquisition of skills deemed essential for the practice of a specific trade, craft, or occupation, as well as catholic teaching.

The legislation, as detailed in the February 1880 text and the subsequent *Reglamento*, presented some opacities. It was not clear who should concretely provide for such teaching, whether the *patronos* themselves, or a designated teacher, and in which structure, imparting what content. More generally, the objectives of such teaching, and thus when these could be considered achieved, were not specified in the legislation, indirectly giving the members of the *Juntas* great arbitrariness in deciding whether or not a given *patrocinado/a* was receiving adequate instruction, and therefore if there were (or not) the grounds for requesting the freedom papers. The burden of proof in the *Juntas* proceedings for lack of education was structured as follows: *patronos* could provide a certificate attesting that a qualified teacher or other authoritative figures were responsible for instructing the young *patrocinados* in reading, writing, arithmetic, “proper manners”, and correct religious practices. In cases where such a certificate was deemed inadmissible, or if the initial judgment by a local *Junta* was appealed, it was possible to resort to a specific examination to assess if the child had supposedly been educated.

Two sisters, Francisca and Concepcion, daughters of a free Black woman named Maria, were subjected in September 1883 to this examination following the instructions of the Provincial *Junta de Patronato* in Matan-

zas. It was their mother who had brought the case against the *patronos*, Don Ramon del Rio and Dona Antonia Rodriguez. Her intervention in favor of her daughters' emancipation was perceived as a significant interference in the financial affairs of the lady of the house. In the court transcript, the attorney representing the slave-owning family described the girls as being «ill-advised» and the «sole property owned by the lady» (ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 78, expediente 7479). Don Ramon del Rio had the testimony of Don José Perez and Don Manuel Morales admitted to the *Junta*. Both attested that the girls were indeed receiving the mandatory education from the *patrona* herself. The provincial *Junta's* officials determined the need to subject them to an examination to assess the compliance with the legal educational requirements. Don Domingo Aguirar was entrusted with this evaluation. The transcript reports how, during the examination, «despite the encouragements given to them, both sisters maintained a stubborn silence. Only Concepcion demonstrated some knowledge of a few letters of the alphabet before returning to her silence, as if she had been previously instructed in such a manner» (*Ibidem*). The nature of the delegated writing in these legal transcripts (Petrucci, 2021), along with the gaps in colonial archives (Fuentes, 2016) and the fact that the *Juntas de Patronato* were composed primarily of white male slaveowners, makes it challenging to determine whether Francisca and Concepcion may have chosen to remain silent during the interrogation as advised by their mother. It is equally unclear whether they truly lacked any reading skills or if silence was merely the safest response in the face of conflicting pressures, especially given the potential for retaliation in the aftermath of legal action. Nor can it be ruled out that silence during the examination could have been recommended by word of mouth within the network of both free and enslaved people of color, whose role in the petitions for freedom the historiography has particularly emphasized (Perera Díaz & Meriño Fuentes, 2015). What is undeniable is that silence in this context constituted a significant form of everyday resistance (J. C. Scott,

1985),⁹ a powerful gesture in a hostile environment, populated by owners and colonial officials, which had a notable impact on the outcome of the legal case, at least at the level of regional jurisdiction. The provincial *Junta* ruled in favor of the two sisters' freedom, and it became the *patronos'* responsibility to appeal to the *Consejo de Administracion* if they did not comply with the decision. The couple proceeded in this direction, asserting through their representative the adequacy of what Dona Antonia had done for the girls' education, as «one could not expect more from an unfortunate woman who is in poverty, bordering on destitution».

Cases such as this highlight how legal proceedings for lack of education brought before the *Juntas* provide a privileged vantage point for observing the conflicting interpretations of the meaning of the *patronato* law, and the rationale employed by proponents of slavery to cling to their privileges. The owners' social class – representing themselves as reliant on the labor performed by their enslaved workforce, leased for income, being the last vestige of a prosperity long lost – was an integral part of the defense put forth through the lawyers. This was particularly true for cases involving women slaveowners. Impoverished, single or widowed, they clung to their human property, being one of the very few “assets” women could assert rights on, defending it at all costs (Prados-Torreira, 2021). The del Rio's attorney stated how:

“It was not possible, [...], to demand that Dona Antonia Rodriguez, in whose care the petitioning *patrocinados* are placed, seek a specialized teacher in the town when they constitute her sole property. Their rented services were what helped her afford their sustenance. They are unfortunate workers, with barely enough to subsist, often facing the horrors of scarcity and hunger. When they lack resources, expecting such people to cover the costs of education with a salaried teacher is to demand the impossible. It renders the law impractical and burdensome, [...], and a benefit is turned into a heavy and useless burden” (ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 78, expediente 7479).

⁹ See the *Resistance project* (<https://www.resistance.uevora.pt/>), where a working group is exploring this perspective further.

Differing economic means among the *patronos* corresponded to varying capacities of performing the application of the law, entailing the possible termination of the forced apprenticeship arrangements. In the words of this attorney, the *patronato* law, through the introduction of minimal rights for formerly enslaved people, transformed the “right of possession” over Afro-descendant individuals from “profitable ownership” into a concern. Opposed to these arguments were the mediated, filtered words of the Black women who had filed the petitions. The microcosm of conflicts thus outlined allows us to focus on the radical character of these lawsuits for education, which underlay two strong and interconnected assumptions. How children born to previously enslaved mothers had a right to an education, and how there were limits in what was allowed or not allowed to the owners, drawing a boundary to their arbitrariness, lawsuit after lawsuit. But the bases of the dispute did not end there. Dona Antonia’s attorney introduced another aspect, shared with similar legal cases. The lawyer brought to the attention of the members of the *Consejo* the inherent tension between the time spent on labor and the time “stolen” from it, dedicated to the education of the *patrocinados*. Devoting hours to learning meant subtracting them from the tasks at hand, from the coerced labor formerly enslaved people were demanded to perform. When a *patrocinado/a* dedicated two hours to learn syllabizing, they were not cutting sugarcane during that time. Likewise, a *patrocinada* employed as a street vendor or laundress was not conducting full-time vending or stain removal as she would have in the absence of such a duty. In the words of the defense attorney of the couple:

“Only a detestable and tyrannical law demands from the impoverished and humble land laborer and the simple laborer, who possesses no more certain income or property than the sporadic compensation received for the rented services of two *patrocinados*, that they pay for a private teacher to educate them” (ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 78, expediente 7479).

It would be inaccurate to claim that the two spouses did not make use of the services provided by the *patrocinadas*. The administrative appeal, a pre-existing legal framework, was characterized by extended processing times. The resolution of Francisca and Concepcion's case at this level of adjudication extended over a two-year period. Finally, in November 1885, the *Consejo de Administracion* sided with the *patrocinadas*, confirming the judgment of the Provincial *Junta*. Throughout these years, it is conceivable that Mrs. Antonia continued lending the *patrocinadas'* workforce, thereby securing a consistent daily wage through their labor. Furthermore, it can be assumed that the education received by the two *patrocinadas* remained largely unchanged during those two years. According to Dona Antonia's lawyer, paying for the education of the two fifteen-year-old *patrocinadas* (who were in the prime of their working age), outsourcing it through a specialized teacher or a dedicated school with a fee, meant spending money that would not be recovered in any way. For her defendant, it was equivalent to forgoing the services of the two girls, who would be «distracted from work» by the education mandated by the law. It was not the same for significantly wealthier owners, who could afford to build dedicated structures within their sugar mills, which could serve as schools for the *patrocinados/as*.

This allowed owners to shield themselves from inspections by members of the *Juntas* following legal cases. More generally, these affluent owners had more autonomy to manage the educational arrangements, as they could employ a teacher of their choosing who followed schedules and timetables dictated by the demands of sugar production.

Through litigations centered on the lack of education, it was asserted that basic schooling was an inviolable right, mandated by law, and any failure to adhere to this mandate would lead to the emancipation of the young *patrocinados/as*. Black mothers occupied a pivotal position within the struggle, navigating the delicate balance between labor obligations and the imperative for educational provision. Legal actions concerning education carried inherent legitimacy, thereby reinforcing the enforcement of consequences for

non-compliance with the *patronato* regulations. Mothers wielded the power to demand education for their offspring, alongside asserting their right to custody in instances where the rights stated in the 1880 law, including access to education, were disregarded. In other words, the argument presented in the petitions was radical in character for the context in which it was set: when *patronos* did not live up to the demands of the law, mothers represented better guardians than the former owners.

If, on the part of the owners, the tension between time for labor and time for the compulsory education was somehow inescapable, one way to circumvent the problem was to halt education resorting to reasons related to the intellectual capacity of individual *patrocinados/as*, or by altering the content of what was being taught, making it increasingly resemble mere labor. Both strategies were employed by Juan Leon Sands, a merchant from Matanzas, as we learn in the case brought against him by the *patrocinada* Maxima in October 1882 before the Provincial *Junta* of Matanzas. The *patrono* asserted in front of the *Junta's* members how «it had not been possible to teach her because her disposition did not allow it, and she only knew how to syllabicate, but she was taught to pray and sew». In the same legal case, Don Sands and his lawyer repeatedly argued that teaching Maxima to read and write was impossible due to her «limited intellectual abilities» (ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 71, expediente 7076). In other words, the legal case of Maxima sheds light on racialized conceptions of intelligence, capability, and what knowledge was deemed worthy of acquisition, and by whom. In another lawsuit, which saw the free Black woman Ramona Oliva, and her daughters Maria Fabiana and Augustina, confronting her former *patrono* Don Manuel Oliva in the local *Junta* of Bolondron, the representant of the three women vividly portrayed what constituted mandatory education for *patrocinados*: « [His excellency will realize] that they were only being taught what is traditional (allow me to use the term), to work like donkeys to make themselves useful to their masters» (ANC, *Miscelánea de Expedientes*, legajo 3724, expediente T). The disputes thus also questioned what knowledge was

imparted through this mandatory education. The mothers' representatives radically expanded the meaning the legislator gave to this specific article of the *patronato* law. It was emphasized that education should not have merely aimed at teaching young *patrocinados/as* a trade but it should have provided basic tools for literacy, and numeracy. Conversely, the interpretations of the *patronato* law's intent put forth by the attorneys of slaveowners show the pervasiveness of racialized notions concerning labor, intelligence, and education, illuminating the impact social Darwinism and scientific racism had on Spain and its colonies towards the end of the 19th century. In the case of another *patrono*, named Don Juan Soler y Morell, it became evident what the prevailing opinion among the landowners was regarding the desirability of teaching people of African descent to read and write:

"It cannot be the spirit of the law that *patronos* make literate the liberated *patrocinados*, nor are they liable for any deficiencies in their development as an inferior race. It is the height of injustice to deprive the *patrono* of his rights based on the varying levels of advancement in education" (ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 77, expediente 7499).

In conclusion, resorting to the *Juntas* and claiming the lack of mandatory education placed *patrocinadas* in an extremely challenging context. Their right to be heard and examined (as required by the procedure) clashed with deeply ingrained racialized ideologies, within a legal framework, that of the *patronato*, designed to slow the transition towards emancipation. Cases such as this, which delve into the essence of education, underscore that it was not merely a vehicle for securing the liberation of their minor children or kin from the forced apprenticeship – a release from eight additional years of forced, unpaid labor. Rather, they reveal a concerted effort to imbue from below the notion of freedom with one's own profound significances. These meanings were forged within the crucible of slavery but projected towards the construction of a future. In this envisioned future, Black mothers sought

complete custodianship of their children, rejecting the notion of them being subject to the control of those who had formerly exploited their enslaved labor.

Conclusion

This chapter moved from the analysis of how the *patronato* system was implemented, to the role of the *Juntas de Patronato* in adjudicating disputes, and the strategies pursued by *patrocinados/as* and their free mothers to carve spaces for emancipation. In particular, I have examined how the *patronato* law's mandates regarding basic provisions and education, though vague, created openings for resistance. Freed and enslaved women resorted to the *Juntas de patronato* denouncing the owners' noncompliance with the *patronato*'s terms, demanding the termination of the forced apprenticeship. Proving that one's child was not being educated as prescribed came, in theory, at (virtually) no cost, unlike a self-purchase, and could represent a possible pathway for obtaining custody of one's children. The chapter stressed three theses. How Black mothers, through their legal struggles centered on the lack of education, forcefully challenged the entrenched obstinacy stemming from the class backgrounds of enslavers, especially when they were not particularly affluent. Simultaneously, they confronted the inherent tension between time for labor and the time "stolen" for educational pursuits. By persistent legal fights, they imbued profound significance not only into the notion of education, but also redefined the very essence of freedom for themselves and their progeny. Remarkably, these legal skirmishes served as a platform for dismantling the arguments propagated by slave owners and their advocates, which sought to perpetuate the myth of Black children's purported incapacity to acquire knowledge. Instead, Black women through their legal mediators staunchly advocated for their inherent right to custodial authority over their offspring, while underscoring that education should transcend the confines of mere forced labor. These lawsuits were resistance

practices that highlighted a profound defiance against the status quo: Black mothers demanded to be in charge of the wellbeing of their children, and a profound re-reading of what kind of knowledge was deemed adequate for which social groups. Thus, the primary sources employed in this article are particularly adequate to write a social history of resistance from below in the last slaving colony of the Spanish empire, beginning with an only apparent under-used legal loophole, pointing to a microcosm of conflicts.

In sum, trials for lack of education put pressure on the contradictions inherent to “gradual” abolition. These legal disputes highlighted a fundamental aspect of the last days of slavery on the island of Cuba: the enslavers’ aspiration at making use of the time of the individuals they claimed to possess, and Black mothers and their minor children pressing forward, through a relentless series of petitions, their distinct visions of what a post-slavery future could entail.

Bibliographic references

Primary Sources

Archivo Histórico Provincial de Santiago de Cuba (AHPSC)

AHPSC, *Fondo Gobierno Municipal*, Colonia, Actas de la Junta Provincial de Patrocinados de Santiago de Cuba. (1882; 1883-1884)

Archivo Nacional de Cuba (ANC)

ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 71, expediente 7076.

ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 77, expediente 7499.

ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 78, expediente 7464.

ANC, *Consejo de Administracion*, legajo 78, expediente 7479.

ANC, *Miscelánea de Expedientes*, legajo 3724, expediente T.

Convenio del Zanjón (1878) (1965). In Hortensia Pichardo Vinals, *Documentos Para La Historia de Cuba (Época Colonial)*. Editoria del consejo nacional de universidades, 1965, pp. 415-416.

Ley y Reglamento de La Abolicion de La Esclavitud de 13 Febrero y 8 de Mayo 1880. Comentados, Explicados y Anotados Para Su Mejor Inteligencia y Facil Aplicacion. Seguidos de Dos Apendices 1 La Ley (Moret) de 4 de Julio 1870 2 El Reglamento de 5 de Agosto (1880). Casa Editora La Nueva Principal.

Studies

Bergard, I. & Barcia (1995). *The Cuban slave market, 1790-1880*. Cambridge University Press.

Chira, A. (2017). *Affective Debts: Manumission by Grace and the Making of Gradual Emancipation Laws in Cuba, 1817 – 68*. 36(1), pp. 1–33.

Cowling, C. (2013). *Conceiving freedom: Women of color, gender, and the abolition of slavery in Havana and Rio de Janeiro*. The University of North Carolina Press.

De la Fuente, A. (2007). Slaves and the creation of legal rights in Cuba: Coartación and papel. *Hispanic American Historical Review*, 87(Part 4), 652–692.

De la Fuente, A. & Gross, A. J. (2020). *Becoming free, becoming Black: Race, freedom, and law in Cuba, Virginia, and Louisiana*. Cambridge University Press.

Ferrer, A. (1999). *Insurgent Cuba Race Nation and Revolution 1868-1898*. University of North Carolina Press.

Fuentes, M. J. (2016). *Dispossessed Lives: Enslaved Women, Violence, and the Archive*. University of Pennsylvania Press.

Giovannetti, J. L., & Cowling, C. (2008). Hard Work with the *Mare Magnum* of the Past: Nineteenth-Century Cuban History and the Miscelánea de Expedientes Collection. *Cuban Studies*, 39(1), 60–84.

Perera Díaz, A., & Meriño Fuentes, M. (2015). *Estrategias de libertad: Un acercamiento a las acciones legales de los esclavos en Cuba (1762-1872)*. Editorial de Ciencias Sociales.

Petrucchi, A. (2021). *Prima lezione di paleografia*. Laterza.

Prados-Torreira, T. (2021). *The Power of Their Will Slaveholding Women in Nineteenth-Century Cuba*. University of Alabama press.

Scott, J. C. (1985). *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*. Yale University Press.

Scott, R. (2007). *Slave emancipation in Cuba: The transition to free labor, 1860-1899*. University of Pittsburgh Press.

Varella, C., & Barcia, M. (2020). *Wage-earning slaves: Coartación in nineteenth-century Cuba*. University of Florida Press.

Parte II
[in]Sucessos

Resumo

As casas senhoriais dos membros da família real cumpriram ao longo dos tempos, vários objectivos das dinastias, com o fim de perpetuar a sua posição de poder. A Casa do Infantado criada como casa senhorial, primeiro para o infante D. Pedro por seu pai D. João IV, e depois para D. Francisco, ambos segundogénitos, teve como objectivo a formação de uma casa senhorial do segundogénito para si e seus descendentes, capaz de assegurar uma linha sucessória, tal como tinha sucedido com o ducado de Beja e casa do infante D. Fernando (1433-1470). As circunstâncias e os interesses da Coroa, no século XVIII, com D. João V, fizeram com que esta casa senhorial que tinha a segurança jurídica da sua reprodução e continuidade, dada por D. Pedro II, através do seu testamento, acabou por se transformar numa casa senhorial subalternizada e gerida pela casa real, pois todos os seus donatários, com a excepção do infante D. Francisco, foram reis de Portugal.

Palavras-chave: Casa do Infantado, Segundogénitos, Dinastia, “Spare”, Casa Senhorial.

Abstract

The households of the members of the royal family fulfilled various objectives of the dynasties over time, with the aim of perpetuating their position of power. The Casa do Infantado, created as a manor house first for Prince Pedro by King João IV, and then for King Francisco, both second-born sons, was based on the formation of a household for the second-born son for himself and his descendants, capable of ensuring a line of succession, as had happened with the Duchy of Beja and the house of Infante D. Fernando (1433-1470). Circumstances and the interests of the Crown in the 18th century, under King João V, meant that this manor house, which had the legal security of its reproduction and continuity, given by King Pedro II in his will, it ended up becoming a subordinate household managed by the royal house, since all its grantees, except for Prince Francisco, were kings of Portugal.

Keywords: *Casa do Infantado*, Second sons, Dynasty, "Spare", Household.

Introdução

Este artigo é resultado do nosso projecto de investigação sobre o lugar que os segundogénitos ocupam no seio das monarquias hereditárias, do período moderno, cujos princípios sucessórios assentam na primogenitura, na varonia, e na indivisibilidade e inalienabilidade do reino. É sabido que a posse do reino era susceptível de provocar conflitos entre os pretendentes, pelo que o princípio da primogenitura e varonia se foi impondo em vários reinos europeus (Duindam, 2016, p. 88; Spangler, 2022, p. 4)¹. Mas, como respeitar estes princípios e manter a paz entre os pretendentes, sem defraudar as legítimas aspirações dos outros filhos do rei de herdarem segundo o direito natural? A resposta a esta questão não pode, pela economia do texto, ser aqui plenamente respondida. Vamos limitar a nossa exposição a um aspecto, importante, que foi a criação de “casa e estado” aos segundogénitos, os apanágios em França².

O tema enquadra-se na historiografia europeia que tem desenvolvido o assunto do poder nas monarquias europeias, e não só, e que explora novas linhas de desenvolvimento do poder político e das suas instituições, nomeadamente as cortes, os tribunais, os poderes locais e as suas interligações com a nobreza, as casas aristocratas e os senhorios, numa rede de construção de respostas políticas às transformações económicas e sociais das sociedades europeias. Conhecer que lugar o segundogénito ocupa na corte e na sociedade em geral, trará aportes significativos e aduzirá argumentos que contribuam para a discussão sobre a crise da aristocracia e da construção do “Estado Moderno”, tão precocemente anunciado (Hespanha, 1984; Cunha, 1988).

Entre os autores que se destacam na questão do papel dos filhos segundos na governação dos reinos, destacamos Jonathan Spangler (2022) que apresenta uma obra importante para a França nos séculos XVI a XVIII. Neste

¹ A forma como se foi impondo, insere-se num tempo longo da história, que passou por vários momentos, avanços e recuos. Nem sempre os monarcas respeitaram os princípios.

² Apesar de apresentarem características próprias e distintas, não deixam de ter objectivos políticos semelhantes, tanto em Portugal, como em França e nos outros reinos.

estudo Spangler propõe-se conhecer de uma forma comparativa, as questões-chave acerca das vidas, obstáculos e contribuições dos segundogénitos no Antigo Regime francês. O autor discute como é que um grupo específico de príncipes reais lidaram com a transição de uma ideia de monarquia corporativa com todos os membros titulados, para uma monarquia absoluta tipificada nos textos de Luís XIV. Para Portugal, destaque para Hélder Carvalho (2022) que na sua tese de doutoramento estuda o papel do infante D. Luís (1506-1555), segundogénito de D. Manuel I (1469-1521), e irmão de D. João III (1502-1557), revelando-nos a complexa relação entre os protagonistas e o poder. O autor examina o percurso político do infante D. Luís estabelecendo o nível de cooperação deste para com o rei D. João III. O estudo que apresentamos sobre os segundogénitos da dinastia de Bragança, elegenddo o caso do infante D. Francisco (1691-1742), justifica-se quer pela novidade destes estudos em Portugal quer pelo contributo que poderá dar para a criação de um modelo de interpretação sobre o papel dos segundogénitos da dinastia de Bragança, na continuidade do que o Hélder Carvalho fez para os séculos XV e XVI. O nosso projecto é ainda devedor do estudo que Maria Paula Lourenço (1995) fez sobre a criação, constituição e evolução da Casa do Infantado entre 1654 e 1706, apesar de não apresentar esta problemática como linha de desenvolvimento.

Os estudos historiográficos sobre o tema da formação do Estado Moderno, bem como o papel que a aristocracia e os segundogénitos desempenharam neste período sofreram uma profunda transformação, pelo menos, desde Norbert Elias (1987) na década de trinta do século XX, ao dar um lugar central à sociedade cortesã. Para este autor a corte, com a curialização da aristocracia, teria tido um papel fundamental no processo de centralização do poder régio e do absolutismo, lançando as bases do Estado Moderno. Esta tese tem sido contestada e rebatida, sem se negar o importante papel da corte e da aristocracia na modelação das sociedades modernas (Duindam, 2011, pp. 401-402). Em Portugal, António Manuel Hespanha (1993) na linha da historiografia que vê na corte um lugar em que se desenvolve uma cul-

tura própria, com os seus mecanismos alternativos de legitimação, baseados no valor da “casa”, da “amizade” ou do “clientelismo”. Além de Hespanha, nos anos oitenta surgiram autores que contribuíram para o desenvolvimento da história social e para a compreensão dos mecanismos políticos e sociais que condicionam o exercício do poder desde o final da Idade Média até ao Liberalismo. Destacamos Nuno Gonçalo Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, Fernanda Olival, Rita Costa Gomes, Romero Magalhães e Maria Helena Coelho.

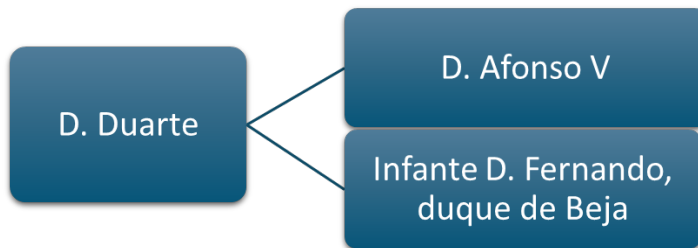
As casas dos segundogénitos

Em Portugal, a criação de “casa e estado” aos segundogénitos, pode situar-se no início do século XV, quando nas cortes de Évora de 1408, D. João I colocou em consulta a cobrança pela coroa de impostos sobre rendas dos povos, para com esse dinheiro comprar terras para os infantes D. Pedro e D. Henrique (Sousa, 1991, p. 86). A distribuição de terras, rendas e padroados pelos filhos do rei enquadra-se no espírito da época em que a ideia de linhagem e casa se entrelaçam (Oliveira, 1999, p. 11). Manter a linhagem no poder passava por criar casas aos segundogénitos que garantissem a posse de várias porções do território do reino, em competição com outras casas senhoriais, cujo padrão comportamental era o de assegurar um quinhão dos senhorios, garantindo também o êxito das suas casas/linhagens. É a época em que os filhos varões do rei são contemplados com títulos ou com a administração dos senhorios das ordens militares³. Monarquia e nobreza concorrem pela afirmação das suas linhagens, desenvolvendo estratégias de sobrevivência política e social. A casa real ao estabelecer “casa e estado” aos infantes, insere-se assim na ideologia quatrocentista de criar uma rede de casas de familiares reais, facilitadora do controlo de vastos territórios do reino, num período de poderes corporativos e polissinodais. No século XVI os monarcas portugueses continuaram a criar “casa e estado” para os filhos

³ A integração das Ordens Militares na Coroa ocorreu em 1511.

segundos. D. Afonso V (1432-1481) doa ao seu irmão mais velho um vasto território com o título de duque de Beja, que acumula com bens herdados do seu tio infante D. Henrique. O infante D. Fernando (1433-1470), casado com uma Bragança, ficou na posse de uma poderosa casa que se prolongou no tempo, através dos seus herdeiros varões legítimos, até D. Manuel. Para esta casa, o ducado de Beja, o seu êxito foi o êxito da linha e da casa do segundogénito, cuja existência garantiu a continuidade da linhagem dos Avis, apesar de a D. João II (1455-1495) não ter sobrevivido o seu único filho legítimo, o príncipe D. Afonso (1475-1491). A política seguida por D. Afonso V, doando o ducado de Beja a seu irmão, em 1448, e mantendo nas suas mãos os bens de D. Henrique, a casa de Viseu (Gomes, 2006, pp. 131-133), revelou-se fundamental para a continuidade da dinastia de Avis aquando da morte do herdeiro de D. João II, o príncipe D. Afonso.

Figura 1. Linhagem dos Duques de Beja - 1



D. João II teve um papel importante nos acontecimentos ao permitir a continuidade da casa, confirmando o título de duque a D. Manuel. O monarca actuava num caldo cultural em que o sistema sucessório em vigor procurava evitar conflitos pela posse da Coroa. Certamente que D. João II tinha consciência de que a linha que separava a vida da morte era muito ténue, devido às doenças e pestes que assolavam os reinos, mas não tinha outra alternativa senão a de contribuir para o êxito da casa ducal de Beja, ela própria também uma garantia para a linhagem. Assim, mesmo sob temor de que a

linha do primogénito não vingasse e, sabendo da quase impossibilidade de conseguir colocar o seu filho bastardo no poder, a confirmação impunha-se. A rigidez das convenções europeias quanto às sucessões, confirmadas e reforçadas pelos casamentos entre as casas régias europeias, torna difícil aceitar os bastardos na linha real (Duindam, 2016, p. 124). Também aqui se vê a linha ténue entre o que distingue êxito de fracasso (Alvariño e outros, 2023, Introdução). O êxito de D. Manuel, que podia ser visto como um enfraquecimento do poder régio, veio a revelar-se como o esteio desse mesmo poder real. A acção de D. João II inseria-se na mentalidade da época em que aos reis engrandecia-os a existência de grandes vassallos, de preferência com ligações familiares à Coroa. O poder monárquico continuava a ser entendido como um poder corporativo e linhagístico, no sentido anteriormente assinalado. Só assim se compreende que no testamento de D. João II, em que é nomeado D. Manuel como seu herdeiro, seja criada uma casa ao filho ilegítimo de D. João II, o infante D. Jorge, o ducado de Coimbra, embrião da Casa de Aveiro, cujo primeiro donatário foi o seu filho primogénito (Neves, 1972). A Casa de Aveiro, integrando praticamente todo o património do duque de Coimbra, o infante D. Pedro, acrescentada ainda por D. Manuel, tornou-se a segunda maior casa senhorial em Portugal. Casa que se perpetuou até ao reinado de D. José. Um caso de êxito, para a linha de descendência de D. João II.

D. Manuel I (1469-1521), filho do infante D. Fernando (1433-1470), garantiu a sucessão e a continuidade da dinastia, após a morte do príncipe D. Afonso (1475-1491). Dito de forma breve: o êxito da casa ducal do segundogénito foi o êxito da dinastia. Mas a subida ao trono de D. Manuel significou a extinção do ducado de Beja. Os bens da coroa estavam sujeitos às clausulas da lei mental (Hespanha, 1982; 1994; Marques, 1989; Caetano, 1992), e esta estabelecia que o regime jurídico dos bens da coroa não se devia regular pelo direito feudal, em que as doações eram perpétuas e divisíveis pelos filhos masculinos⁴, mas que os bens da coroa nunca perdiam essa natureza nem integravam o património do donatário, revertendo para a Coroa.

⁴ Os costumes feudais não eram unânimes. O direito lombardo consagrava a divisibilidade, enquanto o franco ou siciliano consagrava a indivisibilidade. Cf. Hespanha, 1994, p. 404.

O êxito de D. Manuel está assim ligado ao desaparecimento de uma casa senhorial que fora uma das maiores do reino.

D. João III, no seguimento da política de gestão dos membros da família real, própria das dinastias hereditárias, e já encetada por D. Manuel I com a atribuição dos destinos aos infantes D. Fernando (1507-1534) e D. Afonso (1509-1540), doou ao infante D. Luís o título de duque de Beja, a 5 de Agosto de 1527, momento em que o monarca ainda não tinha sucessores legítimos, estando assim o infante D. Luís na posição de herdeiro da Coroa (Carvalho, 2022, p. 97). Um verdadeiro “*spare*”⁵. Poderá também ter contribuído para a escolha deste momento o facto de a sua irmã, casada com Carlos V, ter um herdeiro, o futuro Filipe II de Espanha, nascido a 21 de Maio de 1527.

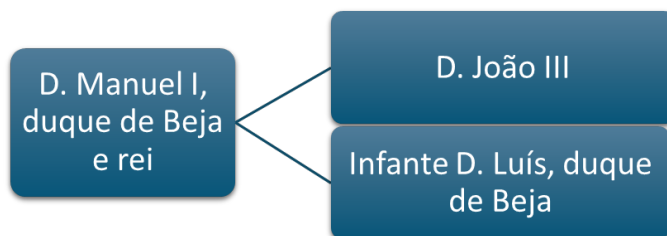
A doação da casa ao infante D. Luís, ao contrário do que sucedeu com a Casa de Aveiro, veio acompanhado de uma cláusula que limitava a mercê a uma vida (Sousa, 1746, pp. 21-24). Falecendo D. Luís os bens regressavam à Coroa. Para garantir a incorporação dos bens da casa na coroa, D. João III, nunca autorizou o casamento do seu irmão, impedindo a reprodução da casa.

A estratégia seguida por D. João III (1502-1557) de não permitir a reprodução da casa do duque de Beja, é compreensível. A sua numerosa prole dava-lhe garantias da continuidade da dinastia, sem ter de acrescentar mais uma linha colateral concorrente com a Coroa. A existência de muitos pretendentes era um potencial foco de tensões. O poder dinástico integra sempre um permanente convite à violência (Duindam, 2016, p. 88) As monarquias hereditárias tinham de lidar com este paradoxo: a necessidade de assegurar a continuidade das dinastias, e por isso o regozijo com o nascimento de segundogénitos varões, e as tensões que se estabeleciam entre os irmãos, face à herança. Desejados pela garantia que davam de continuidade das dinastias em caso da morte dos primogénitos, eram temidos pelos potenciais focos de tensão e de rivalidade que podiam protagonizar. O futuro veio a demonstrar que a escolha de D. João III foi uma estratégia com grandes riscos, e que

⁵ Termo que nos remete para o conceito de “reserva” do segundogénito, que se apresentava como o garante na sucessão das dinastias, no caso da linha principal se extinguir.

conduziu ao fracasso de assegurar a continuidade dinástica. Para D. João III parece que nunca esteve em causa a continuidade da dinastia, que pensava assegurada, mas sim o poderio económico, político e social do seu irmão segundogénito, detentor de uma casa senhorial de sangue real, que podia vir a colocar problemas sucessórios. A monarquia desejava infantes fortes, mas não tão poderosos que pudessem vir a criar oposição à linha primogénita. À morte de D. João III só o seu irmão mais novo, o infante D. Duarte (1515-1540) deixava descendência em Portugal, D. Catarina, sua única sobrevivente. O seu filho varão, o senhor D. Duarte (1541-1576) falecera em 1576, o que enfraqueceu a linha sucessória do infante D. Duarte.

Figura 2. Linhagem dos Duques de Beja - 2



A forma de sucessão à coroa, ainda antes da crise dinástica provocada pela morte de D. Sebastião, já era objecto de debate pelos juristas (Silva, 1972, p. 5 e ss; Albuquerque, s/d, pp. 40 e ss; Cunha, 1993, p. 553). O direito romano defendia que a coroa se deferia à maneira das heranças, pelo que se legitimava o recurso ao direito de representação. Desaparecido D. Sebastião inicia-se um processo de consultas jurídicas sobre quem tem o direito de suceder.

A questão coloca-se em definir a natureza do reino. Deve a sucessão ser regulada pelo direito dos morgados, em que não há representação e que precede o filho segundo ao neto do falecido, ou deve ser regulada pelas leis de herança. O Dr. António da Gama vai defender que nos morgados o

irmão/irmã do último possuidor tinha preferência ao tio, irmão do pai do último possuidor. Referência que punha em causa a própria sucessão do cardeal D. Henrique. Filipe II de Castela era primo de D. Sebastião e o cardeal D. Henrique tio-avô, portanto mais afastado. Este parecer jurídico enfraqueceu a posição do cardeal no processo de decisão de escolha do seu sucessor (Velloso, 1945, pp. 150ss.). D. Catarina irá apresentar a sua defesa alicerçada em duas linhas argumentativas: que o reino se herda, segundo o direito romano, sendo assim legítimo o recurso à representação, e que há prevalência da linha sobre a proximidade do parentesco, varonia e primogenitura. Filipe II de Castela vai insistir no argumento de que o reino era uma entidade natural anterior ao direito romano, pelo que não se lhe aplicavam os preceitos do direito natural. O reino tinha a natureza de morgado, pelo que o direito aplicado era o vincular, em que a proximidade do parentesco com o último possuidor, a primogenitura e a varonia constituíam os requisitos determinantes para a sucessão (Silva, 1972; Cunha, 1993, pp. 554-555). A questão sucessória resolveu-se com a posse de Filipe II, assente em pareceres jurídicos, como a sentença pronunciada pelos três governadores nomeados pelo rei D. Henrique, que deu cobertura jurídica a Filipe II (Serrão, 1959, p. 210) e o uso da força militar. A dinastia de Avis deu lugar à dinastia dos Áustria. A configuração da dinastia dos Áustria e o seu carácter de monarquia composta traz consigo lógicas diversas daquelas que temos vindo a observar para o reino de Portugal. A dinastia Habsburgo abarcava o governo de um império, em território europeu, pelo que não faz sentido aqui, nesta abordagem ao “spare” de Portugal, de analisar o processo e as estratégias seguidas pelos Habsburgo, para o domínio e continuidade da dinastia. Os Habsburgo não partilhavam esta preocupação com o segundogénito para o reino de Portugal, que é o que está em observação neste estudo.

Os Bragança e a fundação da Casa do Infantado

A abordagem que aqui efectuamos sobre a Casa do Infantado enquadra-se na problemática deste livro, sobre resistências e [in]sucessos nos impérios ibéricos, sécs. XVI-XIX. Vista sob a perspectiva do seminário, a Casa do Infantado ganha uma nova dimensão, afastando-se da visão teleológica que a historiografia tradicional lhe atribui. Os estudos sobre a referida casa são praticamente inexistentes. Digno desse nome só encontramos o trabalho de Maria Paula Lourenço que nos apresenta uma visão muito aprofundada e completa sobre a constituição, funcionamento e organização daquela que era a segunda maior casa senhorial portuguesa, entre 1654 e 1706. A autora também refere a pouca atenção que a historiografia tinha tido na altura, e até agora o panorama não se alterou. Neste estudo pioneiro de Maria Paula Lourenço atribui-se à Casa do Infantado o estatuto e natureza de casa dos segundogénitos dos monarcas, na linha da historiografia tradicional que tem aceiteado acriticamente as opiniões dos poucos historiadores que lhe fazem referência. Se fizermos uma genealogia historiográfica da Casa do Infantado verificamos que a primeira menção é a de Caetano de Sousa (HGCRP, T.VII, 1740, pp. 119 e 244) em que afirma que D. João IV (1604-1656) fez doação ao infante D. Pedro da cidade de Beja e título de duque, a 11/8/1654, tendo a regente, D. Luísa de Gusmão (1613-1666), constituído casa separada para o infante quando este atingiu os 14 anos de idade, ficando a residir com a sua “corte” nas casas do marquês de Castelo-Rodrigo, no sítio chamado Corte-Real.

Na carta patente de 11 de Agosto de 1654, publicada também por Caetano de Sousa (Provas H.G.C.R.P., Tomo V, 1746, pp. 20-21), D. João IV afirma que “como pai e como rei, deve dar estado a seus descendentes para a conservação e defesa da coroa, procurando que vivam no Reino, e tenham nele casas, e muitos sucessores em que se perpetue, e dilate o mais que puder o sangue, e família real”. Nesta doação D. João IV pretende perpetuar a memória de D. Manuel como duque e como rei, num claro esforço de legiti-

mação, recriando espaços e símbolos que remetem para um passado glorioso da dinastia de Avis, apresentando-se como seus legítimos continuadores. A escolha do território não podia ser outro que não o do ducado de Beja, agora acrescentado com as terras e jurisdições do marquesado de Vila Real e ducado de Caminha. A doação é de juro e herdade para todo o sempre para o infante D. Pedro (1648-1706) e seus legítimos herdeiros varões, precedendo o neto, filho do filho mais velho, ao segundogénito, uma das questões que por mais tempo ficaram por resolver no direito do morgadio (Monteiro, 1993, p. 45; Rosa, 1995, pp. 77 e 102 ss.). A doação concede aos primogénitos dos sucessores de D. Pedro o título de duque de Vila Real logo à nascença, usufruindo do título e das rendas da referida vila, o que se veio a verificar aquando do nascimento do infante D. Francisco (1691-1742), em 1691, com o senado da Câmara de Vila Real a comemorar o nascimento do seu senhor (BNP, Coleção Pombalina, R.8261, Fundo Geral de Monografias). Como podemos verificar a carta patente doa ao infante D. Pedro e seus sucessores varões legítimos primogénitos, a administração da Casa do Infantado. Com a subida de D. Pedro II ao trono, a Casa mantém-se na posse deste, com a sua administração a ser garantida pela Junta da Casa de Bragança, embora de forma autónoma. Em 1704, por testamento, D. Pedro II fez nova instituição da Casa, mantendo os postulados da primitiva instituição, mas estabelecendo a forma de sucessão que pretendia que se seguisse, face à nova situação criada pela posse da Coroa da parte deste monarca. D. Pedro II doa a D. Francisco e seus descendentes legítimos, fora da lei mental, toda a Casa do Infantado que D. Pedro II recebera de seu pai e de todas as terras e rendas que lhe tinha acrescentado durante a sua vida, além das que D. Afonso VI (1643-1683) também lhe tinha feito mercê. Deixa bem expresso que D. João V (1689-1750), o seu primogénito e herdeiro do reino, deve aumentar a riqueza de D. Francisco com todas as terras da coroa que viessem a vagar até atingir o estatuto de “spare” da dinastia. Toda esta riqueza devia constituir a base económica da linha que devia reproduzir-se pelo casamento do referido infante, afirmando-se como uma reserva da dinastia. Apesar deste clausulado

a visão historiográfica tradicional que prevaleceu ao longo do tempo foi a de que a Casa do Infantado fora instituída para os segundogénitos do monarca, negando-se-lhe a natureza de morgado regular. Esta interpretação seguida por Azevedo e Baião (1905), Armando de Castro (1989), Banha de Andrade, ou Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (1907), seguiu de perto o que escreveu Joaquim José Caetano Pereira e Sousa (1825). Este autor baseia a sua apreciação na Carta de 24 de Junho de 1789 (*Carta régia...*BNP/Colecção Pombalina, PBA.463/ /11), de D. Maria I, afirmando que a Casa do Infantado fora instituída para afiançar a sucessão da Coroa e que os seus administradores eram os filhos segundos dos monarcas.

Ora a carta de D. Maria I representa o corolário de uma disputa jurídica que envolveu os infantes D. António (1695-1757) e D. Pedro (III) (1717-1786), tio e sobrinho. O que estava em causa, nesta disputa, entre outros aspectos que aqui não podemos desenvolver, era se a casa se devia reger pelo direito dos morgados, prevalecendo a vontade do instituidor, ou se pelo direito público, que era seguido na sucessão da coroa. Assim, apesar das vocações de D. Pedro II de que seria o infante D. António, seu filho terceiro, a suceder no vínculo, no caso do infante D. Francisco falecer sem herdeiros legítimos, entendeu-se, que a sucessão pertencia ao infante D. Pedro, apesar da contestação apresentada por D. António⁶. D. João V teve certamente um papel interventivo, pois logo em 4 de Agosto de 1742, há notícia da criação de uma Junta que decide a entrega da Casa do Infantado ao seu filho segundo, o infante D. Pedro, exceptuando os bens que o rei D. Pedro II lhe tinha acrescentado (Montez, 1742, p. 270). Esta Junta terá sido convocada com alguma discrição, pois o próprio autor da notícia não está seguro da sua autenticidade, podendo não passar de rumores. Mas esta mesma discrição é prova de que algo se passava no segredo da corte. Vingou a interpretação de que não havendo sucessor na linha secundária, os bens da coroa eram

⁶ *Manifesto Jurídico, Ou Observações theoreticopraticas do melhor direito que assiste pelas instituições da Sereníssima Casa do Infantado...que se deferio por morte do Snr. Infante D. Francisco ao Snr. Infante D. Pedro a quem o Doutor Bernardo Pinto Ribeiro de Seixas opositor as cadeiras de Canones na Universidade de Coimbra.* BNP/Colecção Pombalina, vol.143. <https://purl.pt/38159/1/html>.

nela integrados para serem entregues ao infante que estivesse na linha de sucessão ao trono, ou seja o segundogénito. D. Maria I (1734-1816) consolidou esta interpretação ao estabelecer o modo de sucessão da casa que doou ao seu segundogénito infante D. João, que viria a ser o futuro D. João VI (1767-1826). No caso previsto de D. João suceder na coroa devia a casa ser entregue ao seu segundogénito e assim para todo o sempre, se em algum momento o segundogénito subisse ao trono. Como a partir de D. Pedro III todos os administradores também foram reis, pelas mais variadas razões, a Casa acabou por se confundir com a Coroa, quando a sua natureza era a de se manter no tempo como casa senhorial autónoma, capaz de assegurar a sucessão à dinastia.

Figura 3 – A dinastia de Bragança e a Casa do Infantado/Ducado de Beja



Considerações finais

A Casa do Infantado inscreve-se numa longa tradição, pelo menos desde 1408, com as cortes de Évora e D. João I, de criação de “casa e estado” aos infantes portugueses. A constituição destes senhorios tem justificações diversas. Desde as questões jurídicas ligadas às heranças até às ligadas à manutenção da unidade do reino, mantendo a paz entre os filhos do rei. A questão

é bastante complexa, pelo que nos remetemos aos aspectos gerais da criação destas casas e o seu relacionamento com a coroa, tendo por base os princípios político-jurídicos da primogenitura, varonia, indivisibilidade e inalienabilidade do reino. Durante o período em análise - 1408-1834 - podemos considerar, grosso modo, três grandes períodos. O primeiro aconteceu no período da primeira geração dos Avis. Aqui os infantes recebem, paritariamente, territórios que administram, obtendo poder político/militar e económico, sendo chamados à governação do reino. Nesta altura o segundogénito não aparece destacado dos seus outros irmãos. O infante D. Luís, segundogénito de D. Manuel será o primeiro que, com intencionalidade, se apresentará como um “spare”, verdadeira reserva da dinastia. Mas, tal estatuto torna-o refém da estratégia política de seu irmão D. João III que não lhe permite a reprodução da sua casa. O infante D. Francisco, segundogénito de D. Pedro II, é o outro caso, agora na dinastia dos Bragança, que se apresenta como o “spare” de D. João V. D. Pedro II dotou-o de uma casa só comparável à de Bragança, património do primogénito. Mas, tal como D. João III fez com o seu irmão infante D. Luís, D. João V também não permitiu a reprodução da sua casa.

Podemos concluir que a Casa do Infantado, por um lado, foi coroada de êxito, pois permitiu que os seus administradores, todos eles segundogénitos que subiram ao trono, com excepção do infante D. Francisco, usufruíssem de um património e de um estatuto comparável ao do primogénito, enquanto não subiram ao poder. A monarquia conseguiu assegurar a continuidade da dinastia à custa da limitação da autonomia da casa, o que pode ser visto como um fracasso para esta e um êxito para aquela. A criação da Casa do Infantado por D. João IV foi a resposta a uma questão sucessória que se previa problemática. Deste ponto de vista os tempos que se lhe seguiram conferiram à casa o êxito que D. João IV pretendia alcançar, a saber dar continuidade à dinastia, criando condições económicas e políticas ao segundogénito. O projecto político de D. João IV consagrou-se.

Com D. Pedro II também assistimos à intenção de criar um projecto político com a instituição da casa. D. Pedro II no acto de criação da casa, em 1704, elaborou um texto legal que pretendia fazer vingar duas importantes

ideias políticas. A primeira era a de blindar o retorno dos bens patrimoniais da Casa do Infantado à Coroa. Nesse sentido enuncia exaustivamente a forma como a administração da casa deve ser seguida pelos seus sucessores.

O primeiro donatário seria o seu segundogénito D. Francisco e, seguidamente, no caso de este não ter descendentes, a casa passaria para o seu filho terceiro, o infante D. António, e esta forma manter-se-ia até ao seu último filho. A segunda ideia era mais revolucionária. D. Pedro II estabelecia que, no caso da linha dos seus filhos legítimos e seus descendentes, se extinguir, então a administração da Casa do Infantado devia passar para as linhas dos seus filhos bastardos. Estava aberta a possibilidade de a sucessão na coroa portuguesa vir a ser ocupada por uma linha bastarda. Como sabemos nas monarquias europeias os bastardos estavam, por norma, afastados da sucessão da coroa (Duindam, 2016, p. 124), embora alguns o tenham conseguido. Ora o projecto político de D. Pedro II foi derrotado. O primeiro momento ocorreu com a recusa por D. João V de permitir a reprodução da casa em D. Francisco; o segundo momento quando o mesmo monarca não permitiu a entrega da administração da casa ao seu irmão, o infante D. António, após a morte de D. Francisco; finalmente com a Carta de 24 de Junho de 1789, em que D. Maria I anulou a possibilidade dos descendentes dos filhos bastardos de D. Pedro poderem vir a reclamar direitos sobre a Casa do Infantado, reconhecendo-lhes apenas o direito a reclamar sobre os bens pessoais do seu bisavô. No final podemos afirmar que a Casa do Infantado pode ser apreendida como expressão dos vários projectos políticos que os seus instituidores perseguiram. A luta política entre os irmãos da casa real passou também pela posse desta instituição. A história da Casa do Infantado permite-nos verificar o quão difuso são as fronteiras dos conceitos de êxito e de fracasso. Cabe-nos a nós, na análise crítica da história, relativizar o valor dos próprios termos, colocando-os em relação (Arroyo, 2020). O seu significado varia no tempo e com o tempo. As línguas criam termos e conceitos na tentativa de significar o real. Os termos declínio, ruína ou perda, muitas vezes associados ao fracasso, podem conter elementos de renovação e de

vida. O fracasso pode assim constituir a base de um novo e inesperado êxito (Salcedo, 2020; Garcia, 2020; Arroyo, 2020); Se para os indivíduos já é difícil destrinchá-los para as instituições a tarefa ainda é mais árdua. A cada momento a instituição serviu interesses e objectivos que, apesar de aparentemente contraditórios e poderem seguir caminhos diversos, acabaram por estar ao serviço dos mais poderosos, naquelas circunstâncias. Assim, nem sempre as perspectivas sobre o que era o êxito para a Casa do Infantado foram coincidentes entre os monarcas que a instituíram. Certamente que quer D. João IV, D. Pedro II, D. João V e D. Maria I, quiseram o êxito da Casa do Infantado, embora a ideia de êxito não fosse necessariamente a mesma entre eles. O fracasso do infante D. Francisco, ao não conseguir produzir sucessores legítimos, conduziu o destino da casa por outros caminhos.

Tabela 1 - Duques de Beja e Senhores da Casa do Infantado, 1453-1834.

Infante D. Fernando (1453-1470)
Infante D. João (1470-1472)
Infante D. Diogo (1472-1484)
D. Manuel I (1484-1495)
Infante D. Luís (1527-1555)
D. Pedro II (1654-1683)
Infante D. Francisco (1691-1742)
Infante D. Pedro (III) (1749-1786)
D. João VI (1786-1816)
D. Miguel I (1816-1834)

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Histórico Militar (AHM)

AHM, Decreto de 18 de Março de 1834.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

BNP, *Allegações de Direito, que se offereceram ao muito alto, e muito poderoso Rei Dom Henrique nosso senhor na Causa da sucessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catherina sua sobrinha filha do Iffante dom Duarte seu irmão a 22 de Outubro de MDLXXXIX/[pellos Doutores Luis Correa...e António Vaz Cabaço...e pellos ditos Doutores Fellix Teixeira e Licenciado Afonso delucena]. – Em Almeirim: per Antonio Ribeiro e Vrancisco Correa, 27 de Fevereiro 1580. <http://purl.pt/14260>.*

BNP, Colecção Pombalina, vol.143, *Manifesto Jurídico, Ou Observações theoretopraticas do melhor direito que assiste pelas instituições da Sereníssima Casa do Infantado...que se deferio por morte do Snr. Infante D. Francisco ao Snr. Infante D. Pedro a quem o Doutor Bernardo Pinto Ribeiro de Seixaspositor as cadeiras de Canones na Universidade de Coimbra. <https://purl.pt/38159/1/html>.*

BNP, Colecção Pombalina: R.8261//22p. Fundo Geral de Monografias, *Sermam na Manhã do primeiro dia consagrado ao Divino Culto, com que o Senado da Câmara de Vila Real...festeja...pelo feliz nascimento de seu senhor o Sereníssimo Infante de Portugal D. Francisco José António Urbano... Testamento de D. Pedro II, Guarda, 19 de Setembro de 1704. (1746). In Caetano de Sousa, Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo V, pp. 83-88.*

BNP, Colecção Pombalina: PBA. 463//11, Manuscritos Reservados, *Carta régia de Instituição, Declaração e Direcção Constitucional, Regulando o Estabelecimento da Casa e Estado do Infantado em conformidade com a constituição: 24 de Junho de 1787.*

BNP, Colecção Pombalina: R.8261//22p. Fundo Geral de Monografias, *Sermam na Manhã do primeiro dia consagrado ao Divino Culto, com que o Senado da Câmara de Vila Real...festeja...pelo feliz nascimento de seu senhor o Sereníssimo Infante de Portugal D. Francisco José António Urbano... Testamento de D. Pedro II, Guarda, 19 de Setembro de 1704. (1746). In Caetano de Sousa, Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa, Tomo V, pp. 83-88.*

BNP, Colecção Pombalina: COD-1802. Manuscritos Reservados, *Documentação jurídica sobre a sucessão na Casa do Infantado e outros assuntos/ Nicolau Lopes da Costa, 1742.*

Alvará de 12 de Janeiro de 1707 (1746). In António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, p.379.

Ao senhor infante D. Luís. Carta porque o ElRey o fez duque de Beja, e lhe deu as vilas da Covilhã, Seia, Almada, etc, ano de 1527 (1746). In António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, pp. 21-24.

Carta de doação de D. João IV ao infante D. Pedro da cidade de Beja e Casa de Vila Real, 1654 (1746). In António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo V, pp.20-21.

Montez, Luís Mattoso (1742). *Anno Noticioso e Historico*. Lióptima Edições/Biblioteca Nacional.

Estudos

Albuquerque, M. (s.d). *O Poder Político no Renascimento Português*. Edição Babel.

Alvariño, A., Amelang, J., Mesquita, M. & Bermejo, S. (2023). Introdução. In Alvariño, A., Amelang, J., Mesquita, M., Bermejo, S. (coord.), *Vidas falidas*. Eudem.

Arroyo, Nantu (2020). Declínio. In *Glosario del Fracaso*. <http://failure.es/>.

Azevedo, Pedro A. de & Baião, António (1989). Casa do Infantado e das Rainhas. In *Arquivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organização*. ANTT/Livros Horizonte, pp. 173-176.

Caetano, M. (1992). *História do Direito Português, 1140-1495*. Editorial Verbo.

Carvalho, H. (202). *Poder, dinastia, e governo de Portugal e do império: o caso do infante D. Luís (1506-1555)*. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Évora.

Castro, A. (1989). Casa do Infantado. In Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, pp. 316-317.

Coelho, M. (2005). *D. João I*. Círculo de Leitores.

Coelho, M. (2019). *O Infante D. Fernando (1433-1470): elementos para uma biografia*. Dissertação de mestrado não publicada. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Costa, L. & Cunha, M. (2006). *D. João IV*. Círculo de Leitores.

Cunha, M. (1988). D. João II e a construção do Estado Moderno. In *Arqueologia do Estado. Comunicações*, 2, pp. 649-667.

Cunha, M. (1993). A questão jurídica na crise dinástica. In J.R. Magalhães (ed.) e José Mattoso (dir.), *História de Portugal III. No Alvorecer da Modernidade*, pp.552-559. Círculo de Leitores.

Duindam, J. (2011). Versailles, Vienna and Beyond: Changing Views of Household and Government in Early Modern Europe. In Jeroen Duindam, Tulay Artan, and Martin Kunt (eds.). *Royal Courts in Dinastic States and Empires. A Global Perspective*. (pp.401-431) Leiden.

Duindam, J. (2016). *Dynasties. A Global History of Power, 1300-1800*. Cambridge University Press.

Elias, Norbert. (1987). *A sociedade de corte*. Editorial Estampa.

Garcia, Pablo Castro (2020). Perda. In *Glosario del Fracaso*. <http://failure.es/>.

Gomes, S. (2006). *D. Afonso V*. Círculo de Leitores.

Hespanha, A. (1982). *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Editora Almedina.

Hespanha, A. (1984). Para uma teoria da história institucional do Antigo Regime. In António Manuel Hespanha (ed.), *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de Textos*. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 7-89.

Hespanha, A. (1993). La corte. In António Manuel Hespanha, *La Gracia del Derecho. Economía de la Cultura em la Edad Moderna*. Centro de Estudios Constitucionales, pp. 177-202.

Hespanha, A. (1994). *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – século XVII*. Editorial Almedina.

Lourenço, M. (1995). *A Casa e o Estado do Infantado, 1654-1706*. JNICT.

Marques, A. (1989). Lei mental. In Joel Serrão (ed.), *Dicionário de História de Portugal*, IV. Livraria Figueirinhas, pp. 265-266.

Monteiro, N. (1993). Casa e linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII. In *Penélope, Fazer e Desfazer a História*, vol. 12, Cosmos, pp. 43-63.

Neves, F. (1972). A Casa e Ducado de Aveiro. Sua origem, evolução e extinção. Separata da Revista "Arquivo do Distrito de Aveiro". Vol.XXXVIII.

Oliveira, L. (1999). *A Casa dos Coutinhos. Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Patrimonia.

Salcedo, D. (2020). Ruína. In *Glosario del Fracaso*. <http://failure.es/>. Consultado em 17 de Março de 2024.

Serrão, J. (1959). Fontes de Direito para a História da Sucessão em Portugal. In *Boletim da Faculdade de Direito*, vol.XXXV, Universidade de Coimbra.

Silva, N. (1972). Um conselho de Pedro Barbosa sobre a sucessão do Reino antes de El Rei D. Sebastião partir para África. *Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol.XXIII.

Sousa, J. (1991). *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Livros Horizonte.

Sousa, J. (1825). Casa do Infantado. In *Esboço de hum dictionario Juridico, e Práctico*, Tomo I, p. 161.

Spangler, J. (2022). *Monsieur. Second Sons in Monarchy of France, 1550-1800*. Routledge Taylor & Francis Group.

Resumo

Em 1582 foi enviada à Europa a primeira embaixada japonesa, nomeada Missão Tenshō. Idealizada por Alessandro Valignano e documentada no “Tratado dos embaixadores japões que forão de Japão a Roma no ano de 1582”, a embaixada visava sanar as dificuldades enfrentadas pela missão católica no Japão. A partir dessas dificuldades, a presente pesquisa busca expor os insucessos da missão católica no Japão, juntamente com a preservação da soberania japonesa perante os europeus no século cristão no Japão. Da mesma forma, a pesquisa busca apontar os esforços dos jesuítas pela implementação e difusão do catolicismo no Japão.

Palavras-chave: Relações luso-nipônicas, embaixada japonesa, jesuítas no Japão, Alessandro Valignano, história do Japão.

Abstract

In 1582, the first Japanese embassy was sent to Europe, named the Tenshō Mission. Conceived by Alessandro Valignano and documented in the “Treaty of Japanese ambassadors who went from Japan to Rome in 1582,” the embassy aimed to remedy the difficulties faced by the Catholic mission in Japan. Based on these difficulties, the present research seeks to expose the failures of the Catholic mission in Japan, along with the preservation of Japanese sovereignty towards the Europeans in the Christian century in Japan. Likewise, the research seeks to address the efforts of the Jesuits to implement and spread Catholicism in Japan.

Keywords: Portuguese-Japanese relations, Japanese embassy, Jesuits in Japan, Alessandro Valignano, history of Japan.

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Professora Doutora Elisa Frühauf Garcia com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Introdução

Idealizada pelo jesuíta Alessandro Valignano e impulsionada por três *daimyō* católicos, a Missão Tenshō foi a primeira embaixada japonesa na Europa. Esta foi composta por quatro jovens embaixadores que foram enviados à Europa no ano de 1582 com o intuito de cumprir os diversos objetivos e interesses do jesuíta para a missão católica no Japão.

A embaixada teve o apoio inicial de Oda Nobunaga e foi promovida por três *daimyō* católicos: Ōmura Sumitada (batizado como Bartolomeu em 1563), Arima Harunobu (batizado como Protazio em 1579) e Ōtomo Sōrin (batizado como Francisco em 1578) (Cooper, 2005). Eles enviaram para a Europa quatro jovens embaixadores: Mancio Itō, Miguel Chijiwa, Martin Hara e Julião Nakamura. Nascido em 1569, Mancio Itō era neto de Itō Yoshisuke, *daimyō* de Hyūga, e representava Ōtomo Sōrin em razão de seu parentesco com o *daimyō* – ambos eram ligados pelo avô de Mancio Itō. Os outros dois *daimyō*, Ōmura Sumitada e Arima Harunobu, foram ambos representados por Miguel Chijiwa. Nascido em Arima em 1567, Miguel era sobrinho de Ōmura Sumitada e primo em segundo grau de Arima Harunobu.

Além dos representantes diretos dos *daimyō*, foram enviados também Martin Hara e Julião Nakamura. Estes foram escolhidos para se juntar à delegação de Valignano em razão de suas pequenas ligações com Ōmura Sumitada. Segundo Cooper (2005) “only Mancio and Michael were the official legates of the *daimyō*, and on formal occasions it was they who took precedence, delivered speeches and presented letters from Japan” (Cooper, 2005, pp.17-18), entretanto, nas atividades diárias não havia diferenças entre os quatro jovens. Em casos de imprevisto e ausência de um dos representantes – Mancio ou Miguel – era possível que os outros dois jovens os substituíssem.

Em relação à comitiva que seguiria junto aos jovens embaixadores, Valignano esperava acompanhá-los à Europa e relatar pessoalmente ao jesuíta superior geral, Claudio Acquaviva, o estado da missão, especialmente no Japão. Ao chegar à Índia, no entanto, Valignano recebeu instruções de Ac-

quaviva ordenando que ele permanecesse na Ásia como provincial. Em razão de sua permanência em Goa, Valignano encarregou o padre Nuño Rodrigues com a tarefa de acompanhar os jovens japoneses, levar suas cartas e registros à Europa e entregar algumas cartas dos *daimyō* para o Papa em Roma. Juntamente a Rodrigues estavam também o jesuíta Diogo de Mesquita, Jorge de Loyola – um japonês convertido – e dois serventes japoneses, Constantino Dourado e Agostinho¹.

A jornada percorrida pelos jovens japoneses foi registrada com uma grande riqueza de detalhes no “Tratado dos embaixadores japões que forão de Japão a Roma no ano de 1582” escrito pelo jesuíta Luís Fróis. Fróis foi um missionário que viveu por 34 anos no Japão e produziu vários escritos relatando informações sobre questões políticas, culturais e econômicas do arquipélago japonês. Ele desembarcou na ilha de Kyūshū no ano de 1563 e iniciou sua atuação religiosa na província de Hizen. Ao final do ano de 1564 o jesuíta deslocou-se para Miyako (atual Kyoto), onde conseguiu se aproximar da elite local, chegando a ter contato direto com Oda Nobunaga. Portanto, os escritos de Fróis se mostram de grande relevância para compreender a presença europeia no Japão durante os séculos XVI e XVII.

O “Tratado” pode ser acessado em formato eletrônico, disponível no site da Biblioteca Nacional Digital de Portugal. A fonte original possui 1.116 páginas escritas à mão em português, sendo estas digitalizadas pela Biblioteca. É interessante destacarmos que a encadernação disponibilizada é composta por 2 textos: “Tratado dos embaixadores japões que forão de Japão a Roma no ano de 1582” e “Apparatos para Historia Ecclesiastica do Bispado de Macau”.

¹⁴“Nosso Padre Geral Everardo Mercuriano, e tinha lhe soccedido o Padre Claudio Aquaviva, e achou alli em Goa o Padre Vizitador ordem sua para ficar, por Provincial da India; e assim não podia pessoalmente effeuar o que pretendia pelo que, trazendo ja com estes senhores de Jappão o Padre Diogo de Mesquita, que era Mestre do Seminario de Anzuchi, que lhes servia de lingua, e de Ministro, e o Irmão Jorge Japão para lhes hir lembrando as letras, e caracteres de Japão de maneira, que se não esquecessem de que ja de antes sabião, e dus Japões mossos honrados que os acompanhassem, e servissem na viagem, ordenou mais, que os acompanhasse o Padre Nuno Rodriques reitor do Collegio de São Paulo de Goa, pessoa de muito respeito, edificação , e virtude , o qual juntamente foi eleito para hir por Procurador da Provincia Oriental com seos negocios á Roma”. (Fróis, s.d., pp.10-11)

Dos fólhos 1 a 3 da obra o jesuíta apresenta os motivos que levaram o Padre Valignano a enviar à Europa uma embaixada de jovens japoneses; depois é feito um breve resumo da viagem de Nagasaki a Goa, via Macau e Malaca (fólio 3). No fólio 4 Fróis inicia a narração da viagem dos jovens japoneses e em 24 capítulos (fólios 4 a 114), são descritos de forma detalhada os acontecimentos ocorridos desde a partida de Cochim (20 de fevereiro de 1583), a chegada e estadia em Portugal, Espanha e Itália – especialmente em Roma – até a partida de Lisboa para a Índia (8 de abril de 1586). Por fim, a obra apresenta cópias de cartas dos *daimyō* católicos para o Papa, Filipe II e para o padre geral da Companhia de Jesus.

A partir do fólio 115 inicia-se o “Apparatos para Historia Ecclesiastica do Bispado de Macao”. Este está localizado nos fólhos 115 a 545, com dois anexos fólhos 347 a 349 e 545 a 558. O “Apparatos” é a história geral da missão japonesa durante os anos 1583-1587. Dentro do “Apparatos” encontram-se capítulos do Tratado reproduzidos integralmente, mas não em um todo contínuo, visto que os capítulos são divididos em fragmentos de acordo com os anos a que correspondem.

A partir da análise da fonte busquei averiguar as motivações que levaram à criação da Missão Tenshō e analisar seu processo de concepção. Para tal, pretendo apresentar a atuação dos jesuítas no Japão e as dificuldades enfrentadas pelos missionários no processo de evangelização no arquipélago japonês. Em seguida, a partir de tais dificuldades, tratarei dos sucessos e insucessos da missão católica no Japão, juntamente aos frutos gerados pela embaixada japonesa. No decorrer do texto pretendo demonstrar que a Missão Tenshō foi um insucesso, tanto como projeto, mas também como ferramenta para impulsionar a missão católica japonesa.

A missão católica no Japão

Fundada em 1534 por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus tornou-se em poucos anos uma das maiores ordens missionárias no mundo, se

fazendo presente em diversos pontos do globo. Em 1549, apenas nove anos após o reconhecimento oficial da Companhia de Jesus, os jesuítas chegaram ao Japão com o objetivo de espalhar a fé cristã no arquipélago. Neste momento o Japão se encontrava em um período de guerra civil denominado Sengoku-Jidai e a atuação dos missionários se deu totalmente inserida nas disputas internas do arquipélago.

Inicialmente liderada por Francisco Xavier, a missão católica no Japão passou por várias adaptações e, à medida em que os jesuítas adquiriram mais conhecimento sobre a cultura japonesa, houve um relativo êxito no processo de evangelização no arquipélago. Por volta de 1560, os jesuítas já haviam constituído seus principais núcleos de evangelização no arquipélago de Kyūshū e avançaram sobre a região de Honshu, se instalando na capital Miyako. Já na década de 1580, constatamos a conversão de aproximadamente 150.000 nativos (Boxer, 1967) – entre estes diversos *daimyō* – e o estabelecimento de algumas igrejas e seminários.

Apesar dos avanços na difusão do catolicismo no Japão, a conversão dos japoneses não foi um sucesso absoluto e “completo”, visto que muitos resistiram à conversão e aqueles que se converteram não abandonaram valores e costumes tradicionais, como é o caso do *daimyō* Ouchi Yoshitaka que realizou o Seppuku², prática condenada pela concepção católica segundo a qual aquele que cometesse suicídio jamais obteria a misericórdia divina (Leão, 2011).

É interessante salientarmos que a atuação dos jesuítas não ocorreu sem que estes tivessem que lidar com os mais diversos obstáculos e resistências. Além dos conflitos internos do Japão e as perseguições e inseguranças geradas pelo contexto político, os missionários enfrentaram muitas outras dificuldades, tais como as diferenças culturais e linguísticas, a falta de recursos financeiros, a pequena quantidade de religiosos europeus dispostos a se deslocar para o arquipélago, a perseguição de bonzos e a rejeição da população nativa à conversão.

²Ritual específico do Bushidō que envolvia a prática do suicídio com a finalidade de recuperar a honra do guerreiro.

Dentre estas dificuldades destacamos a falta de financiamento da missão católica no arquipélago. Desde o início, um dos maiores problemas dentre os enfrentados pela Igreja no Japão foi a falta de financiamento adequado para sustentar o trabalho apostólico realizado pelos missionários.

Em razão da grande distância entre o Japão e a Europa, os fundos prometidos eram frequentemente atrasados ou nunca chegavam ao seu destino final. Diferentemente das missões localizadas em outras áreas do globo, como América e África, a missão católica no Japão não estava estabelecida em um território colonizado por Portugal ou Espanha. Consequentemente, não houve um financiamento contínuo da ação missionária por parte das coroas ibéricas e os missionários muitas vezes contavam apenas com suas alianças com governantes locais, os *daimyō*, para protegê-los – tendo em vista o contexto de conflitos internos em que o Japão se encontrava.

Buscando um maior financiamento da missão e um maior apoio de Roma e das Coroas católicas, Alessandro Valignano – enviado ao Japão em 1579 na função de Visitador – iniciou o projeto da primeira embaixada japonesa na Europa, conhecida como Missão Tenshō. O jesuíta acreditava que a embaixada seria capaz de atrair a atenção das elites clericais e seculares europeias e, consequentemente, tal interesse geraria um aumento de recursos financeiros para a atuação dos jesuítas no Japão.

Para além desse objetivo, a primeira embaixada japonesa também cumpria outros propósitos. Para Valignano a embaixada tinha também como finalidade conscientizar as elites clericais e seculares da Europa sobre o Japão, demonstrando, através da presença de jovens tão nobres e refinados, que o que os jesuítas escreveram sobre o Japão – sendo alguns desses escritos publicados e em circulação por quase trinta anos – não eram invenções ou mentiras (Massarella, 2005). Através dessa conscientização das elites europeias, Valignano também buscava obter o monopólio da missão católica japonesa – sendo esta disputada por franciscanos e dominicanos. Portanto, a embaixada visava publicizar os “sucessos” da ação dos jesuítas no arquipélago com o fito de demonstrar que estes deveriam comandá-la.

Valignano também buscava impressionar os jovens japoneses incluídos na embaixada, visto que os japoneses não viam os estrangeiros europeus como iguais, ou seja, consideravam os estrangeiros inferiores. Consequentemente, a Missão Tenshō teria sido criada objetivando também a mudança da imagem dos europeus na sociedade japonesa. A viagem à Europa possibilitaria que os jovens japoneses presenciassem a “grandeza” da Igreja Católica e a riqueza e o “esplendor” dos reinos europeus e suas cidades, de modo que ao retornar ao Japão, poderiam prover testemunhos sobre sua experiência positiva na Europa³ (Massarella, 2005).

Por fim, Valignano tinha a Missão Tenshō como uma estratégia central para evitar o fracasso da missão católica japonesa. Tal fracasso vem precedido por um declive. Aqui entendemos o declive como “o que está em decadência” (Arroyo, 2020), entretanto, é necessário destacarmos que esta decadência não pode ser entendida como um movimento somente descendente. O declive é antecedido por um momento de êxito e, segundo Nantu Arroyo (2020), em uma perspectiva voluntarista e escatológica é possível revertê-lo através de um ato heroico. Arroyo cita como contraponto da teoria decadente da história humana o caso da *Écloga IV* de Virgílio. Neste poema é apresentada uma profecia sobre o nascimento de um menino, um personagem excepcional, que traria de volta a Idade de Ouro. Desta forma, a queda – resultado da decadência – não seria necessariamente fatal, mas sim reversível.

Tendo em mente tal questão, a embaixada, que em certos aspectos foi uma vitória e em outros uma derrota, representou uma espécie de ato

³ “porque como os Japões vivem em tão remotas, e distantes Ilhas, e carecerem do commercio de Europa, e os Reys, e Principes que se fazem Christãos não tem outra noticia do que lá passa que o que os Padres lhes tem declarado; parecia necessario, e ainda muy importante para se mais radicar sua fé, e confirmar a grande opinião, e conceito, q tem da Sede Apostolica, que algũs Japões nobres pessoalmente fossem ver a eminencia em que está constituido o Vígario de Deos Nosso Senhor na terra; o Estado, e soberana grandeza da Igreja Catholica; a veneração, pompa, e apparato com que são tratadas as couzas do culto divino; a magnificencia, e nobreza dos Reys, e Principes Christãos; a sumptuozidade dos edificios; o valor, e preciozidade de suas riquezas, estados, passos, e cidades; o grande numero, que lá ha de Religiões, e a santidade, e perfeição em que vivem; para que elles como testemunhas de vista as podessem referir por extenso aos seos naturaes, o que lhe seria mais aceito, e indubitavel, que recitado pelos mesmos Padres de Europa, que são partes na mesma matéria”. (Fróis, s.d., p.9)

heroico e ousado por parte dos jesuítas em reverter o aparente declínio da missão católica e resistir às dificuldades impostas pelo contexto em que se encontravam.

Os frutos da embaixada

De um ponto de vista estritamente missionário a Missão Tenshō pode ser vista como um sucesso total: “... os temas do Japão e das missões católicas no longínquo arquipélago nipônico foram amplamente divulgados e discutidos em toda a Europa; novas vocações missionárias foram despertadas entre os jovens europeus; e renovados apoios financeiros foram reunidos pelos jesuítas para as suas missões orientais” (Loureiro, 2020, p.243). A trajetória dos quatro embaixadores foi amplamente difundida pelos quatro cantos da Europa e das Américas, e os jesuítas usaram intensamente a Missão Tenshō como propaganda da Companhia de Jesus.

No geral, os jovens japoneses foram sempre recebidos de uma forma muito positiva pelos locais em que passaram, variando apenas na intensidade e na grandiosidade das recepções. Os japoneses puderam se encontrar com diversas autoridades, tais como o Papa Gregório XIII, o Papa Sisto V, Filipe II e Toyotomi Hideyoshi – sendo este último de grande interesse para Valignano, uma vez que os jovens japoneses tiveram a oportunidade de relatar sua experiência na Europa para o Kanpaku⁴ e para os japoneses, cristãos e não cristãos, realizando, portanto, um dos objetivos do jesuíta para a Missão Tenshō.

Dentre estes encontros, também destacamos o encontro com o Papa Gregório XIII que garantiu o monopólio da missão católica no Japão aos jesuítas. Este foi concedido através do breve *Ex pastoralis officio*, assinado por Gregório XIII em 1585, no mesmo ano da chegada da Missão Tenshō em Roma. Tal questão era de grande interesse para Valignano, visto que o jesuíta se mostrava completamente contrário à vinda de missionários de outras

⁴Título conferido a Toyotomi Hideyoshi de Regente do Imperador.

ordens ao Japão. Valignano temia que a chegada de membros inexperientes na vida e costumes japoneses atrasasse sua política de difusão do cristianismo no arquipélago, fato que pode ser observado em correspondências escritas pelo jesuíta⁵.

Por fim, outro objetivo atingido por Valignano foi o arrecadamento de fundos para a missão católica. O Papa Sisto V concedeu uma ajuda financeira de 4.000 ducados para os seminários no Japão – sendo acrescido posteriormente mais 2.000 ducados – uma doação de 3.000 coroas destinadas às despesas da viagem de retorno dos jovens japoneses e diversos presentes oferecidos aos *daimyō* católicos (Cooper, 2005).

Apesar dos esforços de Valignano e dos frutos gerados pela Missão Tenshō, é necessário ressaltarmos que o projeto da primeira embaixada japonesa na Europa não pode ser considerado um sucesso “completo”. Embora a comitiva de Valignano tenha atraído muita atenção por onde passou, esta não foi suficiente para mobilizar um maior apoio da Igreja e das monarquias católicas para a missão japonesa. A ajuda financeira concedida à comitiva de Valignano foi descontinuada pouco tempo após o retorno dos jovens japoneses ao Japão e não houve nenhum tipo de projeto que visasse a colonização do arquipélago japonês, logo a Companhia de Jesus se viu ainda sem nenhum tipo de proteção contra os poderes locais que eram contrários a ação dos missionários. A garantia do monopólio da missão pelos jesuítas também foi perdida no ano de 1608, menos de 20 anos após o retorno da embaixada japonesa ao Japão. Publicada em junho de 1608 pelo Papa Paulo V, a bula *Apostolicae Sedis* autorizava a ida de missionários das ordens mendicantes ao Oriente sem a necessidade de partirem de portos e em navios portugueses.

⁵ “Las qualidades, costumbres , y modo de proceder de los Japones son tan diferentes , y contrarios a los Nossos, que no es aun Japon capaz del modo de proceder que tienen otras religiones de Europa; y como esto no pueden bien entender, sino despues de mucho tempo, y mucha experiencia, viviendo elles a Japon, han de hacer pro los erros , q nosotros hizemos al principio , q seran aora peores, y no ayudaran para mas, que deshazer lo que nosotros despues de haver tomado mucha experiencia de la tierra, passando por muchas tribulaciones, vamos aora haciendo. Como arriba a quedadho, no es Japon q se pueda hacer fundamentalmente de governarse por medio de estrangeros; porque no es gente de tan poco brio, ni de tan poco saber, que sufre esso, y por esso no se ha de hazer cuenta sino de criar naturalles, y dexarles despues á ellos el governo de sus Iglesias, y para esso basta una sola Religion para começarlos a encaminhar”. (Fróis, s.d, pp.233-234).

Portanto, outras ordens missionárias teriam uma prerrogativa para competirem com os jesuítas no arquipélago.

Por fim, apesar dos jovens japoneses terem sido bem recebidos por Toyotomi Hideyoshi e terem relatado sua viagem à população local, não foi possível constatar se houve uma mudança efetiva na forma como os europeus eram vistos pelos japoneses. A embaixada na prática não interferiu positivamente para a dispersão do cristianismo no Japão e, apesar de ser usada como testemunho de evangelização, não foi possível averiguar se esses relatos de fato geraram um aumento na conversão de japoneses ao catolicismo.

No que se refere ao encontro com Toyotomi Hideyoshi, é interessante notarmos que o retorno da embaixada aconteceu apenas 3 anos após a publicação do primeiro édito de perseguição dos cristãos (24 de julho de 1587) e, inicialmente, ciente da importância dos jesuítas para a manutenção do comércio, Toyotomi Hideyoshi não iniciou uma perseguição imediata aos cristãos. Segundo as autoras Alexandra Curvelo e Ana Fernandes Pinto (2009): “Este primeiro édito redundou, no entanto, numa medida política preventiva e de afirmação da autoridade central. Tanto assim é, que, nos anos, que se seguiram a sua promulgação, Hideyoshi, ciente da importância dos missionários para a manutenção do comércio, não hostilizou os jesuítas, os únicos religiosos estabelecidos nesse momento no Japão, nem impediu a entrada de missionários pertencentes às ordens mendicantes” (pp. 147-148).

Tendo em vista tal questão, o encontro com Hideyoshi foi positivo: durante o encontro os jovens japoneses tocaram instrumentos musicais aprendidos na Europa, relataram como foi sua experiência no continente europeu e entregaram as cartas e presentes trazidos de sua viagem. Entretanto, apesar do encontro ter sido positivo, este não resultou em mudanças na perseguição aos cristãos. Talvez por causa da atitude de cautela de Hideyoshi com os jesuítas, a embaixada foi recebida, porém Hideyoshi também não tinha interesse em estabelecer um contato próximo com os missionários, visto que estes foram considerados uma força religiosa com capacidades para ditar intervenções militares e ameaçar o poder de Hideyoshi.

Considerações finais

O projeto de Alessandro Valignano pode ser visto como um “sucesso incompleto”, uma vez que os seus objetivos foram parcialmente atingidos. Os quatro jovens embaixadores sobreviveram à longa e perigosa jornada até a Europa, fato que por si só pode ser considerado um dos grandes triunfos da empreitada de Valignano. No entanto, as intenções do jesuíta estiveram longe de serem atingidas plenamente. A Missão Tenshō foi na realidade um insucesso e, conseqüentemente, a missão católica no Japão também pode ser entendida como tal. Isso se deve, pois a embaixada japonesa foi um grande esforço de Valignano para fazer com que a missão católica prosperasse, e da mesma forma que foi executada de modo infrutífero, o mesmo ocorreu com a missão católica no Japão. Esta, apesar de alguns avanços, nunca conseguiu de fato se desenvolver na terra do sol nascente como se desenvolveu em outros locais do globo.

Adquirir financiamento, atrair a atenção das elites europeias, garantir o monopólio da missão no Japão e produzir testemunho das “grandiosidades dos reinos católicos europeus” foram objetivos parcialmente atingidos pelo jesuíta, entretanto, tais propósitos não geraram resultados mais promissores à missão católica japonesa.

Apesar da atenção dada à Missão Tenshō, o investimento na missão católica não se mostrou como um objetivo central da Igreja ou das monarquias católicas europeias. Não houve nenhum tipo de projeto que buscasse apoiar mais concretamente a ação missionária no arquipélago. É interessante destacarmos que os primeiros europeus a chegarem ao Japão são os portugueses e eles se mantêm como a maioria dos europeus durante um bom tempo até a chegada dos espanhóis, holandeses e ingleses. Os portugueses chegam ao arquipélago em um momento relativamente propício para se instalarem e dominarem, visto que o Japão se encontrava em um período de conflitos internos. Entretanto, apesar de tais conflitos, os portugueses não elaboraram um plano de conquista que pudesse se aproveitar das rivalidades entre os *daimyō* e o *shōgun*.

A atenção recebida pelos jovens japoneses na Europa não chegou a mobilizar o apoio que Valignano tanto desejava. A curiosidade pelo “outro” – neste caso o povo japonês – foi manifestado em grande parte devido à importância que lhes foi dada pelo encontro com autoridades europeias e pela forma como os europeus enxergaram os meninos japoneses. O maior interesse pelo Japão foi manifestado somente pelas ordens missionárias.

O encontro com Hideyoshi e os relatos dos jovens japoneses não impediram a perseguição e expulsão dos cristãos do arquipélago. O governo sucessor de Hideyoshi, o clã Tokugawa – composto por Tokugawa Ieyasu, Tokugawa Hidetada, e Tokugawa Iemitsu – estabeleceu “uma política centralizadora que passou pelo controle de todas as esferas da sociedade nipônica, e que, no que se refere à cristandade local, se traduziu na sua perseguição generalizada” (Curvelo & Pinto, 2009, p. 148). Ao longo do governo dos Tokugawa, diversas medidas foram tomadas a fim de suprimir o cristianismo e limitar a atuação de europeus no arquipélago e, em 1639, Tokugawa Iemitsu determinou a expulsão definitiva dos portugueses e missionários. É necessário destacarmos que a ação dos governos dos unificadores do arquipélago – Toyotomi Hideyoshi e o clã Tokugawa – foram muito eficazes em identificar e reprimir possíveis ameaças à soberania japonesa, sendo uma delas a crescente ação dos missionários no arquipélago.

Por fim, a expulsão dos missionários foi o ponto final do fracasso de Valignano, pois a despeito de todos os avanços da missão católica japonesa, não foi possível evitar que os jesuítas fossem expulsos do Japão e o cristianismo não conseguiu se estabelecer como religião no arquipélago, restando somente alguns conversos isolados. No entanto, é necessário destacarmos os esforços dos jesuítas ao tentarem reverter o iminente. A embaixada japonesa, longe de ser um simples fracasso, pode ser vista como uma recusa dos inicianos de desistir da missão católica – apesar de seus grandes desafios. Fazemos aqui uma breve comparação da empreitada dos jesuítas ao mito de Ícaro: filho de Dédalo, Ícaro teve seu fim trágico após voar muito próximo ao sol e ter a cera das asas que seu pai havia confeccionado derretida.

Ao perder suas asas, Ícaro caiu no mar Egeu, que desde então leva também o seu nome. Por um momento, assim como Ícaro divisou o sol de perto, os jesuítas vislumbraram o sucesso de sua empreitada, pois apesar de não conseguirem evitar o fracasso da missão, houve a tentativa e, por um breve período, o sucesso dos missionários.

Referências bibliográficas

Arroyo, N. (2020). Declive. In V. R. Lozano (ed.), *Glosario del fracaso*. Circulo de Bellas Artes.

Boxer, C. R. (1967). *The Christian Century in Japan 1549-1650*. University Of California Press.

Cooper, M. (2005). *The Japanese Mission to Europe, 1582-1590: The Journey of Four Samurai Boys through Portugal, Spain and Italy*. Brill. <https://brill.com/view/title/19339>.

Curvelo, A. & Pinto, A. F. (2009). O martírio de cristãos no Japão — Uma estratégia dos Tokugawa. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 8(15), 147-159. <https://doi.org/10.60543/rlcr.v0i15.3863>

Fróis, L. (s.d.). *Tratado dos embaixadores japões que forão de Japão a Roma no ano de 1582*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Kondo, L. K. (2022). *A Missão Tenshō (1582-1590): a primeira embaixada japonesa na Europa*. Dissertação de conclusão de curso realizada para obtenção de grau de licenciatura e bacharelado em História, Universidade de Brasília]. https://bdm.unb.br/bitstream/10483/33779/1/2022_LigiaKaoriKondo_tcc.pdf.

Leão, J. H. C. (2011). Jesuítas e Daimyôs: evangelização e poder político no Japão do século XVI. *Revista Brasileira de História das Religiões*, 4(10), 208-226. <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v4i10.30393>.

Loureiro, R. M. (2020). Livros europeus para o Japão: Algumas notas sobre o de missione legatorum iaponensium (Macau, 1590). In V. G. Rodrigues, & A. P. Avelar (Eds.), *Os portugueses e a Ásia Marítima: Trocas científicas*,

técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII). Academia de Marinha, (pp. 339-350).

Massarella, D. (2005). Envoys and Illusions: The Japanese Embassy to Europe, 1582-90, "De Missione Legatorvm Iaponensium", and the Portuguese Viceregal Embassy to Toyotomi Hideyoshi, 1591. *Journal of the Royal Asiatic Society*, 15(3), pp. 329-350. <http://www.jstor.org/stable/25188561>.

Catequização, colonização e conflitos na sesmaria de João Peixoto Viegas: Bahia 1653 - 1700

Alex Teixeira de Araújo*

Resumo

Este trabalho é um estudo da atuação de João Peixoto Viegas na Capitania da Bahia no século XVII, buscando a compreensão do contexto social, político e econômico onde ele atuou e estabeleceu laços de amizade e redes de sociabilidade com seus pares, alcançando sucesso em sua jornada. Para além do aspecto biográfico, atentamos para as formas de ascensão social, política e econômica vigentes no contexto de Antigo Regime, bem como os impedimentos a esta.

Palavras-chave: Viegas, Bahia, Ascensão, Sertão, Conflitos.

Abstract

This work is a study of the performance of João Peixoto Viegas in the captaincy of Bahia in the 17th century, seeking to understand the social, political and economic context in which he worked and established bonds of friendship and networks of sociability with his peers, achieving success in his journey. In addition to the biographical aspect, we pay attention to the forms of social, political and economic ascension in force in the context of the Ancien Régime, as well as the impediments to this.

Keywords: Viegas, Bahia, Post-Restoration, hinterland, Conflicts.

A aclamação de D. João IV ao poder em Portugal, no ano de 1640, pondo fim à União Ibérica (1580-1640), insere-se em um contexto amplo, envolvendo algumas das principais monarquias europeias. Em uma conjuntura que extrapolou as fronteiras geográficas dos Estados Modernos envolvidos e estendeu-se para as possessões ultramarinas, esta ruptura política deve ser vista em conexão direta com o contexto colonial na época Moderna, uma vez que os desdobramentos das políticas de alianças e de reconquista do poder refletiram no cenário colonial. A Pós-Restauração produziu reflexos tanto no reino quanto no ultramar, inclusive no Estado do Brasil. Assim, destacamos o papel do Atlântico Sul para o destino da monarquia recém-restaurada, sobretudo, com o poderio econômico do comércio de escravos, a produção e comercialização do açúcar (França, 1951, p. 400).

A capitania da Bahia desempenhou relevante papel na segunda metade do século XVII, agregando em seu bojo homens públicos, comerciantes, banqueiros, militares, juízes e tantos outros de variados estratos sociais. Salvador era, de fato, “o centro nervoso da administração do Brasil e a mais importante área da jovem colônia. Como sede do governo, do bispado e, com o tempo, da Relação, a cidade merecia o título de cabeça do Brasil” (Schwartz, 2011, p. 99). A aclamação de Dom João IV ampliou as oportunidades para a prestação de serviço à coroa e posterior consecução de benesses concedidas pelo monarca. Logo, é possível afirmar que “a Restauração fecha algumas portas, mas abre outras” (Alencastro, 2000, p. 103), oportunizando a novos personagens vias de acesso ao poder e aos estratos sociais mais elevados.

As concessões feitas aos súditos funcionaram como um mecanismo político de expansão do poderio régio e consolidação da nova dinastia no poder. Esta prática, como um dispositivo político jurisdicional, baseava-se “na expansão, nos rendimentos que ela produzia, nas terras que ela abria a um enquadramento político e militar, nos empreendimentos organizativos e administrativos que ela possibilitava, a Coroa podia produzir novas formas de remunerar e organizar” (Hespanha, 1994, p. 496).

Em capitânias de maior destaque, como Bahia e Pernambuco, houve um significativo número daqueles que se aventuraram a constituir fortunas e angariar prestígio social e político, mesmo não sendo membros da elite local. Estes indivíduos ascenderam socialmente utilizando-se de múltiplas estratégias, dentre as quais está a formação de alianças com a elite residente. Na Capitania da Bahia nota-se outra dinâmica para esse período de segunda metade do século XVII, afinal “os comerciantes portugueses ingressavam nas irmandades religiosas ou na Santa Casa de Misericórdia, misturando-se a senhores de engenho e funcionários régios” (De Mello, 2008, p. 154).

É possível afirmar que a Bahia foi “palco, portanto, de uma mobilidade social acelerada, em que os maiores homens de negócio ascendiam ao topo, mesmo que não abandonassem suas lucrativas atividades mercantis” (Krause, 2015, p. 76). É neste contexto de transição e de oportunidades que João Peixoto Viegas chega a Bahia em 1640. Destacaremos, a partir deste ponto, alguns aspectos relacionados a ele, em especial como ascendeu ao topo da sociedade colonial, neste contexto de Pós-Restauração, sem perder de vista uma compreensão mais ampla do cenário político, econômico e social em questão. Esta ideia de ascensão, vista neste contexto de Antigo Regime, opõe-se a de declive¹, isto é, de quem perde sua relevância e força em variadas estâncias da vida política e social. Há muitos exemplos daqueles que não alcançaram as benesses e privilégios almejados, as mercês tão desejadas e mesmo aqueles que alcançando-as foram destituídos de seus postos e até bens pessoais. Podemos ainda citar outros que só tiveram o reconhecimento póstumo de suas ações e serviços prestados, com benefícios concedidos aos herdeiros.

João Peixoto Viegas nasceu em Viana do Castelo, Portugal (Pécora Schwartz, 2002, p. 309), no ano de 1616, como filho ilegítimo do Abade Fer-

¹ Igualmente, se dice, en sentido figurado, de cualquier cosa o persona que pierde, progresivamente, fuerza, intensidad, importancia o perfección. Aún con todo, «estar en declive» no suele decirse de individuos, sino de grupos, estados o sociedades, que van perdiendo la fuerza o los valores que los constituyen y se debilitan hasta desintegrarse. Arroyo, Nantu et al. Declive. Glosario del fracaso, 2021. In Rocco, Valerio (ed.), *Glosario del fracaso*, Madrid: Circulo de Bellas Artes, 2021.

não Peixoto Viegas com Bárbara Fernandes, tendo filiação confirmada por Sua Majestade, antes de sua chegada à capitania da Bahia, em 1640. A condição de filho ilegítimo poderia ser um obstáculo aos interesses e à ascensão de Viegas, mas esse empecilho foi superado com o reconhecimento de paternidade feito por seu pai e confirmado por sua Majestade. Neste ponto, é possível afirmar que ele superou o fracasso da bastardia. Sua condição de ilegítimo foi vencida em dois momentos relevantes, a saber, tanto pelo reconhecimento da paternidade e, sobretudo, pela confirmação da filiação pelo rei. Assim sendo, com o caso de Viegas estaríamos diante de um fracasso relativo, isto é, de um fracasso reversível, já que neste caso específico “puede ser concebido y presentado” como uma etapa que conduce al éxito” (Alvariño *et al.*, 2003, p. 8). Sua atuação na capitania da Bahia com trânsito na vida política e econômica, sua capacidade de superar as adversidades que lhe foram apresentadas e as inerentes a suas origens, como a bastardia e acusação de ser cristão novo, evidenciam como ele viveu o reverso de uma vida falida e alcançou seus objetivos.

A análise do processo de diligência de Habilitação para o cargo de Familiar de Santo Ofício, com riqueza de detalhes, coloca-nos em contato direto com aspectos da vida familiar dos Viegas (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 5, doc. 194). Sobre sua filiação paterna, sabemos que, “a julgar pelo seu posto como abade, o pai de João Peixoto Viegas deve ter desfrutado de considerável prestígio social. Em qualquer caso, ele reconheceu sua paternidade e legitimou seu filho, que morava em sua casa até a idade de vinte e quatro anos quando ele partiu para o Brasil” (Smith, 1975, p. 297). Neste ponto da análise inclinamo-nos a pensar que a mudança geográfica entre a Europa e o Novo Mundo pode ter peso significativo na reversibilidade do fracasso (*Ibid.*, 2003), uma vez que temos inúmeros exemplos de homens que ao chegarem aos territórios ultramarinos galgaram os espaços políticos e econômicos.

A análise da trajetória de Viegas extrapola o caráter meramente biográfico, conduzindo também a um estudo do meio social no qual ele estava

inserido, afinal ao “analisar a trajetória de um agente histórico estar-se-á reconstituindo uma dada rede, pois todos os indivíduos se encontravam conectados de diversas formas” (Gouvêa, Frazão & Santos, 2010, p. 168). A documentação revela-nos que João Peixoto Viegas atuou na comercialização de farinha, açúcar, escravos e vinho. Ele tanto estabeleceu relações com outros comerciantes como manteve contatos também com outros indivíduos, como, por exemplo, as autoridades coloniais e religiosos da Companhia de Jesus.

Para comerciantes imigrados do reino que se destacavam no cenário colonial baiano não era raro serem alvos de infâmia ligada as suas origens familiares, práticas religiosas ou comportamento sexual, que, se comprovadas, impediriam a estes fazer parte da elite administrativa, exercer cargos de governança ou funções em outras instituições representativas da nobreza. João Peixoto Viegas foi denunciado à Grande Inquirição de 1646 na Bahia, acusado de ser cristão-novo, praticante de apostasia. Nesse ambiente discriminatório, tal acusação poderia frustrar os planos de Viegas para ingressar nos círculos reservados aos nobilitados. No entanto, seus inimigos não contavam com o fato de que se as mesmas inquirições às quais ele fora submetido “podiam manchar quase inapelavelmente a honra de um vassalo, também podiam assegurá-la” (Krause, 2012, p. 213).

João Peixoto Viegas, “valendo-se de suas relações com Portugal, não só se eximiu de qualquer suspeita, como se tornou um Familiar do Santo Ofício” (Sierra; Schwartz & Pécora, 2002, p. 309). Diante disso, podemos afirmar que Viegas legitimou seu lugar na elite baiana, contrariando os seus inimigos. Dada a relevância do cargo, ser Familiar do Santo Ofício nos quadros da Inquisição portuguesa “transformou-se numa distinção social muito cobiçada, designadamente quando o puritanismo se enraizou na sociedade portuguesa” (Olival, 2004, pp. 151-182).

Poder e redes de sociabilidades: da cidade da Bahia ao sertão

A rede² de relações de Viegas era ampla, incluía desde os seus pares no sertão, comerciantes na cidade da Bahia até as autoridades políticas, como Bernardo Vieira Ravasco. Este era um homem poderoso, como Secretário do Estado do Brasil, Ravasco era considerado “como que secundando o governador geral, era o seu primeiro oficial de despacho, às vezes consultado em quase todas as pequenas e grandes questões” (Puntoni, 2013, p. 203).

A relação de Viegas com Bernardo Vieira Ravasco estreitou-se ao longo dos anos, desde a concessão da licença para o comandante do navio negreiro de Viegas ir à Angola em 1650 para aquisição de cativos (APEB, Série Alvarás, 438, fl. 43r), passando pelas relações estabelecidas entre eles na Santa Casa de Misericórdia da Bahia, até o estreitamento dos laços de parentesco, mediante o casamento de seu filho, Francisco de Sá Peixoto, com a irmã de Bernardo Vieira Ravasco, D. Ângela Bezerra, em 1689 (Jaboatão, 1889, pp. 296-297).

O ingresso no Senado da câmara também fazia parte do complexo mundo de sociabilidades político-administrativas e econômicas. Estas instituições conferiam aos indivíduos dentro das elites coloniais uma posição privilegiada, afinal “as câmaras se constituíram em uma das principais vias de acesso a um conjunto de privilégios que permitia nobilitar colonos, transformando-os em cidadãos” (Bicalho, 2005, pp. 21-34), logo “a participação na administração era fundamental, tanto para criar fortunas como para desenvolvê-las” (Ricupero, 2011, pp. 1-09). Viegas teve atuação em três mandatos, respectivamente em 1664, 1668, 1686, e ainda atuou como secretário da Câmara Municipal, posto que lhe dava distinção entre seus contemporâneos (Sierra, Schwartz & Pécora, 2002, pp. 309-310).

² É conhecido que o conceito de rede pressupõe sempre a existência de relações interpessoais e que estas podem ser segmentadas e analisadas a partir dos suportes que a configuram. Tal perspectiva legitima análises, quer a partir de universos sociais definidos institucionalmente, quer a partir de certas características comuns a conjunto de indivíduos, como serão os casos de amizade, dos laços de dependência, das procurações judiciais, da “criação”, etc. (Cunha & Monteiro, 2010).

Havia a prerrogativa de que tais funções deviam ser exercidas pela elite local, havendo impedimentos para que homens destituídos do foro de fidalgo se tornassem cidadãos. Em função disso, Fernanda Bicalho aponta o quanto os comerciantes desejavam ingressar na Câmara; para isto criavam estratégias de enobrecimento, como forma de driblar os obstáculos, “quer casando-se com as filhas da ‘nobreza da terra’, quer ingressando na carreira militar e mesmo eclesiástica, e ainda nas irmandades e confrarias religiosas” (Bicalho, 1998, pp. 251-580).

Esses espaços de poder político, que agregavam os cidadãos coloniais, funcionavam também para a defesa dos interesses locais, pois “as elites locais usaram as câmaras para legitimar sua liderança política na defesa de seus interesses e no estabelecimento, ampliação e fortalecimento de suas redes sociais” (Hespanha, 2010, p. 69). Por isso, era de fundamental importância fazer parte dessas redes, como o fez João Peixoto Viegas, ao ingressar no Senado da Câmara de Salvador. Tal ingresso era também um sinal de *status*, que aumentava, assim, o prestígio daquele que conseguia acesso aos cargos políticos. Conforme Bicalho: Se o acesso aos ofícios da governança não constitui, em Portugal, o canal privilegiado para o reconhecimento da nobreza, o mesmo não pode ser dito em relação às conquistas. [...] restava-lhes [às elites coloniais] a câmara como lugar e veículo de nobilitação, de obtenção de privilégios e, sobretudo, de negociação com o centro – com a Coroa – no desempenho do governo político do Império (Bicalho, 2001, p. 201).

Catequização e conflito no sertão

Podemos, adicionalmente, destacar a atuação de João Peixoto Viegas no sertão da capitania da Bahia no século XVII. A ação voltada para o domínio do espaço sertanejo “passou a receber o apoio e a serem agenciadas pelo governo-geral” (Puntoni, 1998, p. 25). Ele também se destacou ao adquirir, por mercê, sesmarias em várias partes do sertão, combater os nativos que resistiam à dominação, além de tornar-se um dos maiores pecuaristas da

capitania. Ele fixou currais no interior, fez alianças com os indígenas Paiaia e “voltou-se para as oportunidades que o interior oferecia à criação de gado. Como muitos comerciantes em processo de ascensão social, ele investiu em terras” (Pécora & Schwartz, 2002, p. 310).

Para melhor emprendermos nossa abordagem acerca da ocupação das regiões sertanejas precisamos fazer algumas considerações sobre a carga de significados que os significantes sertão e região encerram e extrapolam. Segundo Erivaldo Fagundes Neves e Antonieta Miguel, “o sertão, do mesmo modo que região, afirma-se pelos seus antecedentes socioantropológicos, que expressam poder de evocação de imagens, sentimentos, raciocínios e sentidos construídos ao longo das experiências históricas” (Neves & Miguel, 2007, p. 16).

Quando trazemos o termo sertão para o estudo do período colonial, vemos que essa expressão “tanto designou quaisquer espaços amplos, longínquos, desconhecidos, desabitados ou pouco habitados”, mas também, ao longo do tempo e com seus usos e reinterpretações na colônia, “adquiriu uma significação nova, específica, estritamente vinculada ao ponto de observação, a localização onde se encontra o enunciante, ao emitir seu conceito” (Amado, 1995, p. 145-152).

Destacamos um pedido de mercê feito por Viegas ao conde de Castel Melhor e registrado no Livro das Sesmarias em 03 de julho de 1653. As ditas terras haviam sido compradas do Juiz da Câmara de Salvador e fazendeiro no Recôncavo, João Lobo de Mesquita, mas, em função das guerras contra os holandeses, o outorgante havia perdido os documentos desta compra e venda, por isso Viegas pede em mercê as terras de Água Fria, Jacuípe e Itaporocas (Registro da Carta de Sesmaria ...). Foi nesta sesmaria que Viegas atuou decisivamente, com a formação de currais, construção de igreja e fixação de povoações.

Também foi neste espaço que ele utilizou os Paiaia em diversos serviços de seu interesse e das autoridades da capitania (Cf. Araújo, 2015, pp. 77-80).

A sesmaria de João Peixoto Viegas, que incluía Itapororocas, Jacuípe e Água Fria, fora palco de intensa atividade colonizadora, de catequização e de resistência dos índios Paiaia à ocupação de seus territórios. Entendemos resistência indígena, aqui, como agência dos grupos subalternos para contemplar suas agendas próprias em situações adversas, agindo de forma velada ou tácita na defesa de seus interesses³. A maneira como estes nativos atuaram no combate a outros grupos que ameaçavam os interesses dos colonos, nas expedições às minas de salitre, sendo também solicitados pelos governadores da capitania, revela a importância da atuação dos Paiaia nesta parte do sertão.

Foi em torno destes nativos que João Peixoto Viegas e os padres da Companhia de Jesus protagonizaram um episódio de disputa pela administração deles. Em sua carta de sesmaria supracitada, Viegas alega que desde o início ele havia solicitado a presença dos religiosos para catequizar os Paiaia. A criação de aldeamentos nesses espaços de resistência tivera relevância estratégica, pois, uma vez alinhados ao projeto de colonização por meio da catequese, os padres foram os principais interlocutores entre os índios, as autoridades coloniais locais e os colonos. Sobre esse cenário, Raminelli afirma que “a colonização portuguesa se fazia em dois âmbitos: domínio sobre o território e concomitante exploração econômica; difusão da ortodoxia e alargamento das fronteiras da cristandade” (Raminelli, 1994, p. 209).

Em 1674, o então governador geral, Afonso Furtado do Rio de Mendonça, concedeu a Viegas a administração dos indígenas Paiaia, que habitavam suas possessões no sertão. Como Viegas convenceu Afonso Furtado a conceder-lhe a administração desses índios? Para Alcir Pécora e Stuart Schwartz, havia uma justificativa: “Sua habilidade em usá-los em benefício do Estado levou Afonso Furtado, em 1674, a colocar os Paiaia sob sua admi-

³ Este conceito de resistência foi construído na disciplina Poder e Sociedade (agosto de 2023), ministrada pela professora Elisa Frühaif Garcia (PPGH/UFF), com a participação dos professores Alex Teixeira de Araújo, Luiz Argolo de Melo, Ricardo George Souza Santana e Vera Maria Oliveira Carneiro, alunos do doutorado da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Parceria Curricular Interinstitucional (PCI) com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

nistração” (Pécora & Schwartz, 2002, p. 310). Vemos, na provisão em análise, quais os argumentos apresentados pelo peticionário para convencer Afonso Furtado, dentre eles podemos destacar que a ação dos Paiaiaí, coordenada por Viegas, evitou prejuízos ao combater os invasores nas povoações do recôncavo e sertão.

Para entendermos melhor todas as implicações do ato de D. Afonso Furtado, ao conceder a administração dos Paiaiaí a Viegas, precisamos ter em mente que o século XVII é um momento efervescente nesse debate em torno da defesa dos índios contra a escravização e sobre quem teria o direito legal de administrá-los. Algumas importantes leis foram publicadas nesse período para amenizar os conflitos e pacificar essa questão da administração. Não percamos de vista o poder e relevância que a atuação dos religiosos tivera neste contexto, sobretudo os jesuítas. Em relação à administração dos índios, a Lei de 1611 instituiu a função de Capitão da Aldeia, a ser exercida por pessoas seculares, casadas, de boa vida e costumes, com cargo de três anos, de modo que este indivíduo – junto com um religioso – persuadiria, sem o uso da força, os indígenas não aldeados a descerem para os povoamentos (Santos, 2014, p. 61).

Precisamos pensar, aqui, também, como essa ação do Governador Geral afetaria os interesses da Companhia de Jesus, que já atuava catequizando esses indígenas por solicitação do próprio Viegas, ao reconhecer o papel da catequização no avanço da colonização, e que mantinha nessa sesmaria aldeamentos de onde os nativos foram tirados. Segundo registros do Monsenhor Galvão “o Padre Antônio Oliveira em carta de 1675, diz que continuamente catequisou os índios Paiaiaí durante três anos” e que “João Peixoto Viegas pretendia mandá-los para bem longe, ele e Antônio Guedes de Brito, então poderosos deste território e contava com o beneplácito do governador Afonso Furtado de Castro Rio de Mendonça” (Galvão, p. 08). Ao servir-se de sua rede de contatos, Viegas fora favorecido neste assunto, em detrimento do inaciano.

Como as autoridades coloniais trataram essa questão? Em carta de agosto de 1680, enviada pelo rei D. Pedro II ao então governador geral Roque da Costa Barreto, definiu-se que a administração temporal e espiritual destes indígenas deveria ser dada ao padre Antônio Oliveira (*Documentos Históricos* – Vol. LXVIII, pp. 8-9). Os Paiajá em questão foram levados para a aldeia jesuítica de Serinhaem. A decisão adotada em 1680 acirrou esse cenário de disputa entre colonos e religiosos, pois essa decisão poderia tornar-se uma referência para querelas seguintes ou aquelas já em andamento, não só nessa parte do sertão baiano, como em outras capitânias.

As formas como as autoridades locais e os homens proeminentes relacionavam-se, baseadas em redes de parentesco com casamentos estratégicos, redes mercantis e de poder para exercer influência naqueles que estavam na elite dirigente e até mesmo adentrar nos quadros da administração colonial como membro reconhecido da nobreza, foram trazidas para esta análise. Embora essa não fosse uma tarefa fácil e acessível a todos, dado o grau de dificuldades para se alcançar tais postos, estava facultada àqueles que preenchiam os requisitos fundamentados em limpeza de sangue, poderio econômico e influência dentro da elite local.

Portanto, conhecer esta trajetória, com todas as suas nuances, possibilita-nos ampliar nossa compreensão relacionada à elite colonial no século XVII, a política de mercês e privilégios como um elemento relevante desse período na colônia. Ao mesmo tempo, é possível refletir sobre as instituições portuguesas com representatividade na Capitania da Bahia e que garantiam a manutenção dos interesses metropolitanos, através de seus mecanismos administrativos e jurídicos

Referências bibliográficas

Alencastro, L. (2000). *O tratado dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, pp. 77-154.

Alvariño, A; Amelang, J.; González Mezquita, M. L. & Martínez Bermejo, S., (Coords.) (2023). “Introducción: ¿Vidas fallidas?”. *Vidas fallidas. Aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad*. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata, pp. 7-23.

Amado, J. (1995). Região, Sertão e Nação. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, pp. 145-152.

Araújo, A. (2015). *Catequização e Conflitos na Sesmaria de João Peixoto Viegas Na Bahia, 1653-1700*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Estado da Bahia Santo Antônio de Jesus.

Arroyo, N. et al. (2021). Declive. *Glosario Del Fracaso*.

Bicalho, M. (1998). As Câmaras Municipais No Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, pp. 251-580.

Bicalho, M. (2001). As Câmaras Ultramarinas e o Governo Do Império. In Fragoso, João, Bicalho, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria De Fátima, *O Antigo Regime Nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Civilização Brasileira, pp. 189-224.

Bicalho, M. (2005). Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, n. 2, pp. 21-34.

Cunha, M. & Monteiro, N. (2010). Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. In Fragoso, João e Gouvêa Maria de Fátima (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira, pp. 117-154.

De Mello, E. (2008). Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana. *Rev. São Paulo: Alameda*, pp. 91-124.

França, E. (1951). *Portugal na época da Restauração*. São Paulo: FFCL.

Galvão, M. (s.d.). *Livro de Miscelâneas*. Centro de Documentação de Pesquisa – Museu Casa do Sertão – UEFS.

Gouvêa, M., Frazão, G. & Santos, M. (2010). *Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. Na trama das*

redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Civilização Brasileira, pp. 155-202.

Hespanha, A. (1994). *Às vésperas do Leviathan: instituições e poder político. Portugal séc. XVII*. Almedina, pp. 471-522.

Hespanha, A. (2010). Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do Império colonial português. In Fragoso, João; Gouvêa Maria de Fátima (Orgs.), *Na trama das redes: Política e negócios no Império português, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira, pp. 43-93.

Jaboatão, Frei A. (1889). Catálogo genealógico das principais famílias. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo LII, Parte I. pp. 6-509.

Krause, T. (2012). *Em busca da honra: a remuneração dos serviços de guerra holandesa e os hábitos das ordens militares (Bahia e Pernambuco, 1641 – 1683)*. Annablume, 2012, p. 169-246.

Krause, T. (2015). *A formação de uma nobreza ultramarina: coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Tese de Doutorado apresentada á Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Neves, E. & Miguel, A. (Org.) (2007). *Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Arcádia, pp. 11-44.

Olival, F. (2004). Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, nº 4, 2004, pp. 151-182.

Pécora, A. & Schwartz, S. (Org.) (2002). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra [Bahia, 1676]*. Companhia das Letras, pp. 303-315.

Puntoni, P. (1998). No íntimo dos Sertões. In Puntoni, Pedro, *A Guerra dos Bárbaros – Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil (1650-1720)*. Hucitec, pp. 21-47.

Puntoni, P. (2013). *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial 1548-1700*. Alameda, pp. 197-241.

Raminelli, R. (1993). Da vila ao sertão: os mamelucos como agentes da colonização. *Revista História*, n. 129-131.

Ricupero, R. (2023). Diretrizes Coloniais: Legislação e práticas de dominação. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, julho de 2011. <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019>.

Santos, F. (2014). *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. UFRB, pp. 31-79.

Schwartz, S. (2011). *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. Companhia das Letras, pp. 93-111.

Smith, D. (1975). *The mercantile class of Portugal and Brazil in the seventeenth century: a socio-economic study of the merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*. University of Texas at Austin, pp. 297-343.

Rocco, V. (Ed.) (2021). *Glosario Del Fracaso*. Circulo De Bellas Artes.

“Calamidades na florescente colônia”: o impacto do corso e da pirataria no Rio de Janeiro entre 1680-1730

Elizabeth Vieira Menezes*

Resumo

Esta pesquisa investiga o impacto da pirataria e do corso no Rio de Janeiro no período prévio às invasões corsárias francesas de 1710 e 1711. Pretende-se comentar sobre os esforços de autoridades administrativas em repelir avanços estrangeiros e ponderar em que medida foram frustrados pela derrota para os franceses. Para identificar interferências dessas ameaças em dinâmicas políticas locais, esta investigação mapeia notícias sobre piratas e corsários em documentos do Conselho Ultramarino.

Palavras-chave: Pirataria; Corso; Impérios Marítimos, Rio de Janeiro, Brasil Colonial.

Abstract

This research investigates the impact of piracy and privateering in Rio de Janeiro between 1680 and 1730. Our intention is to comment about the efforts of administrative authorities to repel foreigner's attacks and to contemplate to what extent they were definitely frustrated by the defeat to the French forces. In order to identify interferences of those threats on local power dynamics, this investigation tracks reports about pirates and privateers in documents of Conselho Ultramarino.

Keywords: Piracy, Privateering, Seaborne Empires, Rio de Janeiro, Colonial Brasil.

* Mestranda em História na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Professora Doutora Maria Fernanda Bicalho, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Durante a Época Moderna, sobretudo em comunidades ultramarinas como da América Portuguesa, a circulação de pessoas, recursos e informações estava sujeita ao ritmo de rotas marítimas (Paquette, 2019, p. 7). Os perigos do mar ofereciam riscos consideráveis à administração de vastas parcelas de território. Fossem causados pela fúria da natureza ou por violências humanas (Delumeau, 2009, pp. 54-70), levavam pânico a populações costeiras e demandavam vigilância constante das autoridades responsáveis por manter o curso da política ultramarina lusa. Entre o segundo tipo de perigo, estão as incursões de piratas e corsários, objeto de atenção nas próximas páginas. Frequentemente associada à desordem e ao medo, a presença desses saqueadores acionava a necessidade de reações urgentes e efetivas das comunidades costeiras onde circulavam (Bicalho, 2023, pp. 275-319). Assim, considerar os impactos dessa ameaça em mares lusos significa conhecer melhor a dinâmica ultramarina e a própria sociedade da América Portuguesa.

A fim de contribuir para essa reflexão, esta pesquisa investiga os esforços das autoridades fluminenses em repelir o avanço de piratas e corsários sobre a cidade do Rio de Janeiro entre as décadas finais do século XVII e iniciais do século XVIII. Trata-se de um momento conturbado, em que essa praça foi alvo de duas invasões consecutivas de corsários franceses, em 1710 e 1711. Investidas que concretizaram o perigo de ataques estrangeiros e causaram impactos materiais e administrativos. Pretende-se dedicar esta comunicação especialmente ao período anterior a esses episódios, destacando como o temor de ameaças e as sucessivas investidas de corsários ao litoral da capitania do Rio de Janeiro ditavam insatisfações e orientavam tentativas de impedir possíveis invasões, frustradas por dificuldades administrativas.

Em outras palavras, pretendemos demonstrar que, embora as incursões corsárias de Jean-François Duclerc (?-1711) e René Duguay-Trouin (1673-1736) fossem inéditas em penetrar as defesas da cidade, o risco que representavam não era novidade às autoridades lusas. Correspondências de governantes da capitania à Lisboa nos anos anteriores indicam inquietações causadas pelo vislumbre de “pavilhões estrangeiros”, que acendiam suspei-

tas ante a possibilidade de pirataria. O medo era de que ataques pudessem impedir a circulação de navios para o Rio de Janeiro ou, em última instância, que invasões colocassem em risco a própria conservação dessa praça.

A presença de piratas e de corsários nos arredores da cidade e a dificuldade para guarnecer a região alimentavam um clima de temor e insatisfação perceptíveis na comunicação administrativa. Partindo do pressuposto de que a perda da cidade para os franceses em 1711, não foi um evento isolado, cabe examinar a confluência de projetos que confluíram na “derrota” dos portugueses (Usanos, 2020), isto é, na debandada das forças locais e sua rendição ao inimigo. Portanto, algumas perguntas-chave norteiam a reflexão, tais como: Quais eram os planos das autoridades para resistir às investidas estrangeiras? Em que medida esses projetos de defesa foram insuficientes diante de ataques de corsários e piratas?

Para analisar como essas ameaças eram integradas ao universo político do Rio de Janeiro, nos voltamos à documentação que tramitava no Conselho Ultramarino, hoje sob custódia do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) e disponibilizada digitalmente pelo Projeto Resgate (Martins, 2001, pp. 23-32). Em consonância com o historiador Marcello Loureiro, consideramos que o Conselho foi um pólo de encontro da malha da administração ultramarina, atuando como canal de comunicação política entre as conquistas ultramarinas e a Corte (Loureiro, 2014). Por meio desse órgão, demandas, interesses e vicissitudes locais eram remetidos à administração central, filtrados pela lente dos remetentes, o que garantia participação das elites locais na política ultramarina. Como um dos canais políticos por excelência que tratavam dos desafios na conservação das conquistas, preocupações relativas às intempéries da defesa frequentemente eram noticiados por essa via.

Portanto, o fundo do Conselho Ultramarino é um repositório rico para mapear notícias de ameaças de piratas e corsários à região costeira do Rio de Janeiro, ao menos as que foram consideradas relevantes o suficiente para serem relatadas à Corte. Vale mencionar que esta comunicação é resultado

de um esforço mais amplo de selecionar correspondências e consultas em que corsários e piratas eram assunto central entre as décadas de 1680-1730¹. O resultado desse mapeamento forneceu um panorama geral da incidência e das características dessa atividade na região. De um lado, esse conjunto de fontes possibilita identificar as características dessas ameaças, suas embarcações, seus principais alvos, suas estratégias e seu poder bélico. De outro, permite reconhecer os períodos de maior ocorrência dessas notícias, os principais afetados e responsáveis pela defesa, bem como a forma como essa atividade era caracterizada no discurso político e as possíveis reações a ela. Trata-se de um material útil para estimar como a pirataria incidia nas relações políticas estabelecidas na cidade e, em última análise, no Império luso.

Corsários no Rio de Janeiro

Com o raiar dos Setecentos, a preocupação com ameaças estrangeiras às conquistas lusas na América era alimentada por um cenário político-internacional conflituoso. A conflagração da Guerra de Sucessão de Espanha (1701-1714) estilhaçou o frágil equilíbrio europeu, lançando as principais potências europeias em competições por hegemonia comercial e territorial (Furtado et al., 2019, p. 520). Inicialmente neutro, Portugal declarou apoio à Grande Aliança em 1703, ao lado da Inglaterra, o que tornou suas conquistas ultramarinas vulneráveis a investidas franco-espanholas e intensificou a necessidade de guarnecer as praças estratégicas da América, como o Rio de Janeiro (Cruz, 2015, pp. 60-65).

A guerra pelo trono espanhol extrapolou as disputas dinásticas e os limites europeus, sendo travada, em grande medida, em conflitos navais, tendo o Atlântico como um dos palcos principais para concorrências comerciais e coloniais. Como resultado, os corsários, frotas armadas em guerra ou em comércio (a depender das circunstâncias), transformaram-se em um

¹ O conjunto total é composto por 30 processos das séries “Rio de Janeiro - Avulsos” e “Rio de Janeiro - Eduardo de Castro e Almeida”.

recurso estratégico potente para saquear possessões inimigas, contando com o aval de um soberano, mas sem empregar necessariamente esforços diretos da Coroa (Souza *et al.*, 2000, pp. 46-51). Na esteira da multiplicação do corso, a atividade de “piratas”, sujeitos autônomos atuando em bando ou em um único navio, também aumentou e seu declínio só se veria após a década de 1730 (Maxwell, 1999, pp. 85-87). Aliás, é necessário pontuar que a fronteira entre as duas atividades era de difícil distinção. Os corsários, cuja ação pressupunha relações diplomáticas de hostilidade entre dois países, por vezes operavam também em período de paz e o butim lucrativo tornava-se seu maior objetivo (Raminelli, 2001, p. 487). De qualquer maneira, a virada do século seria marcada pelo apogeu dessas atividades (Bialuschewski, 2004, p. 167), igualmente definidas pela pilhagem em alto mar ou em regiões costeiras .

O Rio de Janeiro não saiu ileso diante da multiplicação dessas ações. Nessa conjuntura, a praça ganhava proeminência como entreposto estratégico, concentrando fluxos migratórios e comerciais ligados ao abastecimento das Minas e ao escoamento de metais preciosos (Sampaio, 2003, pp. 148-175). Paradoxalmente, conforme cresciam as jurisdições e a importância estratégica do Rio de Janeiro, a fragilidade defensiva da capitania também aumentava. Multiplicavam-se as queixas dos governantes sobre o mau estado das guarnições e a falta de pessoal para a defesa, já que preocupações político-militares da Corte priorizavam a disputada região platina e a preservação do negócio aurífero (Mello, 2013, pp. 217 e 222-223).

As atenções estrangeiras não tardaram a perceber a vulnerabilidade desse porto. Os episódios mais notórios em que a cidade se tornou alvo dessa lógica predatória foram as consecutivas invasões de corsários franceses de 1710 e 1711. Inclusive, a centralidade dessa praça no cenário internacional parece ter sido, de certo modo, atestada justamente pela série de investidas estrangeiras (Santos, 2012, pp. 12-17). Algo que se comprova em um olhar atento às memórias do comandante da segunda invasão francesa, René Duguay-Trouin, que se referia ao Rio de Janeiro como “florescente colônia” do

Rei de Portugal. Os planos de invasão à cidade se justificariam, segundo ele, pela “esperança de um imenso butim e, sobretudo, da honra que se poderia adquirir em tão difícil empresa” (Duguay-Trouin, 2002, pp. 136). A investida francesa de 1711 excedia, assim, o caráter de simples expedição corsária, sendo motivada também por motivos militares e diplomáticos: foi organizada nos salões de Versalhes, contando com frotas da Coroa e financiamento de ricos mercadores de Saint-Malo (Duguay-Trouin, 2002, pp. 133-137). Portanto, as consecutivas invasões não só reconheciam a relevância da cidade aos olhos do Velho Mundo, como evidenciaram o esforço francês em colocar as mãos, temporária ou definitivamente², nessa peça chave do tabuleiro Atlântico.

Os papéis do Conselho Ultramarino

Porém, a circulação dos “lobos do mar” no Rio de Janeiro não era novidade para as autoridades luso-brasileiras quando as invasões francesas atingiram o horizonte da cidade em 1710 e 1711. Essa presença recorrente pode ser rastreada, pelo menos, ao final do Século XVII, como demonstram os arquivos do Conselho Ultramarino. O primeiro registro de queixa contra piratas encontrado em nossa seleção data de 1683. Durante a década de 1680, a possibilidade de saques a embarcações que saíam e chegavam ao porto punha em risco todo o comércio da cidade, mas representava risco especial à circulação para a Nova Colônia de Sacramento (AHU_ACL_CU_017,Cx. 5, D. 509), cuja conservação dependia dos esforços do Rio de Janeiro e facilitava o acesso à prata do Rio da Prata por elites fluminenses (Sampaio, 2003, pp. 146-147). Diante da incipiente defesa e das investidas constantes, não faltaram tentativas dos governadores do Rio de Janeiro em tomar providências para garantir a defesa da cidade contra inimigos externos, muitos deles frustrados por obstáculos administrativos internos à capitania ou impossibilita-

² Maria Fernanda Bicalho demonstra que os planos franceses de invasão ao Rio de Janeiro extrapolaram as incursões corsárias, chegando a projetos de criação de um “Vice-reino francês” na América em meados do Século XVIII. Cf: Bicalho, *op. cit.*, pp. 83-93.

dos por outras prioridades políticas. Relatos de aparições desses bandidos seguiam as nuances do discurso político, oscilando entre a necessidade urgente de defesa (AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 510) e o recuo dos empenhos pela precariedade da Fazenda Real³. Pedidos de reforço da guarnição da cidade perante o Rei eram renovados a depender do ressurgimento de embarcações suspeitas e da nomeação de novas autoridades sensíveis ao problema.

Em suas tentativas de chamar atenção ao perigo desses salteadores, não raro as autoridades associaram discursivamente a pirataria à desordem e ao desastre, recorrendo às repercussões negativas que seus saques causavam. Algo que pode ser percebido em carta enviada ao Rei pelo Senado da Câmara de maio de 1685. Nela, os oficiais relataram de modo dramático a extensão do prejuízo causado naquele ano por corsários. Afirmavam que o povo da cidade padecia das “maiores calamidades”, sem meios de sustentação, já que os roubos a navios vindos de outras capitânicas tiravam dessa praça os mantimentos necessários para a subsistência. O prejuízo teria chegado a tanto que “em muitas Igrejas Se não Selebraua o Santo Sacrificio da missa, e os Parrocos das freguezias mandavão os Seus freguezes comungar aos conventos por falta de formas” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 510).

Sublinha-se que o termo “calamidade” estava associado, para as sociedades modernas, ao “desastre”, à “má fortuna” e, portanto, à ideia de uma mudança brusca no destino além das “possibilidades de previsão e de controle humanos, produzindo (...) desgraças, infortúnios e destruições (...)”⁴ (García, 2020). Acepção corroborada pelo dicionário de Raphael Bluteau, que vinculava “calamidade” a “desgraça” e a “infortúnio” (Bluteau, 1712-1728, p. 46). Essa caracterização dos ataques era um recurso discursivo poderoso para acentuar a necessidade de soluções contra esse perigo. Uma vez reconhecidos como “calamidades”, os ataques de piratas e corsários se-

³ Em junho de 1686, o governador João Furtado de Mendonça relatava a incapacidade da Fazenda Real de arcar com naus de guarda-costas e com o socorro à Colônia do Sacramento. Cf.: AHU_ACL_CU_017, Cx. 5, D. 514.

⁴ “(...)sobrepasa las posibilidades de previsión y control humanos produciendo, en el caso que nos ocupa, desgraças, desdichas y destrucciones de diverso tipo”. García, P. C. *op. cit.* Tradução nossa.

riam causadores de desorientação, afetando até mesmo a dimensão religiosa da vida na América Portuguesa. Essa associação dava dimensão também da imprevisibilidade que caracterizava essas ações, que, portanto, exigia reações imediatas.

A inquietação causada por ladrões do mar tomou contornos especiais após a descoberta de ouro nas Minas Gerais, responsável por lançar desafios às autoridades lusas dos dois lados do Atlântico na virada do Século (Souza *et al.*, 2000, pp. 26-34). A exploração aurífera desencadeou um quadro de desequilíbrio sociais no interior da América Portuguesa, que não raro reverteram-se em insatisfações e conflitos entre grupos com interesses distintos (Souza, 2006, pp. 78-84). A promessa de enriquecimento vinha, portanto, acompanhada por desconfiança, pelo ambiente interno conturbado ou pelo risco de investidas de potências hostis em plena Guerra. Nessa conjuntura, o problema da pirataria aparecia combinado à necessidade de proteger portos estratégicos, como o Rio de Janeiro. Em resposta a demandas de governantes locais, o Conselho Ultramarino levava ao Rei a pertinência do envio de naus do comboio para socorro de embarcações perseguidas por piratas (AHU_ACL_CU_017, Cx. 7, D. 723; AHU_ACL_CU_Consultas do Rio de Janeiro, cód. 232, fl. 154v) e a conveniência de se construir novas fortalezas em portos auxiliares, como Ilha Grande e Santos (AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 822; AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 12, Doc. 2238).

O apresto de expedições marítimas para impedir o avanço de embarcações suspeitas próximas ao Rio de Janeiro foi uma medida padrão tomada pelos governadores a curto prazo (Araujo, 2024). Essa política se manteria com algumas variações até os primeiros anos do Século XVIII, sendo institucionalizada com a permanência de uma nau de guarda-costas na cidade nos primeiros anos da centúria. A fragata Nossa Senhora da Penha de França e São Caetano foi enviada ao Rio de Janeiro pelo rei Pedro II e chegou à cidade no início de julho de 1701, com o encargo de proteger as embarcações que conduziam ouro de Santos para o Rio de Janeiro e com permissão para estender suas viagens à Colônia de Sacramento (ANRJ, Fundo 86, Cód. 952, v.12,

fl. 225, fl. 233; ANRJ, Fundo 86, Cód. 952, v. 12, fl. 22). Entretanto, os desafios para a utilização desse expediente não foram poucos. Em 1703, diante da notícia de que haviam dois navios suspeitos na altura das Ilhas de Santa Ana, o governador Álvaro da Silveira de Albuquerque procurou lançar a fragata para averiguar a situação. Esta diligência, porém, não pôde ser cumprida, pois a nau “estava tão desbaratada de todo o necessario, e falta de marinhheiros, e artilheiros por haverem fogido p[ar]a az Minas perto de oitenta homêns”, conforme expressou o governador em carta ao Rei de fevereiro de 1704 (AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 14, D. 2757- 2759).

Os marinheiros dos navios da frota e demais embarcações ancoradas no porto não quiseram deixar-se recrutar à força. Como resultado, os planos de apresto dessa nau foram completamente impossibilitados pela falta de homens. Em 1708, a fragata retornou ao Reino sem ter sido útil para seu propósito. Sua partida foi comemorada pelo então governador Fernando Martins Mascarenhas, pois representava um alívio aos cofres régios e só então poderia “respirar aquella capitania por se ver livre de hum gasto tão importante”(AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 15, Docs. 3048-50). Com a partida da nau, ia embora também a tentativa de institucionalizar as medidas contra pirataria. As políticas defensivas voltavam a ser tomadas de modo esporádico, diante de necessidades contingentes. Entretanto, escaramuças internas continuaram impedindo medidas rápidas, contribuindo para a precariedade defensiva que se tornou ainda mais grave com a entrada de Portugal nas disputas pela sucessão espanhola, que rapidamente alcançaram a América.

Dois anos após a partida da nau Nossa Senhora da Penha de França e São Caetano, surgiram novos relatos da presença de corsários franceses na costa do Rio de Janeiro. Em abril de 1710, o governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e o provedor da Fazenda Real, Luís de Almeida Correia de Albuquerque (AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 887; AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 893), recém-provido do cargo, informavam ao Rei sobre dois navios que vinham pilhando a barra do Brasil, até se instalarem nos arredores da cidade. Antonio de Albuquerque chamava atenção para o perigo

particular que corsários representavam nessa conjuntura, afirmando escrever “na consideração do cuidado” que se deve “estar nesta costa, a Respeito de qualquer estrangeiro inimigo que a pretender invadir com hostilidade”, ciente das relações bélicas na Europa. Relatava os prejuízos causados pelos inimigos, que teriam capturado lanchas e sumacas vindas de Santos, com “bastante cabedal e ouro”, e de Angola, “com quinhentos negros, cuja presa levou costa abaixo com a intenção de a ir vender em Buenos Aires”. Isto é, atingiam os pilares da atividade comercial fluminense, o negócio aurífero e o tráfico negreiro.

Mais uma vez, variáveis internas à cidade do Rio de Janeiro, agravadas, ao olhar do governador, pelas incipientes ordens de Lisboa causaram a demora para o lançamento de naus de guarda-costas capazes de perseguir os franceses. Tal impasse pode ser identificado também na carta do provedor da fazenda, Luís de Almeida Correia de Albuquerque. Em um apelo no mesmo tom dos pedidos do governador, o novo provedor alertava sobre os desafios para se reforçar adequadamente a defesa costeira. Segundo ele, faltavam finanças na Fazenda Real para arcar com despesas de naus de defesa, que envolviam armamentos, mantimentos e pagamento de “gente do mar”. Esse grupo, mais uma vez, acrescentava suas próprias demandas ao cenário conflituoso. Cabos, oficiais, marinheiros, soldados e artilheiros protestavam em recusa a sair em perseguição a esses corsários e desertavam. Os clamores eram motivados sobretudo por questões relativas ao soldo, pediam garantia de que receberiam o mesmo pagamento que se dava no Reino ao Serviço de guarda da costa. Nesse caso, não apenas a soldadesca aderiu aos protestos, mas também cabos e oficiais, o que reforçava a legitimidade das contestações (AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 887).

É possível inferir ainda que as dificuldades relativas ao manuseio das finanças reais acendiam o alerta para conflitos de jurisdição entre governadores e provedores da Fazenda. Enquanto os primeiros geralmente defendiam o lançamento imediato de embarcações de patrulha, os segundos chamavam atenção para a falta de ordens expressas para empreender recursos

dos Cofres reais nesse intento (Cf. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 14, Doc. 2757). A discordância entre autoridades dos dois cargos foi sumarizada por Luís de Albuquerque, provavelmente referindo-se aos seus antecessores: “Como não há ordem para semelhantes despesas que os governadores mandam fazer, sempre as impugna o Provedor, de que nascem várias dissensões com os mesmos governadores” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 893).

Ou seja, a defesa contra a atividade de piratas mostrava-se suscetível às dinâmicas de poder internas à capitania, a prioridades políticas, a forças militares com demandas próprias, ao manuseio de recursos disponíveis, ao diálogo sempre moroso com a Coroa. Vale lembrar como esse último critério incidia diretamente na forma como a necessidade de medidas urgentes em casos de ataques contrastava com o progresso lento de soluções ordenadas por parte da Coroa, suscetível à deliberação conciliar e ao ritmo das frotas.

Como resultado dessa constelação de fatores, as tentativas de repelir a pirataria de uma vez por todas foram completamente frustradas, já que as soluções não chegaram “a tempo”. Ao menos, não antes da incursão orquestrada por Jean-François Duclerc atingir o Rio de Janeiro alguns meses depois, em setembro de 1710. Duclerc e seus homens foram derrotados após algumas horas de batalha. Em geral, o saldo foi positivo aos portugueses: o governador e capitão-general Francisco de Castro Morais empenhou-se em listar os “valorosos” aliados no conflito e não faltaram elogios do Conselho Ultramarino à conduta do dirigente na ocasião e de seu “gloreoso sucesso na defesa da praça” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 919). Esse tom positivo ecoou na historiografia tradicional sobre o episódio (forjada sobretudo no século XIX), que, a partir de uma perspectiva nacionalista, exaltou a vitória de forças locais contra os franceses. Em 1857, Varnhagen escreveu que a capital do então Império do Brasil solenizava ainda “esta victoria, festejando como dia santo de guarda o do anniversario desta acção” (Varnhagen, 1857, p. 107). Já Tasso Fragoso, em 1950, enfatizou a derrota francesa, destacando que “o desastre sofrido por Du Clerc” foi merecido por sua incapacidade militar (Fragoso, 1950, pp. 39-42).

Apesar da vitória em campo, as batalhas pela defesa causaram prejuízos evidentes, com o incêndio da Casa da Alfândega, da Casa dos Contos e do Palácio do Governador, como afirma, em carta de 9 de novembro, o governador Castro Morais, ficando ele próprio, em suas palavras, “destituído de tudo” (AHU_ACL_CU_017, Cx. 8, D. 907). Além disso, ele havia conseguido reunir pessoal para a defesa com dificuldade, expedindo medidas para impedir a passagem de pessoas às Minas e ordenando castigos aos soldados e oficiais omissos ou que abandonassem seus postos nas praias da cidade e demais quartéis da marinha (Bicalho, 2023, p. 288).

Mais do que isso, essa incursão demonstrava a vulnerabilidade defensiva do Rio de Janeiro, gerando um clima de descontentamento e de medo de futuras invasões. Essa perspectiva pode ser verificada em carta da Câmara de 11 de novembro de 1710. Nessa correspondência, longe de interpretar a investida de Duclerc como uma vitória plena, os oficiais a descreviam como uma mostra da dificuldade em guarnecer propriamente o território. Duclerc e seus homens teriam feito a proeza, até então inédita, de invadir a cidade por terra e, com isso, aos olhos dos oficiais, abriam caminho para incursões futuras, que seriam facilitadas por dificuldades internas à praça. Retomando o argumento da falta de recursos, argumentavam que as necessidades defensivas não podia ser, tampouco, remediadas pela contribuição dos moradores, empobrecidos diante de más lavouras, da alta dos preços pela necessidade de abastecer as Minas e da necessidade de pegar em armas e abandonar suas fazendas para defender a cidade (AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 919). Enfim, a tônica pessimista dessa correspondência faz-nos refletir até que ponto a salvaguarda da cidade foi “bem-sucedida” e em qual medida a invasão pode ser considerada, de todo, fracassada.

Essa fragilidade externa e interna da capitania foi consolidada com a eficaz segunda invasão, indiscutivelmente vitoriosa e com prejuízos inigualáveis. A derrota das forças de 1710 e o assassinato de Duclerc deram a justificativa necessária para o empreendimento capitaneado por René Duguay-Trouin, que atingiu a cidade um ano depois. Com uma frota de 15 na-

vios foi responsável por sitiar a cidade por dois meses, entre setembro e novembro de 1711 (Duguay-Trouin, 2002). A invasão de 1711 deixou um rastro de conflitos no interior da cidade, gerando protestos contra a imposição de cargas fiscais e insatisfações diante da penúria gerada pelo butim francês. (Bicalho, 2023, pp. 302-308). O governador Castro Morais, que havia provado os louros da vitória sobre os franceses um ano antes, foi o principal responsabilizado pela derrota entre parcelas dos “principais da terra”, ávidos por distribuir a culpa e demandar os devidos castigos. São circunstâncias que os documentos do Conselho Ultramarino permitem apenas vislumbrar⁵, em cartas escritas imediatamente após o cerco, nas quais a preocupação principal era remediar prejuízos e impedir danos maiores (AHU_ACL_CU_017, Cx. 9, D. 945).

Considerações e possibilidade analíticas

Nas correspondências analisadas, os casos de pirataria e corso vêm acompanhados por um discurso insuflado pela desordem e pela noção de calamidade. A repressão a essas atividades, por sua vez, dependia diretamente de dinâmicas internas, sujeitas a interesses, revezes e disputas locais. Sobrava às autoridades fluminenses ter de lidar com a imprevisibilidade da possibilidade de ataques diante de conflitos de jurisprudência, da insubordinação de marinheiros, da falta de recursos na Fazenda Real e do moroso diálogo com a Coroa. Desafios esses que, a julgar pela tônica dramática de alguns dos documentos aqui analisados, nem sempre faziam justiça às necessidades urgentes de medidas defensivas. Além disso, o cenário de insegurança tornava-se ainda mais crítico pela má guarnição da cidade e pelo caos diplomático europeu. Como resultado dessa equação, a circulação de piratas pelos arredores da capitania do Rio de Janeiro antecederia a perda da cidade para forças corsárias francesas em 1711.

⁵ Como são escritas após os momentos críticos, essas correspondências não captam a urgência desses eventos.

Isso mostra que a repercussão da ação de piratas e corsários não terminava apenas nos prejuízos materiais diretos que causavam. Um olhar atento a conflitos envolvendo essas personagens na cidade do Rio de Janeiro revela uma constelação de projetos de sobrevivência e de resistência, que nem sempre lograram sucesso. Entre eles, estão os planos imperiais de conservação da cidade; as aspirações de autoridades que visavam proteger seus cargos, suas redes de poder e o “bem comum” da República; as iniciativas de soldados e homens do mar que, diante desses perigos, levantavam-se contra suas precárias condições de vida, os maus tratos de superiores e o risco de morte iminente no mar; os interesses gerais dos moradores, interrompidos ou transformados pelas derrotas frente às forças francesas. Sem falar dos planos franceses, que, inicialmente frustrados, tiveram êxito pelos esforços de Duguay-Trouin. Vidas de piratas, corsários, autoridades, marinheiros e soldados se encontravam entre calamidades e derrotas na florescente colônia.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

AHU, “Projeto Resgate - Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830)”: Cx. 5, D. 509, 510, 514; Cx. 7, D. 723, Cx. 8, D. 822, 887, 893, 907; Cx. 9, D. 919, 945.

AHU, “Projeto Resgate - Eduardo de Castro e Almeida (1617-1757)”: Cx. 14, Doc. 2757.

AHU, “Projeto Resgate - Códices (1548-1821) e (1671-1833)”: Consultas do Rio de Janeiro, cód. 232, fl. 154v, 211v.

Fontes auxiliares impressas

Duguay-Trouin, R. (2002). *O Corsário : uma invasão francesa no Rio de Janeiro*. Bom Texto. ISBN 85-87723-25-1.

Fragoso, A. (1950). *Os Franceses no Rio de Janeiro*. Departamento de Imprensa Nacional.

Varnhagen, F. (1857). *História Geral do Brazil*. Tomo II. Casa E. & H. Laemmert.

Estudos

Araújo, H. [no prelo]. “Os corsários continuam a correr estas costas”: expedições navais e defesa costeira no Estado do Brasil (1655-1704). In Fernandes, Valter Lenine; Dias, Thiago Alves (Org.), *Os Portos no Contexto dos Impérios Coloniais na Época Moderna*. [s.l : s.n].

Bialuschewski, A. (2013). Between Newfoundland and the Malacca Strait: a survey of the Golden Age of Piracy, 1695-1725. *The Mariner's Mirror*, 90:2, pp. 167-186.

Bicalho, M. (2023). *A cidade e o império : o Rio de Janeiro no século XVIII*. Editora Proprietas. ISBN: 978-65-00-73427-0.

Cruz, M. (2015). *Um Império de conflitos : o Conselho Nacional Ultramarino e a defesa do Brasil*. ICS. Imprensa de Ciências Sociais. ISBN: 978-972-671-351-7.

Delumeau, J. (2009). *História do medo no Ocidente 1300-1800 : uma cidade sitiada*. Companhia das Letras. ISBN: 978-85-359-1454-2.

Furtado, J. & Paquette, G. (2019). Imperial competition in the eighteenth-century Americas. In Bouza, Fernando; Cardim, Pedro; Feros, Antonio (Ed.) - *The Iberian World : 1450-1820*. Routledge, pp. 519-540. ISBN 9781138921016.

García, P. (2020). Desastre. In Rocco, Valerio (Ed.). *Glossário de Fracasso*. Circulo de Bellas Artes. <https://www.circulobellasartes.com/glosario-fracaso-desastre-pablo-castro-garcia>. ISBN: 978-84-949700-6-1.

Loureiro, M. (2014). *Iustitiam Dare: A Gestão da Monarquia Pluricontinental. Conselhos Superiores, pactos, articulações e o governo da monarquia pluricontinental portuguesa (1640-1668)*. Programa de Pós-graduação em História da UFRJ; École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Maxwell, K. (1999). *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Paz e Terra. ISBN: 85-219-0333-2.

Martinheira, J. (2001). *Catálogo dos Códices do fundo do Conselho Ultramarino relativos ao Brasil existentes no Arquivo Histórico Ultramarino*. Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN: 85-7007-322-4.

Mello, C. (2012). O Rio de Janeiro: uma praça desfalcada “dos melhores soldados e oficiais” (séculos XVII-XVIII). *História*, 31:1, pp. 210-32.

Paquette, G. (2019). *The European Seaborne Empires : from the Thirty Years' War to the Age of Revolutions*. Yale University Press, 2019. ISBN: 978-0-300-20515-2.

Raminelli, R. (2001). Pirataria. In Vainfas, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Objetiva, pp. 487-9. ISBN: 85-7302-320-1.

Sampaio, A. (2003). *Na encruzilhada do império: Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c. 1750)*. Arquivo Nacional. ISBN 8570090676.

Souza, L. & Bicalho, M. F. (2000). 1680 - 1720: o império deste mundo. Companhia das Letras. ISBN: 8535900055.

Souza, L. (2006). *O Sol e a Sombra : Política e administração na América portuguesa do século XVIII*. Companhia das Letras. ISBN: 85-359-0907-9.

Santos, F. (2012). *Entre honras, heróis e covardes : invasões francesas e disputas político-familiares (Rio de Janeiro, século XVIII)*. Dissertação de mestrado apresentada á Universidade Federal Fluminense.

Usanos, D. (2024). Derrota. In Lozano, Valerio Rocco (Ed.). *Glossário de Fracasso*. Circulo de Bellas Artes. <https://www.circulobellasartes.com/glosario-fracaso-derrota-david-sanchez-usanos/>. ISBN 978-84-949700-6-1.

Resumo

O presente trabalho propõe investigar a trajetória de José Freire de Monterroio Mascarenhas, redator da *Gazeta de Lisboa* (1715-1760), autor de obras manuscritas e impressas, tensionando possíveis sentidos das etiquetas do êxito e do fracasso aplicadas à sua vida. Através dessa trajetória, acreditamos ser possível entender dinâmicas sociais mais amplas tecidas no âmbito da República das Letras, na qual o personagem em tela certamente fez parte. Monterroio teve o ingresso na Academia Real da História Portuguesa rejeitado, mas presidiu outras academias e recebeu elogios de pares eruditos (alguns nobres)

Palavras-chave: José Freire de Monterroio Mascarenhas, Academia Real da História Portuguesa, República das Letras, *Gazeta de Lisboa*, Cultura Escrita.

Abstract

The present work proposes to investigate the trajectory of José Freire de Monterroio Mascarenhas, editor of the *Gazeta de Lisboa* (1715-1760), author of handwritten and printed works, tensioning possible meanings of the labels of success and failure applied to his life. Through this trajectory, we believe it is possible to understand broader social dynamics woven within the scope of the República das Letras, of which the character on screen was certainly a part. Monterroio was rejected from joining the Royal Academy of Portuguese History, but he presided over other academies and received praise from learned peers (some nobles).

Keywords: José Freire de Monterroio Mascarenhas, Academia Real da História Portuguesa, República das Letras, *Gazeta de Lisboa*, Written Culture.

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do Professor Doutor Rodrigo Bentes Monteiro.

Introdução

Em correspondência ao 4º conde da Ericeira, José Freire de Monterroio Mascarenhas, então redator da *Gazeta de Lisboa*¹, afirma o grande serviço que havia prestado à nobreza e coroa portuguesas através da pena². Suas “novas do mundo”, notícias traduzidas das mais variadas gazetas europeias; as genealogias utilizadas por nobres para comprovar a limpeza de sangue e obter privilégios; os trabalhos de heráldica; as informações que teria servido ao Santo Ofício e à Mesa da Consciência e Ordens; tais atividades são evocadas pelo escritor para justificar o ingresso na Academia Real da História Portuguesa (ARHP) que, entretanto, jamais foi obtido em sua longa trajetória.

Para o historiador André Belo (2005), esse insucesso teria marcado a vida de Monterroio, sendo o motivo que o levou a redigir uma carta tão incisiva. A d. Francisco Xavier de Meneses³, possivelmente seu padrinho nessa empreitada, considera uma injúria o episódio. O gazeteiro desconfia que alguns membros da ARHP não viam a compatibilidade do trabalho na *Gazeta* com a vida de um acadêmico real. Ele próprio, ao que parece, nutria certo desprezo pela “gente da impressão”⁴, apesar de ter na belas-letas uma considerável fonte de renda.

Além de redigir o único periódico impresso em Portugal durante boa parte do Setecentos, José Freire publicou centenas de papéis avulsos. Contudo, ele teria permanecido à margem de uma “consagração literária” (Belo, 2005, p. 196), reservada apenas aos acadêmicos. Não por acaso, Monterroio

¹ Criada via decreto régio de 1715, a *Gazeta de Lisboa* foi, durante boa parte do século XVIII, o único periódico impresso em Portugal. Tendo Monterroio como editor até 1760, suas notícias traduziam aquelas que vinham das gazetas estrangeiras (Belo, 2001).

² O documento datado de 1720 se encontra parcialmente transcrito na dissertação de Lígia Duarte (2011). Uma cópia da carta está depositada na Biblioteca Pública de Évora, sob o registro CIX/ 1-4, fl. 146-147v. No momento, realizo uma transcrição mais completa da fonte a partir de fotos tiradas do original por Rodrigo Bentes Monteiro.

³ De reconhecida erudição, o 4º conde da Ericeira foi um dos diretores da ARHP, tendo uma vasta produção impressa e manuscrita, entre panegíricos, sonetos, tratados históricos e títulos de cunho científico (Machado, 1747).

⁴ Conforme notamos por meio de extratos da correspondência trocada entre Monterroio e outro letrado do século XVIII, Rodrigo Xavier Pereira de Faria, e que foram reproduzidos por André Belo (2001).

busca construir para si a imagem de um *homme de lettres* tão cara à República das Letras daquele tempo. As construções do êxito/fracasso guardam relação com a escrita de si, contemplando estratégias empregadas pelos atores em diferentes meios e formas de comunicação, manuscritas ou impressas (Alvariño *et al*, 2023).

Em *Oráculos da geografia iluminista* (2012), Júnia Furtado caracteriza a República das Letras como espaço de equalização e distinção por via do mérito, do intelecto. Uma junção de “escritores de talento com a nobreza de gosto” (idem, p. 72), em que nobres e plebeus buscavam ascender socialmente por meio das letras. Já Diogo Ramada Curto (2007) associa esse movimento de academias – não somente a ARHP – à formação de uma “nobreza literária”, um novo cânone de autores que partilhavam dos mesmos valores e princípios.

Certamente a mobilidade social de Monterroio estava muito limitada pela recusa dos acadêmicos reais. Contudo, como veremos mais à frente, ele transitou por esses circuitos, sendo um dos nós de uma vasta rede de informações muito marcada pela cultura engendrada nesse ambiente letrado. O próprio gazeteiro presidiu academias literárias, se relacionou com nobres e teve a erudição reconhecida pelos pares.

Quais as implicações ao olharmos a trajetória de Monterroio pela chave do êxito/fracasso? É possível, através das fontes coligidas, ressignificar os sentidos da consagração e sua contraface na trajetória do personagem em tela? Aqui, consideramos o êxito e o fracasso como etiquetas que podem caracterizar as vidas de figuras do passado, podendo limitar a compreensão do processo histórico. Assim, “el fracaso es no solo un posible objeto de reversibilidad, sino que puede considerarse relativo dependiendo del contexto en que se examine” (Alvariño *et al*, 2023, p. 8).

As fontes que levantamos neste trabalho aludem a aspectos da subjetividade do autor em tela, permitindo entrever como ele tecia essa escrita de si aos pares. A carta enviada ao 4º conde da Ericeira, bem como a correspondência com outro letrado, de menor prestígio, aludem a tentativas de

construir para si a imagem de um homem de letras que merecia o reconhecimento por parte dos pares eruditos.

Uma trajetória singular na República das Letras

Entre algumas apropriações da vida e obra de Monterroio, o padre Diogo Barbosa Machado⁵ alude a uma possível origem nobre de José Freire de Monterroio Mascarenhas na *Bibliotheca Lusitana* (1747). Obra apresentada como biblioteca ideal ao rei d. João V, ela inclui a pena do gazeteiro entre os “Oráculos da Republica litteraria”. Também o padre e acadêmico António Caetano de Sousa, na *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, considera José Freire um dos grande genealógicos de seu tempo.

Ambos os autores trazem um olhar aristocrático para a produção, impressa e manuscrita, do redator da *Gazeta*. Ele próprio partilhava desse *ethos* nobiliárquico⁶, apesar de não se inserir na nobreza de sangue tradicional. No que tange à nossa pesquisa, vimos que Monterroio pertencera a um ramo ilegítimo dos Mascarenhas. Seu pai, Manuel Álvaro Freire Mascarenhas, se casara com d. Úrsula Maria de Monterroio e era filho bastardo de D. Nuno Mascarenhas com d. Manuela Freire Mascarenhas. Já o personagem em tela teve como esposa d. Inês Vitória de Souza, filha de António Machado de Souza, fidalgo da casa real (Gayo, 1839).

Podemos nos perguntar o quanto essa mancha teria dificultado a entrada do gazeteiro na ARHP. Não obstante, a trajetória do escritor é carregada de elementos que remetem a uma cultura letrada de elite. Quem nos conta é o próprio abade de Sever, que destaca o périplo de Monterroio pela Europa, o estudo das mais variadas línguas, além das histórias secular e eclesiástica do continente. O *grand tour* europeu compunha a educação de um nobre *savant*, que tecia redes de contato com outros intelectuais – notadamente diplomatas – durante essas viagens de instrução (Furtado, 2012).

⁵ Um dos cinquenta primeiros sócios da Academia Real da História Portuguesa.

⁶ Segundo Martín Marcos e Monteiro (2017), tratava-se de uma cultura pautada pelo apreço às armas e às letras, com nobres se empenhando em divulgar os feitos em batalhas.

O *tour* de José Freire teria durado entre 1693 e 1703, portanto antes de ele se tornar redator da gazeta lisboeta. Chama atenção que, nesse período, há um opúsculo atribuído ao escritor que trata da missão diplomática do marquês de Arronches na corte de Viena. O príncipe Carlos José de Ligne fora nomeado, em 1695, embaixador extraordinário de Portugal para a cidade austríaca. E o teor da obra induz Belo (2005) a sugerir que o futuro gazeteiro teria atuado como secretário dessa embaixada.

O mesmo historiador também supõe que Monterroio atuara como secretário do comandante dos regimentos de cavalaria ingleses durante a Guerra da Sucessão Espanhola, o conde de Galway. Ainda não podemos confirmar tais hipóteses, mas elas são pistas de uma sociabilidade letrada cultivada por José Freire. Relações como essas teriam sido determinantes para que o escritor se tornasse redator do único periódico impresso permitido por d. João V, em 1715? Passados quase quarenta anos da criação da *Gazeta de Lisboa*, seu privilégio de impressão é repassado justamente ao nosso personagem, com elogios do rei d. José ao seu ofício:

[...] havendo quase trinta e sete anos, que a [Gazeta] continua a compor com boa aceitação de Nacionais, e Estrangeiros; tirando as notícias de que as forma, das que manda vir de França, Inglaterra, Holanda, Itália, e outros países, recopilando delas as mais importantes com um método não só histórico, mas Cronológico e Geográfico; no que excedem as dos outros Países, que não observam tão boa ordem (*apud* Belo, *Concessão de privilégio de impressão da Gazeta de Lisboa a José Freire de Monterroio Mascarenhas em 1752*, s./p.).

Ao que parece, o gazeteiro nutria certa fama pelas gazetas que escrevia e eram lidas, até mesmo no Oriente, conforme correspondência escrita pelo então vice-rei da Índia, marquês de Castelo Novo, e reproduzida no terceiro volume da *Epanaphora Indica* (1748)⁷. Filipe do Carmo Francisco (2010) mostra que Monterroio era um dos principais centros da rede de informações que se estendia do reino português a Goa. Durante boa parte do

⁷ Obra atribuída a Monterroio que narra, em seis volumes, os sucessos políticos e militares do governo do marquês de Castelo Novo/Alorna na Índia portuguesa (1744-1750).

Setecentos, o gazeteiro fora o autor exclusivo de notícias dos vice-reinados na Índia⁸.

As epanáforas são prenes de indícios que remetem a certo reconhecimento social de seu autor. Ainda no volume III há um soneto de Gaspar Leitão da Fonseca – egresso da Universidade de Coimbra e membro da ARHP – que louva a obra de Monterroio como o monte mais sublime que registra as ações do herói vice-rei. Outro acadêmico que elogia o escritor é Lourenço Botelho Sotomaior, na licença emitida ao opúsculo *Trasladaçam solenne das gloriosas Rainhas Santa Teresa, & Santa Sancha*. Nela, José Freire é agraciado por tratar do acontecimento com elegância e atenção.

O possível prestígio do escritor em tela também passa pela presença nas chamadas academias literárias. José Freire presidiu a Academia dos Anônimos, fora “Secretario, Censor, e Mestre da Ortografia Portuguesa em a dos Aplicados” (Machado, 1747, p. 853), além de ter participado da Academia dos Generosos, em casa de d. Luís da Cunha. Certamente, essas academias particulares gozavam de menos prestígio que a ARHP. Mas sua relevância para a cultura escrita portuguesa não deixou de ser reconhecida por alguns intelectuais posteriores.

O poeta e ensaísta Teófilo Braga, que se tornaria presidente de Portugal em 1915, via na “Academia dos Anonymos, de José Freire Monterroyo” (1881, p. 138), o fracasso ao tentar combater a decadência literária da época, caindo “na glorificação banal de D. João V” (1881, p. 138). Também A. J. Damasceno Nunes situa essas instituições entre períodos de decadência e regeneração, freando os ímpetos do “brado revolucionario de 1640” (1884, p. 74).

Aqui, notamos a chave do êxito/fracasso condicionando a leitura de autores posteriores a Monterroio sobre o ambiente letrado pelo qual o gazeteiro transitou.

⁸ Durante os governos de Vasco Fernandes Cesar de Menezes (1712-1717) e do 1º marquês de Louriçal (1741-1742), quando publicou, em quatro partes, a *Relaçam dos progressos das armas portuguezas no Estado da India...* (1715-1716) e a *Noticia da viagem que fez segunda vez ao estado da India o illustrissimo Senhor Marquez do Louriçal...* (1742).

A República das Letras configura um movimento que Diogo Ramada Curto considera como a consagração de um cânone de autores português, no que o reconhecimento social através das academias emergia como tentativa de controle social: Esta última instituição de patrocínio régio [a Academia Real da História], com largas implicações na difusão de um modelo de sociabilidade acadêmica em várias terras, suscitou ensaios de elaboração de listagens de escritores e bibliografias nacionais por parte [...] de Diogo de Barbosa Machado (Curto, 2007, p. 339).

Apesar da rejeição entre os quadros da Academia Real, a presença de José Freire por esse espaço não deixou de ser registrada. As coleções de estatutos da ARHP mencionam o gazeteiro em três ocasiões: a primeira na conferência de 13 de maio de 1721, quando Monterroio teria comunicado notícias do reinado de d. João III a José Contador de Argote; depois, José do Couto Pestana e o próprio conde da Ericeira agradecem o escritor por auxiliá-los, respectivamente, nas escritas da memória de d. Dinis e na história eclesiástica de Évora.

O afã colecionista também foi um aspecto relevante na vida do personagem em tela. Um dos catálogos da chamada “coleção pombalina”, hoje depositada na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), lista documentos que teriam pertencido à livraria particular de Monterroio⁹. Entre eles, papéis diplomáticos; correspondências de governadores e ministros do império português; petições e representações ao rei; certidões de bons serviços; relatos de desastres naturais; tratados de paz etc. Tal prática reforça a afinidade do gazeteiro com hábitos eruditos que simbolizavam a elitização das letras em Portugal.

⁹ Digitalizado no acervo da BNP, o catálogo foi elaborado por José António Muniz após a aquisição da antiga livraria do marquês de Pombal, em 1887.

Escritor de múltiplos aspectos

Criada para a escrita das histórias secular e eclesiástica do império português, a ARHP mesclava o rigor da crítica documental com certo providencialismo. Entre concordâncias e divergências, seus acadêmicos defendiam uma história de heróis, destinada a louvar os feitos de portugueses. Eles encaravam o passado como um edifício que formava o sistema da história de Portugal, no que a geografia e a cronologia seriam os dois olhos de uma história tendente a se repetir (Cunha, 2001)¹⁰.

Como aponta Norberto da Cunha (2001), a valorização de documentos que comprovassem a verossimilhança de acontecimentos passados implicava um apreço dos acadêmicos pelas genealogias. Além do ofício com a *Gazeta* e impressos avulsos, José Freire foi um profícuo escritor de genealogias. Mediante levantamento realizado por diferentes acervos de bibliotecas do Brasil, Portugal, Estados Unidos e Europa, notamos inúmeros títulos de trabalhos genealógicos manuscritos atribuídos ao gazeteiro.

Entre eles, nobiliários de famílias diversas, constantes junto a outros autores como o já referido António Caetano de Sousa, Tomás Caetano de Bem, o acadêmico real Andrade Leitão, o 4º conde da Ericeira, entre outros. Esses trabalhos denotam uma autoria coletiva, não raro trazendo por extenso o nome de Monterroio (não sabemos se teria sido um acréscimo posterior à elaboração dos documentos). A atividade genealógica e heráldica é referida pelo escritor em tela na carta ao conde da Ericeira, em que são mencionados alguns nomes de famílias de prestígio do reino português.

A forma como o gazeteiro assinava seus trabalhos é tratada por André Belo (2005) como indício do menor prestígio dos impressos. Por meio da correspondência trocada com Rodrigo Xavier de Faria, percebemos que Monterroio nutria certo desprezo pela “gente da impressão”. Mas não sa-

¹⁰ Como aponta Belo (2001), a cronologia e a geografia pautavam a escrita da *Gazeta de Lisboa*, com suas notícias divididas em capítulos que se referiam a diferentes localidades. Também notamos em alguns papéis avulsos atribuídos a Monterroio uma evocação de episódios do passado português.

bemos se se tratava do desprezo pela forma impressa, ou uma referência às constantes intromissões dos impressores na *Gazeta*, das quais se queixava constantemente. O decreto que lhe concede o privilégio de impressão do periódico menciona tais interferências:

e que [Monterroio] desejava continuar este serviço à Pátria, sem que o impressor que actualmente as imprimia, se introduzisse nelas, como costumava, com algumas notícias, e com advertências indecentes, principalmente havendo-se-lhe acabado o privilégio de imprimir na sua Officina (apud BELO, *Concessão de privilégio de impressão da Gazeta de Lisboa a José Freire de Monterroio Mascarenhas em 1752*, s./p.).

Considerar o prestígio – ou insucesso – do gazeteiro passa pelo entendimento de que nosso personagem transitou por entre diferentes “suportes de papel”, por assim dizer. E a própria materialidade dos manuscritos e impressos, como aponta Luís Filipe Silvério Lima (2022), pode indicar diferentes concepções de autoria para a Época Moderna. Evocando uma discussão que remonta à virada linguística¹¹, o historiador levanta múltiplos lugares de autoria para pensar a cultura escrita no período. O conceito é complexo e os autores devem ser buscados além da simples identificação dos nomes em folhas de rosto.

Entre cópias, apócrifos e falsificações, um texto poderia ser atribuído a alguém por ser próprio ao estilo do autor, no caso dos sermões de António Vieira, por exemplo. Outro lugar possível é o de tradutor, e o próprio Monterroio traduziu dezenas de manifestos, tratados diplomáticos, além de papéis avulsos sobre monstros e prodígios. Havia, no Portugal setecentista, divergências acerca do ofício de tradutor. O próprio Raphael Bluteau, referência para o vocabulário da época, se insere nesse debate em defesa da tradução:

¹¹ Notadamente o debate travado entre Roland Barthes (2012) e Michel Foucault (2001) sobre a “morte do autor”. Esse tema foi retomado por Chartier (2014), quando apresentou a importância da materialidade e formas de produção dos textos para se entender concepções de autoria.

Não tem razão os que desprezão o trabalho de hum bom traductor. Parece esteril a penna, que na exposição de obras alheyas se ocupa; mas não deixa de ser fecunda, porque com ella o engenho do Traductor dá muito o seu na combinação de hu'a lingoa com outra (1721, p. 234).

Entre a ambiguidade dessas posições, sobressaía a pouca valorização da atividade, acompanhada de sua crescente profissionalização (Pinilla *et al.* 2009; Chartier, 2019). José Freire raramente assinava suas traduções, enquanto os demais impressos avulsos traziam apenas suas iniciais. Contudo, em alguns poucos papéis ele escreveu dedicatórias identificando o nome por extenso. Caso, por exemplo, de *Oran conquistado, ou relação historica*, em que se dá notícia desta Praça (1732), em que pede a proteção do marquês de Capcelatro, embaixador da Espanha na corte portuguesa:

Para que o vulgo dissimule as faltas que lhe considero, busco a protecção de V. Excellencia, que como Ministro de hum zelo reconhecido em tantos annos de Enviaturas, e Embayxadas não pôde deixar de intereçarse em que saya ao prelo uma ação tão magnanima (1732, s/p.).

A dedicatória também denota uma preocupação com a recepção do texto, com a qual ele buscava a validação de um personagem de elevado estatuto social. Elementos paratextuais como esse ajudam a identificar certos lugares de autoria. Pensando no prestígio que nosso gazeteiro almejava, que relações podemos estabelecer entre o “autor” de papéis avulsos e o reconhecido genealógico? O que explica o incidente anonimato dos impressos? Seria um desprezo aristocrático pela prensa, tão comum na época de Monterroio? Apesar de complementares, a informação manuscrita tendia a ser mais prestigiada que a impressa, dado que sua circulação era mais restrita e nela se podia dizer mais, sem ser submetida ao controle da censura (Belo, 2004a; 2004b).

Considerações finais

Conforme vimos pela correspondência dirigida ao conde da Ericeira, bem como na vasta produção de Monterroio, referenciada por personagens de notoriedade como Barbosa Machado e António Caetano de Sousa, esse escritor seria fortemente marcado pela publicação de impressos, fossem as edições da Gazeta ou centenas de opúsculos atribuídos a si. Podemos imaginar a atividade impressa como limitadora de sua ascensão social, numa época em que manuscritos eram mais prestigiados. Mas não só isso. José Freire não era nobre, descendia de um pai bastardo, fator que merece ser investigado posteriormente como possível entrave ao seu ingresso na Academia Real da História Portuguesa.

O que o episódio de 1720 nos diz sobre o insucesso do gazeteiro? Se virarmos a chave do fracasso, veremos outros elementos que indicam certo reconhecimento social da figura desse autor, registrado em cartas, sonetos e licenças emitidas por acadêmicos do mais elevado estatuto. Não ter integrado os quadros da ARHP não significa que Monterroio estivesse à margem desse universo. Pelo contrário, ele constituiu um dos centros das amplas redes de informação que possuíam fortes laços com as academias literárias, algumas das quais ele mesmo chegou a presidir. Ao que parece, nosso gazeteiro circulou com certa notoriedade por alguns espaços da República das Letras, mas não deixa de ser tentador pensar que diferença teria feito em sua trajetória a possibilidade de se tornar um acadêmico real.

Olhar para a trajetória do escritor tensionando os sentidos do êxito e do fracasso para a Época Moderna permite entender dinâmicas sociais mais amplas, que dizem respeito às sociabilidades letradas tecidas no âmbito da República das Letras. Cabe investigar como Monterroio reagiu à decisão da ARPH. Na carta ao conde da Ericeira, ele classifica o episódio de injúria, mas qual teria sido o peso dessa mácula na vida do gazeteiro? O que outros momentos da carreira dele, como o privilégio de impressão da Gazeta ou os elogios tecidos por nobres, significavam para um letrado em busca de reconhecimento social?

Ao se determinar a consagração ou fracasso do personagem em tela, devemos antes considerá-lo como autor de múltiplos aspectos, ressignificando os possíveis lugares de autoria que teria assumido em diferentes suportes. Havia, certamente, uma tensão entre o ideal nobiliárquico e as belas-letas como emprego, que deve ser levada em conta. José Freire vivia da renda dos impressos, ao mesmo tempo em que buscava os benefícios de uma relação de patronato. Contudo, somente a perspectiva do anonimato de suas obras impressas não é suficiente para definir um desprezo pelo produto das tipografias.

Monterroio dedicou obras a figuras de prestígio no Antigo Regime português, teve a erudição reconhecida por nobres e participou ativamente da sociabilidade característica de um letrado português. Olhar para a trajetória do gazeteiro além da chave da ascensão e do fracasso permite elucidar inúmeros aspectos dessa cultura letrada, determinante na consolidação de um novo campo literário em Portugal. Além disso, vislumbramos como as etiquetas do êxito e do fracasso podem condicionar outras leituras sobre o autor inserido no processo histórico em que foi parte integrante.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

Academia Real da História Portuguesa (ARHP)

ARHP, *Colecção dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza...* Lisboa Occidental: na Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736, 17 vs.

Bibliotheca Nacional de Lisboa (BNP)

BNP, *Inventario dos manuscritos – secção XIII*). Collecção Pombalina. Lisboa, 1889.

BNP, Bluteau, R. (1721). *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Officina de Pascoal da Sylva, v. 8.

BNP, *Epanaphoras indicas, ou noticia da viagem do Illustrissimo, e Excellentissimo Marquez de Castelo Nov...* / por Jozé Freire de Monterroyo Mascarenhas [sic]. 1746-1752.

BNP, Machado, D. (1747). *Bibliotheca lusitana Historica, Critica, e Chronologica. Na qual se comprehende a noticia dos authores Portugueses, e das Obras, que compuseraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente.* Ignacio Rodrigues, t. II.

BNP, Sousa, A. (1735). *Historia genealogica da Casa Real Portugueza: desde a sua origem até o presente, com as Familias illustres, que procedem dos Reys, e dos Serenissimos Duques de Bragança : justificada com instrumentos, e escritores de inviolavel fé: e offerecida a El Rey D. João V...* Joseph Antonio da Sylva.

BNP, *Trasladaçam solenne das gloriosas Rainhas Santa Teresa, & Santa Sancha, Infantes de Portugal, beatif...* / por Joseph Freyre de Monterroyo Mascarenhas. 1720.

Braga, T. (1881). *Theoria da historia da litteratura portugueza.* Imprensa portuguesa.

Damasceno Nunes, A. J. (1884). *Traços geraes da historia da litteratura portuguesa.* Lallemand Frères, Typ. Lisboa.

Gazeta de Lisboa, 1715-1752. <https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/GazetadeLisboa/GazetadeLisboa.htm>.

Mascarenhas, J. (1732). *Oran conquistado, ou relaçam historica em que se dà noticia desta praça, da sua conquista, e da sua perda, e restauraçã ...* Por J(oze) F(reire de) M(onterroyo) M(ascarenhas). .

Ribeiro, J. (1871). *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia.* Academia Real das Sciencias, t. I.

Estudos

Alvariño, A. et al. (2023). “Introducción”. In Alvariño, Antonio Álvarez-Ossorio et al., *Vidas fallidas: aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad.* EUDEM. ISBN 978-987-8997-17-9.

- Barthes, R. (2012). "A morte do autor". In Barthes, R., *O rumor da língua*. Martins Fontes, pp. 57-75. ISBN 978-85-7827-498-6.
- Belo, A. (2001). *As gazetas e os livros. A Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 972-671-074-X.
- Belo, A. (2004). Between History and Periodicity: Printed and Hand-Written News in 18th-Century Portugal. *e.Journal of Portuguese History*, 2:2. <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01319119/>. ISSN 1645-6432.
- Belo, A. (2004). Notícias impressas e manuscritas em Portugal no século XVIII: horizontes de leitura da Gazeta de Lisboa. *Horizontes Antropológicos*, 22, pp. 15-35. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000200002&script=sci_abstract&tlng=es.
- Belo, A. (2005). *Nouvelles d'Ancien Régime. La Gazeta de Lisboa et l'information manuscrite au Portugal (1715-1760)*. École Des Hautes Études em Sciences Sociales, pp. 191-201.
- Chartier, R. (2014). *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. EdUFSCar. ISBN 978-85-7600-285-7.
- Cunha, N. (2001). *Elites e académicos na cultura portuguesa setecentista*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. ISBN 978-97-2271-046-6.
- Curto, D. (2007). *Cultura escrita séculos XV a XVIII*. Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 978-97-2671-193-3.
- Duarte, L. (2011). *O Correr da Pena nas Gazetas Manuscritas: a identidade das formas (1735-1738)*. Dissertação de Mestrado apresentada á Universidade de Évora.
- Foucault, M. (2001). O que é um autor?. In Foucault, M., *Ditos e escritos: Estética - literatura e pintura, música e cinema*. Forense Universitária, pp. 264-298. ISBN 978-85-3095-022-4.
- Furtado, J. F. (2012). *Oráculos da geografia iluminista: dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourquignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Editora UFMG. ISBN 978-85-7041-936-1.
- Gayo, F. (1939). *Nobiliário de famílias de Portugal*. Oficinas Gráficas da <Pax>, t. 17.

Lima, L. (2022). A questão da autoria. In Monteiro, R. B. (org.), *Modernos em curso. Escritos e imagens do tempo*. Eduff, pp. 95-156. ISBN 978-65-5831-122-5.

Martín Marcos, D. & Monteiro, R. (2017). “Penachos de ideias. A Guerra de Sucessão da Espanha e a formação de Pedro Miguel de Almeida Portugal, 3º conde de Assumar. *Varia Historia*, 33:61, pp. 253-284. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752017000100253&script=sci_arttext. ISSN 1982-4343.

Pinilla, J. & Sánchez, M. (1998). *O discurso sobre a tradução em Portugal. O proveito, o ensino e a crítica. Antologia (ca. 1429-1818)*. Edições Colibri.

**D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o declínio do Império
Português: os sucessos e fracassos dos modelos sardos
para as reformas na América**

Matheus Fernandes Albuquerque*

Resumo

No século XVIII, o problema do declínio do Império Português era um tópico comum para os portugueses. D. Rodrigo de Sousa Coutinho formulou propostas reformistas para superar esse problema, colecionando sucessos e fracasso pessoais correlatos ao estado do Império. Portanto, o objetivo deste trabalho é examinar os modelos sardos que serviram de base para os seus prognósticos políticos e financeiros formulados, no final do século XVIII, sobre o futuro do Império Português.

Palavras-chave: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Império Português, Reino da Sardenha-Piemonte, Administração, Finanças.

Abstract

In the 18th century, the problem of the decline of the Portuguese Empire was a common topic for the Portuguese. D. Rodrigo de Sousa Coutinho formulated reformist proposals to overcome this problem, collecting personal successes and failures that correlated with the state of the Empire. Therefore, the objective of this work is to examine the Sardinian models that served as the basis for his political and financial prognoses formulated, at the end of the 18th century, about the future of the Portuguese Empire.

Keywords: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Portuguese Empire, Kingdom of Sardinia-Piedmont, Administration, Finances.

* Mestrando em História na Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Professor Doutor Guilherme Pereira das Neves.

Introdução

A proposta desta comunicação surgiu em uma quarta-feira à tarde, na Biblioteca Central do Gragoatá, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Nela, pude encontrar um pequeno livro em tamanho, mas grandioso em ideias. O autor dispensa apresentações, é Sérgio Buarque de Holanda. O livro, intitulado *A Contribuição Italiana Para a Formação do Brasil*, de 2002, conta com uma tradução em português do artigo homônimo, publicado pela primeira vez em 1954, na revista italiana *Ausonia*. Não resta dúvida que esse artigo lançava uma interessante agenda de pesquisa para a historiografia brasileira e portuguesa sobre a repercussão da recepção das culturas italianas e dos próprios italianos na conformação da história do Império Português. Portanto, este trabalho pretende examinar, brevemente, alguns dos modelos sardos que serviram de base para os sucessos e fracassos dos prognósticos políticos e financeiros formulados, no final do século XVIII, por Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o futuro do Império Português.

Rodrigo de Sousa Coutinho nasceu em Chaves, em 1755, no Norte de Portugal, em uma família fidalga com um longo histórico de prestação de serviços à Coroa portuguesa (Pombo, 2015). Estudou no Colégio Real dos Nobres e na Universidade de Coimbra reformada, até interromper os seus estudos em 1776, devido às dificuldades financeiras que a sua Casa enfrentava (Silva, 2010). Contudo, D. Rodrigo realizou o sonho de seu pai, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1726-1780), e iniciou na carreira diplomática ao ser nomeado, em 13 de setembro de 1778, aos 24 anos, para Envio Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Turim, no Reino da Sardenha-Piemonte. Lá permaneceu de 1779 até 1796, durante dezessete anos, enviando ofícios com reflexões políticas, econômicas e financeiras para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, localizada em terras portuguesas. O fio condutor dos documentos diplomáticos era a aplicabilidade, em Portugal, de propostas variadas de reformas ilustradas implementadas no Reino sardo que obtiveram resultados positivos; ao mes-

mo tempo, os ofícios também continham posicionamentos críticos sobre os fracassos de algumas políticas sardas. Ao retornar para Portugal, assumiu o cargo de secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 1796 a 1801, caracterizando-se como o principal expoente do reformismo ilustrado português. De 1801 a 1803, atuou como presidente do Real Erário, prosseguindo com as suas políticas reformistas. Após essas funções, só voltaria a assumir uma secretaria de Estado com a chegada da Corte portuguesa na América, em 1808. Neste contexto, assumiu o cargo de secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e nele permaneceu até morrer, em 1812.

Para demonstrar a recepção de proposições políticas e financeiras advindas do Reino da Sardenha-Piemonte, por parte de D. Rodrigo, foram selecionados dois documentos de sua autoria. O primeiro deles, a “Relação política da Casa de Sabóia”¹, foi redigido no exercício da sua função diplomática na Corte de Turim, em 1791. O segundo, “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”², escrito alguns anos depois, em 1797, provém do exercício da função de secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos. Com base nesses documentos, produzidos em espacialidades distintas, é possível identificar o papel que as leituras de economia política, somadas à observação empírica dos resultados das políticas financeiras, implementadas pelas reformas ilustradas piemontesas ao longo do século XVIII, tiveram na formulação das propostas políticas e financeiras de D. Rodrigo destinadas à Portugal e à América.

Ademais, vale destacar a composição teórica-metodológica escolhida para abordar as fontes documentais utilizadas neste artigo. Reinhart Koselleck (Koselleck, 2009) e Quentin Skinner (Skinner, 2001), por exemplo, servem

¹ Essa é uma cópia do original, “Relação histórica, política, econômica, acerca da Real Casa de Saboia, desde 1014”, transcrita pela historiadora Andréa Mansuy Diniz-Silva. Ver em: Coutinho, Rodrigo de Sousa. “Relação política da Casa de Sabóia [excertos]”. In Silva, Andréa Mansuy-Diniz (org.). Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993a, t. 1.

² Essa é uma cópia do original, transcrita pela historiadora Andréa Mansuy Diniz-Silva. Ver em: Coutinho, Rodrigo de Sousa. “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797)”. In Silva, Andréa Mansuy-Diniz (org.). Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811). Lisboa: Banco de Portugal, 1993b, t. 2.

de base para a investigação do contexto estudado e das linguagens e conceitos utilizados no período. Ao mesmo tempo, para tratar da questão biográfica, Pierre Bourdieu (Bourdieu, 1996) traz contribuições para enxergar a figura política de D. Rodrigo associada aos contextos históricos vivenciados por ele, no qual as propostas reformistas formuladas ao longo da sua trajetória política não possuem um encadeamento simplificado e teleológico.

Os anos finais do século XVIII marcaram a história do Império Português com crises políticas e financeiras (Silva, 2010), na qual a urgência de soluções impulsionou uma série de propostas reformistas fundamentadas na mentalidade pragmática encetada por uma série de atores, vinculados ou não à administração portuguesa, no Reino e nas colônias, sobretudo no Brasil (Dias, 2005; Domingues, 2001). Nesse âmbito, D. Rodrigo figurava como o principal expoente daquele grupo de pensadores preocupados com o engrandecimento do Império Português, denominado por Kenneth Maxwell como a geração de 1790 (Maxwell, 1999). Ademais, inspirado pela dinâmica de R. G. Collingwood (Collingwood, 1939), em que os atores de um determinado contexto histórico buscam a resposta para uma pergunta colocada por ele, pode-se afirmar que uma característica compartilhada pela geração de 1790 é a busca de uma resposta para uma pergunta latente para os políticos do Império português desde o fim da União Ibérica (1580-1640): como fazer para que Portugal retome a sua posição entre as grandes potências da Europa? Assim sendo, é possível afirmar que, muitas dessas respostas encontram-se na extensa produção literária do final do século XVIII, com memórias variadas sendo escritas sobre os caminhos para reformar os aspectos cadaverosos³ do Reino e da colônia portuguesa na América (Novais, 1984). Portanto, os prognósticos políticos e financeiros de D. Rodrigo integram esse esforço coletivo que possuía como finalidade impedir o declínio político e econômico do Império Português. Assim sendo, inspirando-se nos sucessos e fracassos oferecidos pelos modelos políticos e fiscais do Reino

³ Referência ao manuscrito *Dificuldades que tem um reino velho para emendar-se* (c. 1777), de Antônio Ribeiro Sanches, onde a expressão “cadaveroso Reino” é utilizada para se referir à Portugal.

da Sardenha-Piemonte, o secretário da Marinha intentava obter sucesso ao implementá-los para a América, em meio à resistência política da Corte portuguesa que não recebia bem todas as suas propostas.

É evidente que a questão do atraso português permeia o universo literário de Portugal desde Duarte Ribeiro de Macedo, no século XVII, durante a Restauração, e percorre o século XVIII, sendo revivida pelos ilustrados com mais força no final dessa centúria (Novais, 1984). O fenômeno da decadência, que pode ser lido por meio do conceito de declínio, na medida em que caracteriza uma sociedade ou um sistema político que progressivamente perde a sua importância, força e intensidade (Arroyo, 2020), torna-se motivo de investigação em Portugal para percorrer as causas desse atraso em relação ao restante da Europa. Muitas foram as abordagens para tentar explicar esse problema, sendo a de Luís Antônio Verney (1713-1792) e Antônio Ribeiro Sanches (1699-1783), muito expressivas por tratarem a decadência portuguesa como um problema cultural, precisamente localizado na deficiência da educação, cuja necessidade de modernizá-la era urgente. Tratando-se das questões políticas, D. Luís da Cunha (1662-1749) e Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, caracterizam-se pelo alcance, respectivamente, de suas propostas e reformas para modernizar o Reino e a colônia portuguesa da América – incluindo esta no cálculo político e econômico para revitalizar as finanças do Império. Ademais, o impulso reformista voltaria com força com o exercício de D. Rodrigo na secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos no final do século XVIII. Após o longo período em que atuou como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Corte de Turim, no Reino da Sardenha-Piemonte, o secretário preocupar-se-ia em implementar na América portuguesa reformas fiscais inspiradas no modelo sardo de tributação e administração financeira. Dessa forma, o objetivo de D. Rodrigo e de outros ilustrados era impedir o declínio do Império Português, lido cada vez mais como um Império decadente, mas que ainda reunia as condições, principalmente na sua colônia americana, para retomar um lugar de destaque entre as potências europeias.

Os prognósticos políticos e financeiros de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, inspirados nas reformas sardas e com a finalidade de parar o declínio do Império Português, correlacionam-se com os seus sucessos e fracassos pessoais. Considerando que as categorias analíticas de “sucesso” e “fracasso”, para a Época Moderna, não são um par antagonico cuja a existência da primeira exclui a existência da segunda, é preciso considerá-las como elementos interpostos com um modo e ritmo próprio na trajetória de cada sujeito (Alvariño *et al.*, 2023). Nesse caso, os sucessos marcam a trajetória política de D. Rodrigo quando a sua capacidade de adaptar e implementar as reformas sardas para a realidade da América portuguesa torna-se o foco da análise; os fracassos, por sua vez, estão presentes quando o foco da análise é sua capacidade de observação crítica sobre aquilo que também não funcionou no Reino da Sardenha-Piemonte, bem como na impossibilidade de aplicar algumas reformas desejadas para a América, e a limitação da sua atuação por parte da resistência política que enfrentou nesta colônia e em Portugal. Dessa forma, a dialética entre “sucesso” e “fracasso” está presente na trajetória deste diplomata e estadista, desmitificando a ideia de que personagens com esse status político não colecionam fracassos, apenas sucessos (Alvariño *et al.*, 2023).

Sucessos e insucessos dos modelos fiscais do Reino da Sardenha-Piemonte

O Reino da Sardenha-Piemonte passou por uma transformação política no Século XVIII, constituindo-se em um importante Estado fiscal-militar, cujo seu funcionamento pode ser explicado pela seguinte dinâmica: a expansão militar alicerçava a expansão financeira, baseada na relação entre guerra, administração e finanças (Storrs, 2011). A construção do Estado com base nessa dinâmica teve início com Vítor-Amadeu II (1666-1732) e se estendeu durante o reinado de seu filho, Carlos Emanuel III (1730-1773). Ambos atuaram ativamente para a construção dessa máquina militar. Progressivamen-

te, as questões militares regionais e internacionais do Estado tornaram-se extremamente lucrativas para ele. As participações nos principais conflitos europeus que ocorreram entre 1690 e 1748 renderam auxílio financeiro de outras potências militares e a aquisição de novos territórios. Essa rápida e extrema ascensão das finanças provocou uma série de reformas na administração fiscal do Reino, realizadas em 1717 e 1730, para reformar o Conselho de Finanças e os seus departamentos de arrecadação financeira e de controle de despesas (Storrs, 2011). Dessa forma, esse legado de administração financeira impressionou D. Rodrigo e moldou o seu “espaço de experiência”, responsável por abrir um novo “horizonte de expectativas” acerca do Império Português.

Por ocasião da nomeação para o serviço diplomático na Corte de Viena, em 1790, D. Rodrigo redigiu, por vontade própria, em 1791, um extenso documento intitulado “Relação Política da Casa de Sabóia” (Silva, 1993). Nele, eram descritas as características políticas, econômicas e culturais do Reino da Sardenha-Piemonte, com a finalidade de demonstrar os sucessos e os fracassos das políticas administrativas e financeiras daquele Estado, úteis como exemplos para Portugal. Apesar dessa mudança de localidade diplomática não ter sido concretizada, o documento foi enviado para Portugal. Diante disso, importa para este trabalho apenas alguns impostos e tributos sardos descritos por D. Rodrigo no capítulo 6 da “Relação”, nomeado de “Impostos, tributos. Administração da Real Fazenda”. Neste capítulo, o autor aborda impostos e tributos submetidos às distintas seções administrativas, as Finanze e as Gabelle. Portanto, os impostos analisados foram os Tributi e o Tabelione, de responsabilidade do primeiro ramo, e a Dogana, pertencente ao segundo ramo.

Cabe tratar, agora, sobre os impostos pertencentes às Finanze. D. Rodrigo descreve e analisa as vantagens dos Tributi, uma taxa proporcional dos bens dos proprietários que assegurava a regularidade do valor do imposto, sem mudanças surpreendentes na cobrança. O funcionamento desse imposto territorial, nas suas palavras, “distribui-se em todo o país propor-

cionalmente ao valor das terras, [...] e sendo em tempo de paz sempre o mesmo, a sua distribuição sobre o cadastro se faz pelas Comunidades com suma facilidade” (Coutinho, 1993b, p. 296). Observa-se, então, que a finalidade do cadastro das terras em Comunidades era obter um controle maior sobre elas, bem como a natureza e as possibilidades de cobrança. Sendo assim, os princípios do imposto e a sua estrutura de arrecadação levaram o diplomata português a admirar “o maior valor que os bens adquiriram no Piemonte depois do cadastro, e a diminuição da moeda ou libra numerária em que se fixou o imposto, produziu que nas províncias de Piemonte o tributo territorial é muito suave” (Coutinho, 1993b, p. 296).

No caso do *Tabelione*, ainda nas palavras do diplomata, ele “é o direito que pagam todos os actos e contratos, quando se escrevem nos registros públicos [...] e que é uma segurança muito cómoda para todos os que contratam” (Coutinho, 1993b, p. 296). Como é possível observar, esse imposto era controlado pelos registros públicos, responsáveis por regular os contratos de exclusividade de comércio ou de cobrança de impostos. Nas críticas de D. Rodrigo, essa organização administrativa beneficiava apenas os contratadores, sendo necessário permitir a livre comercialização de produtos ou instituir uma cobrança direta de impostos feita pela administração pública. O arrendamento dos contratos não era vantajoso para as finanças do Reino, já que a sua arrecadação “é muito ligeira”, e “sem dano dos indivíduos poderia ser muito mais forte e produtiva para o soberano” (Coutinho, 1993b, p. 296). Com os contratos à custo baixo, os contratadores beneficiavam-se, já que o retorno financeiro com a arrecadação dos impostos era, por vezes, muito maior que o valor pago para o arrendamento do contrato de exclusividade de cobrança. Destarte, os contratos e os contratadores também eram um problema português e dos seus domínios coloniais na América, combatidos veementemente nos escritos e, futuramente, nas ações políticas de D. Rodrigo.

Tratando-se da Dogana, ela era destinada às alfândegas e de responsabilidade das Gabelle. Para o diplomata português, esse imposto era responsável por elevar a carga tributária dos produtos que circulavam inter-

namente no Reino da Sardenha-Piemonte e das suas importações e exportações. Sobre a Dogana, D. Rodrigo (1993b, p. 298) é assertivo ao dizer:

“é o produto dos direitos das alfândegas, que infelizmente não existem só nas fronteiras do Estado, dos direitos de trânsito e dos péages [pedágios] que assaz vexam, e incomodam a intensa circulação de todos os produtos do Estado”.

Nesse caso, a sua insatisfação é latente com a ineficiência dos impostos alfandegários que geravam entraves nas circulações de mercadoria e elevavam os seus custos de produção e de aquisição. Portanto, D. Rodrigo apresentava uma preocupação com a eficiência da fiscalidade, e uma posição favorável à promoção de uma arrecadação de fundos baseada na racionalidade da economia política do final do século XVIII, que preconizava a diminuição dos impostos e do valor das taxas, além da isenção fiscal sobre a produção e a circulação de mercadorias.

As considerações de D. Rodrigo sobre os impostos e os seus meios de arrecadação por parte da administração pública do Reino da Sardenha-Piemonte constituem verdadeiros prognósticos para Portugal. Na “Relação Política da Casa da Sabóia” são apresentadas alternativas reformistas viáveis para o Reino português baseadas na experiência dos sucessos e fracassos cometidos pelo Reino sardo. D. Rodrigo se preocupava com a justiça e eficácia dos impostos, pelo menos, desde 1786, quando considerava “que os impostos em Portugal eram muito pesados aos povos, e, se fossem moderados, aumentar-se-ia a arrecadação, talvez até dobrasse suas rendas e seria mais útil ao soberano” (Aidar, 2011, p. 143). Nesse caso, uma das perguntas que o diplomata português tentava responder nesse contexto histórico era de como aumentar a eficácia dos impostos portugueses e como modernizar a sua estrutura administrativa responsável pelas cobranças. Essa era uma questão fundamental, já que Portugal possuía menos impostos que o restante da Europa, e eles ainda eram muito pesados e afetavam principalmente a agricultura (Aidar, 2011). Portanto, com base nas observações e reflexões de

D. Rodrigo, é possível afirmar que os seus prognósticos propunham como soluções reformistas a proporcionalidade e fixação dos impostos sobre as terras, a supressão dos contratos de exclusividade comercial e de cobrança, e a diminuição dos impostos sobre a circulação e produção das mercadorias.

Os modelos sardos pensados para a América portuguesa

Em 1796, em decorrência da tensão política internacional que pairava sobre a Europa, D. Rodrigo foi chamado de volta à Portugal e tomou posse do cargo de secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, de 1796 a 1801. A política de neutralidade portuguesa frente aos conflitos envolvendo a França, Grã-Bretanha e a Espanha, no final do século XVIII, produziu uma vulnerabilidade grande para Portugal e o seu Império. Revivia-se, então, o velho dilema português deste século: se aliar à Inglaterra e garantir as colônias, perdendo a metrópole; ou se aliar à França e garantir a metrópole, perdendo as colônias (Pombo, 2015). Diante disso, a pergunta colocada a esse contexto pelo secretário da Marinha era de como garantir a manutenção da monarquia portuguesa e das suas possessões ultramarinas, especialmente os seus domínios coloniais na América. Sendo assim, a modernização da administração fiscal na colônia, baseada em políticas sardas bem-sucedidas, era um dos caminhos escolhidos para preservar a colônia americana e voltar a figurar entre as potências europeias, superando o evidente declínio do Império Português.

Na “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”, redigida em 1797, no exercício do ofício de secretário da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo formulava propostas fiscais para a América portuguesa, inspiradas nas proposições de Adam Smith e dos fisiocratas, e na experiência adquirida com a observação da administração fiscal no Reino da Sardenha-Piemonte. As reflexões sobre a fiscalidade desse Reino, contidas na “Relação”, serviram para fundamentar os prognósticos para a América portuguesa. Nesse caso, após a compreensão das bases da

riqueza desta sociedade, caracterizadas pelo “produto da terra, o salário dos jornaleiros e artistas, e a renda do capital que se acumula e se emprega, seja em beneficiar e fazer produtiva a terra, seja em pôr em acção os braços dos operários” (Coutinho, 1993a, p. 55), a América portuguesa deveria contar com impostos proporcionais e igualitários sobre essas atividades econômicas, efetuados por meio de novas cobranças diretas e indiretas. As primeiras cobranças de impostos incidiriam sobre a produção e as segundas sobre a consumação, circulação, estabelecimentos e atividades econômicas que não fossem de produção primária. Por sua vez, essas propostas seguiam a cartilha da economia política setecentista, no intuito de remodelar os impostos diretos e indiretos que haviam na colônia, que eram muito onerosos e improdutivos,

não só porque recaindo desigualmente sobre as primeiras fontes da riqueza nacional, impede que a mesma se aumente e prospere, e fica muito diminuta, mas porque é depois arrecadada por contratadores que deixam ficar nas suas mãos a maior parte da renda que cobram (Coutinho, 1993a, p. 56).

Desse modo, apesar de algumas dessas atividades econômicas não estarem restritas à questão fundiária, é possível afirmar que há uma inspiração nos *Tributi*, o imposto territorial direto que se distribuía proporcionalmente e igualitariamente sobre as terras do Reino sardo, na elaboração de novos impostos para a América.

Ademais, outra preocupação herdada da Sardenha-Piemonte era com a ineficácia dos contratos de exclusividade de arrecadação e produção. Assim como no Reino sardo, cujo *Tabelione* foi duramente criticado pelo secretário de Estado, os contratos eram um problema para a metrópole portuguesa e a sua colônia americana. Os contratos exclusivos criavam monopólios que desestimulavam a diversificação da pauta produtiva colonial e asseguravam o interesse na produção de um gênero econômico específico, conseqüentemente barrando o investimento de capital em outras áreas. Com isso, tornava-se desinteressante o investimento de risco enquanto existiam produtos

coloniais com o retorno financeiro assegurado. Dessa forma, o foco de D. Rodrigo era propor algumas mudanças pontuais e efetivas para os encargos tributários, “propor algumas variações nesta taxação, e não a total reforma de todo o sistema”, como bem disse (Coutinho, 1993a, p. 56).

Inspirado nos fracassos sardos provocados pela *Dogana*, responsável por elevar a carga tributária nas alfândegas, o secretário da Marinha apregoava a diminuição das taxas alfandegárias na circulação interna das mercadorias no território colonial e nas importações e exportações. Fundamentada nas ideias da economia política e na experiência vivenciada no Reino sardo, as suas propostas de liberalização na América visavam facilitar a circulação das mercadorias, mas também combater o contrabando – a contrapartida resultante dos onerosos direitos alfandegários. Na visão de D. Rodrigo, era “igualmente certo que em matérias de alfândegas, o aumentar os direitos é muitas vezes o mesmo que diminuir o seu produto, porque o contrabando se anima e cresce então” (Coutinho, 1993a, p. 56). Incrédulo, o secretário da Marinha ainda contestava o motivo pelo qual um gênero pagava um direito de saída de 27% de Lisboa e outro de entrada ao chegar na América portuguesa. Com base nessas considerações, surgia a proposta de uma “maior moderação no que se paga” (Coutinho, 1993a, pp. 56-57) nos direitos alfandegários. Por outro lado, ao propor a moderação nas cobranças alfandegárias, D. Rodrigo reafirmava a lógica do exclusivo metropolitano, “pois toda a boa política indica que devam ser isentos de todo e qualquer direito de alfândega, os vinhos, e azeite de Portugal, assim como as manufacturas do Reino, aço, e ferro” (Coutinho, 1993a, p. 57). Destarte, D. Rodrigo acreditava que a liberalização dos direitos de circulação alfandegários diminuiria o custo do produto final e evitaria o seu contrabando.

Considerações finais

Portanto, é possível observar que a experiência de D. Rodrigo no Reino da Sardenha-Piemonte, marcou consideravelmente o seu “espaço de ex-

periência” e abriu um novo “horizonte de expectativas” no qual poderia ser prognosticado uma realidade política, financeira e econômica melhor para o Império Português, com a finalidade de superar o seu declínio. É possível evidenciar a importância dos modelos sardos, seja pelos exemplos positivos ou negativos, nas propostas de adoção de melhorias ou remoção de entraves contidas na “Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América”. Exemplos claros são as propostas de implementação de proporcionalidade e igualdade aos impostos, semelhantes aos *Tributi* sardos; ou a compreensão dos malefícios da onerosidade dos direitos alfandegários e da ineficiência dos contratos de exclusividade comercial e de cobrança de impostos, semelhantes às reações desfavoráveis de D. Rodrigo à *Dogana* e ao *Tabellione* sardos. Embora as propostas tributárias de D. Rodrigo tenham conhecido o sucesso ao serem bem recebidas no governo de D. Maria I, as propostas administrativas referentes aos contratos fracassaram, de certa forma, em um primeiro momento, devido à resistência dos contratadores na colônia. Ademais, a rivalidade com o presidente do Real Erário, o Marquês de Ponte de Lima, também significou uma resistência para a implementação das diversas propostas de D. Rodrigo (Silva, 1993). Portanto, é possível observar que o sucesso ou o fracasso dos prognósticos políticos e financeiros de D. Rodrigo, inspirados nos modelos das reformas sardas, estavam sujeitos às aceitações ou rejeições provenientes de forças políticas superiores, revelando que os seus infortúnios pessoais também se relacionam com o seu objetivo inconcluso de ajudar a superar o declínio do Império Português.

Referências bibliográficas

Fontes

Coutinho, R. (1993a). Memória sobre o melhoramento dos domínios de Sua Majestade na América (1797). In Silva, André Mansuy-Diniz (org.), *Textos políticos, económicos e financeiros* (1783-1811). Banco de Portugal, t. 1.

Coutinho, R. (1993b). Relação política da Casa de Sabóia [excertos]. In Silva, Andréa Mansuy-Diniz (org.). *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Banco de Portugal, t. 2.

Estudos

Aidar, B. (2011). “Uma substituição luminosa: tributação e reforma do Antigo Regime português em D. Rodrigo de Souza Coutinho ao final do século XVIII”. *Nova Economia*, v. 21, n.º 1, janeiro/abril, pp. 137-156.

Alvariño, A. et al. (2023). “Introducción”. In Alvariño, Antônio Álvarez-Ossorio et al., *Vidas Fallidas. Aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad*. EUEDEM.

Arroyo, N. (2020). Declive. In Rocco, Valerio. (ed.), *Glosario del fracaso*. Circulo de Bellas Artes.

Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

Cardoso, J. (2019). “D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado”. In *Tanto Ella Assume Novitate ao Fianco. Lisboa, Turim e o Intercâmbio das Luzes à Europa Pós-Napoleônica*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Cardoso, J. & Cunha, A. (2011). Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, Niterói, n.º 31, pp. 65-88.

Collingwood, R. G. (1939). Question and Answer. In Collingwood, R. G., *An Autobiography*. Oxford University Press.

Dias, M. (2005). Aspectos da Ilustração no Brasil. In Dias, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Alameda.

Domingues, Â. (2001). Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de Setecentos. *História, Ciências, Saúde*, v. VIII, pp. 823-838.

Holanda, S. (2002). A contribuição italiana para a formação do Brasil. In *A contribuição italiana para a formação do Brasil*. NUT/NEIITA/UFSC.

Koselleck, R. (2006a). Espaço de experiência e ‘horizonte de expectativas’: duas categorias históricas. In *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto – Ed. PUC – Rio.

Maxwell, K. (1999). A geração de 1790. In *Chocolate, piratas e outros malandros: Ensaio tropicais*. Paz e Terra.

Novais, F. (1984). “O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos”. *Revista Brasileira de História*, n.º 7.

Novais, F. (2019). *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. Editora 34.

Pombo, N. (2022). Correspondência privada e redes familiares: um novo olhar para a trajetória de D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Topoi*, v. 23, n. 51, p. 992-1012.

Pombo, N. (2015). *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. Hucitec.

Pombo, N.(2009). Um turista na Corte do Piemonte: dom Rodrigo de Souza Coutinho e o iluminismo italiano e francês (1778-1790). *Varia Historia*, vol. 25, n.º 41, pp. 213-225.

Silva, A. (1993). Introdução. In Silva, Andrée Mansuy-Diniz (org.), *Textos políticos, económicos e financeiros (1783-1811)*. Banco de Portugal, t. 1.

Silva, A. (2010). Uma figura central da Corte portuguesa no Brasil: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In Martins, Ismênia; Motta, Márcia (orgs.), *1808: A Corte no Brasil*. Eduff.

Skinner, Q. (2017). Significado e interpretação na História das Ideias. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 20, pp. 358-399.

Storrs, C. (2011). The Savoyard Fiscal-Military State in the Long Eighteenth Century. In Storrs, Christopher (org.). *The Fiscal-Military State in Eighteenth-Century Europe*. Ashgate.

Resumo

O Terremoto de 1755 foi um desastre para Lisboa, arrasando boa parte da cidade. Mas desse infortúnio, nasceram projetos de reconstrução e revitalização, entre eles a da uma nova Livraria Régia. Mais do que se reconstruir as paredes que abrigaram a coleção, houve o esforço, nem sempre bem sucedido, de restaurar a antiga glória bibliográfica, captando coleções de diversas origens e diversas formas, evitando que se perdesse no esquecimento. A calamidade de 1755 iniciou um processo com idas e vindas, do qual surgiram importantes coleções bibliográficas. Nas fontes encontradas na Fundação Biblioteca Nacional, é possível acompanhar os sucessos e os fracassos desse processo.

Palavras-chave: Livraria Régia, Terremoto de 1755, Biblioteca Nacional, D. José I, Coleccionismo.

Abstract

The 1755 Earthquake was a complete disaster for Lisbon, ruining the city. From this unfortunate event, new reconstruction and revitalization projects thriven, including a new Livraria Régia. More than rebuilding the walls that housed the collection, there was an effort to restore the former bibliographic glory, capturing collections of different origins and different forms. The calamity began a uneven process that gave origin to importante bibliographical collections. In the sources found at the National Library Foundation, it is possible to follow the successes and failures of this process.

Keywords: Royal Library, 1755 Earthquake, Nacional Library, D. José I, Collecting.

* Doutoranda em História na Universidade Federal Fluminense sob a orientação do Professor Doutor Rodrigo Bentes Monteiro.

Lisboa, em chamas
Caída, tremendo, sem Deus
Moonspell - In tremor Dei

Na manhã do dia de Todos os Santos de 1755, a cidade de Lisboa sofreu os efeitos de um terremoto que, nas estimativas da ciência de hoje, atingiu entre 8,5 e 9,5 de magnitude na escala Richter. As consequências imediatas do tremor de terra foram um maremoto, que fez o mar avançar pela capital, e vários focos de incêndio que fizeram Lisboa arder por dias. O prejuízo foi – e ainda é – incalculável, as estimativas sendo as mais díspares possíveis, de acordo com a intenção do relato. O certo é que, como fica claro nos relatos dos que sobreviveram ou dos que depois recolheram as notícias de quem testemunhou o caos, a destruição foi arrasadora. (Priore, 2017).

O impacto desse desastre reverbera até hoje, tendo deixado impressão em várias mentes, do francês Voltaire em *Candide* ao britânico H.G. Wells, que compara a invasão súbita de marcianos a Londres com a destruição de Lisboa no seu *War of the Worlds*. A lista de obras sobre o evento ou impactadas por ele seria imensa, principalmente se incluíssemos produtos culturais mais recentes, como o jogo de tabuleiro Lisboa, em que se assume o papel dos reconstrutores da cidade, ou o Quake Museum, recém-inaugurado em Lisboa e que serve como um museu sensorial e experiência interativa, onde é possível passar pela mesma sensação dos habitantes que foram acordados com a terra lhes fugindo dos pés, para depois serem atingidos pelo mar, mesmo longe do oceano¹.

Se fica clara a repercussão desse infortúnio até os dias de hoje, seus números são nebulosos, principalmente no que se refere ao número de vítimas. Alguns autores apontam que essa desinformação podia ser uma estratégia para diminuir o impacto nas relações internacionais que um número muito elevado de mortos poderia causar.

¹ <https://lisbonquake.com/>.

Os relatos de época colocam números díspares, mas hoje a estimativa é que tenham sido entre 15.000 a 20.000 mortos (Maxwell, 1996).

Construções imponentes e históricas sumiram de vista, engolidas pela terra, atingidas pelo mar ou queimadas pelo fogo: o Teatro da Ópera, recém-construído, o convento do Carmo, cujas ruínas ainda assombam a cidade, memórias do que não se voltará a ter, e o próprio Paço Real, localizado bem à beira do rio que foi tomado pelas ondas (Priore, 2017).

Além das muitas vidas, dos muitos prédios, perdeu-se em grande parte a própria cidade e seus tesouros. Em 1782, ao traduzir e adaptar uma obra francesa sobre geografia dirigida à juventude, José Gaspar Pereira faz uma nota corrigindo o autor do original quando este, ao listar as cidades do reino de Portugal, considera que Lisboa foi arrasada inteiramente pelo sismo. Não que discorde da extensão da destruição, mas faz a ressalva de que o terremoto sozinho pouco fez:

O Author, mal-informado do que aconteceu a esta capital no referido Terremoto, asseverou que ella ficara inteiramente arrasada, quando he certo, que em mais de duas partes ficou em pé; e que sômente o incendio, que lhe sobreveio, abrazou, e consumio os Edifícios, Thesouros, Moveis, riquezas, Preciosidades, alfaias, etc. ficando unicamente as paredes. Porém de tudo o mais raro, que se perdeu, foi a grande Livraria de Sua Magestade: rara pelos Mss. e Originaes da Antiguidade que conservava - perda sem dúvida lamentável para os sábios (Pereira, 1782).

A livraria – ou biblioteca – perdida e tão lamentada por esse autor fora revitalizada por D. João V durante o seu reinado. O reinado de D. João V foi considerado como um período de renovação cultural, mesmo que muitos autores apontem que este foi um monarca de educação precária. Esse conceito foi contraposto por Ferrand de Almeida, que acredita haver um interesse legítimo de D. João pela leitura e pelos livros, além de um mero interesse político e de demonstração de poder (Ferrand, 1991). A historiografia percebe um projeto intencional deste monarca para difusão de coleções bibliográficas na criação ou reforma do que chamou de “quadrilátero das bibliotecas”, que

incluiria a da Universidade de Coimbra, a do convento das Necessidades, a do convento de Mafra e a do paço real (Pimentel, 2009).

A Livraria Régia, instalada no paço, foi aumentada no governo de D. João V a partir do remanescente do acervo dos reinados anteriores, principalmente do acervo dos duques de Bragança, levado para Lisboa no reinado de D. João IV, por volta de 1650.

No começo do reinado de D. João V, o relato de José de Almeida Cateano, chamado para organizar a coleção, atesta que a biblioteca encontrava-se dilapidada, por empréstimos não controlados e pela falta de controle do acesso aos seus volumes, segundo o padre chamado para organizá-la (Ferreira, 1979, pp. 10-11).

A reconstrução desse acervo passa por uma estratégia de aquisição que envolvia a busca ativa de exemplares por enviados a cortes estrangeiras. Essa “caça ao tesouro” traz para Lisboa preciosidades bibliográficas de toda a Europa, incluindo a formação de uma coleção de estampas tida como magnífica (Marriete, 1996).

O fruto desse trabalho de anos é perdido no Terremoto de 1755, junto com outros acervos e bibliotecas importantes - embora outros não tenham sido afetados. No processo de reconstruir a capital, restaurar a glória bibliográfica perdida é um ponto levantado logo após o evento, entre 1755 e 1756, pelo engenheiro-mor do Reino, arquiteto militar e responsável pela Torre do Tombo, Manuel da Maia.

Nas três partes de sua Dissertação sobre a renovação de Lisboa, Maia apresentou planos e sugestões para uma nova Lisboa, inclusive as formas como implementar esse projeto (Maia, 1755-56). Essa nova Lisboa foi construída por cima da antiga, inclusive usando o entulho das ruínas do desastre. Entre os muitos prédios novos que iriam substituir o que foi perdido, inclusive o palácio, a Livraria Régia é destacada. Mas já é Maia que coloca a questão de que a nova capital precisaria de uma local de acesso público a livros - dentro das limitações do conceito de público nesta época. A coleção de livros na antiga Livraria Régia tinha acesso limitado, franqueado apenas

a quem tinha contato ou ligação diretos com a família real e com a corte. Um privilégio que, na visão de Maia e posteriormente de outros intelectuais, como frei Manuel do Cenáculo, deveria ser estendido e se tornar público, ou seja franqueado a outros homens de letras e cultura (Cabral, 2014). Um conceito de “biblioteca pública” bastante diferente do atual, em que o acesso é irrestrito, a qualquer um que queira (Correa, 2012).

Com a família real aconchegada na “Real Barraca da Ajuda” – virou ponto anedótico o pavor que D. José I adquiriu de residir em habitações de pedra e cal, tendo passado o resto da vida em tendas e barracas – o processo de reconstrução da cidade e do palácio começou. Além da construção de um prédio para Livraria Régia, era preciso buscar um novo acervo, condizente com a dignidade de uma coleção real. Da antiga coleção, não sobrou nada, “um desaparecimento total e sem deixar rasto.” Porém, a estratégia de aquisição foi difusa, sem esforços concentrados como fora no tempo de D. João V (Ferreira, 1979, p. 12).

Um ponto de distinção é que, em vez de buscar livreiros e editores, procuraram-se coleções já formadas por particulares. Em A longa viagem da biblioteca dos reis, diz-se que sobraram poucas livrarias particulares após o terremoto, (Schwarcz *et al.*, 2002) mas outros autores apontam que algumas boas coleções permaneceram intactas ou quase, como as do conde da Ericeira, do marquês de Alorna, do marquês de Alegrete, do duque de Cadaval e dos condes do Redondo (Cabral, 2014).

Das bibliotecas nobiliárquicas que sobraram, a que logo despertou o interesse para a “recolecção de uma nova biblioteca, em um edifício de pedra e cal” foi a dos condes do Redondo. A coleção era famosa, principalmente por manuscritos antigos e livros raros de diversos assuntos, “na altura, a mais importante da corte” (Ferreira, 1979, p. 13). As negociações para sua aquisição para compor o acervo da reconstruída Livraria Régia foram conduzidas pelo próprio rei junto à então condessa. e custou “3 mil cruzados em dinheiro e seis em padrão de juro” (Schwarcz, 2002, p. 193).

No começo, o monarca se envolvia mais diretamente nas negociações, pois também foi D. José I que tratou com os herdeiros de Nicolau Francis-

co Xavier. Falecido em 1754, antes do terremoto, o acadêmico da Academia Real de História é descrito por Inocêncio Francisco da Silva em seu Dicionário Bibliográfico como “um apaixonado bibliófilo, mais cuidadoso na escolha dos bons livros do que no número deles” e deixou uma coleção bastante seleta de livros e manuscritos raros (Silva, 1858, t. 6, p. 274).

Os acervos adquiridos compartilham um certo foco em história e genealogia, como demonstrado também pela coleção de José Maria Monterroio de Mascarenhas. Periodista, redator da Gazeta de Lisboa, foi um grande colecionador de dicionários e genealogias, e sua coleção passou ao acervo da Livraria Régia depois de ter sido comprado por D. José I (Meirelles, 2017).

Porém, com o passar dos anos, outros atores vão ser os responsáveis pela aquisição e pela negociação dos livros. Nicolau Pagliarini, livreiro e impressor oriundo da Península Itálica, aproximou-se do marquês de Pombal e teve um papel importante não só na criação da Imprensa Régia, como na organização e aquisição de acervo para as bibliotecas ligadas à família real e à Coroa portuguesa. Foi o principal agente na aquisição de livros para a biblioteca que se formava ao redor da Real Mesa Censória, instituição criada em 1768 substituindo o Santo Ofício na fiscalização das obras que circulariam pelo reino. Mas Pagliarini também trabalhou para criar a biblioteca do Colégio dos Nobres, e ajudou a aumentar o acervo da Livraria Régia – além de continuar agindo como contato para aquisição de livros para súditos portugueses após sua saída do reino, em 1778 (Araújo, 2020).

A aquisição mais importante, a mais destacada por diversos autores, foi a intermediada pelo frei Manuel do Cenáculo Villas Boas. O religioso foi uma figura de destaque na criação de bibliotecas em Portugal no século XVIII, sendo ele mesmo um bibliófilo e um colecionador de destaque. Por seu intermédio, a coleção régia foi acrescida da coleção de Diogo Barbosa Machado, abade de Séver e estudioso, por meio da generosa doação deste religioso – uma doação, claro, que foi regiamente recompensada por uma pensão de 600 mil-réis anuais a partir de 1770, e que podia ser posta à disposição de seus familiares. Uma operação dentro da lógica cortesã da época,

como apontado por Irineu Correa (2012). A transferência do acervo de Barbosa Machado foi trabalhosa e meticulosa, tendo demorado anos, inclusive terminando só depois da morte. Barbosa Machado deixou anotados em uma extensa relação catalográfica os livros doados, transferidos em caixotes de madeira até o prédio da biblioteca (Schwarcz, 2002; Caldeira, 2017).

Cenáculo era, como Maia, defensor do projeto de uma biblioteca de acesso mais amplo. Não que a Livraria Régia fosse inacessível, pois já desde o tempo de D. João o acesso era franqueado a alguns privilegiados. Porém, começava a se pensar em uma biblioteca de acesso mais livre, para que os estudiosos pudessem ter acesso a materiais raros ou difíceis de encontrar. O frei Cenáculo foi um grande defensor dessa ideia, tendo fundado a Biblioteca Pública de Évora e tendo sido instrumental no surgimento da Real Biblioteca Pública da Corte em Lisboa, mesmo após ter se afastado da capital (Vaz, 2012). Foi durante seu período como segundo presidente de Real Mesa Censória que defendeu que os livros ali depositados tivessem acesso liberado, inclusive tendo projetado um prédio para abrigar a coleção. Cenáculo saiu da cena política da corte antes de conseguir isso, mas os seus esforços acabaram dando fruto na Real Biblioteca Pública da Corte, instituída em 1796 (Cabral, 2014).

Curioso que, enquanto pensava em dar à corte uma biblioteca pública, Cenáculo tenha se esforçado para mediar a doação da coleção do abade de Séver para se juntar ao acervo real. Um dos motivos para isso, provavelmente, é a concepção dessa coleção tão selecionada. Barbosa Machado, também membro da Academia Real de História, tinha um interesse muito grande na história de Portugal, com um grande foco nas figuras de seus reis e personagens ilustres (Monteiro, 2014). Vendo por esse prisma, pensando nas coleções adquiridas antes – Cenáculo fala que foi a quarta livraria adquirida, após compra das livrarias anteriores, dos condes de Redondo, do bibliófilo Xavier e do gazeteiro Mascarenhas como citado por Schwarcz (2002) – pode-se considerar que estava se formando uma biblioteca para o rei com livros escolhidos principalmente por sua pertinência com a história do reino de Portugal.

Por coincidência ou não, a doação de Barbosa Machado marca o auge da movimentação em torno da Livraria Régia no pós-terremoto. Depois de 1772, continua-se adquirindo livros para o acervo, mas não há mais negociações tão intensas. Há uma compra de livros vindos de Madri, feita a Bartolomeu Uchoa, e algumas outras pequenas coleções também são adquiridas. Ao mesmo tempo, surgem aquisições para a biblioteca da Real Mesa Censória, como é o caso da livraria de José Pessanha, adquirida por leilão por Nicolau Pagliarini a mando do marquês de Pombal, que deu ordens para que esta fosse mandada à Real Mesa Censória, não para a Livraria Régia (Domingos, 1998). Essa mudança se solidifica com a mudança política do reino, pois em 1777 morre D. José I e o marquês de Pombal cai em desgraça, exilado pela nova rainha, Dona Maria I. A procura de iniciativas novas, sem ligação com o antigo governo, age no sentido de viabilizar a Real Biblioteca Pública da Corte, que germinava na iniciativa de Cenáculo e vai se concretizar anos depois. Essas mudanças também afastam figuras ligadas ao marquês, como Pagliarini e o próprio frei Cenáculo.

Entre compras e doações tão grandiosas chama a atenção um presente, enviado a D. José I por um ourives. Uma grande planta da cidade de Roma, que lhe foi enviada em 1767, junto com uma carta, por William Dugood. Oriundo das Ilhas Britânicas, provavelmente da Escócia, Dugood passa para o rei essa planta com o objetivo expresso de decorar a nova biblioteca, que está sendo organizada para substituir a que foi perdida no terremoto (Dugood, 1767).

Dugood conheceu a antiga biblioteca. Como ele mesmo faz questão de destacar na carta que vai anexa à planta, serve à Coroa portuguesa desde 1704, quando confeccionou regalos para a visita de uma autoridade. Ou seja, D. José I seria o terceiro monarca português a quem Dugood prestava serviços e reverência, depois de D. Pedro II e D. João V. Mas quais seriam esses serviços?

William Dugood era ourives, mineralogista, inventor, físico experimental. Foi consultor do Conselho Ultramarino em pelo menos duas ocasiões, habitava uma residência que lhe fora cedida pelo Rei, onde guardava

livros e instrumentos matemáticos diversos. À pedido de D. João V, montou um magnete com uma pedra presenteada pelo Cã da China (Pereira & Pires, 2018) e a este monarca dedicou e apresentou uma dissertação sobre pedras de cevar, de propriedades magnéticas, encontradas na região de Coimbra (Dugood, 1735). O magnete enfeitava a Livraria Régia desde sua confecção na década de 1730 até o terremoto de 1755, tendo resistido às intempéries a peça passou para o Real Colégio de Física em Coimbra e até hoje pode ser visto no Museu de Ciências da universidade.

Porém, antes de se estabelecer em Portugal, Dugood morou na Península Itálica. Primeiro em Roma, onde se estabeleceu fornecendo material artístico para jovens britânicos em seu Gran Tour. Seus conhecimentos e ligações o tornaram um nome viável para a rede de espões britânica, e foi recrutado para se infiltrar na corte de Jaime Stuart, príncipe inglês exilado, filho de James II de Inglaterra, que mantinha suas pretensões ao trono. Porém, foi descoberto e acabou sendo preso pela Inquisição em 1722 – Dugood era um protestante convertido ao catolicismo, e acabou sendo considerado herege (Connel, 2009).

A influência inglesa fez com que fosse libertado e voltasse para a Grã-Bretanha, onde voltou a trabalhar como ourives. Foi nesse período, entre 1723 e 1731, que tornou-se maçom e fellow da Royal Society, tendo inclusive – segundo vários relatos – voltado a Portugal em 1728 para fundar a primeira loja maçônica do reino, em Lisboa. Essa loja não fica ativa por muito tempo, mas quando a maçonaria tornou-se alvo da Inquisição em Portugal, o nome de Dugood surgiu como ainda sendo um membro da ordem (Oliveira Marques, 1997).

O ourives acabou voltando à Itália mais uma vez, em 1731, a convite da duquesa de Parma. Os duques de Parma tinham uma famosa coleção de joias antigas, com peças remontando ao período do Império Romano, e ele deveria avalia-las e cataloga-las. Mais do que isso, Dugood fez moldes das peças que depois levou consigo ao precisar deixar Parma (Belozerskaya, 2012). Suas atividades como espão tinham lhe deixado mal visto na corte

jacobita no exílio e continuar na Itália estava difícil para ele. Os agentes do príncipe exilado tinham grande alcance em várias cidades da Península, inclusive em Florença e em Roma, e foi preciso ativar sua rede de contatos para conseguir permissão para voltar a Londres (Connel, 2009).

Ele nunca voltou. Em 1733, ele e sua família – a esposa e pelo menos uma filha – chegaram a Lisboa, no que deveria ser uma escala, e por lá se estabeleceram. A duquesa de Parma, que dera cartas de recomendação à Dugood, era prima de Dona Maria Ana de Áustria, rainha de Portugal, e assim ele se estabeleceu como ourives na corte.

A doação do mapa como um presente é explícita, declarada na carta que acompanha a peça. Mas e as outras obras que ostentam o ex-libris de Dugood? Foram doadas por ele ainda em vida, como o mapa? A data da morte de William Dugood é incerta. O mapa foi enviado por ele em 1767, em 1770 há menção a ele em um atestado de óbito de um escultor que teria falecido em sua residência. Mas em 1773, suas herdeira reclamavam o uso da casa cedida pelo rei, anos antes.

Sua “coleção” é modesta: exemplares de vidas de artistas do Renascimento, gravuras de elementos decorativos, um álbum manuscrito com imagens heráldicas do século XVI e, segundo Lygia da Cunha, gravuras de Piranesi (Cunha, 2000). Em meio a aquisições portentosas de coleções de figuras mais ilustres, como o abade Barbosa Machado ou o conde do Redondo, sua contribuição passaria despercebida. Mas sua coragem em anunciar que seu presente iria decorar a biblioteca do rei chamou a atenção e revelou um personagem fascinante, que buscou sempre a proximidade com o poder enquanto mantinha seus próprios interesses.

Na carta em que apresenta seu presente, reforçando seu serviço de muitos anos, destacando todos a quem conheceu e acompanhou, Dugood faz na verdade um grande apelo. Ele pede para não ser esquecido. Vivendo em uma residência com foro do rei, prestando diversos serviços à corte lisboeta, depois de ter servido à várias outras, o ourives teme o fracasso de não ser lembrado, de deixar sua descendência sem meios de subsistir. Reforça suas

obras, sua lealdade, declara que deseja morrer sob o céu de Lisboa. Envia um presente para ser pendurado nas paredes da nova biblioteca, para ser visto e lembrado, tentando assim deixar uma marca.

Tendo estabelecido uma coleção que recebe alguns pequenos acréscimos ao longo dos anos, a Livraria Régia passa também por um certo esquecimento, o que, com o estabelecimento da Real Biblioteca Pública da Corte, poderia significar que o processo falhou, deixando em segundo plano um projeto que deveria ser sucesso de D. João V em termos de grandiosidade. Mas Napoleão aconteceu, assim como a invasão do reino de Portugal por suas tropas.

A mudança da corte para o Brasil não era uma ideia totalmente inédita, tendo sido aventada antes, mas de repente tornou-se uma urgência. E para não deixar seus tesouros bibliográficos para trás, junto com a corte – ou um pouco depois dela – veio a Livraria Régia. Buscou-se construir no Rio de Janeiro uma corte, espelho da deixada na Europa. Talvez por isso a coleção que foi pensada para ser a biblioteca do rei tenha aqui se tornado a biblioteca da corte, com acesso franqueado aos que tivessem direito. O estabelecimento da Real Biblioteca Pública da Corte do Rio de Janeiro, em 1814, marca essa fase.

Esse acervo tornou-se a base do acervo da atual Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro e mantida pela Fundação Biblioteca Nacional, instituição ligada ao Ministério da Cultura do Brasil. Apesar de ter vindo com a corte, não nos foi dado de presente. Nas negociações da Independência do Brasil foi avaliada e subsequentemente paga, ao valor de 800 contos, à corte portuguesa. Também não permaneceu intacta; ao ser declarada a independência, um dos bibliotecários, que veio na comitiva de Dona Maria I, levou os chamados “Manuscritos da Coroa” – que era, principalmente, a coleção de manuscritos comprada à condessa do Redondo – que passaram a integrar um novo acervo, o da Real Biblioteca da Ajuda, criando assim uma ligação entre a Livraria Régia que veio e a Real Biblioteca que se formou com a volta de D. João VI.

O desastre que foi o Terremoto de 1755 poderia ter sido um revés definitivo para Portugal. Das ruínas daquele infortúnio, reconstruiu-se não só Lisboa, mas a própria monarquia portuguesa. Nessa reconstrução, o ressurgimento da biblioteca do rei, símbolo de poder, repositório de conhecimento, é um projeto que reúne vários atores, rearranja coleções e dispõe novas formas de dar acesso ao escrito.

William Dugood não queria ser esquecido, sentia que precisava ser lembrado. Mandou um presente para a Real Biblioteca que se formava, um presente para ser pendurado, para decorá-la e ficar visível. Ele, que estivera presente via o magnete que construiu na biblioteca que se perdeu e não se esqueceu, queria ainda estar ali. E ainda está, do outro lado do oceano, onde sua coleção foi parar, junto com a do abade, a do gazeteiro, a da condessa, entre outras.

Reconstruir a trajetória e as negociações envolvidas nas compras, aquisições e doações que acabaram montando o acervo da Livraria Régia através das fontes é trabalho hercúleo. As referências bibliográficas mais antigas acabam repetindo informações, sem apresentar comprovação documental. E nem todos os doadores e vendedores tiveram a paciência e a meticulosidade do velho abade de Séver, que para fazer jus à mercê recebida, catalogou e organizou item por item.

Porém, é dentro principalmente das três bibliotecas que nasceram depois do terremoto, frutos da ideia de reconstruir o acervo perdido, que encontramos o melhor material para acompanhar essa trajetória. Nos catálogos, nas relações, nas cartas, nos rascunhos dos bibliotecários, nas marcas dos próprios documentos, que apresentam ex-libris e anotações, é possível buscar as trilhas abertas na procura de um acervo digno de um rei. Afinal, bibliotecas são construídas por pessoas, com livros.

Referência bibliográficas

Fontes

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT, Conselho de Guerra, Correspondência, mç. 270, n.º 1, cx. 954, Maia, Manuel da (1755-1756). *Dissertação sobre a renovação de Lisboa [em três partes]*.

Estudos

Araújo, A. (2020). A Real Mesa Censória e o Colégio Real dos Nobres da Corte. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 20, pp. 397-418. <https://dialnet.unirioja.es/download/articulo/8199711.pdf>

Belozerskaya, M. (2012). *Medusa's Gaze: The Extraordinary Journey of the Tazza Farnese*. Oxford University Press.

Cabral, M. (2014). *A Real Biblioteca e seus criadores*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Caldeira, A. (2012). De Lisboa ao Rio de Janeiro: a trajetória da Coleção Barbosa Machado. *Varia Historia*, 28. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100010>

Connell, D. (2009). Recently identified at Burton Constable Hall: The collection of William Dugood FRS--jeweller, scientist, freemason and spy. *Journal of The History of Collections*, 21. <http://dx.doi.org/10.1093/jhc/fhp002>

Correa, I. (2020). A biblioteca como fonte: papéis do imaginário e notas sobre a memória de bibliotecas nacionais e públicas. *Interfaces*, 17. <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/30009>

Cunha, L. (2000). Real Biblioteca. Apontamentos sobre seu acervo. *Anais do Seminário internacional Dom João VI, um rei aclamado na América*. MHN.

Domingos, M. (1998). *Livraria de D. José da Silva Pessanha [1717-1775]. Do Colecionador à Biblioteca Particular*. Biblioteca Nacional de Lisboa.

Dugood, W. (1733). *Dessertação sobre os maravilhosos efeitos do magnete ou pedra de cevar, feita por Guilherme Dugood da Sociedade de Londres*. Palácio Nacional da Ajuda, 49-III-20 (5).

Dugood, W. (s.d.). [Carta a D. José I]. Fundação Biblioteca Nacional, ARC.029,04,004.

Ferreira, C. (1958). *A livraria real portuguesa*. Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos.

Ferreira, M. M. (1979). Biblioteca da Ajuda. Esboço Histórico. *Revista da Biblioteca da Ajuda de Lisboa*, pp. 8-22.

Ferrand, L. (1991). D. João V e a biblioteca real. *Revista da Universidade de Coimbra*, 36, pp. 413-438.

Marriete, P. (1996). *Catalogues de la collection d'estampes de Jean V, roi de Portugal*. Fondation Calouste Gulbenkian, Bibliothèque nationale de France, Casa de Bragança.

Maxwell, K. (1996). *O marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Paz e Terra.

Meirelles, J. (2017). *Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)*. Editora UFABC.

<https://doi.org/10.7476/9788568576878>

Monteiro, R. (2014). Oratorio de los reyes y sus conquistas: retratos y folletos recortados por Diogo Barbosa Machado. *Cuadernos de Historia Moderna*, 13, pp. 195-219. <https://revistas.ucm.es/index.php/CHMO/article/view/46797/43910>

Oliveira Marques, A. H. de (1997). *História da Maçonaria em Portugal*. Ed. Presença.

Pimentel, A. (2009). A biblioteca da universidade e seus espaços. *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Priore, M. (2017). *O mal sobre a terra*. Topbooks.

Pereira, G. & Pires, C. (2018). O poder da magnetite. *Boletín de la Real Sociedad Española de Historia Natural. Sección Aula, Museos y Colecciones* 5, pp. 23-30. http://hdl.handle.net/10.29077/aula/5/03_pereira_magnetita

Pereira, J. (1782). *Novo atlas para uso da mocidade portugueza, ou principios claros, para se aprender facilmente, e em muito pouco tempo a geografia: com hum tratado methodico da esfera*. Typ. Rollandiana.

Vaz, F. (2012). *A ideia de biblioteca na obra do D. Frei Manuel do Cenáculo*. Acervos Patrimoniais novas perspectivas e abordagens, Campo Arqueológico de Mértola.

Voltaire (1759). *Candide ou l'Optimisme, Traduit de l'allemand de M. le Docteur Ralph. G. Cramer*. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k70445g>

Wells, H. G. (1898). *War of the worlds*. W. Heineman. <https://gutenberg.org/cache/epub/36/pg36-images.html>

**A liberdade do ventre em projetos de reforma da
escravidão¹ em duas sociedades escravistas (Império do
Brasil e Império Espanhol, século XIX)**

Thomaz Santos Leite*

Resumo

A história da liberdade do ventre no Brasil e na Espanha remonta a um período anterior à década de 1870, quando as leis foram finalmente aprovadas. Ao longo do século XIX, várias propostas de reforma foram apresentadas e rejeitadas em ambos os espaços, muitas das quais consideravam a liberdade para os filhos como um meio eficaz de promover a emancipação nas respectivas sociedades escravocratas. Este texto tem como objetivo explorar a origem e o desenvolvimento da liberdade dos nascituros em projetos de reforma da escravidão no Brasil e em Cuba/Espanha durante o século XIX, a partir da noção de *fracasso* e argumentar que a existência desses foram importantes para a implementação do ventre livre.

Palavras-chave: Reforma da escravidão, Brasil e Espanha, Emancipação, Ventre livre, Século XIX.

Abstract

The history of freedom of the womb in Brazil and Spain dates back to before the 1870s, when the laws were finally passed. Throughout the 19th century, various reform proposals were presented and rejected in both spaces, many of which considered freedom for children as an effective means of promoting emancipation in the respective slave societies. This text aims to explore the origin and development of freedom for the unborn in slavery reform projects in Brazil and Cuba/Spain during the 19th century, starting from the notion of failure and arguing that their existence was important for the implementation of the free womb.

Keywords: Slavery reform, Brazil and Spain, Emancipation, Free womb, 19th century.

*Doutorando em História na Universidade Federal Fluminense, sob orientação do Professor Doutor Jonis Freire, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES Brasil), Código de Financiamento 001.

A trajetória de Brasil e Espanha com a liberdade do ventre é bem anterior à década de 1870, quando as suas respectivas leis foram aprovadas. Em diversos momentos durante o século XIX foram apresentados projetos de reforma da escravidão e em muitos desses projetos a liberdade para os nascituros era considerada uma forma eficaz de promover a emancipação naquelas sociedades escravistas. Apesar disso, nenhuma das proposições apresentadas foi aceita em seu contexto, por diversos motivos. Esses *fracassos*¹ que estão distribuídos durante todo o século XIX nos permitem perceber o caminho até a emancipação como um processo, tendo em vista a iniciativa individual ou coletiva que culmina nos projetos apresentados e rejeitados podem ser pensadas como “uma etapa que conduce al éxito” (Alvariño *et al.*, 2023, p. 8). Destarte, segundo Alvariño *et al.* (2023, p. 8) quando se estuda esses *fracassos* “Resulta imprescindible detenerse en las estrategias desarrolladas y en el aprovechamiento que estos actores sociales hacen de los intersticios del sistema, utilizando criterios racionales o emocionales”, assim é possível perceber também como os atores sociais envolvidos utilizavam do contexto como estratégia para propor reformas da escravidão, como discussões constitucionais ou emancipações em lugares próximos. Dessa maneira, esse texto, objetiva apresentar quando e como a liberdade dos nascituros apareceu em projetos de reforma da escravidão e em quais contextos foram discutidos no Império do Brasil e no Império Espanhol durante o século XIX.

Durante todo o século XIX, vários espaços nacionais ibero-americanos utilizaram a liberdade do ventre como medida legal para pôr fim, direta ou gradualmente, à escravidão em seus respectivos territórios nacionais e coloniais. O ventre livre era, junto com o fim do comércio internacional de escravizados, uma forma de cessar o provimento de mão de obra escravizada. Cada país lidou à sua maneira com o fim da escravidão, na medida em que essa instituição tinha um peso diferente na cultura, sociedade e economia de cada um (Leite, 2020).

¹ Parte da pesquisa apresentada nesse texto resulta da dissertação de mestrado do autor intitulada Com a Letra da Lei e o Espírito do Legislador: Projetos, Atores e Debates Políticos na trajetória da Lei Do Ventre Livre (1866-1871), disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11869>

Em um primeiro momento, a liberdade do ventre fez parte dos movimentos revolucionários independentistas hispano-americanos que tiveram início em 1810, em um processo iniciado com a Revolução de Maio. Esses conflitos surgidos na América foram influenciados pelas revoluções ocorridas nos Estados Unidos (1776-1783), na França (1789-1799) e no Haiti (1791-1804), as quais, de maneira geral, disseminaram as ideias de liberdade e soberania nacional (Andrews, 2007, p. 83).

Cuba e Brasil estavam no que Sidney Chalhoub chama de “vanguarda da retaguarda” das relações de dominação escravistas no século XIX. Segundo o autor, além dos dois países terem sido os últimos do continente americano a abolir a escravidão, adotaram estratégias bastante semelhantes de protelação, o “gradualismo” (Chalhoub, 1991). Não à toa, foram os dois últimos Estados a adotar a liberdade dos nascituros como forma de dar fim a escravidão em seus territórios.

Durante a primeira metade do século XIX, Brasil e Cuba tiveram trajetórias políticas bastante distintas. Segundo Ronald Raminelli os reformadores da escravidão em Cuba estavam vivendo “a expansão dos cultivos de açúcar e os temores da revolta escrava influenciada pelo Haiti” (Raminelli, 2021, p. 122). Desde fins do século XVIII a colônia espanhola passou por um crescimento comercial significativo e, segundo Athur Corwin, isso se deve a uma política de estímulo comercial vindo diretamente da Espanha.

A Espanha havia feito algumas concessões e investimentos comerciais em seus territórios coloniais, porém com a Revolução de Maio (1810) e seus propósitos independentistas perdeu diversos deles na América do Sul. Seus esforços, portanto, se concentraram em manter o que restou de suas colônias como Cuba e Porto Rico e, por isso, reforçava os laços coloniais com esses territórios. Principalmente tendo em vista o sucesso comercial que as Antilhas estavam conquistando as consequências eram o aumento exponencial de escravizados que chegavam para trabalhar nas plantations de açúcar.

De outro lado, no “Império português, sobretudo após 1808, consolidava-se a autonomia do Brasil, e os reformadores o pensavam inicialmente

como parte de Portugal e, depois de 1822, como nação independente” (Raminelli, 2021, p. 122). Porém, economicamente, a realidade brasileira era bem parecida com a cubana, principalmente quando pensamos a expansão das plantations de café, a ampliação das áreas agrícolas e o grande número de escravizados advindos da crescente demanda de mão de obra.

Para o caso Espanhol, foi nessa primeira metade do século XIX que apareceu a primeira proposta que previa a reforma da escravidão e possuía a liberdade do ventre como uma ferramenta para esse fim. O contexto também era conturbado, tendo em vista que em 1811 a Espanha assim como outras nações europeias estavam lidando com as Guerras Napoleônicas que tiveram um imenso impacto na Espanha. Segundo Arthur Corwin: “The Napoleonic invasions undermined ancient institutions and divided the people into two mutually frustrating forces: the conservatives would defend traditional Spain, while the liberals would modernize Spain through reforms” (Corwin, 2014, p. 21).

Foi então nesse contexto que um Deputado Colonial da Nova Espanha chamado Miguel Guridi y Alcócer apresentou a primeira proposta formal de reforma da escravidão que continha a liberdade do ventre como ferramenta. Seu projeto apresentado à Corte de Cádiz possuía oito propostas: a proibição do tráfico de escravizados, os escravizados permaneceriam como servos de seus senhores até que conseguissem sua liberdade, a liberdade dos filhos de escravas, a igualdade de tratamento de escravizados e outros servos livres, pagamento de salário para escravizados, o senhor é obrigado a conceder a liberdade para o escravizado se este o oferecer o valor justo pela mesma, o valor dos escravizados pode ser menor se ele for envelhecido ou inutilizado de alguma maneira e, por fim, se o escravizado adoecer ou se inutilizar deixará de ganhar salário (Saco, 1938, tomo III, pp. 84-86).

As cortes entenderam que as propostas deveriam ser analisadas pela comissão responsável pela nova constituição e foi o que se fez. A apresentação dessas propostas ecoou nos territórios coloniais espanhóis nas Antilhas e, ainda em 1811, o Capitão Geral de Cuba Marquês de Someruelos enviou

uma correspondência alertando que se deveria discutir a questão da emancipação com:

toda la reserva; detención y exámen que su gravedad requiere, para no perder esta importante isla : y que se digne tener en consideración lo acreedores que son estos leales habitantes para alejarles todo temor de ver repetida en ella la catástrofe de su vecina la de Santo Domingo, dominada ahora por los que ántes eran esclavos allí, después de haber sufrido sus dueños las terribles desgracias que son bien notorias (Saco, 1938, p. 90).

Após isso ocorrer, outro Deputado, dessa vez Francisco Arango apresentou uma proposta menos abrangente, a qual previa apenas o fim do tráfico de escravizados e alertando que eles ainda tinham até pelo menos 1820 para fazê-lo, que era quando terminava o prazo do acordo feito com a Inglaterra. Dessa maneira, a proposta de Arango e os interesses coloniais fizeram a Corte de Cádiz rejeitarem as propostas de abolição apresentadas.

Quando, em 1820, o prazo, firmado em Tratado de 23 de setembro de 1817, para dar fim ao tráfico para as Antilhas terminou e continuavam a entrar navios ilegais em Cuba e os escravistas queriam uma extensão de 5 meses de prazo para que os navios saídos da costa do continente Africano chegassem legalmente à ilha. Ao mesmo tempo, em 1820 houve uma revolta militar em Madrid que forçou Fernando VII a restaurar a constituição de 1812 e convocar eleições de novas cortes.

Nessas novas eleições, Cuba elegeu 3 deputados e eles esperavam que os eleitos defendessem os interesses escravistas na metrópole, porém nem sempre isso ocorria. Um exemplo é o Padre Félix Varela y Feliz, professor de Filosofia em Cuba, eleito Deputado das novas cortes e que em 1820 apresentou o “Proyecto de decreto sobre la abolición de la esclavitud en la isla de Cuba y sobre los medios de evitar los daños que puedan ocasionarse a la población blanca y a la agricultura” (Garcia, 2003, p. 162).

Sua proposta era bastante interessante, intencionava fornecer a liberdade após 15 anos de serviço prestado, liberdade por nascimento ou liber-

dade do ventre, liberdade custeada pelos fundos públicos e contribuições voluntárias e, por fim, a abolição. Além disso, apresentava propostas de encargos das instituições vinculadas a emancipação e ideias para controle do comércio entre províncias (Garcia, 2003, pp. 162-164).

As ideias do presbítero foram também adicionadas a comissão de constituição, porém o projeto não foi posto em discussão em decorrência da dissolução das Cortes e 1823. Desde então, deputados das colônias não foram muito bem aceitos em Cortes Constitucionais. Nas décadas posteriores, o desafio da Espanha se tornou conseguir abolir o comércio de escravizados e conseguir manter as Antilhas enquanto colônias tendo em vista o seu sucesso comercial.

No início do século XIX, principalmente após 1822, o Brasil passava por grande dificuldade política, se esforçando para se afirmar independente frente as outras nações, e internamente tentando vender o projeto independentista para as diferentes províncias, criando uma constituição e discutindo projetos de nação com os diferentes grupos interessados.

Pouco tempo depois, ocorreu a conturbada abdicação de D. Pedro I, ainda em 1831, fato que abriu espaço para a eclosão de inúmeros conflitos (Leite, 2020, p. 39).

É nesse contexto conturbado da década de 1830 que encontramos a primeira proposta de liberdade do ventre no Brasil. No início do ano legislativo de 1836 na sessão de 7 de maio, o então Deputado baiano Antônio Ferreira França apresentou quatro projetos que versavam sobre temáticas diferentes para apreciação de seus colegas. Os dois primeiros versavam sobre assuntos econômicos, tratando da emissão de bilhetes para as letras pagáveis das caixas econômicas de empregados públicos e a substituição dos impostos sobre produção e exportação por imposto de três mil réis por cabeça de escravo, respectivamente.

Os outros dois últimos projetos tratam sobre o fim da escravidão, o primeiro possui dois artigos e prevê que “da presente em diante, todos os que nascerem no Brasil serão livres” (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1836, tomo I, p. 24) e “os senhores que tiverem a bondade de criar os filhos de suas escravas e os fizerem aprender um ofício, gozarão dos serviços deles até 25

anos de idade” (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1836, tomo I, p. 24). O último projeto previa que “em 25 anos acabará a escravidão no Brasil” (*Anais da Câmara dos Deputados*, 1836, tomo I, p. 24). Os objetivos dessas propostas por si só, já chamam bastante atenção, tendo em vista o período em que estão aparecendo. Apesar disso, duas coisas nos ajudam a entender como o tema apareceu, o autor da proposta e o contexto da mesma.

Antônio Ferreira França nasceu em Salvador, Bahia em 1771. Se formou em Medicina em Coimbra e, em 1810, foi nomeado Lente Visitador das Escolas Régias da Bahia. Sua carreira política começou no conturbado período da independência, quando se tornou Deputado da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823 pela Bahia, posteriormente se reelegeu 3 vezes e foi no fim de seu último mandato que ele apresentou os projetos sobre o fim da escravidão. Cabe destacar também que o Deputado Ferreira França, no ano de 1835, já havia apresentado um projeto polêmico que previa a instituição do federalismo no Brasil. Ambos os projetos, federalismo e fim da escravidão, não foram julgados objeto de deliberação, ou seja, nem foram elencados para entrar em discussão.

O início da década de 1830 foi marcado pela discussão parlamentar do fim do tráfico de escravizados no Brasil, e se ampliarmos a lente para a América do Sul, diversos países estavam discutindo e aprovando a liberdade dos nascituros e/ou o fim do tráfico de escravizados, além de uma independência republicana.

Dessa maneira, não é de se surpreender as ideias serem propostas pelo Deputado em 1835 e 1836, tendo em vista o contexto interno e externo. Destaca-se também a simplicidade do projeto apresentado com apenas 2 artigos que não regulamentavam quase nada acerca da liberdade do ventre, muito parecido com os projetos/decretos aprovados em outros países da América do Sul e, como vimos, na Espanha.

Brasil e Espanha enfrentaram alguns desafios parecidos para colocar fim ao tráfico de escravizados, ambos sofreram pressão britânica e estavam vivendo um grande aumento das exportações no início do século XIX.

O Brasil aprovou a lei antitráfico de 1831 e ela possuiu certa eficácia após sua promulgação, porém além da continuidade do comércio negreiro, o tema do tráfico perdurou nos debates parlamentares até meados de 1850, quando da aprovação da Lei Eusébio de Queiróz, nesse meio tempo, muitos projetos foram apresentados com o intuito de modificar ou até mesmo acabar com a Lei de 1831.

Os debates giravam em torno de “diversos pontos dela, tais como a atuação das comissões mistas anglo-brasileiras e a própria ineficácia da lei, e o tráfico continuava motivado por uma “maldita sede de torpes ganhos” e realizado por pessoas “malvadas” (Rodrigues, 2000, p.109).

A Espanha não foi tão diferente, além do Tratado de 1817, que apresentamos brevemente em parágrafos anteriores, que previa o fim do tráfico, eles fizeram outro tratado em 1835 que possuía o mesmo propósito e que também não teve aplicabilidade. No fim de 1840 a Britânia propôs outro tratado para a Espanha, e esse previa ampliar o poder das comissões mistas, e fazer um censo de todos os escravizados que entraram ilegalmente desde 1820. Os senhores de escravizados ilegais seriam chamados ao tribunal e se comprovados os escravizados ganhariam liberdade.

A pressão para assinatura desse tratado era enorme, por outro lado a Ajuntamento de Havana ameaçou que se essa proposta fosse acordada entre os países, eles “largariam o país mãe” (Corwin, 2014, p. 70). E essa era uma ameaça factível, visto que desde 1841 os proprietários cubanos estavam considerando a anexação da ilha aos Estados Unidos (Corwin, 2014, p. 99). A relação entre a Espanha e a Inglaterra estavam a beira de uma guerra, que só não ocorreu pela proteção dos Estados Unidos que tinha interesse na ilha de Cuba.

A questão do tráfico continuava em voga, com a revolução francesa de 1848 e a aprovação da lei anti-tráfico de 1850 no Brasil, eles se tornaram o último país a permitir o tráfico legalmente.

No Brasil Depois de toda a difícil trajetória de extinção legal do tráfico de africanos escravizados, muitas pessoas, entre elas políticos, acreditavam que a aprovação dessa medida seria suficiente para, aos poucos, pôr um fim

na escravidão no país. Apesar disso, outras pessoas já estavam pensando em outras maneiras de acelerar esse processo, como, por exemplo, através da liberdade do ventre. Foi o caso da Sociedade Contra o Tráfico de Africanos, e Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas, que, através do deputado pelo Ceará, Silva Guimarães, apresentou às câmaras legislativas, em 1850, uma proposta para aceleração da emancipação (Leite, 2020, p. 50).

Segundo Eduardo Spiller Pena: Entre as medidas propostas estava a libertação do “ventre escravo” (com a obrigação de que as crianças do sexo feminino servissem aos senhores de suas mães até aos 18 anos e as do sexo masculino até aos 21) e o direito à liberdade a todo escravo que se dispusesse a pagar o valor de seus serviços, determinado judicialmente (Pena, 2001, p. 81).

Essas eram apenas alguns dos 49 artigos que a sociedade apresentou como medidas para a extinção da escravidão. Seu projeto nem foi analisado naquele momento. Em 1852, o mesmo deputado apresentou projeto semelhante ao primeiro e o resultado foi o mesmo (Leite, 2020, p. 50).

A década de 1860 teve notável importância para as discussões acerca do escravismo, pois se percebe o início de um movimento em prol da emancipação dos escravos no Brasil e na Espanha (Leite, 2020). A escravidão já havia terminado ou estava em via de terminar em quase todo o mundo ocidental. Porém, o problema do tráfico de escravizados ainda não tinha cessado na Espanha, e o Brasil continuava estimulando a escravidão a partir do tráfico interprovincial, por exemplo. Dessa forma, Lord John Russel, em 1860, propôs uma conferência em Londres que contaria com a presença de diversos países como a Espanha, França, Inglaterra, Portugal, Estados Unidos e Brasil. Segundo Arthur Corwin “o objeto da conferência seria a adoção de ‘formas convenientes de por fim em um crescente tráfico e, finalmente, assegurar a completa abolição’” (Corwin, 2014, p. 127). Apesar dos esforços empreendidos para reunir os países e discutir a possibilidade do fim do tráfico e da escravidão, a Espanha recusou participação.

Essas conferências ocorriam com alguma frequência e de certa forma ditavam alguns entendimentos gerais sobre a escravidão. É o que nos mostra Célia Azevedo ao falar da Convenção Geral Antiescravidão que ocorreu em 1840 por organização da Sociedade Britânica e Estrangeira antiescravidão. Segundo a autora, foi nesse evento que a temática do fim da escravidão como forma de transição para o trabalho livre ganhou certo destaque. A partir de então surgem os argumentos que o trabalho livre é mais lucrativo, se afastando, portanto, de uma perspectiva mais humanista do fim da escravidão (Azevedo, 2016, p. 107). Esses eventos que reuniam representantes de diversos países merecem um olhar mais atento, pois podem ser a partir deles que algumas ideias como o fim da escravidão a partir da liberdade do ventre se estabelecem.

É na década de 1860 também que, segundo Arthur Corwin, o abolicionismo toma conta da Espanha (Corwin, 2014, p. 153). Não que a sociedade espanhola fosse apática à questão da escravidão, mas é durante esse período que, por exemplo, ocorre o primeiro encontro da sociedade abolicionista espanhola, que é oficialmente fundada em 1865. Assim como o jornal produzido pela sociedade chamado *El Abolicionista Español*. O esforço de criação da sociedade partiu do porto-riquenho Julio Vizcarrondo que havia chegado em Madrid em 1863.

Outro movimento importante no contexto foi a Guerra de Secessão, ocorrida nos Estados Unidos (1861-1865), que refletiu no Brasil, sendo de extrema relevância para suscitar a questão do regime escravista e colocá-lo em debate tanto no Brasil quanto na Espanha. (Leite, 2020, p. 54) No Brasil a Guerra de Secessão trouxe a tona o debate sobre a temática da escravidão nos jornais cariocas, como demonstra Silvana Mota Barbosa (Barbosa, 2011, pp. 123 -147) A disseminação da discussão sobre tal tema pela imprensa junto com o fim da Guerra de Secessão e a vitória dos estados da União, que lutavam pela emancipação, fizeram a escravidão no Brasil sofrer um duro golpe.

A Espanha ainda mantinha o tráfico de escravizados baseando sua escolha no apoio dos Estados Unidos que ainda mantinha a escravidão e tinha interesse na anexação da ilha de Cuba. Porém com a Guerra de Secessão e a possibilidade do fim da escravidão no país eles estariam sozinhos. Isso fica claro quando Gabriel Tassara, ministro espanhol em Washington, temendo os contornos que a política externa americana poderia tomar no futuro avisou Madrid em 1865 que eles deveriam “de uma forma ou de outra iniciar a abolição da escravidão” (Corwin, 2014, pp. 161-162).

Assim como no Brasil o evento que ocorreu nos Estados Unidos impactou a opinião pública na Espanha. Segundo Arthur Corwin: O efeito geral da guerra americana na opinião pública espanhola foi prontamente reconhecido pelos abolicionistas: “A Guerra Civil”, disse Gabriel Rodríguez, “influenciou a opinião na Espanha dando tremendo apoio aos esforços até então isolados de nossos abolicionistas” (Corwin, 2014, p. 162).

Além disso, a liberdade do ventre começou a ganhar certo apelo popular e isso estava ligado à maternidade. Karoline Carula, ao analisar o uso de amas de leite e suas representações, percebe que, por vezes, essas mulheres, em sua maioria negras e escravizadas, eram vistas como “Mulheres pérfidas e más, assim se representavam as escravizadas que atuavam como amas de leite” (Carula, 2022, p. 6). Por outro lado, segundo a autora: Essa representação, contudo, foi tomando novos contornos conforme os anos seguiram, sobretudo com o crescimento do movimento abolicionista. A condenação ao uso de amas de leite como método de aleitamento infantil continuou, mas o olhar para a maternidade da mulher escravizada passou a ser diferenciado, além de algoz ela passou a ser apresentada como vítima (Carula, 2022, p. 6).

Isso explica, em parte, o fato de a liberdade do ventre das escravizadas ser bem aceita pela sociedade, tendo em vista todo o imaginário que envolvia a sacralidade da maternidade.

Dessa forma, a movimentação para aprovação do ventre livre tanto no Brasil como na Espanha começa na década de 1860. Ainda alguns anos antes do projeto que daria forma a Lei do Ventre Livre brasileira ser apre-

sentado, em 1865, o senador visconde de Jequitinhonha apresentou também três projetos que pretendiam (1) abolir as penas de violência temporais, (2) trocar a liberdade dos escravos pela nulidade de seus legados constantes, dando liberdade aos escravos maiores de 25 anos dez anos após a aprovação da Lei, sendo que após esse tempo ele previa mais 5 anos até abolição da escravidão. O último projeto (3) instituía cartas de liberdade para todos os escravos da nação. Um ano depois, o deputado Tavares Bastos “insistiu (1866) sobre as cartas de alforria para os escravos da nação, distribuindo-se terras, gado e bens móveis entre os das fazendas nacionais” (Carneiro, 1980, p. 20). Além disso, propunha que fosse proibida a posse de escravos para a sociedade, companhias e corporações civis e religiosas. Por fim, declarava livres os nascidos após a Lei e os demais teriam liberdade passados vinte anos da aprovação da lei (Carneiro, 1980, p. 20).

Pouco tempo depois, o *Jornal do Commercio*, em 23 de fevereiro de 1867, noticiava a partir de seu correspondente em Londres que estava pronto para ser submetido às cortes espanholas o seguinte plano de emancipação:

Serão declarados livres:

1º - Todas as crianças menores de 3 anos;

2º - Todos os escravos maiores de 60 anos;

3º - Todas as crianças que nascerem depois da promulgação do decreto da emancipação;

4º - Todos os negros importados em Cuba depois de 1845, calculados em 100,000;

5º - O resto será emancipado mediante uma indenização paga aos senhores;

6º - A escravidão ficará abolida em cinco anos (*Jornal do Commercio*, ed. 87, ano 1867).

Quando essa publicação apareceu no jornal carioca, o projeto brasileiro de reforma da escravidão já estava sendo produzido para ser posto em discussão no Conselho de Estado Brasileiro, o que vai ocorrer em abril de 1867, e a lei seria aprovada apenas em 1871. Já na Espanha, o projeto de lei que culminaria na Lei Moret, só chegaria para discussão em 1870, e seria

aprovado no mesmo ano. Essa rapidez pode ser explicada pelo movimento independentista que estava ocorrendo naquele mesmo momento no território colonial espanhol. Um grupo de conspiradores estava tentando mudar essa condição colonial, o que gerou, em 1868, a declaração de uma revolta contra o governo espanhol. Os líderes revoltosos precisavam de capilaridade para seu movimento, assim, uma opção viável seria recrutar escravizados e campesinos negros. A contrapartida, contudo, seria dar fim à escravidão, oferecendo um contraponto às intenções da metrópole, Espanha.

Frente a esse movimento de revolta, a Espanha se viu em uma posição delicada, pois os insurrecionistas haviam declarado a abolição e os escravizados tinham motivação em largar seus senhores para lutar junto aos revoltosos. Dessa forma, estrategicamente, a metrópole precisava tomar decisões antiescravistas para acabar com o apoio aos revoltosos. Portanto, a aprovação da lei espanhola foi uma resposta a esse movimento.

Considerações Finais

Uma pesquisa que buscasse analisar apenas as propostas legais que visavam reformar a escravidão que foram aprovadas no século XIX, sem dúvidas, enfocaria o final do século e, talvez incorresse no erro de inferir que não havia discussão sobre o tema nas décadas iniciais dos Oitocentos.

Por isso, analisar as que foram rejeitadas é tão importante, essas que consideramos para esse texto como falhas de iniciativas individuais e coletivas, nos permite argumentar que existiu sim um debate no entorno da emancipação durante todo o século XIX nos Impérios do Brasil e da Espanha e, principalmente, que a liberdade do ventre era uma ferramenta para reformar a escravidão, proposta desde o início do século.

Além disso, sem dúvida, todos os projetos analisados anteriormente, contribuíram como referência para as propostas de liberdade do ventre que foram aprovadas e postas em prática durante a década de 1870 nos Impérios do Brasil e Espanhol, remontando uma ideia de que os fracassos contribuí-

ram para o êxito da proposta. (Alvariño *et al.*, 2023). Isso, além do contexto, nos permite aproximar a história dos dois impérios.

Porém, importa destacar que, apesar de possuírem a escravidão com peso comparável, fica claro que existiam grandes diferenças nas trajetórias políticas de Brasil e Espanha para com a escravidão. A exemplo, a Espanha havia perdido diversos territórios coloniais no início do século XIX nos quais havia feito diversos investimentos comerciais, por outro lado o Brasil estava no movimento de deixar o estigma de colônia e se estabelecer frente aos outros países como independentes.

Alguns temas acerca da escravidão se tornavam de certa forma, senso comum, e isso se devia, no nosso entender, as convenções que se propunham a discutir a questão da escravidão que ocorreram em diferentes períodos o século XIX e que possuía representantes de diferentes países do mundo. Isso influencia também o grande crescimento que o movimento abolicionista vai ter na década de 1860 tanto no Brasil quanto na Espanha.

Esse boom antiescravista vai mudar a percepção sobre a maternidade escrava e trazer então outro olhar acerca da liberdade do ventre como medida emancipacionista, que vai então ganhar um olhar humanista. Além disso, a percepção de que a outra forma de estancar a escravidão seria impedir que nascessem escravizados no país, para que a instituição acabasse naturalmente. Tendo em vista que o tráfico, que alimentava artificialmente a escravidão, tinha sido abolido.

Referências bibliográficas

Álvarez-Ossorio Alvariño, A.; Amelang, J.; González Mezquita, M. & Martínez Bermejo, S. (Coords.). (2023) *Vidas fallidas: aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad*. Editorial de la Universidad Nacional de Mar del Plata

Anais da Câmara dos Deputados (1836). Tomo I.

Andrews, G. (2007). *América afro-latina, 1800-2000*. Edufscar.

Azevedo, C. M. (2016). *Etíope resgatado: abolicionismo e suas conexões internacionais*. Annablume.

Barata, A. M. (s.d.). A Revolta do Ano da Fumaça. *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

BARBOSA, S. M. A Imprensa e o Ministério: escravidão e Guerra de Secessão nos jornais do Rio de Janeiro (1862-1863). In Campos, A. P., & Carvalho, J. M. d. (2011). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira.

Carneiro, É. (1980). A Lei do Ventre-Livre. *Afro-Ásia*, (13). <https://doi.org/10.9771/aa.v0i13.20807>

Carula, K. (2022). Maternidade escrava e amas de leite na imprensa do Rio de Janeiro do Oitocentos. In Carula, K.; Ariza, M. B. A. (orgs.), *Escravidão e maternidade no mundo atlântico: corpo, saúde, trabalho, família e liberdade nos séculos XVIII e XIX*. EdUFF.

Chust, M. (2008). Reflexões sobre as Independências Ibero-americanas. *Revista de História*, (159), 243. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i159p243-262>

Corwin, A. F. (2014). *Spain and the Abolition of Slavery in Cuba, 1817-1886*. de Gruyter GmbH, Walter.

Florentino, M. (2012). Uma lógica demográfica elástica: o abolicionismo britânico e a plantation escravista no Brasil (1789-1850). *Historia Crítica*, (47), pp. 139-159. <https://doi.org/10.7440/histcrit47.2012.08>

Garcia, J. (2003). La Cuéston de la Trata em El Trienio Liberal (1820 - 1823). *Cuadernos de Historia Contemporánea*, (extraordinário).

Jaime, R. (2000). *O infame comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil, 1800-1850*. Editora da UNICAMP.

Leite, T. S. (2018). “RESTA SÓ O B RASIL; RESTA O BRASIL SÓ”: A primeira proposta de emancipação do ventre escravo, sua recepção e discussão no Conselho de Estado imperial (1866-1868). Cantareira.

Leite, T. S. (2020). *Com a Letra da Lei e o Espírito do Legislador: Projetos, Atores e Debates Políticos na Trajetória da Lei do Ventre Livre (1866 – 1871)*. Dissertação de Mestrado apresentada á Universidade Federal de Juiz de Fora.

Pena, E. S. (2001). *Pajens da casa imperial: Jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Editora da UNICAMP.

Raminelli, R. (2021). Reformadores da escravidão Brasil e Cuba c. 1790 e 1840. *Varia Historia*, 37(73), 119–154. <https://doi.org/10.1590/0104-87752021000100005>

Regina, B. M., Villela, P. M. A., & Elisa, M. M. (Eds.) (2008). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. Paz e Terra.

Saco, J. A. (1938). *Historia de la esclavitud de la raza africana en el nuevo mundo y en especial en los países américo-hispanos*. Cultural.

Scott, R. (1991). *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860 – 1899)*. Editora da UNICAMP.

Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e da Civilização dos Indígenas. (1852). *Sistema de medidas adotáveis para a progressiva e total extinção do tráfico e da escravatura no Brasil*.

Do vitupério ao reconhecimento: a trajetória de Pedro de Angelis por sua coleção

Rodrigo Noronha*

Resumo

Pedro de Angelis, napolitano radicado em Buenos Aires, tornou-se figura importante na história do Rio da Prata por sua coleção de manuscritos. Analiso sua jornada durante o governo de Rosas, quando sua obra foi associada a um vasto conjunto documental na Biblioteca Nacional do Brasil. Enquanto alguns o consideram um mercenário, sua coleção parece reverter sua trajetória de insucessos, de apologista de um governo fracassado, a nome de um dos fundos documentais mais ilustres do Brasil.

Palavras-chave: Pedro de Angelis, coleção, reconhecimento, Governo Juan Manuel de Rosas, fracasso, Império do Brasil.

Abstract

Pedro de Angelis, a Neapolitan living in Buenos Aires, became an important figure in the history of Rio de la Plata due to his collection of manuscripts. I analyze his journey during the Rosas government, when his work was associated with a vast documentary collection in the Biblioteca Nacional do Brasil. While some consider him a mercenary, his collection seems to reverse his trajectory of failures, from apologist for a failed government, to the name of one of the most illustrious documentary funds in Brazil.

Keywords: Pedro de Angelis, collection, recognition, Juan Manuel de Rosas Government, failure, Empire of Brazil.

Introdução

Este trabalho pretende analisar a trajetória de um colecionador por meio do acervo por ele amealhado. Nascido em Nápoles, Pedro De Angelis destaca-se como uma das figuras mais intrigantes e debatidas da historiografia argentina. Sua chegada ao Rio da Prata em 1827, a convite do governo do então presidente Bernardino Rivadavia, rapidamente o colocou como figura central na efervescente vida intelectual da região rio-platense. Vindo da Europa para um conturbado cenário político sul-americano oitocentista, a história desta multifacetada personagem se constrói inserida no contexto de um governo que fracassou, foi derrotado, imprimindo assim esta mesma pecha naqueles que fizeram parte desta empreitada política. Dada tais circunstâncias, levantamo-nos uma questão: teria Pedro de Angelis revertido seu fracasso senão por sua coleção? De Angelis foi figura amplamente debatida na historiografia, principalmente platina, com diversos autores escrevendo sobre sua jornada, assim como o próprio autor/coleccionador, que também fala de si e daquilo que tem. Quando falamos de fracasso, insucesso, ou qualquer palavra que denote falha, devemos também entender a importância da narrativa na construção da identidade individual. Destaco que a decisão de apresentar os eventos da vida como bem-sucedidos ou fracassados desempenha um papel fundamental nesse processo. A forma como se escolhe interpretar e por em relevo esses eventos molda não apenas a imagem, mas também influencia a percepção do outro, ou seja, a maneira como contamos nossa própria história é essencial para a definição do “eu” e dos olhares que os outros têm de nós (Álvarez-Ossorio, 2023).

A coleção, por sua vez, hoje abrigada na Fundação Biblioteca Nacional, no Brasil, começou a ser formada a partir de 1830, com o nome de *Colecti3n de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del R3o de la Plata*, sendo composta por 4.076 pe3as, entre impressos, mapas e manuscritos. 3 assim considerada uma das mais preciosas e impor-

tantes coleções daquele acervo hoje no Rio de Janeiro. Para a construção argumentativa, analisando fontes¹ e bibliografia pertinente, interessa dissertar sobre a possível busca por reconhecimento social pelo autor/coleccionador, atravessada por vitupérios e pelo circuito envolvendo a aquisição dos documentos amealhados, a coleção per se, sua negociação e venda para o império brasileiro. Por meio da coleção transportada de um país a outro, há também uma reputação póstera de Pedro de Angelis.

Em busca do reconhecimento

Pedro de Angelis, em sua trajetória como colecionador e apologista do governo de Juan Manuel de Rosas, também buscava prestígio. Colecionando sob a proteção de Rosas, De Angelis garantia um ofício intelectual e era reconhecido no círculo letrado, com vínculos e alcance em sociedades científicas além do território americano². Com paixão pelos livros, ele não pôde levar toda a sua biblioteca da Europa para seu novo destino, as Províncias do Rio da Prata. Ainda assim, muitos exemplares foram trazidos pelo próprio De Angelis, principalmente aqueles amealhados ao longo da década de 1820 durante sua estadia na França, demonstrando assim sua verve colecionista. No entanto, não há evidências que demonstrem interesse prévio de Pedro de Angelis por assuntos relacionados com o continente sul-americano, algo que nasce durante sua estada em Buenos Aires (Sabor, 1995, p. 161). Portanto, o que o levou a colecionar documentos relativos à história do extremo sul americano? Apenas a paixão por tal atividade?

Pedro de Angelis foi parte de um grupo de intelectuais que apoiavam e estavam integrados ao regime político de Juan Manuel de Rosas. Ele de-

¹ As fontes relacionadas ao periódico *Archivo Americano y espíritu de la prensa del mundo* foram consultadas em formato digital, assim como as cartas trocadas entre Pedro de Angelis e o Cavaleiro de Wallenstein, estas últimas inseridas em Cortesão, Jaime (1951). *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Coleção de Angelis. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pp. 21-33

² O sentido de reconhecimento que se pretende destacar parte do trabalho do filósofo Paul Ricoeur, ao analisar o percurso polissêmico da palavra ao longo do tempo, como se verá. Ricoeur, Paul (2006). *Percurso do reconhecimento*. Loyola.

sempenhou um papel importante na criação de uma narrativa histórica que buscava justificar e legitimar o governo autoritário de Rosas, apresentando-o como uma manifestação da vontade popular e da soberania nacional. Na primeira edição do *Archivo Americano*, De Angelis escreve “Igual suerte há tocado al eminente patriota D. Juan Manuel de Rosas, ilustre por su origen, expectable por su posicion social, benéfico por carácter, laborioso por principios, y sobretudo benemérito por los relevantes y desprendidos servicios prestados á la Patria” (*Archivo Americano y espíritu...*, 1843). Essa abordagem nos revela uma intenção, uma avaliação histórica, assim como uma escolha discursiva consciente por parte de De Angelis, que busca destacar aspectos específicos da figura de Rosas para promover uma interpretação favorável de sua liderança.

Ante tais demonstrações de apoio, De Angelis, inserido no contexto de um governo dito ditatorial, acaba também comprometendo a liberdade de sua própria ação colecionista³. Diversos são os documentos que De Angelis adquire ao longo de sua trajetória no Rio da Prata. Contudo, o erudito napolitano também sabia da preciosidade e importância de tais documentos, tanto para a história das províncias do Rio da Prata, quanto para a própria história do então Império do Brasil, que vivia em constantes disputas geopolíticas e econômicas com as províncias do sul. Dessa forma, ao apoiar o governo de Rosas e amearhar documentos, De Angelis construía as bases de uma estrada que o poderia levar a uma determinada estima social, caminhando ao lado de seu patrono e inserido no governo por ele encabeçado. Ao fazer parte de um círculo letrado importante, dentro e fora dos limites rio-platenses, De Angelis inseria-se numa comunidade de valores compartilhados, pois, da mesma forma, outros intelectuais pactuavam das mesmas atividades e interesses, em acordo com a construção da identidade histórica

³ Em abril de 1830, o governo de Juan Manuel de Rosas ordenou a queima pública de diversas coleções de jornais considerados injuriosos e ofensivos às autoridades. Essa ação foi realizada em cerimônia pública na praça Vitória, em frente aos portais do cabildo de Buenos Aires, tornando-se um símbolo da repressão à liberdade de imprensa durante o início do governo de Rosas. Isso demonstra como a atividade colecionista de Pedro de Angelis pode ter sido influenciada por tal cenário de censura. Ver Weinberg, Félix (1957). *El periodismo en la época de Rosas*. *Revista de História*, n. 2, p. 1.

de nações recém-emancipadas do jugo colonial. Ao colecionar tais documentos e torná-los mais ou menos públicos, demonstrando bem a sua iniciativa, De Angelis também se destacava por ter aquilo que ninguém mais tinha, dando ainda mais relevo a sua ação, estimado pela comunidade na qual estava inserido⁴. Por mais que a personagem em questão estivesse entremetida em um governo que caminhou rumo ao fracasso da derrota, ao colecionar documentos tão importantes, sua coleção funcionou como uma espécie de proteção, uma tábua de salvação em meio ao naufrágio. Logo da queda de Rosas, De Angelis tratou de buscar lugar seguro para manter-se materialmente. Foi tão hábil em seu intento que, em 15 de Julho de 1852, o general Justo Urquiza o havia nomeado diretor do recém-criado Departamento Estadístico de la Confederación, que teria como principal objetivo apresentar dados históricos que pudessem dar um panorama completo da população, comércio e indústria da região platina. Como um colecionador munido de documentos tão importantes, podemos intuir que Pedro de Angelis utiliza sua coleção como respaldo das suas capacidades, uma espécie de currículo que comprova suas habilidades para assumir determinados cargos e funções. Segundo Josefa Sabor, em cinco meses De Angelis passou de servidor de Juan Manuel de Rosas - execrado por todos - a um funcionário respeitável, diretor de um organismo técnico importante⁵.

Vitupérios

Depois de sua trajetória colecionista na região do rio da Prata, De Angelis foi vítima de desconfiança e acusações que variavam de mercenário a ladrão. Parte da historiografia, por exemplo, tratou como absurdo o fato

⁴ Paul Ricoeur menciona a impressão de que o conceito de reconhecimento está se reduzindo, ou seja, tornando-se menos amplo ou complexo. Contudo, essa impressão seria equivocada, pois o reconhecimento ainda é um conceito poderoso, que agora se manifesta mais na forma passiva do “ser reconhecido” em oposição ao ato ativo de “reconhecer”. Ricoeur argumenta que a revolução conceitual mais significativa ocorreu na transformação do ativo (ato de reconhecer) para o passivo (o estado de ser reconhecido), relacionando essa mudança ao pensamento de Hegel, especificamente ao tema da “luta pelo reconhecimento” em que o horizonte é o estado de “ser reconhecido”, nesse caso pela estima social. Ricoeur, *Percurso do reconhecimento*, *op. cit.*

⁵ Sabor, pp. 127-128

de a coleção ter sido vendida a um país vizinho por De Angelis, dizendo que esta teria sido arrancada da nação onde havia sido formada para passar às mãos do Brasil. A bibliografia argentina de teor nacionalista justifica que tais documentos eram a mais importante coleção de obras e fontes reunida sobre a história da região meridional da América, sendo estrategicamente determinante para as questões de limites e fronteiras (Sabor, 1995, p. 159). Mesmo antes, contemporâneos periodistas de De Angelis o atacaram, como Florencio Varela, que o acusa em 1841 de furtos no Archivo General de Buenos Aires, dando a entender que sua coleção, ou ao menos parte dela, havia sido angariada de forma ilícita por seu autor. Jose Rivera Indarte, ao escrever sobre Pedro de Angelis, o acusa de ter enriquecido saqueando arquivos e vendendo coleções, manuscritos e livro raros (Díaz-Molano, 1968, pp. 84-85). Esse corpus documental foi de fundamental importância para a discussão de questões de limites territoriais, ou de vital interesse para o conhecimento de feitos como os relacionados à constituição, desenvolvimento ou decadência das missões jesuíticas (*Idem*). Isso gerou desconfiança e crítica, principalmente de opositores ao regime político do qual De Angelis era propagandista, pois se questionava a forma como o erudito italiano agia em relação a suas aquisições. Esses ataques à figura do colecionador napolitano nascem dentro de um contexto de oposição ao governo apoiado por De Angelis, o que de fato pode gerar distorções ou exageros, no sentido de desqualificar ou deslegitimar os feitos de um colecionador enquanto artífice de um dos trabalhos mais importantes para a historiografia argentina, a construção de uma memória nacional mediante sua coleção.

Um circuito mercantil

Grande parte dos documentos amealhados por Pedro de Angelis pertencia a funcionários reais que trabalhavam na demarcação dos limites espanhóis no sul da América, entre eles Diego de Alvear, que fazia parte da comissão demarcadora de limites (Sabor, 1995, p. 166). Além do Brasil,

esses documentos também foram negociados com a província de Entre Rios, dando mostras de um circuito mercantil que envolvia importantes governos da região. De Angelis tinha consciência desse aspecto, dando indícios da importância desses documentos e da coleção em si, fundamental para sua notoriedade.

Ao negociar documentos da coleção com intelectuais e ex-funcionários reais, De Angelis também oferecia em troca outros papéis, como obras literárias impressas, em retribuição a seus negociadores. Em artigo de *La Gaceta Mercantil*, de 1843, o erudito napolitano agradece ao diretor da Biblioteca Pública de Buenos Aires, José Maria Terrero, dando-lhe de presente uma série de livros, demonstrando gratidão pelo empréstimo de documentos para publicá-los de forma impressa em sua *Colección* (*Idem*, p. 168). Isso demonstra o zelo que Pedro de Angelis tinha em construir sua coleção e em divulgar textos documentais, e uma disposição em fazer dessa obra o principal feito de sua vida. Em carta de fevereiro de 1839, De Angelis, em conversa com o Cavaleiro de Wallenstein, cônsul russo no Império do Brasil, solicita obras do século XVIII de que necessitava para seus estudos, entre elas livros sobre temas histórico-geográficos brasileiros (*Idem*, p. 169). Segundo a historiadora Deise C. Schell, na época em que De Angelis atuou no Prata havia um grande interesse entre os protagonistas culturais da região – incluindo o próprio erudito napolitano e figuras como os já citados Florencio Varela e José Rivera Indarte, além de Juan María Gutiérrez – em serem considerados donos ou proprietários de livros e bibliotecas bem abastecidas, bem como de manuscritos e outros documentos importantes que possuísem. Na mesma esteira, Schell explica que ter uma biblioteca não só permitia a seu dono estudar, consultar e entrar em contato com livros e outros papéis em seu próprio tempo e com privacidade, mas também concedia prestígio e proporcionava certo “exibicionismo literário” ao proprietário. Citando Josefa Emilia Sabor, para Deise Schell a biblioteca de De Angelis era o “sonho e orgulho” de seu dono, acreditando que ele não só se orgulhava do patrimônio acumulado, mas também tinha consciência do poder que construía em torno de si com a

coleção de escritos e imagens (Schell, 2018, p. 148). Ou seja, podemos supor aqui uma intencionalidade do colecionador em colecionar também para outrem, ainda que seja para um governante ou governo em específico, pois esse poder acumulado em forma de coleção de documentos e livros poderia servir-lhe de barganha em assuntos futuros, tema a ser retomado mais à frente.

A coleção

Os documentos colecionados por Pedro de Angelis tinham importância tal, que muitos críticos afirmavam que esses, por serem documentos oficiais, jamais poderiam estar nas mãos do erudito napolitano. Ademais, o fato de o mesmo ter sido de 1840 a 1852 segundo arquivista no Archivo General de Buenos Aires o colocou numa posição privilegiada para obter papéis. Era suspeita, assim, a forma como De Angelis amealhou sua coleção (Sabor, 1995, p. 171).

Muitos desses documentos dizem respeito à administração colonial, questões territoriais e de fronteiras, bem como a missões jesuíticas e mapas sobre as outrora recém-conquistadas terras. Ao longo da história – nesse caso em específico o período moderno – esses documentos percorreram diversas temporalidades e foram objeto de diversas interpretações. Alguns dos textos que De Angelis colecionou eram cópias feitas por amanuenses a partir de originais, algo que Jaime Cortesão destaca, alertando que esses exemplares devem ser vistos com desconfiança (*Idem*, p. 163) – ou seja, como espelhos mais que deformantes pela intervenção dos copistas, aos olhos de Carlo Ginzburg (2002).

No caso analisado, a coleção Pedro de Angelis, será oportuno evocar as ideias de Krzysztof Pomian e seu conceito de semióforo, como peças que desempenham um papel intermediário ao conectarem dois mundos diferentes: o mundo visível (dos vivos) e o mundo invisível (dos mortos, dos deuses, de tempos passados) (Pomian, 1984, pp. 71-72). No contexto de uma coleção, esses objetos normalmente não teriam utilidade prática ou funcional

no mundo cotidiano dos vivos. No entanto, quando um colecionador reúne esses objetos e os separa da esfera do mundo cotidiano, retirando-os de um circuito de uso e trocas banais, eles adquirem um valor especial. Esses objetos, à medida que são coletados e exibidos, ganham um valor quase “sagrado” ou simbólico (Monteiro, 2007, p. 80). Eles são considerados preciosos não apenas por seu valor material, mas também por sua capacidade de conectar mundos e tempos que de outra forma estariam distantes.

Em um momento de construção de identidades nacionais e formação de fronteiras, a importância da coleção se mostra mais evidente para os países que ali estavam em disputa, como Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. De Angelis sabia disso, pois procurou formar grande parte de sua coleção com papéis ligados a questões territoriais e às próprias missões jesuítas, buscando comprar documentos, como já salientado, de quem havia trabalhado nas comissões demarcadoras do Tratado de Santo Idelfonso de 1777, entre os domínios de Espanha e Portugal. Depois, em meio ao processo de independência, buscou-se sustentar que a confederação argentina era herdeira dos territórios antes reivindicados pela coroa de Castela. Por essa razão, os documentos que De Angelis deveria selecionar e reunir em coleção referiam-se a uma região em curso de litígio e legitimação. Esses documentos teriam que comprovar a posse da monarquia espanhola dos territórios meridionais americanos, e o vínculo administrativo que os relacionava à jurisdição do vice-reinado platino. Por consequência, eles alegariam a verdade histórica “da posse e do justo título” da confederação sobre aquelas terras (Schell, 2018, p. 138). Dessa forma, o colecionador contribuía e ao mesmo tempo agradava ao governo para o qual servia, bem como criava condições para seu próprio reconhecimento mediante a história que construía, de sua coleção. Portanto, é importante salientar que Pedro de Angelis formou, enquanto colecionador, um conjunto de documentos essenciais para a formulação de políticas externas, particularmente no que se refere a fronteiras. Documentos reunidos por colecionadores como o erudito napolitano nos fornecem uma fonte valiosa de informações históricas que podem ser utilizadas para sustentar, consoli-

dar narrativas e influenciar decisões em questões fronteiriças. Esses papéis não apenas oferecem uma visão detalhada da história e geografia da região, mas também servem como uma ferramenta diplomática poderosa, algo que despertou interesses, como veremos a seguir, de nações e indivíduos a seu serviço. Esses documentos foram considerados assim patrimônio da nação argentina, além de servirem de ponte entre o então presente dos territórios meridionais da América, no século XIX, e seu passado colonial.

O transporte

Com o fim do governo de Juan Manuel de Rosas, De Angelis viu-se sem emprego ou atividade política que o pudesse remunerar. Preocupado com a situação material, o erudito napolitano decide, então, investir numa segunda tentativa de venda de sua coleção ao governo imperial brasileiro, desta vez com sucesso⁶. Por mais que a questão financeira seja o caminho mais seguro para compreender a venda da coleção, De Angelis também poderia sentir que, apesar da perda, o acervo estaria em boas mãos sob a tutela, segundo suas palavras, do ilustrado governo brasileiro (Schell, 2018, p. 172).

A aquisição da coleção Pedro de Angelis chega num momento de reestruturação da então Biblioteca Imperial, representando um investimento significativo feito pelo império brasileiro. Mas naqueles tempos essa instituição não costumava receber grandes aportes financeiros da coroa. No Brasil do século XIX havia uma rede de instituições que compartilhavam a responsabilidade de coletar e organizar documentos, contribuindo para a construção de um patrimônio documental brasileiro. Essa rede incluía a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual De Angelis seria sócio correspondente (*Idem*, p. 176).

⁶ Houve uma primeira tentativa de venda para o governo imperial brasileiro, intermediada pelo cônsul geral do Brasil em Buenos Aires, Clemente José de Moura, fracassada, segundo Cortesão, pelo temor do governo brasileiro em desagradar a Rosas, pelas delicadas relações diplomáticas que envolviam Brasil e Argentina naquele momento.

Diferindo coleções particulares de museus, Pomian destaca que uma das características marcantes de instituições como museus, arquivos e bibliotecas públicas é a sua durabilidade ou permanência ao longo do tempo. Isso significa que essas instituições são projetadas para sobreviver além dos indivíduos que as fundaram ou administraram inicialmente. Por outro lado, ao falar sobre coleções particulares, elucida que essas são reunidas por indivíduos durante suas vidas, e muitas vezes refletem seus interesses pessoais. Após a morte do colecionador, essas coleções particulares podem ser dispersas ou sujeitas a flutuações financeiras, dependendo do que acontece com a herança ou patrimônio do colecionador. Em contraste, um museu, arquivo ou biblioteca pública é destinado a existir de forma mais estável, independentemente das circunstâncias financeiras ou da vida de seus fundadores. Portanto, essas instituições tendem a manter os acervos, outrora particulares, preservados.

Para Deise C. Schell é difícil afirmar se De Angelis teve a intenção de vender sua coleção para o governo brasileiro como um ato de preservação (*Ibidem*, p. 181), desviando-a de um destino de venda a mãos particulares. Como vimos, o erudito napolitano teria ficado feliz em saber que sua coleção de documentos estava sob a guarda do governo imperial brasileiro. Tendo em vista que De Angelis tinha conhecimento da importância dos documentos que amealhara, principalmente no tocante à história da região platina e de parte do império brasileiro, é possível supor que o colecionador napolitano sabia que sua obra poderia, senão eternizá-lo, ao menos lhe conferir prestígio e estima social, no reconhecimento que tanto buscou. Ao sentir-se satisfeito com o destino de sua obra, pode-se imaginar que Pedro de Angelis tinha consciência que a venda da coleção ao governo imperial brasileiro ajudaria na perpetuação de seu trabalho e imagem. Mas, sobretudo, essa venda garantiu a preservação e a integridade da coleção por ele montada ao longo de anos. Caso De Angelis tivesse vendido seus manuscritos a colecionadores privados, esses documentos históricos poderiam ter se perdido no espaço e no tempo, indo parar em diferentes coleções particulares e estando sujeitos

a vicissitudes do tempo e de seus donos. Por outro lado, a coleção passou para o controle do império brasileiro, assim atendendo a outros interesses, ganhando novas interpretações e significados (Silveira, 2007, p. 127). Durante o reinado de D. Pedro II, o Brasil enfrentou desafios políticos e militares, tanto internos quanto externos. Internamente, revoltas provinciais surgiram devido a divergências políticas com o governo imperial. Externamente, o Brasil encarou conflitos com as antigas províncias do Vice-Reinado do Rio da Prata, mesmo após o término da Guerra do Prata. Esses desafios envolveram a necessidade de manter a unidade nacional e proteger os interesses econômicos na região. Assim, personagens como os viscondes de Uruguai e Rio Branco se destacam ao desempenhar papéis significativos na busca por estabilidade política e na condução de negociações diplomáticas. O primeiro tinha como objetivo principal manter a estabilidade do império brasileiro, promovendo a ordem para preservar suas estruturas, numa espécie de continuidade do legado colonial e das raízes portuguesas. O segundo estava engajado em assuntos diplomáticos na região platina, atuando como secretário do marquês de Paraná e como diplomata plenipotenciário. Sua tarefa consistia em negociar acordos e estabelecer alianças em preparação para um iminente conflito, inserido no contexto da Guerra Grande (1839-1851).

Inserida nesse contexto, a venda da coleção à futura Biblioteca Nacional do Brasil garantiu a esses documentos sua preservação, significando que essa permaneceria conservada e disponível para estudos futuros. Com a coleção protegida, De Angelis teve seu nome eternizado na história, contribuindo para se construir uma imagem positiva do erudito, sendo ele visto pela historiografia também como alguém preocupado em conhecer, preservar e coletar fontes históricas para o passado, o presente e as gerações vindouras (Schell, 2018, p. 181), encaixando-se numa comunidade de valores⁷. Esses valores, construídos histórica e culturalmente, variam no tempo e de lugar, e podem se alterar, serem substituídos ou ganhar maior ou menor re-

⁷ Por comunidade de valores entende-se o conjunto de valores compartilhados por membros de uma sociedade, determinando o que é permitido ou não, costumes, visão de mundo e uma educação transmitida entre gerações. Ricouer, 2006, pp. 216-217.

levância. Estes ligam os interesses individuais e da sociedade como um todo. Ao reunir documentos hoje pertencentes ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, como uma de suas coleções mais importantes, Pedro de Angelis deixa para trás os vitupérios e ganha notoriedade em uma comunidade que reconhece seu valor. Ele seria assim um “homem semióforo” que conecta o passado ao presente, pois seu acervo permanece como uma ponte para a rica história colonial sul-americana. Ao refletir sobre a vida e obra de Pedro de Angelis, somos instigados a pensar não apenas nos feitos do colecionador, mas nas questões mais amplas sobre a preservação da memória, o papel dos colecionadores na construção da história e como as narrativas são moldadas e reinterpretadas ao longo do tempo. Mas, sobretudo, refletir acerca do papel da coleção em si. Longe de ser apenas uma amálgama de documentos antigos, ela emerge como um testemunho do poder da preservação e do papel vital que esses documentos/semióforos desempenham na conexão entre passado e presente. Paradoxalmente, o acervo amalhado de modo heterodoxo e controverso transportou De Angelis do relativo insucesso ao reconhecimento.

Conclusão

A Coleção Pedro de Angelis é, sem dúvida, o trabalho de uma vida. Ao analisarmos a trajetória deste colecionador através de sua coleção, nos permitimos reavaliar algumas considerações sobre parte da historiografia pertinente. Principalmente aquela que tratou a personagem em questão como um mercenário, ladrão, alguém que fracassa junto ao seu amo. Ao fazer parte de um governo conturbado, De Angelis precisou buscar formas para conseguir se equilibrar entre aquele que o patrocinava e a sua própria vida e escolhas. Juan Manuel de Rosas foi derrotado em campo de batalha por seus opositores. Derrota que aqui podemos entender como o fracasso em uma guerra. O fracasso, por sua vez, também tomou conta de Pedro de

Angelis, tanto no sentido daquele que perde seu rumo, quanto no sentido daquele que perde prestígio.

Contudo, De Angelis foi além. O erudito napolitano chega a terras platinas em 1827 e, desde então, passa a fazer parte da vida intelectual e política daquela efervescente sociedade. Durante anos ocupou posições privilegiadas, fazendo parte de um governo autoritário em que foi um dos principais apologistas. Isso pode ser problematizado no sentido da formação da coleção, tendo em vista os acessos e oportunidades que Pedro de Angelis teve quando amealhou os documentos que colecionou, e assim produziu-se terreno fértil para conclusões depreciativas sobre ele, sem falar, é claro, de seu posicionamento político sempre contestado por opositores.

A outrora representação de parte da historiografia sobre seus feitos o colocara como alguém que, sem méritos, constrói sua obra, fracassando, assim, em sua moral, pois a desonestidade teria sido o seu caminho. Mas a sua rica coleção de documentos, independente dos juízos feitos, o resgatou na história. Além de figura robusta, Pedro de Angelis foi um dos principais homens de confiança de Rosas, em um momento crucial da formação da história argentina. Sobreviveu à derrocada política, foi homenageado pelo império brasileiro e hoje nomeia a um dos acervos mais importantes da Biblioteca Nacional do Brasil, eternizando-o na história.

Referências bibliográficas

Fontes

Archivo Americano y espíritu de la prensa del mundo. https://catalogo.bn.gov.ar/F/?func=direct&doc_number=001171297&local_base=GENER

Cortesão, J. (1951). Introdução. In J. Cortesão, *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Coleção de Angelis. Biblioteca Nacional.

De Angelis, P. (1837). *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las Provincias del Rio de la Plata*. Imprenta del Estado. https://books.google.com.br/books?id=AkyFaTyyQ7MC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Echeverría, E. (1948). Cartas a don Pedro de Ángelis editor del Archivo Americano. In *Dogma Socialista y otras páginas políticas*. Ediciones Estrada.

Estudos

Álvarez-Ossorio Alvariño, A. (Coords.) (2023). *Vidas Fallidas: aproximaciones al concepto de éxito y fracaso individual en la modernidad*. EUDEM, 2023.

Díaz Molano, E. (1968). *Vida y obra de Pedro de Angelis*. Buenos Aires. Librería y Editorial Colmegna.

Monteiro, R. B., & Caldeira, A. P. S. (2007). A ordem do tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado. *Topoi*, 8(14), pp. 77-113.

Myers, J. (1995). *Orden y virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*. Universidad Nacional de Quilmes.

Pomian, K. (1984). Coleção. In *Enciclopédia Einaudi*. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, pp. 51-86.

Ricoeur, P. (2006). *Percurso do reconhecimento*. Edições Loyola.

Sabor, J. E. (1995). *Pedro de Angelis y los orígenes de la bibliografía argentina: ensayo bio-bibliográfico*. Solar.

Scheidt, E. (2008). *Carbonários do Rio da Prata: jornalistas italianos e a circulação de ideias na Região Platina, 1827-1860*. Apicuri.

Schell, D. C. (2018). *Entre coleções e arquivos: Pedro de Angelis e a produção de conjuntos documentais (Buenos Aires 1835-1852)*. Tese de doutorado apresentada á Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silveira, F. J. (2007). Nascimento. A estética da recepção e as práticas de leitura do bibliotecário-indexador. *Perspectivas em Ciência da Informação*, V. 12, n 1, p. 127.

Weinberg, F. (1957). El periodismo en la época de Rosas. *Revista de História*, 2, pp. 3-26.

